

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	14
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	17
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	18
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	19
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	22
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	23
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	24
----------------------------------	----

Relatório da Administração	26
----------------------------	----

Notas Explicativas	32
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	228
----------------------------------------------------	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	230
-------------------------------------------------------------	-----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	231
----------------------------------------------------------------------	-----

Motivos de Reapresentação	232
---------------------------	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2010
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	385.823
Preferenciais	578.116
Total	963.939
Em Tesouraria	
Ordinárias	49
Preferenciais	6.099
Total	6.148

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1	Ativo Total	1.448.190	1.475.826	1.185.012
1.01	Ativo Circulante	20.018	26.606	31.101
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	9	9	9
1.01.03	Contas a Receber	168	127	89
1.01.03.01	Clientes	168	127	89
1.01.06	Tributos a Recuperar	0	413	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	0	413	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	19.841	26.057	31.003
1.01.08.03	Outros	19.841	26.057	31.003
1.01.08.03.03	Dividendos e juros sobre capital próprio	18.739	24.084	30.410
1.01.08.03.06	Outros Tributos	599	1.883	567
1.01.08.03.07	Demais ativos	503	90	26
1.02	Ativo Não Circulante	1.428.172	1.449.220	1.153.911
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	487.379	459.465	416.930
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	473.147	441.818	397.279
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	377.632	348.087	306.644
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	95.515	93.731	90.635
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	14.232	17.647	19.651
1.02.01.09.03	Depósitos e bloqueios judiciais	2.861	851	839
1.02.01.09.10	Debêntures	11.371	16.796	17.166
1.02.01.09.13	Outros tributos	0	0	1.646
1.02.02	Investimentos	940.792	989.751	736.970
1.02.02.01	Participações Societárias	940.792	989.751	736.970
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	940.564	989.523	736.742
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	228	228	228
1.02.03	Imobilizado	1	4	11
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1	4	11

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2	Passivo Total	1.448.190	1.475.826	1.185.012
2.01	Passivo Circulante	24.739	26.404	24.494
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	798	501	156
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	798	501	156
2.01.02	Fornecedores	418	147	121
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	418	147	121
2.01.03	Obrigações Fiscais	893	2.402	145
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	893	2.402	145
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais federais	893	2.402	145
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	7.655	5.039	4.084
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	7.655	5.039	4.084
2.01.05	Outras Obrigações	14.975	18.315	19.988
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.468	0	0
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	1.468	0	0
2.01.05.02	Outros	13.507	18.315	19.988
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	13.404	18.259	19.902
2.01.05.02.09	Demais obrigações	103	56	86
2.02	Passivo Não Circulante	341.196	318.430	285.111
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	328.050	308.046	277.453
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	328.050	308.046	277.453
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	328.050	308.046	277.453
2.02.02	Outras Obrigações	3.903	3.645	1.793
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.903	3.645	1.793
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	3.903	3.645	1.793
2.02.04	Provisões	5.587	2.959	1.253
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.587	2.959	1.253
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	278	278	278
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	5.309	2.681	975
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	3.656	3.780	4.612

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.02.06.01	Lucros a Apropriar	3.656	3.780	4.612
2.03	Patrimônio Líquido	1.082.255	1.130.992	875.407
2.03.01	Capital Social Realizado	784.004	564.541	564.541
2.03.02	Reservas de Capital	10.729	10.249	5.244
2.03.02.09	Outras reservas de capitais	878	878	878
2.03.02.11	Reserva reflexa baseada em ações	9.851	9.371	4.366
2.03.04	Reservas de Lucros	292.907	514.538	360.224
2.03.04.01	Reserva Legal	24.953	24.645	20.608
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	75.323	83.418	92.146
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	64.594	278.438	232.419
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	42.749	42.749	18.666
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-3.615	-3.615	-3.615
2.03.04.10	Reserva de investimentos	88.903	88.903	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	-19.698
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-5.360	41.684	2.838
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-25	-20	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-37.742

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.758	1.343	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.566	-1.346	0
3.03	Resultado Bruto	192	-3	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	2.508	179.893	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.856	-10.180	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	436	542	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.033	-2.123	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	16.961	191.654	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.700	179.890	0
3.06	Resultado Financeiro	6.376	6.175	0
3.06.01	Receitas Financeiras	40.949	35.859	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-34.573	-29.684	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	9.076	186.065	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.909	-2.754	0
3.08.01	Corrente	-2.909	-2.754	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	6.167	183.311	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	6.167	183.311	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,00640	0,19140	0,00000
3.99.01.02	PN	0,00640	0,19140	0,00000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,00490	0,08610	0,00000
3.99.02.02	PN	0,00490	0,08610	0,00000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
4.01	Lucro Líquido do Período	6.167	183.311	0
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	37.742	0
4.02.01	Ganhos no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda, líquido de tributos	0	142	0
4.02.02	Realização de perdas com investimentos disponíveis para venda	0	37.600	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	6.167	221.053	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	7.158	20.882	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-13.032	-10.001	0
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	9.076	186.065	0
6.01.01.02	Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	-8.187	-5.880	0
6.01.01.03	Depreciação e amortização	1	7	0
6.01.01.04	Provisões	2.628	1.707	0
6.01.01.05	Equivalência patrimonial	-16.961	-191.654	0
6.01.01.06	Participação de empregados e administradores	490	586	0
6.01.01.07	Outras receitas, líquidas das despesas	-79	-832	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.417	1.683	0
6.01.02.01	Contas a receber	-41	-38	0
6.01.02.02	Tributos	-82	2.042	0
6.01.02.03	Fornecedores	271	26	0
6.01.02.04	Salários, encargos sociais e benefícios	-192	-242	0
6.01.02.05	Outras contas ativas e passivas	-2.373	-105	0
6.01.03	Outros	22.607	29.200	0
6.01.03.01	Encargos financeiros pagos	-1.476	-1.210	0
6.01.03.02	Dividendos/JCP recebidos de controladas	24.083	30.410	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-7.158	-20.882	0
6.03.01	Captações	7.000	17.000	0
6.03.02	Pagamentos de principal de empréstimos, financiamentos, debêntures, derivativos e leasing	-11.226	-10.210	0
6.03.03	Transações com partes relacionadas	12.105	-10.705	0
6.03.04	Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio	-15.037	-16.967	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	9	9	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	9	9	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	564.541	10.249	514.538	0	41.664	1.130.992
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	564.541	10.249	514.538	0	41.664	1.130.992
5.04	Transações de Capital com os Sócios	219.463	480	-219.463	0	-47.044	-46.564
5.04.01	Aumentos de Capital	219.463	0	-219.463	0	0	0
5.04.08	Plano de opção de ações	0	480	0	0	0	480
5.04.09	Excesso pago em transações de capital	0	0	0	0	-47.044	-47.044
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.270	-5	8.265
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.167	0	6.167
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	2.103	-5	2.098
5.05.02.06	Ajuste de avaliação patrimonial reflexo de controladas	0	0	0	0	-5	-5
5.05.02.07	Outros ajustes no patrimônio das controladas	0	0	0	2.103	0	2.103
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-2.168	-8.270	0	-10.438
5.06.04	Reserva legal	0	0	308	-308	0	0
5.06.05	Dividendos propostos	0	0	-8.095	-2.343	0	-10.438
5.06.06	Retenção de lucros	0	0	5.619	-5.619	0	0
5.07	Saldos Finais	784.004	10.729	292.907	0	-5.385	1.082.255

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	564.541	5.244	360.224	-19.698	-34.904	875.407
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	564.541	5.244	360.224	-19.698	-34.904	875.407
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	5.005	0	6.025	76.588	87.618
5.04.09	Plano de opção de ações	0	5.005	0	-484	0	4.521
5.04.10	Excesso pago em transações de capital	0	0	0	0	38.846	38.846
5.04.11	Ganho valor justo de ativos financeiros disp para venda e realização de perdas, líquido de tributos	0	0	0	0	37.742	37.742
5.04.12	Outros Efeitos de Controladores Direto ao Patrimônio Líquido	0	0	0	6.509	0	6.509
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	183.311	-20	183.291
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	183.311	0	183.311
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-20	-20
5.05.02.07	Ajuste de avaliação patrimonial reflexo de controlada	0	0	0	0	-20	-20
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	154.314	-169.638	0	-15.324
5.06.04	Reserva legal	0	0	4.037	-4.037	0	0
5.06.05	Dividendos propostos	0	0	0	-15.324	0	-15.324
5.06.06	Retenção de lucros	0	0	61.374	-61.374	0	0
5.06.07	Reserva de investimentos	0	0	88.903	-88.903	0	0
5.07	Saldos Finais	564.541	10.249	514.538	0	41.664	1.130.992

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.01	Receitas	2.381	386	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.758	1.566	0
7.01.02	Outras Receitas	623	-1.180	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-9.323	-8.111	0
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	0	-223	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-900	-590	0
7.02.04	Outros	-8.423	-7.298	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-6.942	-7.725	0
7.04	Retenções	-2.629	-1.714	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1	-7	0
7.04.02	Outras	-2.628	-1.707	0
7.04.02.01	Provisões	-2.628	-1.707	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-9.571	-9.439	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	57.910	227.513	0
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	16.961	191.654	0
7.06.02	Receitas Financeiras	40.949	35.859	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	48.339	218.074	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	48.339	218.074	0
7.08.01	Pessoal	3.410	3.600	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.759	2.524	0
7.08.01.02	Benefícios	534	496	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	117	95	0
7.08.01.04	Outros	0	485	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.314	3.013	0
7.08.02.01	Federais	5.212	2.935	0
7.08.02.03	Municipais	102	78	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	33.448	28.150	0
7.08.03.01	Juros	32.958	27.564	0
7.08.03.03	Outras	490	586	0

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	6.167	183.311	0
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	2.343	15.324	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.824	167.987	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1	Ativo Total	20.073.689	19.591.166	11.705.291
1.01	Ativo Circulante	5.955.294	5.075.749	4.381.468
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.939.084	2.338.315	2.631.440
1.01.02	Aplicações Financeiras	469.375	397.533	270.942
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	469.375	397.533	270.942
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	469.375	397.533	270.942
1.01.03	Contas a Receber	1.398.041	1.363.867	911.732
1.01.03.01	Clientes	1.393.931	1.363.867	911.732
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	4.110	0	0
1.01.04	Estoques	21.464	36.269	33.523
1.01.06	Tributos a Recuperar	261.558	122.696	200.643
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	261.558	122.696	200.643
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	865.772	817.069	333.188
1.01.08.03	Outros	865.772	817.069	333.188
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	9.573	23.583	16.033
1.01.08.03.03	Dividendos e juros sobre capital próprio	0	0	4.643
1.01.08.03.04	Depósitos e bloqueios judiciais	396.329	390.534	80.459
1.01.08.03.06	Outros Tributos	234.988	248.585	143.741
1.01.08.03.07	Demais ativos	224.882	154.367	88.312
1.02	Ativo Não Circulante	14.118.395	14.515.417	7.323.823
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.081.418	3.071.576	2.033.432
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	18.394	7.160	333
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	1.987	1.091	333
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	15.948	6.069	0
1.02.01.01.03	Caixa restrito	459	0	0
1.02.01.03	Contas a Receber	20.781	3.183	2.169
1.02.01.03.01	Clientes	20.781	3.183	2.169
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.260.608	1.279.001	731.340
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.260.608	1.279.001	731.340

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	113.565	168.562	152.790
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	100.843	0	0
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	12.722	168.562	152.790
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.668.070	1.613.670	1.146.800
1.02.01.09.03	Depósitos e bloqueios judiciais	1.449.110	1.281.658	477.738
1.02.01.09.06	Instrumentos Financeiros derivativos	5.048	23.910	7.243
1.02.01.09.07	Ativo financeiro disponível para venda	0	0	467.450
1.02.01.09.09	Ativo relacionado aos fundos de pensão	20.243	29.786	0
1.02.01.09.13	Outros Tributos	99.170	173.769	78.660
1.02.01.09.14	Demais ativos	94.499	104.547	115.709
1.02.02	Investimentos	1.413.263	1.122.343	989.199
1.02.02.01	Participações Societárias	13.290	13.017	13.763
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	13.290	13.017	13.763
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	1.399.973	1.109.326	975.436
1.02.03	Imobilizado	5.209.497	5.615.959	2.858.316
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.612.074	4.971.203	2.637.630
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	3.443	6.295	10.211
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	593.980	638.461	210.475
1.02.04	Intangível	4.414.217	4.705.539	1.442.876
1.02.04.01	Intangíveis	4.364.885	4.673.181	1.409.762
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	638.445	690.954	723.518
1.02.04.01.02	Licenças Regulatórias	3.284.115	3.525.648	443.602
1.02.04.01.03	Software	263.043	257.173	147.390
1.02.04.01.06	Ágio	751	750	750
1.02.04.01.07	Outros	90.362	110.487	6.333
1.02.04.01.10	Ágio na aquisição de investimentos	88.169	88.169	88.169
1.02.04.02	Goodwill	49.332	32.358	33.114

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2	Passivo Total	20.073.689	19.591.166	11.705.291
2.01	Passivo Circulante	4.659.846	4.329.906	2.274.494
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	191.347	132.309	104.642
2.01.01.01	Obrigações Sociais	16.440	13.252	11.623
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	174.907	119.057	93.019
2.01.02	Fornecedores	910.086	910.039	436.823
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	909.885	909.819	436.820
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	201	220	3
2.01.03	Obrigações Fiscais	183.834	62.279	116.443
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	179.738	58.659	112.754
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	172.875	51.031	106.753
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais federais	6.863	7.628	6.001
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	3.274	2.961	2.241
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	822	659	1.448
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.808.437	1.883.668	896.510
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.807.461	1.881.358	896.510
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.546.903	1.620.299	696.717
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	260.558	261.059	199.793
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	976	2.310	0
2.01.05	Outras Obrigações	1.179.174	987.429	645.791
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	0	171
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	0	171
2.01.05.02	Outros	1.179.174	987.429	645.620
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	231.217	118.678	138.597
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	3.913	4.870	3.651
2.01.05.02.05	Instrumentos financeiros derivativos	123.867	159.841	103.793
2.01.05.02.06	Outros tributos	381.934	317.284	117.241
2.01.05.02.07	Programa de refinanciamento fiscal	15.492	38.887	31.544
2.01.05.02.08	Autorizações e concessões a pagar	116.340	68.859	58.281

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.01.05.02.09	Demais obrigações	306.411	279.010	192.513
2.01.06	Provisões	386.968	354.182	74.285
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	386.968	354.182	74.285
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	32.465	18.222	8.825
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	65.195	52.456	39.959
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	17.034	22.847	0
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	272.274	260.657	25.501
2.02	Passivo Não Circulante	10.069.708	9.843.747	6.454.153
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.835.847	6.429.712	5.345.242
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	6.835.847	6.428.822	5.342.986
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	5.388.148	5.673.803	4.670.328
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.447.699	755.019	672.658
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	0	890	2.256
2.02.02	Outras Obrigações	1.097.675	1.063.330	449.429
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.903	3.645	2.399
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	3.903	3.645	1.793
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	0	606
2.02.02.02	Outros	1.093.772	1.059.685	447.030
2.02.02.02.04	Outros tributos	332.980	293.277	58.883
2.02.02.02.06	Instrumentos financeiros derivativos	62.110	127.590	27.435
2.02.02.02.08	Autorizações e concessões a pagar	348.346	331.567	197.613
2.02.02.02.09	Programa de refinanciamento fiscal	192.957	208.198	110.937
2.02.02.02.13	Demais obrigações	157.379	99.053	52.162
2.02.03	Tributos Diferidos	728.712	875.963	6.123
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	728.712	875.963	6.123
2.02.04	Provisões	1.349.424	1.446.481	639.115
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.349.424	1.446.481	639.115
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	208.446	253.047	218.402
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	352.824	355.376	177.342

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	125.749	125.714	0
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	662.405	712.344	243.371
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	58.050	28.261	14.244
2.02.06.01	Lucros a Apropriar	3.656	3.780	4.612
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	54.394	24.481	9.632
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	5.344.135	5.417.513	2.976.644
2.03.01	Capital Social Realizado	784.004	564.541	564.541
2.03.02	Reservas de Capital	10.729	10.249	5.244
2.03.02.09	Outras reservas de capitais	878	878	878
2.03.02.11	Reserva reflexa baseada em ações	9.851	9.371	4.366
2.03.04	Reservas de Lucros	292.907	514.538	360.224
2.03.04.01	Reserva Legal	24.953	24.645	20.608
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	75.323	83.418	92.146
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	64.594	278.438	232.419
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	42.749	42.749	18.666
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-3.615	-3.615	-3.615
2.03.04.10	Reserva de investimentos	88.903	88.903	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	-19.698
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-5.360	41.684	2.838
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-25	-20	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-37.742
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	4.261.880	4.286.521	2.101.237

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	7.169.637	7.194.176	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.119.434	-4.449.338	0
3.03	Resultado Bruto	3.050.203	2.744.838	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.031.038	-921.727	0
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.074.099	-1.165.146	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-714.899	-740.332	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	329.260	1.780.065	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-571.300	-796.314	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.019.165	1.823.111	0
3.06	Resultado Financeiro	-652.894	-644.005	0
3.06.01	Receitas Financeiras	532.968	439.317	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.185.862	-1.083.322	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	366.271	1.179.106	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-21.949	-116.508	0
3.08.01	Corrente	-191.773	-235.429	0
3.08.02	Diferido	169.824	118.921	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	344.322	1.062.598	0
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	344.322	1.062.598	0
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	6.167	183.311	0
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	338.155	879.287	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,00640	0,19140	0,00000
3.99.01.02	PN	0,00640	0,19140	0,00000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,00490	0,08610	0,00000
3.99.02.02	PN	0,00490	0,08610	0,00000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	344.322	1.062.598	0
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	164.943	0
4.02.01	Ganhos no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda, líquido de tributos	0	618	0
4.02.02	Realização de perdas com investimentos disponíveis para venda	0	164.325	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	344.322	1.227.541	0
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	6.167	221.053	0
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	338.155	1.006.488	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.076.107	2.302.279	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.433.644	3.159.368	0
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	366.271	1.179.106	0
6.01.01.02	Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	752.194	413.675	0
6.01.01.03	Depreciação e amortização	1.455.700	1.627.890	0
6.01.01.04	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	204.219	289.533	0
6.01.01.05	Provisões	191.429	134.045	0
6.01.01.06	Provisão para fundos de pensão	3.108	1.271	0
6.01.01.07	Ganho na aquisição de controle - BrT	0	-1.460.827	0
6.01.01.08	Perda com ativos financeiros disponíveis para venda	0	246.549	0
6.01.01.09	Baixa de ativo permanente	20.670	14.689	0
6.01.01.10	Provisão de ônus da concessão - ANATEL	34.446	32.619	0
6.01.01.11	Participação de empregados e administradores	77.801	35.581	0
6.01.01.12	Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros	109.527	304.819	0
6.01.01.13	Atualização monetária do programa de Refinancimaneto Fiscal	18.513	2.415	0
6.01.01.14	Provisão (reversão) de programa de Refinanciamento Fiscal	-7.793	131.820	0
6.01.01.15	Apropriação de despesas antecipadas	188.590	170.097	0
6.01.01.16	Dividendos fixos e atualização monetária sobre ações preferenciais resgatáveis	29.074	23.738	0
6.01.01.17	Prescrição de dividendos	-7.492	-15.142	0
6.01.01.18	Remuneração baseada em ações	3.895	9.061	0
6.01.01.19	Atualização monetária de dividendos e juros sobre o capital próprio	0	1.896	0
6.01.01.20	Outras receitas, líquidas das despesas	-6.508	16.533	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-369.101	-320.974	0
6.01.02.01	Contas a receber	-254.617	-270.821	0
6.01.02.02	Estoques	24.349	6.033	0
6.01.02.03	Tributos	104.269	21.007	0
6.01.02.04	Aplicações financeiras mantidas para negociação	-1.764.214	-1.196.631	0
6.01.02.05	Resgate de aplicações financeiras mantidas para negociação	1.741.877	1.265.334	0
6.01.02.06	Despesas antecipadas	-183.722	-221.681	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01.02.07	Fornecedores	135.818	252.220	0
6.01.02.08	Salários, encargos sociais e benefícios	-23.904	-31.140	0
6.01.02.09	Provisões	-219.934	-159.288	0
6.01.02.10	Provisão para fundos de pensão	-22.846	-32.416	0
6.01.02.11	Outras contas ativas e passivas	93.823	46.409	0
6.01.03	Outros	-988.436	-536.115	0
6.01.03.01	Encargos financeiros pagos	-908.089	-512.461	0
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa	-83.452	-94.811	0
6.01.03.03	Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros	-58.622	-99.022	0
6.01.03.04	Dividendos/JCP recebidos de controladas	61.727	170.179	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.352.419	-2.397.792	0
6.02.01	Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	-1.101.315	-1.470.973	0
6.02.02	Aquisição de investimento, menos caixa líquido incluído na aquisição	-4.570	-570.509	0
6.02.03	Aumento dos investimentos permanentes	0	-388	0
6.02.04	Depósitos e bloqueios judiciais	-419.631	-510.605	0
6.02.05	Resgates de depósitos e bloqueios judiciais	181.740	153.817	0
6.02.06	Recebimento de venda de ativo imobilizado	829	6.934	0
6.02.07	Caixa restrito	-457	0	0
6.02.08	Aplicações financeiras mantidas até o vencimento	-9.015	-6.068	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-122.919	-197.612	0
6.03.01	Captações	2.906.978	2.180.453	0
6.03.02	Pagamentos de principal de empréstimos, financiamentos, debêntures, derivativos e leasing	-2.658.185	-1.441.128	0
6.03.03	Transações com partes relacionadas	14.605	3.582	0
6.03.04	Aquisição de ações de controladas e recompra de ações	-15.815	-587.184	0
6.03.05	Autorizações e concessões	-32.699	-79.610	0
6.03.06	Programa de Refinanciamento Fiscal	-49.349	-31.406	0
6.03.07	Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio	-288.454	-640.214	0
6.03.08	Captações de recursos através de emissão de ações	0	397.895	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	600.769	-293.125	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.338.315	2.631.440	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.939.084	2.338.315	0

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	564.541	10.249	514.538	0	41.664	1.130.992	4.286.521	5.417.513
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	564.541	10.249	514.538	0	41.664	1.130.992	4.286.521	5.417.513
5.04	Transações de Capital com os Sócios	219.463	480	-219.463	0	-47.044	-46.564	-362.975	-409.539
5.04.01	Aumentos de Capital	219.463	0	-219.463	0	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-349.039	-349.039
5.04.08	Plano de opção de ações	0	480	0	0	0	480	0	480
5.04.09	Excesso pago em transações de capital	0	0	0	0	-47.044	-47.044	-13.936	-60.980
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.270	-5	8.265	338.334	346.599
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.167	0	6.167	338.155	344.322
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	2.103	-5	2.098	179	2.277
5.05.02.06	Ajuste de avaliação patrimonial reflexo de controladas	0	0	0	0	-5	-5	0	-5
5.05.02.07	Outros ajustes no patrimônio das controladas	0	0	0	2.103	0	2.103	179	2.282
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-2.168	-8.270	0	-10.438	0	-10.438
5.06.04	Reserva legal	0	0	308	-308	0	0	0	0
5.06.05	Dividendos propostos	0	0	-8.095	-2.343	0	-10.438	0	-10.438
5.06.06	Retenção de lucros	0	0	5.619	-5.619	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	784.004	10.729	292.907	0	-5.385	1.082.255	4.261.880	5.344.135

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	564.541	5.244	360.224	-19.698	-34.904	875.407	2.101.237	2.976.644
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	564.541	5.244	360.224	-19.698	-34.904	875.407	2.101.237	2.976.644
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	5.005	0	6.025	76.588	87.618	1.305.997	1.393.615
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-354.694	-354.694
5.04.08	Aquisição de controle BrT	0	0	0	0	0	0	1.686.024	1.686.024
5.04.09	Plano de opção de ações	0	5.005	0	-484	0	4.521	0	4.521
5.04.10	Excesso pago em transações de capital	0	0	0	0	38.846	38.846	-152.534	-113.688
5.04.11	Ganho valor justo de ativos financeiros disp para venda e realização de perdas, líquido de tributos	0	0	0	0	37.742	37.742	127.201	164.943
5.04.12	Outros Efeitos de Controladores Direto ao Patrimônio Líquido	0	0	0	6.509	0	6.509	0	6.509
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	183.311	-20	183.291	879.287	1.062.578
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	183.311	0	183.311	879.287	1.062.598
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-20	-20	0	-20
5.05.02.07	Ajuste de avaliação patrimonial reflexo de controlada	0	0	0	0	-20	-20	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	154.314	-169.638	0	-15.324	0	-15.324
5.06.04	Reserva legal	0	0	4.037	-4.037	0	0	0	0
5.06.05	Dividendos propostos	0	0	0	-15.324	0	-15.324	0	-15.324
5.06.06	Retenção de lucros	0	0	61.374	-61.374	0	0	0	0
5.06.07	Reserva de investimentos	0	0	88.903	-88.903	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	564.541	10.249	514.538	0	41.664	1.130.992	4.286.521	5.417.513

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.01	Receitas	9.602.551	10.859.478	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	9.605.898	9.706.562	0
7.01.02	Outras Receitas	200.872	1.442.449	0
7.01.02.01	Ganho na aquisição de controle - BrT	0	1.460.827	0
7.01.02.02	Perdas com investimentos disponíveis para venda	-116.717	-246.549	0
7.01.02.03	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	317.589	228.171	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-204.219	-289.533	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.418.056	-3.623.890	0
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.137.279	-1.215.682	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.163.967	-2.286.728	0
7.02.04	Outros	-116.810	-121.480	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	6.184.495	7.235.588	0
7.04	Retenções	-1.832.566	-2.039.646	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.455.700	-1.627.890	0
7.04.02	Outras	-376.866	-411.756	0
7.04.02.01	Provisões	-281.106	-247.630	0
7.04.02.02	Outras despesas	-95.760	-164.126	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.351.929	5.195.942	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	532.968	439.317	0
7.06.02	Receitas Financeiras	532.968	439.317	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.884.897	5.635.259	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.884.897	5.635.259	0
7.08.01	Pessoal	794.500	764.265	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	546.173	499.090	0
7.08.01.02	Benefícios	143.764	131.332	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	41.659	57.095	0
7.08.01.04	Outros	62.904	76.748	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.482.098	2.612.031	0
7.08.02.01	Federais	444.009	503.121	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.08.02.02	Estaduais	1.997.139	2.067.692	0
7.08.02.03	Municipais	40.950	41.218	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.263.977	1.196.365	0
7.08.03.01	Juros	877.443	801.175	0
7.08.03.02	Aluguéis	356.009	370.237	0
7.08.03.03	Outras	30.525	24.953	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	344.322	1.062.598	0
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	2.343	15.324	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.824	167.987	0
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	338.155	879.287	0

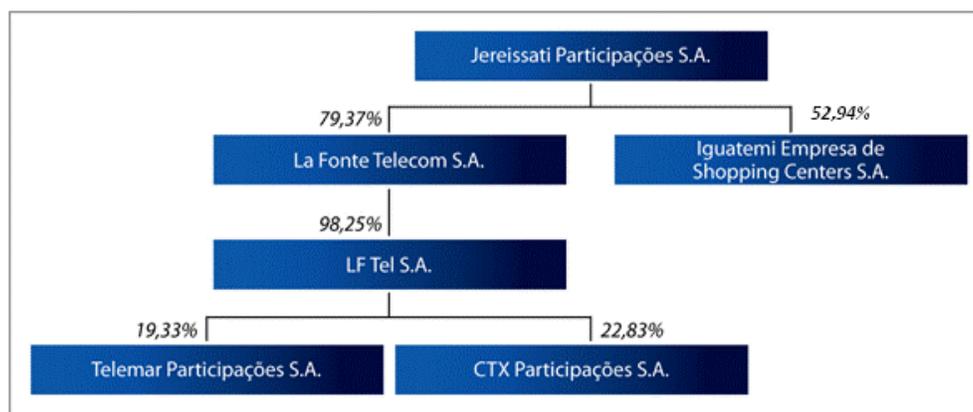
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas,

A Administração da Jereissati Participações S.A. ("Companhia"), apresenta aos seus acionistas, em conjunto com as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes, o Relatório da Administração referente aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Companhia controla as sociedades La Fonte Telecom S.A. e Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.. Através de sua controlada La Fonte Telecom S.A., concentra os investimentos do Grupo Jereissati no setor de Telecomunicações e Serviços. Já a controlada Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. ("IESC") concentra os investimentos do Grupo no setor imobiliário, com foco em imóveis que produzam renda, notadamente Shopping Centers.



Mais um ano marcado por grandes desafios e repleto de conquistas importantes para o Grupo Jereissati e suas controladas.. Na área de Telecomunicações, ocorreu a consolidação entre as operações da Oi e da Brt, tornando possível a captura das sinergias operacionais e administrativas fortalecendo ainda mais a companhia para que continue crescendo e aproveitando as oportunidades que o mercado brasileiro oferece. Cabe destacar a expansão de 8,8% na base de clientes de telefonia móvel em 2010, se consolidando como a principal operadora de telecomunicações do Brasil ao mesmo tempo em que melhorou sua rentabilidade e reduziu seu grau de endividamento. Com a continuidade na melhora do cenário econômico, o varejo cresceu de forma muito positiva, o que permitiu ao segmento de Shopping Centers apresentar um excelente resultado em 2010. Em março de 2010, a Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. inaugurou o Iguatemi Brasília, seu primeiro Shopping na região levando para o cliente local as principais marcas internacionais e também as principais marcas do varejo brasileiro.

A Oi finalizou 2010 com 64 milhões de UGRs (Unidades Geradoras de Receita) em telefonia fixa e móvel, banda larga, 3G e TV por assinatura. A Receita líquida no período atingiu R\$ 29,5 Bilhões e o Ebitda recorrente totalizou R\$ 10,3 Bilhões no período.

Relatório da Administração

No setor de Shopping Centers, a Iguatemi dando continuidade à trajetória de crescimento que vem apresentando nos últimos anos, encerrou 2010 com doze shoppings em operação, dois em construção e outros três em fase de projetos, totalizando 17 empreendimentos. A Receita Bruta da Iguatemi cresceu 20,4% em relação ao ano anterior e o Lucro Líquido atingiu R\$ 151.5 milhões no ano.

No setor de serviços, a Contax Participações manteve o ritmo da consolidação da sua posição de liderança no segmento de atuação, com mais um ano de recordes. A empresa é a maior prestadora de serviços de contact center do país. Em 2010, a Contax adicionou 8,2 mil pessoas ao seu quadro de funcionários e terminou o ano com 86,4 mil colaboradores, responsáveis pela operação de 38,7 mil posições de atendimento, espalhados em 33 contact centers, situados em nove estados do País e no Distrito Federal. No ano de 2010, a Receita Líquida da Contax atingiu R\$ 2,4 Bilhões, representando crescimento de 11,0% sobre 2009 e o Lucro Líquido no período % apresentou uma queda de 17,6%, totalizando R\$ 108,5 milhões.

Ainda em 2010, com um novo direcionamento para a expansão do seu escopo de serviços, a Contax fez a aquisição da Ability; a melhor empresa do segmento de Trade Marketing no Brasil. Deu início também à sua expansão Internacional, com foco na América Latina inaugurando em Buenos Aires um site com 300 posições de atendimento em sua primeira fase.

As Companhias controladas pela Jereissati Participações S.A. desempenharam importante papel na atividade econômica brasileira e demonstraram, mais uma vez, a confiança e o compromisso do Grupo com o desenvolvimento do País.

A Receita Líquida das companhias nas quais o Grupo Jereissati participa como controlador atingiu R\$ 32,1 Bilhões em 2010. No mesmo período, o investimento consolidado destas empresas atingiu R\$ 5,5 Bilhões.

Isto é resultado direto do empenho e dedicação de aproximadamente 117 mil colaboradores que se encontravam distribuídos no negócio de Contact Center (86 mil), nas atividades de Telecomunicações (29 mil) e em Shopping Centers (2 mil).

R\$ bilhões	2010	2009	Δ%
Receita Líquida das Controladas Operacionais	R\$ 32,1	R\$ 32,4	-0,7%
EBITDA recorrente das Controladas Operacionais	R\$ 10,8	R\$ 10,3	5,1%
Lucro Líquido das Controladas Operacionais	R\$ 2,0	R\$ 5,3	-62,1%
Investimento das Controladas Operacionais	R\$ 3,4	R\$ 5,5	-37,2%
Dividendo Declarado pelas Controladas Operacionais	R\$ 0,5	R\$ 1,3	-62,3%
Número de Colaboradores nas Controladas Operacionais	117 mil	109 mil	6,9%

Dados consolidados de Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A, Telemar Norte Leste Participações S.A e Contax Participações S.A.

Telecomunicações e Serviços

A La Fonte Telecom, através da sua controlada LF Tel S.A. participa do bloco de controle da Telemar Participações S.A. (TmarPart) que por sua vez, controla a Tele Norte Leste Participações S.A. (Oi), a maior empresa integrada de Telecomunicações do Brasil. A companhia também participa do bloco de controle da CTX Participações S.A., empresa que controla a Contax Participações, a principal empresa de contact center do País.

Tele Norte Leste Participações S.A

Relatório da Administração

A Oi em 2010 deu continuidade ao seu movimento estratégico se consolidando como a principal operadora de telecomunicações do Brasil ao mesmo tempo em que melhorou sua rentabilidade e reduziu seu grau de endividamento.

Do ponto de vista operacional, destaca-se: a expansão de 8,8% na base de clientes de telefonia móvel com o crescimento de 4,1% do ARPU e da melhoria do mix e com o crescimento de 3,4% da base de clientes e aumento na área de cobertura com relação aos serviços de acesso à internet em Banda Larga.

Indicadores Operacionais Consolidados (em milhares de usuários)	2010	2009	Δ%
Telefonia Fixa	20.025	21.293	-6,0%
Telefonia Móvel	39.302	36.112	8,8%
Velox Banda Larga	4.354	4.211	3,4%
Oi Tv	275	234	17,5%
Unidades Geradoras de Receitas (UGRs)	63.956	61.850	3,4%

Contax Participações S.A.

Em 2010, a Contax manteve o ritmo da consolidação como uma companhia de BPO (Business Process Outsourcing), mantendo sua posição de liderança em *Contact Center* e Cobrança no Brasil

Neste ano, a Contax apresentou uma contratação líquida de aproximadamente 8,2 mil colaboradores, atingindo, em dezembro de 2010, a marca de 86,4 mil colaboradores.

	2010	2009	Δ%
Volume PA's	39 mil	35 mil	11,1%
Colaboradores	86 mil	78 mil	10,4%
Receita Líquida	R\$ 2,4 bilhões	R\$ 2,2 bilhões	11,0%
EBITDA	R\$ 297,1 milhões	R\$ 339,3 milhões	-12,4%
Margem EBITDA	12,4%	15,7%	3,3 p.p
Lucro Líquido	R\$ 108,5 milhões	R\$ 139,9 milhões	-22,4%
Caixa Líquido	R\$ 70,5 milhões	R\$ 165,8 milhões	-57,5%

Shopping Centers

A Companhia, através da sua controlada Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. ("Iguatemi"), atua no segmento de shopping centers e participa de 17 empreendimentos, sendo 12 em operação, 2 em construção e 3 em fase de projetos. A atividade no setor de shopping centers engloba a concepção, planejamento, implementação, administração e comercialização dos empreendimentos e dos seus espaços comerciais e promocionais.

O foco de atuação se concentra nas regiões Sudeste e Sul, nos centros urbanos mais desenvolvidos do País, representativos do maior potencial de consumo, e tendo como público alvo predominantemente as Classes A e B.

Relatório da Administração

Dando continuidade à sua estratégia de crescimento, a Iguatemi anunciou aquisição de 3,41% adicionais no Shopping Center Esplanada e também o desenvolvimento de mais um shopping Center na região de Sorocaba, o Iguatemi Votorantim. Esse shopping se junta aos projetos já em construção e em desenvolvimento, JK Iguatemi, Iguatemi Ribeirão Preto e Iguatemi Jundiá - e consolida a posição da IESC como player mais importante no principal mercado do Brasil.

No final de abril de 2011 inaugurou o Shopping Iguatemi Alphaville.

O varejo continuou crescendo ao longo do ano, propiciando a Iguatemi superar mais uma vez suas metas do ano de 2010 batendo seus próprios recordes. Apresentou uma receita bruta de R\$ 294 milhões, crescimento de 20,4% em comparação a 2009, resultando em lucro líquido de R\$ 152 milhões e Ebitda de R\$ 185 milhões

R\$ Milhões	2010	2009	Δ%
Receita Bruta	R\$ 294	R\$ 244	20,4%
Receita Líquida	R\$ 264	R\$ 217	21,2%
EBITDA	R\$ 185	R\$ 151	22,0%
Lucro Líquido	R\$ 152	R\$ 86	75,3%
Funds From Operations (FFO)	R\$ 172	R\$ 119	44,0%
ABL Total (m ² /mil)	433	398	8,7%
ABL Própria (m ² /mil)	237	215	10,4%

O setor de shopping centers no Brasil ainda é muito fragmentado e algumas regiões são desprovidas de um empreendimento de qualidade. A empresa administra hoje uma ABL de aproximadamente 433 mil metros quadrados e sua participação proporcional nestes empreendimentos equivale a aproximadamente 240 mil metros quadrados.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A atividade principal da Companhia é a participação societária em outras empresas. Desse modo, as informações financeiras divulgadas refletem as informações financeiras divulgadas por suas controladas e controladas indiretas em conjunto, cujas demonstrações financeiras completas, quando aplicável, encontram-se arquivadas na Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Administração da Companhia está submetendo à Assembléia de Acionistas a proposta de distribuição de dividendos no montante aproximado de R\$ 10,4 milhões (2009 - R\$ 15,3 milhões).

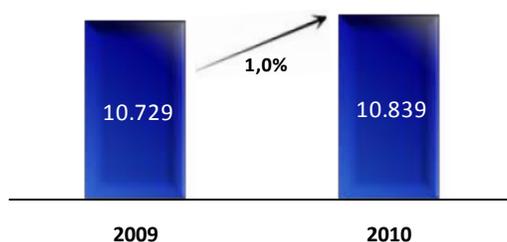
Resultado operacional

Relatório da Administração

Receita Bruta

Em 2010 a receita bruta consolidada da Jereissati Participações atingiu R\$ 10.839 milhões, superando em 1,0% os R\$ 10.729 milhões reportados em 2009.

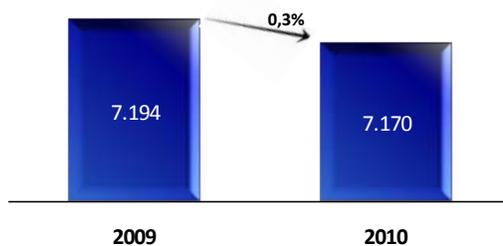
Receita Bruta – R\$ milhões



Receita Líquida

Descontados os impostos e outras deduções, a receita líquida consolidada totalizou R\$ 7.170 milhões, traduzindo-se em uma redução de 0,3% relativamente à de 2009, que atingiu R\$ 7.194 milhões.

Receita Líquida – R\$ milhões



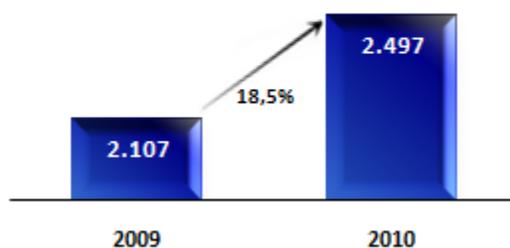
EBITDA

O Resultado operacional, medido pelo EBITDA, apresentou crescimento significativo. O EBITDA consolidado da Companhia no exercício 2010 atingiu R\$ 2.496 milhões, representando um crescimento de 18,5% quando comparado aos R\$ 2.106 milhões reportados em 2008.

(R\$ Milhares)	2010	2009	Δ%
Lucro antes Tributação	366	1.179	-68,9%
Despesas Financeiras Líquidas	653	644	1,4%
Depreciação e Amortização	1.456	1.628	-10,6%
(-) Ganho na aquisição de controle - BrT	-	(1.461)	-100,0%
IR e CS	22	117	-81,2%
EBITDA	2.497	2.107	18,5%

Relatório da Administração

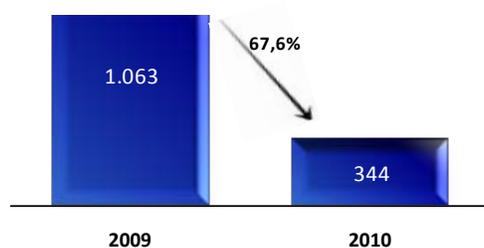
EBITDA- R\$ milhões



Lucro Líquido

O lucro líquido consolidado em 2010 atingiu R\$ 344 milhões, inferior em 67,6% ao lucro líquido reportado em 2009, que totalizou R\$ 1.063 milhões.

Lucro Líquido- R\$ milhões



AUDITORES INDEPENDENTES – INSTRUÇÃO CVM No. 381/03

Nos termos da Instrução CVM 381/03, a Companhia informa que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes não foi contratada para a prestação de serviços adicionais à auditoria de suas demonstrações financeiras.

AGRADECIMENTOS

A Administração agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras e demais participantes do mercado, o apoio e a confiança depositados e, em especial, aos seus funcionários pelo comprometimento, dedicação, empenho e esforço.

A Administração.

ÍNDICE DAS NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentamos as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Jereissati Participações S.A. e sociedades controladas, distribuídas da seguinte forma:

1. Informações gerais
2. Principais políticas contábeis
3. Adoção do IFRS e dos CPCs pela primeira vez
4. Demonstrações financeiras consolidadas
5. Instrumentos financeiros e análise de riscos
6. Receitas de vendas e/ou serviços
7. Despesas por natureza
8. Outras receitas e despesas operacionais
9. Resultado financeiro
10. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro
11. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras
12. Contas a receber
13. Tributos correntes e diferidos sobre a renda
14. Outros tributos
15. Depósitos e bloqueios judiciais
16. Demais ativos
17. Investimentos
18. Imobilizado
19. Intangível
20. Fornecedores
21. Empréstimos e financiamentos (inclui debêntures)
22. Instrumentos financeiros derivativos
23. Autorizações e concessões a pagar
24. Programa de refinanciamento fiscal
25. Provisões
26. Demais obrigações
27. Patrimônio líquido
28. Benefícios a empregados
29. Informações por segmento
30. Transações com partes relacionadas
31. Seguros
32. Outras informações
33. Eventos subsequentes
34. Aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Notas Explicativas

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Jereissati Participações S.A. (“Jereissati” ou “Companhia”), com sede em São Paulo – SP é uma companhia aberta nacional, com ações negociadas em bolsa de valores, e tem por objetivo a participação societária em outras empresas e a prestação de serviços de assessoria e consultoria econômica, financeira e tributária.

A controlada Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. (“Iguatemi”) com sede em São Paulo – SP, negocia suas ações na BM&F Bovespa – IGTA3, e tem por objetivo a exploração comercial e o planejamento de shopping centers, a prestação de serviços de administração de shopping centers regionais e de complexos imobiliários de uso misto, a compra e venda de imóveis, a exploração de estacionamentos rotativos, a intermediação na locação de espaços promocionais, a elaboração de estudos, projetos e planejamento em promoção e merchandising, o exercício de outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social e a participação em outras companhias como sócia, cotista, acionista ou associada por qualquer outra forma permitida por lei.

Os empreendimentos (“shopping centers”) são constituídos em sua maioria sob a forma de condomínio de edificação, não possuindo personalidade jurídica. Suas operações são registradas pela controlada Iguatemi, em seus livros contábeis, na proporção da participação que as empresas possuem em cada empreendimento. A Iguatemi e suas controladas são detentoras de uma fração ideal (“participação”) de determinados empreendimentos imobiliários, em sua grande maioria shopping centers, localizados nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do País.

A controlada La Fonte Telecom (“La Fonte Telecom”) é uma companhia aberta nacional, com sede em São Paulo, e com ações negociadas em bolsa de valores, e tem por objeto social a participação no capital de outras sociedades, como sócia ou acionista, a critério do Conselho de Administração, a exploração comercial e o planejamento de shopping centers e empreendimentos de uso misto, a compra e venda de imóveis, a fabricação e a comercialização de ferragens e o exercício de outras atividades industriais e comerciais de produtos conexos, bem como a importação e a exportação. A La Fonte Telecom possui participação direta no capital social da LF Tel S.A. (“LF Tel”) e da Infinity Trading Limited. (“Infinity”) e participação direta e indireta da Tele Norte Leste Participações S.A. (“TNL”).

A controlada indireta LF Tel é uma companhia aberta nacional, com sede em São Paulo e com ações negociadas em bolsa de valores, e tem por objeto social a participação societária em outras empresas, e a prestação de serviços de assessoria e consultoria econômica, financeira e tributária.

A Infinity, subsidiária integral da La Fonte Telecom, com sede em Tortola – Ilhas Virgens Britânicas, foi constituída em 1996, com o objetivo de prestar serviços de gerenciamento e assessoria em operações financeiras à sua controladora.

Os valores originários das demonstrações financeiras das controladas em conjunto da LF Tel, que são a Telemar Participações S.A., Privatinvest Participações S.A. e CTX Participações S.A., e controlada direta e indireta em conjunto Tele Norte Leste Participações S.A., para fins de demonstrações financeiras consolidadas e notas explicativas, foram proporcionalizados à participação da controlada indireta LF Tel nessas investidas e à participação direta da controlada La Fonte Telecom na Tele Norte Leste Participações S.A, exceto se indicados de outra forma. A

Notas Explicativas

consolidação do resultado foi elaborada na proporção da respectiva porcentagem de participação, apresentada na Nota 1 de cada período.

A controlada indireta em conjunto Telemar Participações S.A. ("Telemar") é uma sociedade por ações, de capital aberto, e tem como objeto social a participação, direta ou indireta, no capital da Tele Norte Leste Participações S.A. ("TNL"), podendo, inclusive, prestar serviços gerenciais e administrativos às empresas sob seu controle, bem como participar em outras sociedades no país e no exterior. Além da participação na TNL, a Telemar possui participação no capital social da Telemar Norte Leste S.A. ("TMAR") e da Bakarne Investments Ltd. ("Bakarne").

A TNL, controlada direta e indireta em conjunto, é uma sociedade por ações, de capital aberto, e foi constituída em 22 de maio de 1998, pela cisão da Telecomunicações Brasileiras S.A. ("Telebrás"), tendo como principais atividades a participação em outras sociedades e promoção de gestão operacional e financeira de suas empresas controladas, direta ou indiretamente. A TNL é uma holding controlada pela Telemar, que em 31 de dezembro de 2010 detém, das ações em circulação, 17,48% do seu capital total e 52,45% do seu capital votante.

A TNL é registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários como companhia aberta e tem suas ações negociadas na BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo. É também registrada na "SEC - Securities and Exchange Commission" dos EUA e seus "ADS's - American Depositary Shares" - nível II são negociados na "NYSE - New York Stock Exchange", através de "ADR's - American Depositary Receipts". Em 31 de dezembro de 2010, 44,85% das ações preferenciais são negociadas na NYSE sob a forma de ADR's.

A Bakarne é uma empresa em fase pré-operacional, subsidiária integral da controlada indireta Telemar, com sede em Tortola – Ilhas Virgens Britânicas, constituída em 2003, com o objetivo de prestar serviços de gerenciamento e assessoria em operações financeiras à controladora.

A Privatinvest Participações S.A. ("Privatinvest"), controlada indireta em conjunto, foi constituída em 1999 e tem por objeto social a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista, a participação em empreendimentos imobiliários e a participação, como quotista, em fundos de investimento regularmente constituídos.

A controlada indireta CTX Participações S.A. ("CTX") é uma sociedade por ações, de capital aberto, e tem por objeto social a participação, direta ou indireta, no capital social da Contax Participações S.A. ("Contax Participações") e de outras sociedades, no país ou no exterior, podendo, inclusive, prestar serviços gerenciais e administrativos às empresas sob seu controle.

A Contax Participações S.A. é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída em 31 de julho de 2000, é uma companhia de capital aberto que tem como objeto social a participação em outras sociedades comerciais e civis, como sócia, acionista ou cotista, no país ou no exterior.

As participações diretas e indiretas detidas pela Companhia e suas controladas estão demonstradas abaixo:

Empresa	Atividade	Direta	Indireta	Direta	Indireta
		2010	2010	2009	2009
Participação direta detida pela Companhia:					
La Fonte Telecom S.A.	Holding	79,37%	-	79,37%	-

Notas Explicativas

Iguatemi	Administradora de shopping Center e participação em outras sociedades	52,94%	-	52,94%	-
Participação direta e indireta detida pela controlada Iguatemi nas companhias:					
Iguatemi Estacionamentos Ltda. ("IESTA")	Exploração de estacionamento e participação em outras sociedades	100%	-	99,99%	-
Lasul Empresas de Shopping Centers Ltda. ("Lasul")	Exploração de shopping centers, dentre outros	100%	-	100%	-
Rio Pinheiros Diversões Ltda. (Rio Pinheiros")	Exploração de parques de diversões, dentre outros	100%	-	100%	-
Shopping Centers Ltda. ("Leasing Mall")	Intermediação e comercialização das unidades mobiliárias em geral	100%	-	100%	-
Mídia Mall Consultoria Promocional S/C Ltda. ("Mídia Mall") (c)	Intermediação de locação de espaços promocionais, dentre outros	-	-	100%	-
Shopping Center Reunidos do Brasil Ltda. ("SCRB")	Administração de shopping centers do Grupo, exceto SCESP, SCIPA e SCICx	100%	-	100%	-
IESC Participações S.A. ("IESCPar")	Exploração de empreendimentos imobiliários	100%	-	100%	-
IESTA Ponto Alegre Estacionamentos Ltda. ("IESTAPA")	Exploração de estacionamento e participação em outras sociedades	99,99%	-	99,99%	-
Administradora Gaúcha de Shopping Centers S.A. ("AGSC")	Administração de shopping centers	36%	-	36%	-
SISP Participações S.A. ("SISP")	Participação em shopping centers	100%	-	100%	-
RAS Shopping Centers Ltda. ("RAS")	Administração de shopping centers	34,86%	-	34,86%	-
EDR47 Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("EDR47")	Explorar o empreendimento SCGA	100%	-	100%	-
Amuco Shopping S.A. ("Amuco")	Participação em shopping centers	100%	-	100%	-
Market Place Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("MPPart")	Aquisição e exploração comercial dos imóveis do Market Place Shopping Center	100%	-	100%	-
WTORRE Iguatemi Empreendimentos Imobiliários S.A. ("WTORRE")	Desenvolvimento, implementação e exploração do JK Iguatemi	50%	-	50%	-
CL Brasil S.A. ("CL Brasil") (b)		-	-	50%	-
SCIALPHA Participações Ltda. ("SCIALPHA")	Exploração comercial e planejamento de shopping centers	100%	-	100%	-
Fleury Alliegro Imóveis Ltda. ("Fleury")		-	80%	-	80%
EDSP66 Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("EDSP66")	Exploração de empreendimentos imobiliários	100%	-	100%	-
EDSP74 Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("EDSP74")	Exploração de empreendimentos imobiliários	100%	-	100%	-
Anwold Malls Corporation ("Anwold")	Administrar negócios de uma empresa de investimento	100%	-	100%	-
CSC41 Participações Ltda. ("CSC41")	Exploração comercial e planejamento de shopping centers	100%	-	100%	-
Odivelas SP Participações S.A. ("OSPP")			33,33%	-	33,33%
CSC61 Participações Ltda. ("CSC61")	Exploração de empreendimentos imobiliários	100%	-	-	-
SCIRP Participações Ltda. ("SCRP")		100%	-	-	-
Participação direta e indireta detida pela controlada Iguatemi nos empreendimentos:					
Shopping Center Iguatemi São Paulo ("SCISP")	Shopping center	39,21%	11,35%	39,21%	11,30%
Shopping Center Iguatemi Campinas ("SCIC")	Shopping center	65%	-	65%	-
Market Place Shopping Center ("MPSC")	Shopping center	-	100%	-	100%
Market Place Tower I ("MPT-I")	Shopping center	-	100%	-	100%
Market Place Tower II ("MPT-II")	Shopping center	-	100%	-	100%
Shopping Center Iguatemi São Carlos ("SCISC")	Shopping center	45%	-	45%	-
Shopping Center Iguatemi Rio ("SCIR")	Shopping center	30,66%	30%	30,66%	30%
Praia de Belas Shopping Center ("PBSC")	Shopping center	37,55%	-	37,55%	-
Shopping Center Iguatemi Caxias ("SCICx")	Shopping center	8,40%	-	8,40%	-
Shopping Center Iguatemi Florianópolis ("SCIFLA")	Shopping center	-	30%	-	30%
Shopping Center Iguatemi Porto Alegre ("SCIPA")	Shopping center	-	36%	-	36%
Shopping Center Galleria ("SCGA")	Shopping center	-	50%	-	50%
Esplanada Shopping Center ("SCESP")	Shopping center	-	29,73%	-	29,73%
Shopping Center Iguatemi Alphaville ("SCIALpha") (d)	Shopping center	-	78%	-	78%
Shopping Center Iguatemi Brasília ("SCIBRA")	Shopping center	64%	-	64%	-
Shopping Center Iguatemi JK ("JK Iguatemi") (d)	Shopping center	-	50%	-	50%
Participação direta e indireta detida pela controlada La Fonte Telecom:					
LF Tel S.A.	Holding	100%	-	98,25%	-
Telemar Participações S.A.	Holding	-	19,33%	-	18,99%
Tele Norte Leste Participações S.A.	Holding	0,15%	6,44%	0,15%	6,33%
CTX Participações S.A.	Holding	-	22,83%	-	22,43%

Notas Explicativas

Privatinvest Participações S.A.	Participação em outras sociedades	-	50,00%	-	49,12%
Infinity Trading Limited ("Infinity") (5)	Gerenciamento e assessoria em operações financeiras	100%	-	100%	-
Participação direta e indireta detida pela controlada LF Tel:					
Telemar Participações S.A. ("Telemar")	Holding	19,33%	-	19,33%	-
Tele Norte Leste Participações S.A. ("TNL")	Holding	2,98%	3,46%	2,98%	3,46%
CTX Participações S.A.	Holding	22,83%	-	22,83%	-
Privatinvest Participações S.A.	Participação em outras sociedades	50%	-	50%	-
Participação direta e indireta detida pela controlada indireta em conjunto Telemar:					
TNL	Holding	17,90%		17,91%	
Telemar Norte Leste S.A. ("TMAR")	Telefonia Fixa – Região I	5,48%	14,66%	5,48%	14,68%
Bakarne Investments Ltd. ("Bakarne") (5)	Gerenciamento e assessoria em operações financeiras	100%			
Tele Norte Celular Participações S.A. ("TNCP")	Holding		20,07%		20,10%
TNL PCS S.A. ("Oi")	Telefonia Móvel – Regiões I, e III		20,07%		20,10%
Paggo Empreendimentos S.A. ("Paggo")	Sistemas de pagamentos e de crédito		20,07%		20,10%
Paggo Acquirer Gestão de Meios de Pagamentos Ltda ("Paggo Acquirer")	Sistemas de pagamentos e de crédito		20,07%		20,10%
Paggo Administradora de Crédito Ltda ("Paggo Administradora")	Sistemas de pagamentos e de crédito		20,07%		20,10%
TNL.Net Participações S.A. ("TNL.Net")	Participações em outras sociedades		23,36%		17,91%
TNL Trading S.A. ("TNL Trading")	Importação e exportação de bens de consumo		23,36%		17,91%
TNL PCS Participações S.A. ("TSCP")	Participações em outras sociedades		0,00%		17,91%
Way TV Belo Horizonte S.A. ("Way TV")	Prestação de serviço de telecomunicação		20,07%		17,91%
Copart 4 Participações S.A. ("Copart 4")	Investimentos em propriedades		20,14%		
TNL Exchange S/A	Holding		17,90%		17,91%
Coari Participações S.A. ("Coari")	Holding		20,14%		20,16%
Brasil Telecom S.A. ("BrT")	Telefonia Fixa – Região II		9,93%		9,94%
Copart 5 Participações S.A. ("Copart 5")	Investimentos em propriedades		9,93%		
Telemar Internet Ltda ("TMAR Internet")	Internet		20,14%		20,16%
Calais Participações S/A ("Calais")	Holding		20,14%		20,16%
SEREDe – Serviços de Rede S/A ("Sered")	Serviços de Rede		20,14%		20,16%
Companhia AIX de Participações ("AIX") (a)	Tráfego de dados		10,07%		10,08%
14 Brasil Telecom Celular S.A. ("BrT Celular")	Telefonia móvel – Região II		9,93%		9,94%
Brasil Telecom Comunicação Multimídia Ltda. ("BrT Multimídia")	Tráfego de dados		9,93%		9,94%
BrT Card Serviços Financeiros Ltda. ("BrT Card")	Serviços financeiros		9,93%		9,88%
Vant Telecomunicações Ltda ("Vant")	Comunicação multimídia		9,93%		9,94%
Brasil Telecom Call Center S.A. ("BrT Call Center")	Serviços de centrais de atendimento e telemarketing		9,93%		9,94%
BrT Serviços de Internet S.A. ("BrTT")	Holding		9,93%		9,94%
IG Participações S.A. ("IGPT")	Holding		8,04%		8,05%
Internet Group do Brasil S.A. ("IG")	Internet		9,93%		9,94%
Nova Tarrafa Participações Ltda ("NTPA")	Holding		9,93%		9,94%
Nova Tarrafa Inc. ("NTInc")	Holding		0,00%		9,45%
IG Cayman ("IGC")	Holding		0,00%		9,45%
Brasil Telecom Cabos Submarinos Ltda. ("BrT CS")	Tráfego de dados		9,93%		9,45%
Brasil Telecom Subsea Cable Systems (Bermuda) Ltd. ("BrT SCS Bermuda") (1)	Tráfego de dados		9,93%		9,45%
Brasil Telecom of America Inc. ("BrT of America") (2)	Tráfego de dados		9,93%		9,45%
Brasil Telecom de Venezuela, S.A. ("BrT Venezuela") (3)	Tráfego de dados		9,93%		9,45%
Brasil Telecom de Colômbia, Empresa Unipersonal ("BrT Colômbia") (4)	Tráfego de dados		9,93%		9,45%
SPE Desenvolvimento Participações S.A.	Investimentos em propriedades		20,14%		
SPE Sudeste Participações S.A.	Investimentos em propriedades		20,14%		
SPE São Paulo Participações S/A	Investimentos em propriedades		20,14%		
SPE Nordeste Participações S/A	Investimentos em propriedades		20,14%		
SPE Centro-Oeste Participações S.A.	Investimentos em propriedades		9,93%		
SPE Sul Participações S.A.	Investimentos em propriedades		9,93%		

Notas Explicativas

Participação direta e indireta detida pela controlada indireta em conjunto CTX:					
Contax Participações S.A. ("Contax Participações")	Participação em outras sociedades	33,47%	-	33,47%	-
Contax S.A. ("Contax")	Prestação de serviços de tele atendimento em geral	-	100%	-	100%
Ability Comunicação Integrada Ltda. ("Ability")	Agenciamento de publicidade e outras	-	100%	-	-
BRC Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("BRC")	Projeto imobiliário no Programa Nova Luz na área central do Município de São Paulo	-	100%	-	100%
TUDO BPO e Soluções e Tecnologia S.A. ("TODO")	Prestação de serviço de tecnologia da informação e de informática	-	80%	-	80%
Contax Sucursal Empresa Extranjera ("Contax Argentina") (6)	Prestação de serviços de tele atendimento em geral	-	100%	-	100%

(a) A AIX é um investimento em empreendimento controlado em conjunto ("joint venture") consolidado pelo método proporcional pela TNL.

(b) Participação vendida em 30 de abril de 2010

(c) Incorporada pela Iguatemi em 31 de janeiro de 2010

(d) Os empreendimentos SCIAAlpha e JK Iguatemi encontram-se registrados como obras em andamento. O SCIAAlpha inaugurou em abril de 2011 e JK Iguatemi tem sua inauguração prevista para o exercício de 2011.

Todas as controladas indiretas da Companhia são sediadas no Brasil exceto as seguintes:

- 1) Sediada em Bermuda
- 2) Sediada nos Estados Unidos da América
- 3) Sediada na Venezuela
- 4) Sediada na Colômbia
- 5) Sediada nas Ilhas Virgens Britânicas
- 6) Sediada na Argentina

(a) Aquisição do controle e reorganização societária da Brasil Telecom

No decorrer dos meses de maio e junho de 2008, foram realizadas sucessivas aquisições de ações preferenciais das empresas Brasil Telecom Participações S.A. ("BrT Part") e da Brasil Telecom S.A. ("BrT"), respectivamente. Essas aquisições antecederam a aquisição do controle ocorrida em 8 de janeiro de 2009.

O prazo decorrido até a aquisição se deu em razão da espera pelas autorizações dos órgãos reguladores e de defesa econômica, ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações e CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica, respectivamente, necessárias à celebração do acordo de acionistas.

A aquisição do controle da BrT foi realizada em consonância com a estratégia da Administração pela obtenção de novos mercados, expansão da rede e infraestrutura de telefonia fixa, telefonia móvel, banda larga, internet entre outros, além de ganho em sinergias promovidas pela integração de processos operacionais.

Conforme previsto pelo Fato Relevante divulgado na data da aquisição, a TNL promoveu a reorganização societária da BrT com vistas à simplificação da estrutura societária, que foi realizada

Notas Explicativas

com base nos valores contábeis tendo em vista ser uma operação entre entidades sob controle comum.

No quadro abaixo se encontram resumidas as informações relevantes acerca das aquisições de ações e da reorganização societária.

	05 e 06/2008		22/07/2008		08/01/2009		23/06/2009		31/07 e 30/09/2009	
	Aquisições avulsas		OPAs voluntárias		Aquisição do Controle (a.1)		OPAs obrigatórias(a.2)		Reorganização Societária (a.2)	
	BRTP4	BRTO4	BRTP4	BRTO4	Invitel *	BRTP3	BRTP3	BRTO3	BRTO3	BRTO4
Quantidades	55.819.400	45.590.200	20.826.442	13.366.365	57.532.477	12.185.836	40.452.227	630.872	161.359.129	69.718.384
Preço	25,53 **	19,69 **	30,37	23,42	77,04	77,04	64,71	60,64	***	***
Montante total pago	1.425.133	897.775	634.582	313.040	4.432.302	938.797	2.617.664	38.256	****	****
Percentual de ações adquirido	24,3%	14,6%	9,0%	4,3%	100,0%	9,1%	30,2%	0,3%	79,3%	17,4%
Percentual adquirido sobre total de ações	15,4%	8,3%	5,7%	2,2%	100,0%	3,4%	11,1%	0,1%	26,8%	11,6%
Participação acumulada direta sobre as ações	24,3%	14,6%	33,3%	18,9%	100,0%	9,1%	39,3%	0,3%	79,6%	32,2%
Participação acumulada direta sobre capital votante					100,0%	9,1%	39,3%	0,3%	79,6%	
Participação acumulada direta total	15,4%	8,3%	21,1%	10,5%	100,0%	9,1%	20,2%	10,6%	27,5%	21,8%
Participação acumulada total sobre capital votante					100,0%	60,5%	90,7%	90,2%	79,6%	
Participação acumulada total	1,3%		24,7%		40,0%		47,0%		49,3%	

* Todas as ações são ordinárias.
 ** Preços médios.
 *** Relação de troca de ações (1.2190981 BRTO3 para uma BRTP3 e; 0.1720066 BRTO3 e 0.9096173 BRTO4 para uma BRTP4).
 **** Troca do total das ações detidas da BrT Part. Detidas pela Coan por novas ações emitidas da BrT, e pelas ações da BrT detidas pela BrT Part.

a.1) Aquisição do Controle da BrT

A aquisição da BrT foi registrada de acordo com o CPC 15 (IFRS 3R), considerando o valor justo dos ativos e passivos identificáveis, incluindo os ativos intangíveis e passivos contingentes. Os ativos líquidos adquiridos na data da combinação de negócios eram como segue (valores não proporcionais):

Em 8 de janeiro de 2009

Ativo:

Caixa e equivalentes de caixa	2.760.840
Aplicações financeiras	775.502
Contas a receber	2.147.627
Outros ativos circulantes	1.914.243
Ativo não circulante	4.850.012
Investimentos	3.744
Imobilizado	13.218.733
Ativos intangíveis	16.548.148
Total dos ativos adquiridos	42.218.849

Passivo:

Passivo circulante	5.668.225
Imposto de renda diferido	4.421.341
Provisão para contingências (i)	4.529.005

Notas Explicativas

Outros passivos	5.644.315
Total dos passivos assumidos	20.262.886
Total do ativo líquido	21.955.963

(i) A provisão para contingências inclui o montante de R\$ 3.075.969 representando o valor justo relacionado a diversas contingências trabalhistas, tributárias e cíveis, cuja avaliação de risco pelos nossos consultores legais externos foi a de perda possível ou remota. Esse montante foi estimado utilizando com base a expectativa futura de fluxo de caixa ao final de cada um dos processos envolvidos e registrado nas demonstrações financeiras de acordo com a combinação de negócios da BrT.

Abaixo apresentamos o valor total do valor de aquisição, assim como a determinação do ganho na aquisição do controle – BrT (valores não proporcionalizados):

Valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos	21.955.963
Valor pago pelo controle da Invitel Participações S.A. (“Invitel”)	(4.432.302)
Ações da Brasil Telecom Participações S.A. adquiridos por Copart 1 Participações S.A. (“Copart 1”)	(938.797)
Valor justo da participação previamente detida por Copart 1 (i)	(1.352.799)
Valor justo da participação previamente detida por Copart 2 Participações S.A. (“Copart 2”)	(790.020)
(i)	(790.020)
Valor justo das participações dos acionistas não controladores (ii)	(7.758.294)
	(15.272.212)
Valor total investido)
Ganho na aquisição do controle – BrT	6.683.751
Perdas nos valores justos das participações previamente detidas	(1.128.043)
Ganho na aquisição de controle - BrT, líquido	5.555.708
Na proporção do percentual de participação indireta da Companhia	<u>1.214.278</u>

(i) Os valores justos foram determinados com base no preço de mercado das ações na data de aquisição. Em 1 de janeiro de 2009 o valor das participações previamente detidas a valor justo era de R\$ 2.138.573. O valor proporcional à participação detida pela Companhia nesta controlada indireta aplicada sobre este montante é de R\$ 467.450.

(ii) O valor justo da participação de acionistas não controladores foi determinado da seguinte forma:

- para as ações ordinárias, foi utilizado o valor estipulado nas ofertas públicas de aquisição de ações, com base nos requerimentos da CVM.
- para as ações preferenciais, foi utilizado o valor de mercado na data de aquisição.

O ganho registrado na aquisição foi decorrente, principalmente, da diferença entre o valor justo dos ativos líquidos da Invitel e o valor de mercado da participação dos acionistas não controladores em ações preferenciais da BrT Part e da BrT. O valor justo dos ativos líquidos da Invitel está

Notas Explicativas

substancialmente relacionado com o segmento de telefonia fixa que, por natureza, é um investimento de longo prazo e, conseqüentemente, menos afetado pela crise de crédito global. No entanto, os valores de mercado das ações preferenciais da BrT e BrT Part haviam sido severamente impactados pela crise de crédito global. Em 8 de janeiro de 2009, data da aquisição, o valor de mercado das ações preferenciais da BrT e BrT Part haviam diminuído 34% e 36%, respectivamente, quando comparados aos seus valores máximos de mercado em 2008.

Com base no cálculo do ganho compra na aquisição do controle da BrT demonstrado anteriormente, a Administração reviu sua estimativa do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos. Assim, a Administração reviu os procedimentos utilizados para mensurar os montantes reconhecidos na data de aquisição relativos: (i) ao valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos, (ii) à participação dos acionistas não controladores na data de aquisição, (iii) à participação acionária anterior à aquisição na adquirida, e (iv) ao montante transferido com o objetivo de determinar que todas as informações disponíveis à data de aquisição foram consideradas no registro da combinação de negócios. Considerando que nenhuma informação adicional chamou a atenção da Administração, como resultado dessa reavaliação, que poderia alterar os valores justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos em conexão com esta aquisição, em conformidade com o CPC 15 (IFRS 3R), foi reconhecido um ganho no montante de R\$ 6.683.751 (valor não proporcionalizado) no resultado do exercício de 2009 da adquirente, Coari. Este efeito no resultado do exercício de 2009, proporcional à participação indireta detida pela Companhia na Coari, foi de R\$ 1.460.827.

a.2) Transações de capital subsequentes (OPAs obrigatórias e reorganização societária)

De acordo com o ICPC 09, alterações na participação acionária da controladora enquanto esta permaneça com o controle da subsidiária, devem ser registradas como transações de capital no patrimônio líquido. Portanto, o desembolso de caixa de R\$ 2.655.920 foi contraposto ao valor justo das participações dos acionistas não controladores adquirida nas OPAs (R\$ 2.572.298), sendo o excesso pago na transação de capital no montante de R\$ 83.622 registrado de forma reflexa no patrimônio líquido da Companhia a débito na conta Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações.

Como resultado das incorporações que foram finalizadas em 31 de julho de 2009 e 30 de setembro de 2009, Invitel, Solpart Participações S.A. ("Solpart"), Copart 1 e Copart 2, e BrT Part, respectivamente, foram incorporadas na BrT. A Copart 1 controlava a Invitel desde 8 de janeiro de 2009 e estava sob controle comum com a Copart 2, a incorporação da Invitel, Solpart, Copart 1 na BrT Part e da Copart 2 na BrT em 31 de julho de 2009, e a subsequente incorporação da BrT Part na BrT em 30 de setembro de 2009, representavam reorganizações de empresas sobre controle comum.

Após a realização da reorganização societária, houve aumento na participação no patrimônio líquido da BrT de 2,3%. Em decorrência da diferença entre os valores justos das ações envolvidas na troca, foi registrado adicional pago em capital de forma reflexa no patrimônio líquido da Companhia, o montante credor de R\$ 10.971 na conta denominada Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações. Nesta transação foi também reconhecido pela Companhia de forma reflexa, o montante de R\$ 24.348 que corresponde a benefício fiscal adicional sobre os ágios apurados nas OPAs de 23 de junho de 2009 (de acordo com o antigo BR GAAP) e que se concretizaram por ocasião das incorporações reversas da reorganização societária ocorrida em 30 de setembro de 2009.

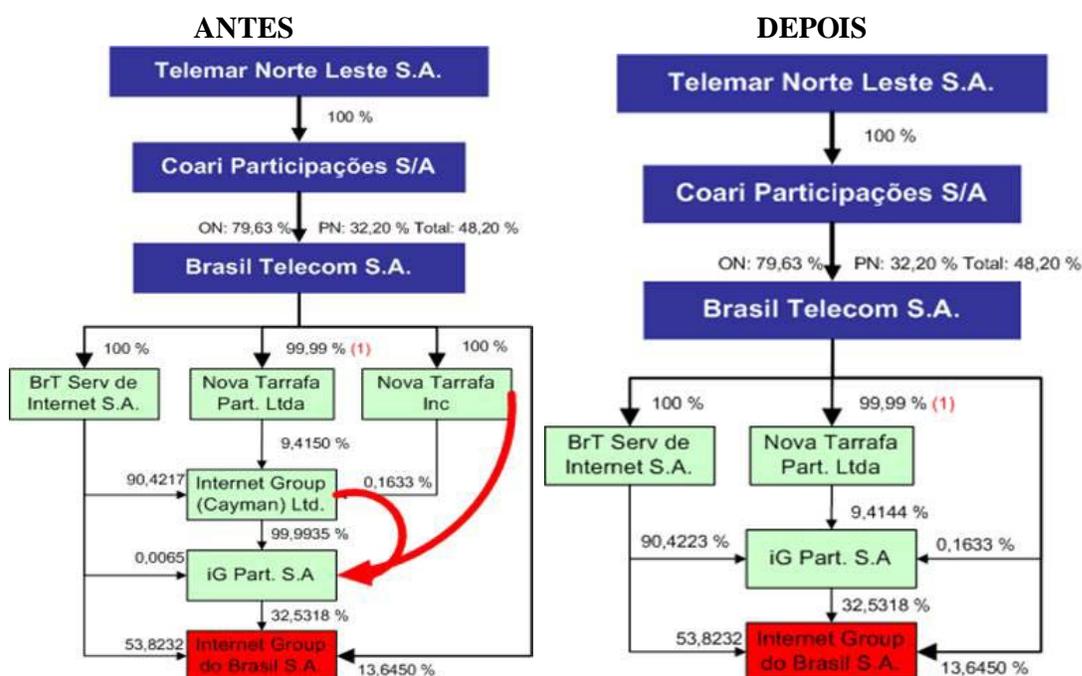
A composição acionária da BrT em 30 de setembro de 2009 passou a ser a seguinte:

Notas Explicativas

Composição Acionária – Brasil Telecom S.A.						
Acionista	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Coari	161.990.001	79,63	128.675.049	32,20	290.665.050	48,20
Minoritários	41.433.175	20,37	257.690.765	64,49	299.123.940	49,60
Ações em Tesouraria			13.231.556	3,31	13.231.556	2,20
Total	203.423.176	100,00	399.597.370	100,00	603.020.546	100,00

(b) Reorganização societária das empresas do segmento de internet do Grupo BrT

A Administração da TNL, visando se preparar para as futuras demandas da legislação brasileira relativas à composição de capital estrangeiro nas empresas de internet, em 30 de junho de 2010 efetuou a reorganização societária das empresas do seu segmento de internet, sejam operadoras e holdings, a qual abrangeu as incorporações pela iG Part das seguintes empresas: iG Cayman e Nova Tarrafa Inc.



Abaixo estão resumidas as principais informações sobre a reorganização societária das empresas de internet:

Empresa incorporada pela iG Part.

iG Cayman

Nova Tarrafa Inc.

* Quantidade de ações de iG Part. por ação da empresa incorporada.

	Acervo líquido	Relação de troca *
iG Cayman	(2.785)	2,00399169
Nova Tarrafa Inc.	322	125,12660374

Notas Explicativas

(c) Aquisição da TNCP, OPA's e reorganização societária da Amazônia Celular S.A. ("Amazônia")

Em 3 de abril de 2008 a TMAR adquiriu o controle acionário da TNCP (e, indiretamente da Amazônia), nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado entre a Vivo Participações S.A. ("Vivo").

Em 22 de outubro de 2008 e em 16 de janeiro de 2009, a TMAR realizou OPA's voluntária e obrigatória, respectivamente, nas quais efetuou aquisições de ações da Amazônia e da TNCP, conforme apresentados no quadro abaixo:

	22 de outubro de 2008				16 de janeiro de 2009	
	Preferenciais				Ordinárias	
	Amazônia				TNCP	Amazônia
	Classe A	Classe B	Classe C	Classe E		
Quantidade	64.860	113.571	14.800	174.875	1.175.018	80.868
Preço pago	38,00	38,00	38,00	38,00	87,61	134,00
Representatividade das ações		74,1%			97,9%	34,8%

Como resultado das aquisições efetuadas no âmbito das OPA's obrigatórias e voluntárias, a TMAR passou a ser detentora, após a data de 16 de janeiro de 2009, de 2.467.689 ações ordinárias e de 4.147.288 ações preferenciais da TNCP, bem como de 80.868 ações ordinárias e de 971.791 ações preferenciais da Amazônia, representativas de 98,7% do capital total da TNCP e de 17,9% do capital total da Amazônia.

Após as OPA's obrigatórias, a Companhia registrou de forma reflexa em seu patrimônio líquido, um ágio no montante de R\$ 4.727 na conta de Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações.

Em 9 de março de 2009, a Administração da TMAR implementou reorganização societária, tendo como objetivo consolidar os ativos relacionados às atividades da Amazônia com aqueles relacionados às atividades da Oi, devolvendo à ANATEL, em seguida, as autorizações para o uso de determinadas radiofrequências.

A reorganização societária ocorreu da seguinte forma:

Incorporação de ações da Amazônia pela TNCP

	Ordinárias	Preferenciais
Ações da Amazônia recebidas pela TMAR	151.159	270.798
Ações da TNCP entregues pela TMAR (i)	354.886	1.430.859
Relação de troca para 1 ação da Amazônia (ii)	1,529505	1,151515

(i) Foram emitidas novas ações para a troca.

Notas Explicativas

(ii) A relação de substituição de ações respeitou as espécies de ações existentes, tomando como base:

- para as ações ordinárias, os preços praticados nas OPA's obrigatórias da TNCP e da Amazônia; e
- para as ações preferenciais, os preços praticados nas OPA's voluntárias da TNCP e da Amazônia.

A incorporação de ações da Amazônia resultou no aumento do capital social da TNCP no montante de R\$ 32.881 (valor não proporcionalizado).

Aumento de capital da TNCP

A TMAR aumentou sua participação acionária na TNCP, através da integralização de capital na forma de cessão da totalidade do investimento na Oi. Neste procedimento foram emitidas 56.464.204 ações ordinárias e 112.928.407 ações preferenciais da TNCP e o montante total envolvido foi de R\$ 8.673.466 (valor não proporcionalizado), que corresponde ao valor contábil do investimento na Oi.

Em decorrência da incorporação das ações da Amazônia e da integralização de capital da controladora TMAR, o capital social da TNCP sofreu um aumento de R\$ 8.673.466, passando a ser de R\$ 8.791.201 (valores não proporcionalizados), representado por 59.311.566 ações ordinárias e 118.568.472 ações preferenciais, tendo resultado na seguinte composição acionária:

	<u>Ações ON</u>	<u>%</u>	<u>Ações PN</u>	<u>%</u>	<u>Total</u>	<u>%</u>
TMAR	59.055.488	99,57	118.193.342	99,68	177.248.830	99,65
Ações em circulação	256.078	0,43	375.130	0,32	631.208	0,35
Total de ações	59.311.566	100,00	118.568.472	100,00	177.880.038	100,00

Incorporação da Amazônia pela Oi

Na incorporação da Amazônia pela Oi, foram emitidas 92.363.839 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, da Oi, sendo cada ação ordinária ou preferencial de emissão da Amazônia a valor contábil, independentemente de classe, correspondente a 15.686.583 ações ordinárias de emissão da Oi.

As radiofrequências atribuídas à Amazônia foram devolvidas à ANATEL, com a consequente extinção de sua outorga de SMP.

Antes da reestruturação societária o capital social da Oi era R\$ 9.612.504 (valor não proporcionalizado), dividido em 6.101.213.226 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Em decorrência da incorporação da Amazônia a valor contábil, o capital social da Oi sofreu um aumento de R\$ 131.302, passando a ser de R\$ 9.743.805 (valores não proporcionalizados), representado por 6.193.577.065 ações ordinárias. As ações emitidas foram integralizadas com a absorção do patrimônio líquido da Amazônia, sendo 100% das ações da Oi detidas pela TNCP.

Notas Explicativas

Em 22 de abril de 2009, poucos acionistas minoritários não exerceram direito de retirada, tendo integralizado capital na TNCP no montante de R\$ 55, passando o capital social total a ser de R\$ 8.791.256 (valor não proporcionalizado), sem acarretar em aumento na quantidade de ações.

(d) Reorganização societária da Way TV

Em 25 de setembro de 2008, os Conselhos de Administração da TNL e da TMAR aprovaram a implementação de reorganização societária relacionada à Way TV, com a finalidade de: (i) aumentar as eficiências operacionais e o aproveitamento de sinergias entre as atividades desenvolvidas pela Oi e Way TV, e (ii) permitir o incremento da oferta de serviços convergentes, principalmente “*quadruple play*”. A reorganização encontrava-se condicionada a aprovação da ANATEL e, tal anuência foi concedida em 11 de março de 2010.

Em 1 de outubro de 2010 a TNL efetuou a reorganização societária que consistiu das seguintes etapas:

- Venda da TNL PSC Participações S.A. (“TNL PCS Part.”), subsidiária integral da TNL para a Oi; e
- Incorporação da TNL PSC Part.

(e) Aquisições e constituição de empresas pela CTX e suas controladas

Em setembro de 2010, a Contax adquiriu o controle integral da Ability Comunicação Integrada Ltda. (“Contax Ability”), que tem por objeto as atividades de prestação de serviços de agenciamento de publicidade e propaganda, promoção de vendas, *merchandising* e *marketing*, planejamento de campanhas e sistemas de publicidade, consultoria em publicidade, pesquisa de mercado e opinião pública, dentre outros.

Esta aquisição gerou um ágio no montante de R\$74.365 (valor não proporcionalizado), fundamentado no seu valor econômico, em função da estimativa de rentabilidade futura do negócio:

	Valor justo reconhecido na aquisição
Ativos:	
Caixa e equivalentes de caixa	4.879
Contas a receber	13.536
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.550
Créditos tributários	2.898
Imobilizado e intangível	1.749
Outros ativos	366
	<u>27.978</u>
Passivos:	
Fornecedores	(3.186)
Salários e encargos sociais	(11.650)
Tributos a recolher	(13.393)
Receitas diferidas	(1.247)
Outros	(282)
	<u>(28.758)</u>

Notas Explicativas

	(29.758)
Total dos passivos identificáveis líquidos	<u>(1.780)</u>
Ágio na aquisição	74.365
Total da contraprestação	<u>72.585</u>
Preço inicial (Pagamento à vista)	24.400
Valor retido (Caixa restrito)	2.000
Preço adicional (Contraprestação contingente)	46.185

Em setembro de 2010, a Contax Sucursal Empresa Extranjera (“Contax Argetina”), controlada indireta da Contax Participações, foi constituída com capital inicial de R\$817 (valor não proporcionalizado), na cidade de Buenos Aires - Argentina. A Contax Argentina tem como objeto social a prestação de serviços de tele atendimento em geral, oferecendo serviços integrados de relacionamento entre clientes e os seus consumidores, naquele país.

Em março de 2010, a CTX celebrou um Instrumento Particular de Constituição de Usufruto (“Instrumento”), em conjunto com um dos executivos beneficiários do Programa 2007, o qual vigorará até 30 de março de 2011. Por meio do referido Instrumento, o executivo constituiu em favor da CTX, gratuitamente, usufruto sobre 733.600 ações de emissão da Contax Participações. O Instrumento assegura à CTX o direito ao recebimento de 100% de quaisquer dividendos da Contax Participações pertinentes às ações, inclusive intermediários ou intercalados, se for o caso, declarados nas Assembleias Gerais da Contax Participações. Adicionalmente, o Instrumento assegura à CTX, durante o prazo de vigência, o pleno e irrestrito exercício do direito de voto em todas as Assembleias Gerais da Contax Participações.

Em conexão com o Instrumento supracitado, a CTX também celebrou um Contrato de Opção de Compra de Ações (“Contrato de Compra”), referente às 733.600 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal da Contax Participações, pelo montante de R\$ 15.769 (valor não proporcionalizado). Conforme definido no Contrato de Compra, a CTX poderá exercer opção a partir de 30 de março de 2011, ou em data anterior, hipótese em que o preço da opção será majorado em 20%. A CTX somente poderá exercer a opção sobre a totalidade das ações de propriedade do executivo. Vinculado ao Contrato de Compra assinado pela CTX, também foi celebrado pelo executivo beneficiário da Contax Participações um Contrato de Opção de Venda de Ações (“Contrato de Venda”), nos mesmos termos e condições do Contrato de Compra.

Arelado (i) ao Contrato de Compra, (ii) ao Contrato de Venda e (iii) ao Instrumento, ainda em março de 2010 foi celebrado entre a CTX e o executivo beneficiário da Contax Participações um Contrato de Mútuo (“Empréstimo”), no qual a CTX conferiu ao executivo beneficiário o montante de R\$15.769 (valor não proporcionalizado), que deverá ser liquidado, em parcela única, em 30 de março de 2011. Sobre o Empréstimo não incidirão juros, tendo em vista que o executivo beneficiário constituiu em favor da CTX usufruto sobre as 733.600 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão da Contax Participações, de sua propriedade.

Em virtude do referido Instrumento representar, em sua essência, a aquisição antecipada das ações ordinárias nominativas e sem valor de emissão da Contax Participações, tal transação foi tratada como aquisição de ações de acionistas não controladores e o valor pago em excesso ao valor

Notas Explicativas

patrimonial das ações, foi inicialmente contabilizado no ativo intangível da CTX (BRGAAP anterior) e, posteriormente reclassificado para o patrimônio líquido (IFRS e BRGAAP). Na Companhia foi registrado o montante de R\$2.594 de forma reflexa em patrimônio líquido, na conta de Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações.

Em novembro de 2009, a Contax adquiriu o controle integral da BRC Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“BRC”) pelo montante de R\$61 (valor não proporcionalizado). Esta aquisição teve como objetivo desenvolver e executar o projeto imobiliário inserido no Programa de Incentivos Seletivos para a região adjacente à Estação da Luz (“Programa Nova Luz”), na área central do Município de São Paulo.

2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Base de elaboração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e a aquisição do controle da BrT, anteriormente descrita, contabilizadas de acordo com o CPC 15 (IFRS 3R), conforme descrito nas principais políticas contábeis no item (b) a seguir.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (c).

Demonstrações Financeiras Consolidadas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com o IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” emitidos pelo IASB - “*International Accounting Standards Board*” e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM.

Demonstrações Financeiras Individuais

As Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

As Demonstrações Financeiras Individuais, preparadas para fins estatutários, apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não estão em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas Demonstrações Financeiras Consolidadas

Notas Explicativas

preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Essas Demonstrações Financeiras Consolidadas são as primeiras elaboradas de acordo com as IFRSs e os CPCs. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Companhia e suas controladas adotaram os pronunciamentos técnicos aplicáveis emitidos em 2009 e em 2010. Os efeitos da adoção das IFRSs e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC estão apresentados na Nota 3.

b) Principais políticas contábeis

Critérios de Consolidação

A consolidação foi elaborada de acordo com o IAS 27 / CPC 36 (R1) – Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras das controladas diretas e indiretas da Companhia. Os principais procedimentos de consolidação são:

- soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil;
- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas e despesas relevantes, entre as empresas consolidadas;
- eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas;
- destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício; e
- consolidação dos fundos de investimentos exclusivos (Nota 11).

Os ativos, passivos, receitas e despesas das controladas diretas e indiretas da Companhia, cujo controle é compartilhado nos termos da CPC 19 e IAS 31, foram consolidados proporcionalmente à participação detida nestas controladas, conforme apresentado na nota explicativa nº 4.

Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação

A Companhia e suas controladas atuam, respectivamente, como holding e operadora no setor de telecomunicações brasileiro e em atividades, principalmente, correlacionadas ao respectivo setor (vide Nota 1), sendo o real (R\$) a moeda corrente utilizada nas transações.

A Administração considerou, para a definição da moeda funcional, a moeda que influencia:

- o preço de venda de seus produtos e serviços;
- os custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos;

Notas Explicativas

- o fluxo de caixa pelo recebimento de clientes e pagamento a fornecedores,
- juros, investimentos e financiamentos

Sendo assim, a moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o real (R\$), mesma moeda que é utilizada para apresentação das Demonstrações Financeiras.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data da transação. A variação cambial resultante da conversão é reconhecida na demonstração do resultado.

Empresas do grupo

A Companhia, a Iguatemi e a TNL possuem investimentos em empresas com sede no exterior, nenhuma das quais utiliza uma moeda funcional diferente do Real (R\$).

A TNL possui uma controlada na Venezuela, cuja economia é considerada hiperinflacionária pela IAS 29/ CPC 02 (R2), tendo inflação acumulada nos últimos três anos superando 100%.

A Administração da TNL analisou o efeito da hiperinflação em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas e concluiu que o impacto da atualização monetária no período é imaterial, em razão do patrimônio líquido daquela controlada (base para os efeitos hiperinflacionários), em 31 de dezembro de 2010, ser de R\$ 1.689 (2009 – R\$ 2.625) (valores não proporcionalizados).

A CTX possui uma controlada na Argentina, cuja situação econômica não é considerada hiperinflacionária pela IAS 29/ CPC 02 (R2), portanto, não sujeitas a atualização monetária.

Apresentação de informação por segmentos

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais da Companhia, a Administração. Todos os resultados operacionais dos segmentos são analisados frequentemente para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho.

Os resultados de segmentos que são reportados a Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de imobilizado e ativos intangíveis que não são ágios.

Combinações de negócios

Aquisições efetuadas a partir de 1 de janeiro de 2009

Para aquisições efetuadas a partir de 1 de janeiro de 2009, a Companhia e suas controladas identificam a adquirente e registra o valor justo nas Demonstrações Consolidadas de: ativos adquiridos (incluindo intangíveis), passivos assumidos, ativos e passivos contingentes, contraprestações transferidas incluindo os valores de participações previamente detidas, e o valor

Notas Explicativas

das participações de acionistas não controladores na companhia adquirida. Quando o valor pago excede aos ativos líquidos deduzidos das participações de acionistas não controladores, o valor excedente aos ativos adquiridos e passivos assumidos é registrado como ágio, caso contrário, o ganho decorrente do acordo da compra é reconhecido na demonstração de resultados.

Os valores justos dos ativos e passivos em cada combinação de negócios foram mensurados através de laudos técnicos de especialistas em avaliação.

Para efeito do cálculo do resultado na combinação de negócios, a participação de acionistas não controladores foi mensurada pelo seu valor justo, utilizando o modelo que forneça a melhor representação da essência econômica da transação, dentre as seguintes opções: valor de mercado obtido pela cotação das ações da empresa adquirida em Bolsa de Valores ou pela participação proporcional sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, os quais a Companhia incorre com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidas como despesas à medida que são incorridos.

Aquisições anteriores a 1 de janeiro de 2009

A Companhia e suas controladas optaram por adotar a isenção para o reprocessamento das combinações de negócios ocorridas anteriormente à data de transição para as IFRS e CPC, 1 de janeiro de 2009, de acordo com o IFRS 1 / CPC 37. Sendo assim os excedentes pagos estão mensurados e classificados conforme sua fundamentação original. Para os casos em que o fundamento tenha sido as mais-valias de ativos adquiridos, a depreciação é com base nas vidas úteis e caso haja evidência de perdas no valor recuperável, são efetuados testes para avaliar a extensão da redução do valor recuperável dos ativos e; para os casos em que o fundamento seja a rentabilidade econômica futura (“goodwill”), estes são testados anualmente o valor recuperável ou quando existirem indicativos de impairment.

Caixa e equivalentes de caixa

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento do exercício apresentado e não superam o valor de mercado.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas de acordo com a sua finalidade em: (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização, quando aplicável. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus efeitos reconhecidos na conta de ajuste de avaliação patrimonial, quando aplicável.

Notas Explicativas

Contas a receber

As contas a receber decorrentes de serviços prestados de telecomunicações pelas controladas estão avaliadas pelo valor das tarifas ou do serviço na data da prestação do serviço e não diferem de seus valores justos. Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não faturados até a data de encerramento do exercício, cujo valor é apurado por meio de valorização das leituras realizadas nas datas de encerramento ou por estimativas considerando a performance histórica. Os respectivos tributos são também apurados e contabilizados por competência. As contas a receber decorrentes da comercialização de aparelhos celulares e acessórios são registradas pelos valores das vendas realizadas, no momento em que as mercadorias são entregues e aceitas pelos clientes.

Os encargos das contas em atraso são reconhecidos contabilmente quando da emissão da conta do primeiro ciclo de faturamento subsequente ao pagamento da conta vencida.

As contas a receber decorrentes de serviços prestados pela Iguatemi e pelas controladas da CTX são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, que geralmente representa os montantes faturados e, posteriormente, pelos saldos menos provisão para eventuais perdas no valor recuperável.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Uma provisão para redução ao valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que as controladas não irão arrecadar ou receber todos os valores devidos de acordo com os termos originais do seu contas a receber.

É constituída com o intuito de reconhecer prováveis perdas com relação às contas a receber, considerando as medidas que são tomadas para limitar os serviços proporcionados a clientes com contas vencidas e para cobrar tais contas, a começar quando o atraso é superior a 60 dias, aumentando progressivamente, no caso das contas a receber decorrentes de serviços prestados de telecomunicações, como segue:

<u>Contas em atraso</u>	<u>% de perda provisionada</u>
De 1 a 60 dias	Zero
De 61 a 90 dias	40
De 91 a 120 dias	60
De 121 a 150 dias	80
De 151 a 180 dias	100

Para os serviços prestados pela controlada Iguatemi a provisão para créditos de liquidação duvidosa leva em consideração os valores de clientes vencidos há mais de um ano e os valores em atraso desses clientes com prazo inferior a um ano.

Para os demais serviços prestados pelas controladas da CTX, a provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe evidência objetiva, além de quaisquer garantias que possam ter sido fornecidas pelo cliente, que as controladas da CTX não serão capazes de cobrar todos os montantes devidos, de acordo com as condições iniciais dos créditos a receber.

Notas Explicativas

Estoques

Os estoques estão segregados e classificados conforme disposição a seguir:

- Estoques de materiais de manutenção, classificados no ativo circulante conforme seu prazo de utilização, são demonstrados pelo custo médio de aquisição, os quais não excedem o custo de reposição.
- Estoque para expansão, classificado no ativo imobilizado, é demonstrado pelo custo médio de aquisição, e tem como objetivo ser aplicado na expansão da planta de telefonia.
- Estoques de materiais de revenda, classificados no ativo circulante, são apresentados pelo custo médio de aquisição, basicamente, representados por aparelhos celulares e acessórios. Para os aparelhos celulares e acessórios, são registrados ajustes ao provável valor de realização para os casos em que as aquisições são realizadas a valores superiores ao de venda. Para os estoques obsoletos são registradas as perdas ao valor recuperável.

Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

As Demonstrações Financeiras de controladas e controladas em conjunto “*joint ventures*” são incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas a partir da data em que o controle integral ou compartilhado, se inicia até a data em que o controle integral ou compartilhado, deixa de existir. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis (incluindo imobilizações em andamento para tal propósito). As propriedades para investimento são mensuradas ao custo, incluindo os custos da transação. As propriedades para investimento são divulgadas ao valor justo, conforme Nota 17. Periodicamente, a controlada Iguatemi revisa a vida útil e o valor residual das suas propriedades para investimentos.

A Administração da Iguatemi não aplicou o custo atribuído para a valorização de suas propriedades para investimento em 1º de janeiro de 2009, quando da adoção das novas práticas contábeis, tendo em vista os seguintes fatores: (i) a também não adoção prospectiva do método do valor justo, uma vez que o mercado imobiliário tem um padrão de comportamento bastante cíclico que poderia resultar em oscilações importantes nas demonstrações financeiras da Iguatemi; (ii) um possível impacto nos fluxos previstos de dividendos aos acionistas (pelo incremento da depreciação anual); e (iii) a ampla divulgação dos valores justos das propriedades nas notas explicativas; (iv) as propriedades para investimentos são segregadas em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; e (v) a Iguatemi possui controles eficazes sobre as suas propriedades para investimentos, que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil das propriedades.

Notas Explicativas

Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para as controladas e os custos com desmontagem, remoção e restabelecimento de ativos. Os encargos financeiros decorrentes de obrigações que financiam bens e obras, enquanto em construção, são capitalizados. Os saldos apresentados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem o montante relativo ao valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Invitel, adquiridos em 8 de janeiro de 2009.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem, entretanto, são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou vida útil econômica.

Os bens atrelados a contratos de arrendamento mercantil financeiro são registrados no imobilizado, pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil-econômica dos bens, a qual as controladas revisam anualmente.

Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- . É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- . A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.
- . O software pode ser vendido ou usado.

Notas Explicativas

- . Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros.
- . Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.
- . O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

Na Companhia, o excesso pago em relação aos ativos líquidos da controlada LF Tel e TNL, anteriormente classificado como ágio (aquisições anteriores à 01/01/2009), foi reclassificado para investimentos e é amortizado pelo prazo da vigência da concessão, ou seja, até 2025. Nas demonstrações consolidadas é reclassificado para o ativo intangível, conforme requerido pelo ICPC 09.

Nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, os intangíveis em uma combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição (o qual passa a ser o novo valor de custo), e amortizados de acordo com os prazos contratuais e/ou prazos de geração de benefícios econômicos futuros.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Compreende a avaliação anual ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperável. Os ativos de longa duração podem ser identificados como de vida útil indefinida e ativos sujeitos a depreciação e amortização (ativo imobilizado e ativo intangível). Uma eventual perda é reconhecida por um montante pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu montante recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre valor justo do ativo menos o custo de vender e seu valor em uso. Para o propósito de avaliação ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao menor nível para o qual existam UGC - Unidades Geradoras de Caixa e são realizadas projeções com base em fluxos de caixa descontados, fundamentadas em expectativas sobre as operações das companhias em seus vários segmentos de negócios.

As UGC são os segmentos de negócios das companhias, tendo em vista ser a menor unidade separável com capacidade de geração de caixa.

As projeções do VPL - Valor Presente Líquido das UGC são elaboradas levando-se em consideração as seguintes premissas:

- Fontes internas de informação: evidência de obsolescência ou dano, planos de descontinuidade, relatórios de desempenho, entre outras;

Notas Explicativas

- Fontes externas de informação: valor de mercado dos ativos, ambiente tecnológico, ambiente de mercado, ambiente econômico, ambiente regulatório, ambiente legal, taxas de juros, taxas de retorno sobre os investimentos, valor de mercado das ações das companhias, entre outras.

Para os ativos de vida útil indefinida as referidas projeções suportam a recuperação desses ativos. A Companhia e controladas não registraram perdas nos exercícios apresentados, decorrentes da aplicação desta prática contábil.

Ajuste a valor presente

A Companhia e suas controladas efetuam avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. A Provisão de desmobilização de ativos, os ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil e o saldo a pagar pela aquisição da totalidade das ações da SISP Participações S.A. pela controlada Iguatemi foram ajustados a valor presente.

Em aspectos gerais, quando aplicável, a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de captação global, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado em razão da fluência da taxa utilizada no cálculo.

Na avaliação da Companhia e suas controladas, nenhum outro ativo e passivo registrado em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 é sujeito ao ajuste a valor presente, tendo em vista os seguintes fatores: (i) sua natureza; (ii) realização a curto prazo de determinados saldos e transações; (iii) inexistência de ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos. Nos casos em que os instrumentos financeiros estão mensurados pelo custo amortizado, estes se encontram atualizados monetariamente pelos índices contratuais.

Deterioração de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado atualizados pelas variações monetárias ou cambiais e acréscimos de juros incorridos até a data de encerramento do exercício.

Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.

Instrumentos financeiros derivativos

Notas Explicativas

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com a finalidade de reduzir a exposição de risco de mercado decorrente das variações nas taxas de câmbio da dívida em moeda.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor de mercado na data em que um contrato derivativo é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo. Alterações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas diretamente no resultado.

Nestas Demonstrações Financeiras a Companhia e suas controladas não fizeram uso da contabilidade de “*hedge*” (“*hedge accounting*”).

Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Os Instrumentos de dívida ou de patrimônio emitidos pela Companhia e suas controladas são classificados como passivos financeiros ou como instrumento de patrimônio, respeitando a substância contratual da transação.

A TNL e suas controladas, a CTX e suas controladas e a controlada Iguatemi possuem um programa de remuneração baseada em ações, no qual as obrigações serão liquidadas com instrumentos de patrimônio. Estas opções estão precificadas pelo valor justo na data de concessão dos planos e são reconhecidas de forma linear ao resultado pelo prazo de concessão da opção. Os saldos acumulados nas datas do balanço são reconhecidos em conta do patrimônio líquido.

Provisões

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Benefícios a empregados

- Planos de previdência privada - Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pela TNL e suas controladas em benefício de seus empregados, são administrados por duas fundações. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais e, quando aplicável, contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência.

A TNL e suas controladas contam com planos de contribuições definidas e benefícios definidos.

No plano de contribuição definida a patrocinadora paga contribuições fixas para um fundo, administrado por uma entidade em separado. As contribuições são reconhecidas como despesas relativas aos benefícios aos empregados quando incorridas. A patrocinadora não tem a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais, caso o fundo não disponha de ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados aos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores.

Notas Explicativas

No plano de benefício definido se adota o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais pelo critério do corredor. O benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes, que utilizam o método de crédito de unidade projetada. O valor presente do benefício definido é determinado descontando-se as saídas de caixa futuras estimadas, utilizando a projeção da taxa de inflação acrescida de juros de longo prazo. A obrigação reconhecida no balanço, no que tange aos planos de pensão de benefícios definidos que são deficitários, corresponde ao valor presente dos benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano.

- Plano de opção de compra de ações - A TNL e suas controladas oferecem aos seus administradores planos de opção de compra de ações preferenciais e ordinárias. Estas opções estão precificadas pelo valor justo na data de concessão dos planos, são reconhecidas de forma linear ao resultado pelo prazo de concessão da opção e são liquidadas em ações. Os saldos acumulados nas datas do balanço são reconhecidos em conta do patrimônio líquido.

A controlada BrT possuía plano de opções de compra de ações, outorgadas a administradores e empregados. Estas opções foram parcialmente liquidadas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, em decorrência da alteração do controle acionário.

- Plano de opção de compra de ações da Contax - As opções de compra de ações da Contax têm como objetivo a outorga de opções para subscrição de ações ordinárias, escriturais, de emissão da Contax Participações, em favor dos administradores e funcionários beneficiários. Para terem direito às opções de compra de ações, os beneficiários devem concluir de um a quatro anos de serviço (períodos de aquisição de direito) Os saldos acumulados nas datas do balanço são reconhecidos em conta do patrimônio líquido.
- Participações dos empregados no resultado - A provisão que contempla o programa de participações dos empregados nos resultados é contabilizada pelo regime de competência, no qual participam todos os empregados elegíveis que tenham trabalhado proporcionalmente no ano conforme as regras do Programa das controladas.

Reconhecimento das receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis para venda de serviços no curso regular das atividades das controladas indiretas da Companhia.

A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para as controladas indiretas, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram, substancialmente, transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades das controladas indiretas.

As receitas de serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As ligações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo de medição conforme legislação em vigor. Os serviços cobrados em valores fixos mensais são calculados e contabilizados em bases lineares.

Os serviços pré-pagos são registrados como receitas a apropriar e são reconhecidos na receita à medida que os serviços são utilizados pelos clientes.

As receitas provenientes da venda de aparelhos celulares e seus acessórios são registradas quando estes são entregues e aceitos pelos clientes. Descontos e abatimentos relacionados às receitas de

Notas Explicativas

serviços prestados e à venda de aparelhos e acessórios são considerados no reconhecimento das receitas a que se vinculam. As receitas que envolvem transações com múltiplos elementos são identificadas em cada um de seus componentes e os critérios de reconhecimento são aplicados individualmente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas provenientes da venda de cartões indutivos (TUP – Telefonia de Uso Público) são registradas quando os créditos são efetivamente consumidos pelos clientes.

As receitas provenientes de serviços de telemarketing, atendimento ao consumidor e recuperação de crédito para outras entidades são prestados de acordo com os contratos onde o faturamento deve-se pelo tempo de conversação, por posição de atendimento (PAs), por desempenho ou por preço fixo.

As receitas de serviços de telemarketing e atendimento ao consumidor baseadas em tempo de conversação são faturadas com base nas horas faladas, enquanto as receitas baseadas em PAs são faturadas conforme a quantidade de PAs utilizadas pelo cliente.

Receitas provenientes de metas de desempenho (ex.: serviços de recuperação de crédito) são reconhecidas com base na taxa percentual acordada com o cliente sobre os créditos a cobrar dos seus consumidores. Após a confirmação, por parte do cliente, de que tais créditos foram recuperados, a receita é reconhecida. Se for verificado que surgiram certas circunstâncias que possam vir a alterar as estimativas iniciais de receitas, custos ou extensão do progresso rumo à conclusão, as estimativas são revistas. Estas revisões podem resultar em aumentos ou reduções de custos e receitas estimadas, e são refletidas na receita do período em que as circunstâncias que dão origem à revisão tornam-se conhecidas pela Administração.

Receitas de alugueis são reconhecidas com base na fruição dos contratos.

Receitas de cessões de direitos a lojistas são diferidas e apropriadas ao resultado de acordo com a fruição do primeiro contrato de aluguel.

Reconhecimento das despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas, de acordo com seu respectivo prazo de duração.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento, os ganhos com aplicações financeiras e os ganhos com instrumentos financeiros derivativos. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, contratos de instrumentos financeiros derivativos e outras transações financeiras.

Para atendimento às disposições societárias, os juros sobre o capital próprio a serem imputados aos dividendos mínimos e obrigatórios são contabilizados como “Receitas financeiras” e “Despesas financeiras”, sendo revertidos para “Lucros acumulados”, por serem, em essência, distribuições de resultados. Para não afetar os índices financeiros e permitir a comparabilidade entre os períodos apresentados, as reversões estão sendo apresentadas no grupo de despesas financeiras, anulando seus efeitos.

Notas Explicativas

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e diferido

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os tributos mencionados atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura. As controladas elaboram estudos técnicos que contemplam a geração futura de resultados de acordo com a expectativa de sua Administração, considerando a continuidade das empresas. O valor contábil do ativo fiscal diferido é reduzido na medida em que não seja mais provável que lucro tributável suficiente estará disponível para permitir que o benefício de parte ou de todo aquele ativo fiscal diferido possa ser utilizado. Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões.

Subvenções e assistências governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e que as controladas irão cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar as controladas por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática nos mesmos períodos nos quais as despesas são reconhecidas, já as subvenções que visam compensar o custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeitos diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas, enquanto para o IFRS representa informação financeira adicional.

Demonstração dos fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada de acordo com o CPC03 / IAS7 através do método indireto. A Companhia e suas controladas classificam na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Notas Explicativas

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em (i) atividades operacionais; (ii) atividades de investimento; e (iii) atividades de financiamento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos aos fornecedores, pessoal, tributos, encargos financeiros e perdas em processos judiciais. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, principalmente, aquisições e alienações de investimentos, depósitos e resgates judiciais e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, principalmente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos e financiamentos obtidos, instrumentos financeiros derivativos e pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio.

c) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Demonstrações Financeiras, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados à assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de receita e contas a receber

A política de reconhecimento de receita das controladas indiretas é significativa em razão de ser componente relevante dos resultados operacionais. A determinação de preços, capacidade de cobrança e os direitos a receber de certas receitas pelo uso da rede se baseiam em julgamentos relacionados à natureza da tarifa cobrada pelos serviços prestados, o preço de certos produtos e o poder de cobrar essas receitas. Se mudanças nas condições fizerem com que a Administração julgue que esses critérios não estão sendo atendidos em certas operações, o valor das contas a receber pode ser afetado. Além disso, as controladas indiretas dependem de diretrizes de medição para determinadas receitas de acordo com as regras definidas pela ANATEL.

Com relação a controlada Iguatemi e a CTX e suas controladas, reconhece-se a receita pelo regime de competência, por ocasião da prestação dos serviços, exceto no que diz respeito a alguns serviços baseados em desempenho, reconhecidos quando de sua medição e aceitação pelo cliente.

A maior parte da receita de contratos é calculada com base em indicadores, tais como: quantidade de PAs, tempo de conversação e metas de desempenho. A receita é calculada com base em informações disponíveis nos sistemas de Tecnologia da Informação (TI), que se referem ao volume de serviços de dados prestados a cada cliente. As receitas referentes aos serviços baseados em desempenho são calculadas de acordo com dados disponíveis nos sistemas de TI da Contax e de seus clientes. Adicionalmente, normalmente são designados gerentes de operações para revisar, conciliar e discutir tais indicadores com os clientes. Alguns ajustes de receitas são registrados após essas discussões.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, conforme mencionado na Nota 2, levando-se em consideração as medidas

Notas Explicativas

implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes.

A Administração das controladas indiretas inclui entidades governamentais, clientes corporativos e outros fornecedores de serviços de telecomunicações na base de cálculo da provisão. Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitem aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas. Os montantes que efetivamente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias.

Depreciação do ativo imobilizado

O ativo imobilizado é depreciado, usando o método de depreciação linear no decorrer da vida útil dos ativos. As vidas úteis dos ativos mais relevantes estão demonstradas na Nota 18.

As vidas úteis de certos ativos podem variar entre os segmentos de linha fixa e móvel. As controladas indiretas da Companhia revisam anualmente as vidas úteis dos ativos, levando-se em consideração as mudanças nas estimativas, com base na obsolescência técnica e avaliação por peritos externos.

Redução do valor recuperável dos ativos de longa duração

A Companhia e suas controladas revisam e analisam a possibilidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível para avaliar a ocorrência de redução do valor recuperável dos ativos da Companhia, seja como o resultado de decisões de descontinuar atividades relacionadas a tais ativos ou em caso de haver evidências de que as receitas operacionais futuras não serão suficientes para garantir sua realização.

Os testes de recuperabilidade (“*impairment*”) dos ativos de vida útil definida são aplicados sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperado. Os ativos de vida útil indefinida (“*goodwill*”) são testados anualmente ou quando existirem indicativos de *impairment*, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.

Para as combinações de negócios ocorridas após a data de transição para o IFRS, foi aplicado o CPC 15 / IFRS 3 (R) e alocado ao custo da entidade adquirida o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição. Esses ativos também são avaliados para fins de “*impairment*”.

Os valores recuperáveis dos ativos são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas. A determinação do valor justo e dos fluxos de caixa operacionais futuros descontados exige que a Companhia e suas controladas estabeleçam determinadas suposições e estimativas referentes aos fluxos de entrada e de saída de caixa projetados relacionados às receitas, gastos e despesas futuras. Essas suposições e estimativas podem ser influenciadas por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que as controladas indiretas fornecem ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas

Provisões

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas em processos judiciais que correm nas esferas trabalhistas, tributária e cível, bem como processos administrativos conforme apresentado na Nota 25. O reconhecimento da provisão para perdas em processos judiciais se baseia na avaliação de risco de perda em cada processo, que inclui a avaliação das evidências disponíveis e decisões recentes, e refletem provisões razoavelmente estimadas, conforme avaliado pela Administração, sua assessoria jurídica e advogados externos. É possível que as premissas utilizadas para estimar a provisão para perdas em processos judiciais alterem, podendo, portanto resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas nos processos judiciais.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos a valor justo com base em estimativas de fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado. As estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. As utilizações de diferentes premissas para apuração do valor justo poderiam ter efeito material nos valores obtidos e não indicam necessariamente o montante de caixa que as controladas receberiam ou pagariam no caso de liquidar essas transações.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

As controladas diretas e indiretas reconhecem e liquidam os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal, que são significativamente diferentes dos valores calculados para os CPCs e as IFRS. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), as controladas diretas e indiretas reconhecem os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

As controladas revisam regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseada no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

Benefícios a empregados

A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionada aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões acumuladas e planos de saúde e o valor a ser fornecido a cada ano como custos com benefícios de aposentadoria.

Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, nossa capacidade para criar novos empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base. Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados das controladas diretas e indiretas.

Notas Explicativas

d) Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia e suas controladas

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados em 1 de janeiro de 2011 ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia e suas controladas.

IFRS 9, "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2009 e alterado em outubro de 2010. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros e provavelmente afetará a contabilização dos ativos financeiros da Companhia e suas controladas. A norma não é aplicável até 1 de janeiro de 2013, mas está disponível para adoção prévia. A Companhia e suas controladas ainda avaliarão o impacto total do IFRS 9.

IAS 24 (revisado), "Divulgações de Partes Relacionadas", emitido em novembro de 2009. Substitui o IAS 24, "Divulgações de Partes Relacionadas", emitido em 2003. O IAS 24 (revisado) é obrigatório para períodos iniciando em ou após 1 de janeiro de 2011. Aplicação prévia, no todo ou em parte, é permitida.

A norma IAS 24 revisada esclarece e simplifica a definição de parte relacionada e retira a exigência de entidades relacionadas com o governo divulgarem detalhes de todas as transações com o governo e outras entidades relacionadas do governo. Quando aplicada, a Companhia e a controladora precisarão divulgar quaisquer transações entre suas controladas e coligadas. A Companhia e suas controladas ainda avaliarão o impacto total do IAS 24 (revisado).

"IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de Requerimentos Mínimos para o Provimento de Fundos" Em novembro de 2009 emitiu alterações na interpretação IFRIC 14, permitindo que pagamentos antecipados sejam registrados como ativos quando a entidade é sujeita a requerimentos mínimos de provimento de fundos. As alterações da interpretação do IFRIC 14, são efetivas para períodos anuais iniciando que se iniciarem em/ou após 1 de janeiro de 2011. A Companhia e suas controladas estão avaliando os impactos das alterações da interpretação deste pronunciamento nas suas Demonstrações Financeira.

Aprimoramentos aos IFRS em 2010

As alterações geralmente são aplicáveis para períodos anuais iniciando após 1 de janeiro de 2011, a não ser que seja indicado de outra forma. A aplicação antecipada, embora permitida pelo IASB, não está disponível no Brasil.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Aplicações</u>
IFRS 3 - "Combinações de Negócios"	Exigências de transição para contraprestação contingente a partir de uma combinação de negócios que ocorreu antes da data da entrada em vigor do IFRS revisado.	Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1 de julho de 2010, de forma retrospectiva.
	Esclarece que as alterações ao IFRS 7 -	

Notas Explicativas

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Aplicações</u>
	<p>"Instrumentos Financeiros: Divulgações", IAS 32 - "Instrumentos Financeiros: Apresentação", e IAS 39 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", que eliminam a isenção da contraprestação contingente, não se aplicam à contraprestação contingente que surgiu de combinações de negócios cujas datas de aquisição precedem a aplicação do IFRS 3 (como revisado em 2008).</p> <p>Mensuração de participações não controladoras</p> <p>A escolha de mensurar as participações não controladoras ao valor justo ou pela parcela proporcional dos ativos líquidos da adquirida aplica-se somente a instrumentos que representam as atuais participações acionárias e dão direito aos seus detentores a uma parcela proporcional dos ativos líquidos no caso de liquidação. Todos os outros componentes de participação não controladora são mensurados ao valor justo, a menos que outra mensuração seja exigida pelo IFRS.</p>	<p>Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1 de julho de 2010. Aplicação prospectiva.</p>
IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros"	<p>Enfatiza a interação entre divulgações quantitativas e qualitativas sobre a natureza e a extensão dos riscos associados com os instrumentos financeiros.</p>	<p>1 de janeiro de 2011, aplicação retroativa.</p>
IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras"	<p>Esclarece que uma entidade apresentará uma análise de outros resultados abrangentes para cada componente do patrimônio, na demonstração das mutações do patrimônio ou nas notas explicativas às demonstrações financeiras.</p>	<p>1 de janeiro de 2011, aplicação retroativa.</p>
IAS 27 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas"	<p>Esclarece que as consequentes alterações a partir do IAS 27 feitas ao IAS 21 - "Efeito das Mudanças nas Taxas de Câmbio", IAS 28 - "Investimentos em Coligadas" e IAS 31 - "Participações em</p>	<p>Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1 de julho de 2010, aplicação retroativa.</p>

Notas Explicativas

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Aplicações</u>
	<i>Joint Ventures</i> ", aplicam-se prospectivamente a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2009, ou antes dessa data, quando o IAS 27(R) é aplicado antecipadamente.	
IFRIC 13 - "Programas de Fidelização de Clientes"	O significado de "valor justo" é esclarecido no contexto de mensuração de concessão de créditos nos programas de fidelização de clientes.	1 de janeiro de 2011

Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória

3 ADOÇÃO DO IFRS e DOS CPCs PELA PRIMEIRA VEZ

3.1 Base da transição

Aplicação dos CPCs 37 e 43 e do IFRS 1

As Demonstrações Financeiras Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras Demonstrações Financeiras Consolidadas anuais em conformidade com os CPCs e os IFRSs. A Companhia e suas controladas aplicaram os CPCs 37 e 43 e o IFRS 1 na preparação destas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

As Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras Demonstrações Individuais anuais em conformidade com os CPCs. A Companhia e suas controladas aplicaram os CPCs 37 a 43 na preparação destas Demonstrações Financeiras Individuais.

A data de transição é 1 de janeiro de 2009. A Administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs e o IFRS naquela data.

Na preparação dessas Demonstrações Financeiras, a Companhia e suas controladas aplicaram as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva.

Notas Explicativas

3.2 Isenções da aplicação retrospectiva completa utilizadas pela Companhia e suas controladas

Combinação de negócios

A Companhia e suas controladas aplicaram a isenção de combinação de negócios descrita no IFRS 1 e no CPC 37 e, assim sendo, não remensurou as combinações de negócios que ocorreram antes de 1 de janeiro de 2009, data de transição. A Companhia e suas controladas mantiveram em suas Demonstrações Financeiras apenas saldos de ativos reconhecidos em conformidade com os CPC e as IFRS nas combinações de negócios anteriores à data de transição, vide comentário no item 3.4(e).

Custo com desmobilização de ativos

As controladas da Companhia optaram por reconhecer a obrigação existente relacionada aos custos com desmontagem, remoção e restabelecimento de itens do ativo imobilizado, bem como a depreciação acumulada correspondente, na data de transição.

Isenções opcionais remanescentes não utilizadas pelas controladas

- . as controladas diretas e indiretas adotam a regra de diferimento dos ganhos e perdas atuariais, aplicando-se as regras do corredor, onde somente são reconhecidos os ganhos e perdas atuariais que superem 10% dos ativos do plano ou 10% do passivo de benefício projetado acumulado, dos dois, o maior. De forma que, a isenção de reconhecimento de todos os ganhos e perdas atuariais acumulados anteriores a 1 de janeiro de 2009 contra lucros acumulados não foi utilizada.
- . pagamento baseado em ações e a contabilização dos arrendamentos mercantis, uma vez que as práticas contábeis brasileiras e os IFRSs já se encontram alinhadas com relação a essas transações para 2009;
- . ativos e passivos de controladas e “*joint ventures*” reconhecidos de acordo com o IFRS 1 / CPC 37 em data de transição posterior a da Companhia, uma vez que a Companhia, as controladas e “*joint ventures*” adotaram a mesma data de transição para o IFRS. Desta forma os ativos e passivos das controladas e “*joint ventures*” estão consistentes com as Demonstrações Financeiras Consolidadas;
- . instrumentos financeiros compostos porque a Companhia e as suas controladas não tem saldo em aberto relacionado a esse tipo de instrumento financeiro na data de transição;
- . ativos financeiros ou ativos intangíveis contabilizados de acordo com o ICPC 01/IFRIC 12, já que a Companhia e suas controladas não possuem contratos firmados sob o escopo desta interpretação; e
- . as controladas optaram pela não adoção do valor justo como custo atribuído ao ativo imobilizado conforme incentivado pelo ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27, 37 e 43, considerando que, o método de custo, deduzido de depreciação com base na vida útil estimada e, quando aplicável, deduzido da provisão para perdas do valor recuperável do ativo, é o melhor método para avaliar seu ativo imobilizado. A Administração das controladas entendem que tal valor representa melhor a essência econômica de suas operações. Portanto, os valores apresentados no ativo imobilizado líquido estão de acordo com as práticas contábeis atualmente adotadas no Brasil. Cabe destacar

Notas Explicativas

que, o ativo imobilizado da controlada indireta BrT está registrado contabilmente pelo valor justo (na data da aquisição) oriundo da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 15 – Combinação de Negócios, em consequência da aquisição descrita na Nota 1(a), ocorrido em 08 de janeiro de 2009.

3.3 Exceções da aplicação retrospectiva utilizadas pela Companhia e suas controladas

A Companhia e suas controladas aplicaram a seguinte exceção obrigatória na aplicação retrospectiva.

Exceção das estimativas

As estimativas utilizadas na preparação destas Demonstrações Financeiras em 1 de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("antigo BR GAAP").

As outras exceções obrigatórias não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação ao antigo BR GAAP nessas áreas:

- . Exceção da contabilização de hedge uma vez que a Companhia não adota essa prática, que é opcional.
- . Reversão de ativos e passivos financeiros.

3.4 Conciliação entre antigo BRGAAP e IFRS/CPCs

Abaixo seguem explicações sobre os ajustes relevantes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado, e depois as conciliações apresentando a quantificação dos efeitos da transição.

a) Reclassificações

Depósitos judiciais

De acordo com o antigo BR GAAP, os valores dos depósitos judiciais vinculados às provisões e tributos com exigibilidade suspensa eram apresentados reduzindo as obrigações. De acordo com os CPC 26 e IAS 1, esses valores foram reclassificados para os ativos circulante e não circulante, uma vez que não existe exigência específica da norma contábil para a demonstração líquida das contingências.

Tributos sobre a renda e diferidos

De acordo com o CPC 26 e IAS 1, os tributos sobre a renda são apresentados de forma segregada de outros tributos. Adicionalmente, os ativos e passivos de tributos diferidos devem ser classificados como ativos e passivos não circulantes, sendo a parcela anteriormente classificada como circulante no antigo BR GAAP reclassificado.

Participação de acionistas não controladores

Notas Explicativas

De acordo com o CPC 26 e IAS 1, a participação dos acionistas não controladores são apresentadas como parte integrante do patrimônio líquido. Anteriormente tais participações eram apresentadas entre o passivo não circulante e o patrimônio líquido.

Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o CPC 40 e IFRS 7, o valor contábil dos instrumentos financeiros derivativos reconhecidos a valor justo por meio do resultado devem ser apresentados de forma segregada no balanço patrimonial. Os instrumentos financeiros derivativos, anteriormente apresentados no grupo de empréstimos e financiamentos, foram reclassificados e apresentados em grupo separado no balanço patrimonial, sendo a parcela a receber reconhecida no ativo.

Ganho e perda na variação de percentual de participação nas investidas

De acordo com o CPC 36 (R1) e IAS 27, as mudanças na participação relativa da controladora sobre a controlada que não resultem em perda de controle devem ser contabilizadas como transações de capital e não no resultado ou no resultado abrangente. Anteriormente, os ganhos e perdas desta natureza, haviam sido contabilizados no resultado do exercício e foram reclassificados para o patrimônio líquido.

Intangível

De acordo com o ICPC 09, o saldo do investimento deve incluir o montante total do investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial, a mais valia de ativos e ágio. Dessa forma a Companhia reclassificou para o investimento, em suas demonstrações individuais, o excesso pago em relação aos ativos líquidos da controlada LF Tel e TNL que anteriormente estavam classificados no intangível.

b) Ações preferenciais resgatáveis

De acordo com o CPC 39 e IAS 32, a ação preferencial, que pode ser resgatada em uma data especificada ou à opção do detentor, corresponde a um passivo financeiro porque o emissor tem obrigação de transferir ativos financeiros ao detentor da ação. Anteriormente, na controlada indireta Telemar, as ações preferenciais resgatáveis foram reconhecidas como instrumentos patrimoniais no patrimônio líquido. Em atendimento ao CPC 36 e IAS 32, as mesmas foram reclassificadas para o passivo. No entanto, a controlada LF Tel em suas demonstrações financeiras individuais não tratava estas ações resgatáveis como um instrumento patrimonial da Telemar, ajustando-o para fins de cálculo de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas, estas ações resgatáveis eram ajustadas contra participação de não controladores.

As ações preferenciais gozam de preferências de direitos e vantagens que geram despesas financeiras relacionadas a dividendos fixos e atualização monetária. Anteriormente, os dividendos fixos foram contabilizados contra o patrimônio líquido. A reconciliação apresenta o reconhecimento desses itens no resultado do exercício e no passivo.

c) Equivalência patrimonial

A conciliação apresenta o reconhecimento dos efeitos de equivalência patrimonial sobre os ajustes provenientes da adoção dos CPCs e IFRS nas sociedades controladas.

Adicionalmente, de acordo com o CPC 18 / IAS 28 os efeitos registrados em outros resultados

Notas Explicativas

abrangentes e contas do patrimônio líquido das controladas, coligadas e “joint ventures”, foram reconhecidos de forma reflexa em outros resultados abrangentes e nas respectivas contas do patrimônio líquido da controladora.

d) Valor justo de investimentos avaliados a custo

Até 31 de dezembro de 2008, os investimentos relacionados às aquisições voluntárias das ações preferenciais da BrT e da BrT Part, anteriores a aquisição do controle, eram contabilizados pelo método do custo de aquisição. De acordo com o CPC 38 e IAS 39 esses investimentos foram considerados em 1 de janeiro de 2009 como títulos disponíveis para venda e foram registrados pelo seu valor de justo em contrapartida a outros resultados abrangentes. O saldo acumulado em outros resultados abrangentes em 1 de janeiro de 2009 foi realizado na demonstração de resultados de 2009 em razão da combinação de negócios de 8 de janeiro de 2009 comentada na Nota 1(a) e no item (e) abaixo.

e) Combinação de negócios

A conciliação reflete os impactos do reconhecimento da aquisição do controle da BrT pela Coari, em 8 de janeiro de 2009, que compreenderam: (i) reconhecimento integral dos valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos na aquisição do controle da BrT, incluindo os ativos intangíveis e passivos contingentes, (ii) os efeitos da avaliação da participação dos acionistas não controladores na data de aquisição a valor de mercado (iii) ganho registrado na data de aquisição do controle decorrente da diferença entre o preço pago na aquisição do controle da BrT, incluindo o valor de mercado da participação dos acionistas não controladores, e o valor justo das participações previamente detidas pela adquirente e valor justo dos ativos líquidos adquiridos, conforme comentado na Nota 1(a) e (iv) efeitos das depreciações e amortizações dos ativos reconhecidos a valor justo. De acordo com o antigo BR GAAP, no evento de uma aquisição de participação em controlada ou coligada era realizado o comparativo entre o valor de aquisição e o patrimônio líquido contábil no percentual de participação da entidade adquirida, quando a diferença era positiva se reconhecia um ágio (proporcionalmente à participação adquirida) que era atribuído a mais valia de ativos, rentabilidade futura ou outros motivos, e quando a diferença era negativa se reconhecia um deságio.

f) Gastos pré-operacionais

Até 1 de janeiro de 2009, nos termos do antigo BR GAAP as controladas da Companhia adotavam como prática contábil a capitalização de gastos pré-operacionais no grupo de ativo diferido conforme permitido pelo CPC 13. Conforme requerido pelo IFRS, gastos pré-operacionais que não possam ser atribuídos ao custo de bens do ativo imobilizado ou à formação de ativos intangíveis, devem ser lançados como despesa imediatamente. Dessa forma, os saldos consolidados dos gastos pré-operacionais em 1 de janeiro de 2009, bem como a respectiva despesa de amortização reconhecida durante o exercício de 2009, foram ajustados.

g) Diferimento de despesas com subsídios de aparelhos e taxa de ativação

De acordo com o antigo BR GAAP a Oi e a BrT Celular diferiam os gastos com subsídios de aparelhos celulares de planos pós-pagos para segmento corporativo e amortizava pelo período de 12 meses, que era o período de fidelidade acordado no contrato com o cliente. De acordo com o CPC 04 e IAS 38 essas despesas são registradas diretamente no resultado quando incorridas.

A conciliação apresenta os efeitos dos gastos com subsídios contabilizados como custo dos serviços

Notas Explicativas

prestados e das mercadorias vendidas.

De acordo com o antigo BR GAAP a Oi e a BrT Celular diferiam as despesas com a taxa de ativação e fiscalização da Anatel - FISTEL e amortizava pelo período de 24 meses, que era o período médio de permanência dos clientes na base. De acordo com o CPC 04 e IAS 38 essas despesas são registradas diretamente no resultado quando incorridas.

A conciliação apresenta os efeitos das despesas com a taxa de ativação do cliente contabilizados como custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas.

A BrT Celular não constituiu créditos fiscais diferidos, pois não apresenta lucro tributável que suporte sua recuperação.

h) Reconhecimento de receita

De acordo com os requerimentos estabelecidos pelo CPC 30 e IAS 18 – Receita, as controladas ajustaram os valores incluídos nas transações multielementos, anteriormente reconhecidos como receita na venda de serviços de telefonia, pela utilização dos serviços pelos clientes.

i) Custo com desmobilização de ativos

A conciliação apresenta o reconhecimento dos custos com desmontagem, remoção e restabelecimento de itens do ativo imobilizado, de acordo com os requerimentos exigidos pelo ICPC 12 e IFRIC 1.

j) Ágio Oi

De acordo com o antigo BR GAAP a TMAR contabilizou um ágio quando da aquisição da subsidiária Oi em 2003. Uma vez que tal transação foi realizada sem atender à todos os critérios estabelecidos pelas IFRS, a Companhia decidiu por reverter tal ágio na data da transição para as IFRS. Os valores apresentados nesta conciliação, tratam-se dos efeitos de impostos diferidos sobre esta transação.

k) Ágio TNCP

De acordo com o antigo BR GAAP a TMAR contabilizou os excedentes pagos na aquisição do controle da TNCP, bem como na OPA realizada em janeiro de 2009 como ativos intangíveis adquiridos fundamentados nas licenças SMP da Amazônia, controlada da TNCP à época. A conciliação apresenta os efeitos da reclassificação da parcela de mais-valia das licenças reconhecida na referida OPA, diretamente ao patrimônio líquido, bem como das diferenças na amortização do ativo, tendo em vista que de acordo com o CPC 36 / IAS 27 e ICPC 09, os excessos pagos em investimentos onde a companhia já detenha o controle devem ser reconhecidos diretamente em conta específica do patrimônio líquido, Ágios em transações de capital e variações de porcentagens de participações .

l) Tributos diferidos sobre a renda

A conciliação apresenta as mudanças no imposto de renda e na contribuição social diferidos, de acordo com o CPC 32 (IAS 12), que representam os reflexos tributários sobre os ajustes necessários na convergência das Demonstrações Financeiras para os CPCs e as IFRS.

Notas Explicativas

m) Juros sobre capital próprio e dividendos

Dividendo mínimo obrigatório

De acordo com o antigo BR GAAP, os juros sobre o capital próprio e os dividendos eram reconhecidos no final do exercício, ainda que os dividendos não tivessem sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte. De acordo com o IFRS, os dividendos são reconhecidos somente quando se constitui a obrigação legal. Dessa forma, qualquer proposta para pagamento acima do dividendo mínimo obrigatório, somente é reconhecido quando declarado. No caso de juros sobre capital próprio, como a Administração das controladas já possui autorização prévia do Conselho de Administração e se beneficia da dedutibilidade fiscal, estes são considerados já declarados.

Dividendos e juros sobre capital prescritos

De acordo com os requerimentos estabelecidos pelo CPC 38 / IAS 39 nos casos em que as obrigações de passivos financeiros deixam de existir os efeitos provenientes desses passivos devem ser reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

A conciliação apresenta os efeitos dos dividendos e juros sobre capital próprios não reclamados, anteriormente registrados em contrapartida ao patrimônio líquido, reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

n) Deságio

Em atendimento à CPC 15/ IFRS 3 (R) e ICPC 09, o saldo apresentado no balanço de transição da Companhia referente à compra vantajosa (deságio) foi baixado e registrado a crédito de prejuízos acumulados, por mudança de prática contábil.

A conciliação apresenta a baixa do montante do deságio para prejuízos acumulados, anteriormente registrado redutora do investimento.

o) Efeitos dos ajustes sobre a demonstração dos fluxos de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa da Companhia e de suas controladas mantiveram-se inalterados na adoção pela primeira vez do IFRS e dos CPCs, entretanto, a apresentação da demonstração dos fluxos de caixa sofre alterações devido aos ajustes que impactam algumas das rubricas desta demonstração, bem como outros efeitos.

p) Lucros acumulados

Exceto pelos itens de reclassificação, todos os ajustes acima com efeitos anteriores a data de transição foram registrados contra lucros acumulados em 1 de janeiro de 2009 e reclassificados para reservas de lucros.

q) Lucro por ação

Conforme as normas IAS 33 / CPC 41 o lucro por ação básico e diluído passou a ser calculado em base do número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício. Anteriormente, o cálculo era feito em base do número de ações em circulação na data do encerramento do exercício e

Notas Explicativas

não era efetuado o cálculo do lucro por ação diluído.

Outros efeitos:

Consolidação da TNL

As controladas LF Tel e La Fonte Telecom apresentavam em suas demonstrações financeiras, 12.002.750 ações ordinárias e preferenciais detidas na TNL como investimento temporário disponível para venda no ativo não circulante, sendo as atualizações a valor de mercado registradas como ajustes de avaliação patrimonial. Esse tratamento estava fundamentado nos seguintes fatos: (a) a Administração das controladas não tinha intenção de manter essas ações como investimento permanente; e (b) no caso da controlada LF Tel, as ações da TNL foram adquiridas em atendimento ao Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão Privada de Debêntures, firmado por esta controlada junto ao BNDES.

No quarto trimestre de 2010, a Administração das controladas mudou a sua intenção e pretende manter essas ações da TNL como um investimento permanente. Essa mudança de intenção está fundamentada, principalmente, em uma nova composição de acionistas controladores da TNL.

Devido ao novo posicionamento da Administração das controladas, o investimento detido diretamente na TNL pelas controladas passou a ser tratado por equivalência patrimonial em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas proporcionalmente desde 1 de janeiro de 2009.

As seguintes conciliações apresentam a quantificação do efeito da transição para os CPCs e o IFRS e outros efeitos nas seguintes datas:

Conciliação do patrimônio líquido na data de transição de 1 de janeiro de 2009

	Controladora					
	BRGAAP originalmente apresentado 31/12/2008	Reclassificações (a)	Equivalência patrimonial (c)	Deságio	Efeito total das mudanças dos CPCs	De acordo com os CPCs 1/1/2009
Ativo circulante	31.101	-	-	-	-	31.101
Caixa e equivalentes de caixa	9	-	-	-	-	9
Contas a receber de serviços	89	-	-	-	-	89
Tributos correntes a recuperar	567	(567)	-	-	(567)	-
Outros tributos	-	567	-	-	567	567
Dividendos e juros sobre o capital próprio	30.410	-	-	-	-	30.410
Demais ativos	26	-	-	-	-	26
Ativo não circulante	1.120.801	458	31.058	1.594	33.110	1.153.911
Créditos com partes relacionadas	397.279	-	-	-	-	397.279
Tributos diferidos sobre o lucro	1.646	(1.646)	-	-	(1.646)	-
Outros tributos	-	1.646	-	-	1.646	1.646
Depósitos e bloqueios judiciais	381	458	-	-	458	839
Demais ativos	17.166	-	-	-	-	17.166
Investimentos	705.912	-	31.058	-	31.058	736.970

Notas Explicativas

Imobilizado	11	-	-	-	-	11
Intangível	(1.594)	-	-	1.594	1.594	-
Ativo total	1.151.902	458	31.058	1.594	33.110	1.185.012
Passivo circulante	24.494	-	-	-	-	24.494
Salários, encargos sociais e benefícios	156	-	-	-	-	156
Fornecedores	121	-	-	-	-	121
Empréstimos e financiamentos	4.084	-	-	-	-	4.084
Tributos correntes a recolher	145	-	-	-	-	145
Dividendos e juros sobre capital próprio	19.902	-	-	-	-	19.902
Demais obrigações	86	-	-	-	-	86
Passivo não circulante	280.041	5.070	-	-	5.070	285.111
Empréstimos e financiamentos	277.453	-	-	-	-	277.453
Passivos com partes relacionadas	1.793	-	-	-	-	1.793
Lucros a realizar	-	4.612	-	-	4.612	4.612
Provisões	795	458	-	-	458	1.253
Patrimônio líquido	847.367	(4.612)	31.058	1.594	28.040	875.407
Capital social	564.541	-	-	-	-	564.541
Reservas de capital	878	-	4.366	-	4.366	5.244
Reservas de lucros (*)	363.839	(6.772)	(49.424)	1.594	(54.602)	309.237
Ações em Tesouraria	(3.615)	-	-	-	-	(3.615)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(78.276)	2.160	76.116	-	78.276	-
Passivo total	1.151.902	458	31.058	1.594	33.110	1.185.012

(*) Inclui reservas de lucros, ágio em transações de capital e variações de percentagens de participações, outros resultados abrangentes e prejuízos acumulados.

Notas Explicativas

Conciliação do patrimônio líquido na data de transição de 1 de janeiro de 2009

	BRGAAP originalmente apresentado 31/12/2008	Reclassificações	Ações Preferenciais	Equivalência patrimonial	Combinação de negócios	Ágio TNC P	Deságio	Diferiment o subsídio	Diferiment o taxa Fistel	Gastos pré operacionais	Reconhecim ent o de receita - TUP	Ágio Oi	De ão
	(a)	resgatáveis	(c)	(e)	(e)	(k)	(g)	(g)	(f)	(h)	(j)		
Ativo Circulante	4.107.149	(82.578)	-	-	-	-	-	(52.098)	(24.194)	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	2.390.846	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicações financeiras	239.544	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a receber	813.038	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estoques	29.638	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros - derivativos	-	14.176	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributos a recuperar	403.246	(403.246)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributos comentes a recuperar	-	179.334	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros tributos	-	127.158	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	4.105	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos e bloqueios judiciais	71.135	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos	155.597	-	-	-	-	-	-	(52.098)	(24.194)	-	-	-	-
Ativo Não Circulante	6.760.314	312.577	-	-	(144.418)	(538)	-	17.713	3.819	(46.479)	16.966	3.540	
Aplicações financeiras	-	294	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a receber	2.169	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Créditos com partes relacionadas	152.790	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	390.325	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros - derivativos	-	3.430	-	-	-	-	-	-	3.363	-	-	-	-
Tributos diferidos e a recuperar	477.404	16.768	-	-	74.397	-	-	17.713	12.228	23.543	16.966	3.540	
Outros tributos	-	70.161	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos e bloqueios judiciais	215.930	215.165	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo financeiro disponível para venda	-	632.094	-	-	(218.815)	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais ativos	140.269	(21.859)	-	-	-	-	-	-	(11.772)	-	-	-	-
Investimentos	644.610	(632.118)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Propriedade para investimentos	-	975.436	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	3.472.194	(945.352)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Intangível	1.194.601	(1.442)	-	-	-	(538)	-	-	-	-	-	-	-
Diferido	70.022	-	-	-	-	-	-	-	-	(70.022)	-	-	-
Ativo Total	10.867.463	229.999	-	-	(144.418)	(538)	-	(34.385)	(20.375)	(46.479)	16.966	3.540	

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas - 31/12/2010 - JEREISSATI PARTICIPAÇÕES S/A

Passivo Circulante	2.141.504	(1.057)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	48.692	-
Empréstimos e financiamentos	886.021	(79.330)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros - derivativos	-	91.765	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fornecedores	388.628	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributos a recolher	221.910	(221.910)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributos correntes a recolher	-	105.373	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros tributos	-	103.675	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de refinanciamento fiscal	27.708	204	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	296.863	(4.678)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões	65.677	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Salários, encargos sociais e benefícios	97.711	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autorizações e concessões a pagar	51.527	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos com partes relacionadas	-	171	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Obrigações	105.459	3.673	-	-	-	-	-	-	-	-	-	48.692	-
Passivo Não Circulante	5.485.147	224.068	248.764	-	-	(183)	(27.725)	-	3.363	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	4.702.117	(19.086)	248.764	-	-	-	-	-	3.363	-	-	-	-
Instrumentos financeiros - derivativos	-	24.256	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões	397.815	184.158	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributos a recolher e diferidos	22.473	(22.473)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos a recolher	-	2.480	-	-	-	(183)	-	-	-	-	-	-	-
Outros tributos	-	52.284	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos com partes relacionadas	2.399	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de refinanciamento fiscal	97.406	763	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autorizações e concessões a pagar	174.712	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais obrigações	50.868	(2.925)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucros a realizar	-	14.244	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas diferidas	37.357	(9.632)	-	-	-	-	(27.725)	-	-	-	-	-	-
Participação minoritárias	2.409.645	(2.409.645)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido - controlador	831.167	2.494	(7.181)	4.366	(34.713)	(64)	21.983	(6.272)	(4.329)	(8.478)	(5.786)	645	
Capital social	564.541	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de lucro (*)	347.639	334	(7.181)	-	(34.714)	(65)	21.984	(6.271)	(4.330)	(8.477)	(5.787)	646	
Reservas de capital	878	-	-	4.366	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	(78.276)	2.160	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em tesouraria	(3.615)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido - não controlador		2.414.139	(241.583)	(4.366)	(109.705)	(290)	5.741	(28.113)	(19.409)	(38.002)	(25.939)	2.894	
Total Patrimônio Líquido	831.167	2.416.633	(248.764)	-	(144.418)	(355)	27.725	(34.385)	(23.738)	(46.479)	(31.726)	3.540	
Passivo Total	10.867.463	229.999	-	-	(144.418)	(538)	-	(34.385)	(20.375)	(46.479)	16.966	3.540	

(*) Inclui reservas de lucros, ágio em transações de capital e variações de percentagens de participações, outros resultados abrangentes e prejuízos acumulados.

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas - 31/12/2010 - JEREISSATI PARTICIPAÇÕES S/A						
Ativo circulante	26.606	-	-	-	-	26.606
Contas a receber	127	-	-	-	-	127
Outros tributos recuperar	2.296	(1.883)	-	-	(1.883)	413
Outros tributos	-	1.883	-	-	1.883	1.883
Dividendos e juros sobre o capital próprio	24.084	-	-	-	-	24.084
Demais ativos	90	-	-	-	-	90
Ativo não circulante	1.276.387	458	170.781	1.594	172.833	1.449.220
Créditos com partes relacionadas	441.818	-	-	-	-	441.818
Depósitos e bloqueios judiciais	393	458	-	-	458	851
Demais ativos	16.796	-	-	-	-	16.796
Investimentos	818.970	-	170.781	-	170.781	989.751
Imobilizado	4	-	-	-	-	4
Intangível	(1.594)	-	-	1.594	1.594	-
Ativo total	1.302.993	458	170.781	1.594	172.833	1.475.826
Passivo circulante	26.404	-	-	-	-	26.404
Salários, encargos sociais e benefícios	501	-	-	-	-	501
Fornecedores	147	-	-	-	-	147
Empréstimos e financiamentos	5.039	-	-	-	-	5.039
Tributos correntes a recolher	2.402	-	-	-	-	2.402
Dividendos e juros sobre capital próprio	18.259	-	-	-	-	18.259
Demais obrigações	56	-	-	-	-	56
Passivo não circulante	314.192	4.238	-	-	4.238	318.430
Empréstimos e financiamentos	308.046	-	-	-	-	308.046
Passivos com partes relacionadas	3.645	-	-	-	-	3.645
Lucros a realizar	-	3.780	-	-	3.780	3.780
Provisões	2.501	458	-	-	458	2.959
Patrimônio líquido	962.397	(3.780)	170.781	1.594	168.595	1.130.992
Capital social	564.541	-	-	-	-	564.541
Reservas de capital	4.176	-	6.073	-	6.073	10.249
Reservas de lucros (*)	429.250	(5.931)	134.924	1.594	130.587	559.837
Ajuste de avaliação patrimonial	(31.955)	2.151	29.784	-	31.935	(20)
Ações em Tesouraria	(3.615)	-	-	-	-	(3.615)
Passivo total	1.302.993	458	170.781	1.594	172.833	1.475.826

(*) Inclui reserva de lucros, ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações

Conciliação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009

	BRGAAP originalmente apresentado 31/12/2009	Reclassificações (a)	Ações Preferenciais resgatáveis	Equivalência patrimonial (c)	Combinação de negócios (e)	Ágio TNCP (k)	Deságio	Diferimento do subsídio (g)	Diferimento do taxa Fistel (g)	Gastos pré operacionais (f)	Reconhecimento de receita - TUP (h)	Ágio Oii (j)	Desmobilização de ativos (i)
Ativo Circulante	4.644.777	12.351	-	-	-	-	-	(15.470)	(29.622)	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	2.181.228	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicações financeiras	351.491	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a receber	1.213.452	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estoques	32.148	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros - derivativos	-	20.852	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributos a recuperar	514.215	(514.215)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributos correntes a recuperar	-	109.841	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros tributos	-	220.012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos e bloqueios judiciais	165.208	180.094	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos	187.035	(4.234)	-	-	-	-	-	(15.470)	(29.622)	-	-	-	-
Ativo Não Circulante	10.790.909	800.856	-	-	1.803.251	(15.718)	-	5.143	2.917	(34.863)	12.598	2.617	18,0
Aplicações financeiras	7.160	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a receber	3.183	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Créditos com partes relacionadas	168.562	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	449.731	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros - derivativos	-	21.141	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos e a recuperar	1.061.666	16.502	-	-	-	-	-	5.143	10.816	17.647	12.598	2.617	7,0
Outros tributos	-	154.343	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos e bloqueios judiciais	539.566	603.672	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais ativos	145.845	(15.647)	-	-	-	-	-	-	(7.899)	-	-	-	-
Investimentos	11.635	77	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Propriedade para investimentos	-	1.109.326	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	5.512.627	(1.083.234)	-	-	535.203	-	-	-	-	-	-	-	11,0
Intangível	2.838.424	(5.324)	-	-	1.268.048	(15.718)	-	-	-	-	-	-	-
Diferido	52.510	-	-	-	-	-	-	-	-	(52.510)	-	-	-
Ativo Total	15.435.686	813.207	-	-	1.803.251	(15.718)	-	(10.327)	(26.705)	(34.863)	12.598	2.617	18,0

Patrimônio Líquido - Controlador	941.841	3.136	(15.544)	6.073	172.742	(3.015)	21.983	(1.883)	(4.870)	(6.359)	(4.114)	477	(1.468)	-	167.158	21.993	1.130.992
Capital social	564.541	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	564.541
Reservas de lucro (*)	408.694	985	(15.544)	-	172.742	(3.014)	21.984	(1.884)	(4.871)	(6.359)	(4.113)	477	(1.469)	-	158.935	(7.792)	559.837
Reservas de capital	4.176	-	-	6.073	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.073	-	10.249
Ajuste de avaliação patrimonial	(31.955)	2.151	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.151	29.784	(20)
Ações em tesouraria	(3.615)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.615)
Patrimônio Líquido não controlador		3.554.281	(243.945)	(6.073)	863.300	(13.513)	5.740	(8.444)	(21.835)	(28.504)	(18.439)	2.140	(6.584)	-	4.078.126	208.395	4.286.521
Total Patrimônio Líquido	941.841	3.557.417	(259.489)	-	1.036.042	(16.527)	27.724	(10.327)	(26.705)	(34.863)	(22.553)	2.617	(8.052)	-	4.245.283	230.388	5.417.513
Passivo Total	15.435.686	813.207	-	-	1.803.251	(15.718)	-	(10.327)	(26.705)	(34.863)	12.598	2.617	18.040	-	2.562.100	1.593.379	19.591.166

(*) Inclui reserva de lucros, ágio em transações de capital e variações de percentagens de participações

Notas Explicativas

	originalmente apresentado em 31/12/2009	Re classificações	patrimonial	De acordo com os SACs 31/12/2009
Despesas operacionais	77.314	(91.950)	194.526	179.890
Resultado de equivalência patrimonial	(2.872)	-	194.526	191.654
Gerais e administrativas	(10.180)	-	-	(10.180)
Outras receitas operacionais	90.079	(89.537)	-	542
Outras despesas operacionais	290	(2.413)	-	(2.123)
Resultado financeiro	6.175	-	-	6.175
Receita financeira	35.859	-	-	35.859
Despesa financeira	(29.684)	-	-	(29.684)
Resultado operacional	83.489	(91.950)	194.526	186.065
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-
Corrente	(2.754)	-	-	(2.754)
Diferido	-	-	-	-
Lucro do exercício	80.735	(91.950)	194.526	183.311

Conciliação do lucro líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009

	BRG AAP originalmente apresentado 31/12/2009	Reclassificações	Ações preferenciais resgatáveis	Equivalência patrimonial	Combinação de negócios	Ágio TNCP	Diferimento subsídio	Diferimento taxa Fistel	Gastos pré operacionais	Reconhecimento de receita	Ágio Oi	Desmobilização de ativos
	(a)	(b)	(c)	(e)	(l)	(g)	(g)	(f)	(g)	(j)	(i)	
Receita de vendas e/ou serviços	6.412.541	-	-	-	4.524	-	-	-	-	17.771	-	-
Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	(3.713.391)	(28.650)	-	-	(277.067)	2.918	36.627	(1.554)	-	-	-	(978)
Lucro bruto	2.699.150	(28.650)	-	-	(272.543)	2.918	36.627	(1.554)	-	17.771	-	(978)
Receitas (despesas) operacionais	(2.171.173)	(78.621)	-	8.419	1.387.774	-	-	-	17.512	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(6.195)	2.352	-	8.419	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização dos serviços	(1.037.253)	-	-	-	6.321	-	-	-	-	-	-	-
Geraise administrativas	(662.764)	79	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganho na aquisição de controle BT	-	-	-	-	1.291.635	-	-	-	-	-	-	-
Perdas com investimentos disponíveis para venda	-	-	-	-	(217.994)	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	361.675	(91.751)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas operacionais	(826.636)	10.698	-	-	307.813	-	-	-	17.512	-	-	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido	527.977	(107.271)	-	8.419	1.115.231	2.918	36.627	(1.554)	17.512	17.771	-	(978)
Resultado financeiro	(488.312)	-	(23.514)	-	(477)	-	-	-	-	-	-	-
Receita financeira	470.058	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa financeira	(958.370)	-	(23.514)	-	(477)	-	-	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) antes das tributações	39.665	(107.271)	(23.514)	8.419	1.114.754	2.918	36.627	(1.554)	17.512	17.771	-	(978)
Imposto de renda e contribuição social												
Corrente	(203.978)	(9.304)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferido	100.370	8.089	-	-	24.135	(992)	(12.570)	(1.412)	(5.895)	(6.043)	(924)	321
Lucro (prejuízo) do exercício antes da participação dos minoritários	(63.943)	(108.486)	(23.514)	8.419	1.138.889	1.926	24.057	(2.966)	11.617	11.728	(924)	(657)
Participações minoritárias	140.313	5.879	5.178	(1.854)	(976.385)	(1.574)	(19.669)	2.425	(9.498)	(9.589)	755	537
Lucro (prejuízo) do exercício	76.370	(102.607)	(18.336)	6.565	162.504	352	4.388	(541)	2.119	2.139	(169)	(120)

Fluxos de caixa	31/12/2009	Redassificações	31/12/2009	31/12/2009	Redassificações	dos CPC's	31/12/2009
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas - 31/12/2010 - JEREISSATI PARTICIPAÇÕES S/A							
Atividades operacionais	22.092	(1.210)	20.882	1.182.602	(1.210)	1.120.887	2.302.279
Atividades de investimentos	(17.547)	17.547	-	(1.329.431)	17.547	(1.085.908)	(2.397.792)
Atividades de financiamentos	(4.545)	(16.337)	(20.882)	(62.789)	(16.337)	(118.486)	(197.612)
	-	-	-	(209.618)	-	(83.507)	(293.125)

Notas E:

A CVM através da Deliberação nº 656, de 25 de janeiro de 2011, que acrescentou o art 2ºA a Deliberação CVM nº 603, de 10 de novembro de 2009, requer que as companhias abertas que, até a data da apresentação das demonstrações financeiras do exercício social iniciado a partir de primeiro de janeiro de 2010, não tiverem reapresentado os seus ITR de 2010, incluam nessas demonstrações anuais nota explicativa evidenciando, para cada trimestre de 2010 e 2009, os efeitos no resultado e no patrimônio líquido decorrentes da plena adoção das normas de 2010.

Estas Informações Trimestrais foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicados pelos auditores independentes da Companhia de acordo com os requerimentos da CVM para Informações Trimestrais (NPA 06 do IBRACON), incluindo os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, não tendo sido, portanto, sujeitas aos procedimentos de auditoria”.

A seguir apresentamos as conciliações dos principais efeitos no patrimônio líquido e resultado para os períodos de 2010 e de 2009.

Conciliação do Patrimônio Líquido

Nota	Em 31 de Março		Em 30 de Junho		Em 30 de Setembro	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Patrimônio líquido original conforme os BR GAAP	888.144	839.195	878.999	824.128	858.273	845.227
Participações minoritárias original conforme os BR GAAP	3.674.025	3.125.342	3.608.652	2.837.491	3.755.989	3.319.041
Patrimônio líquido total conforme os BR GAAP	4.562.169	3.964.537	4.487.651	3.661.619	4.614.262	4.164.268
Ajustes:						
Consolidação TNL	291.819	262.161	400.545	265.810	492.767	190.632
Deságio	27.724	27.724	27.724	27.724	27.724	27.724
Ações preferenciais resgatáveis	(268.156)	(254.983)	(274.188)	(261.527)	(278.920)	(266.388)
Combinação de negócios	(d) 1.992.370	2.878.782	1.888.919	2.761.237	1.786.981	2.195.769
Diferimento do subsídio e da taxa Fistel	(f) (61.231)	(83.358)	(52.978)	(79.693)	(40.179)	(68.064)

Provisões devidas sobre a renda	(7.257.406)	(6.562.857)	(7.577.406)	(1.005.926)	(724.767)	(664.276)
Atribuído a:						
Controlador	298.513	414.263	395.074	237.837	482.487	205.186
Não controladores	<u>758.066</u>	<u>1.649.248</u>	<u>704.106</u>	<u>1.310.397</u>	<u>657.343</u>	<u>856.032</u>
Patrimônio líquido conforme os CPCs e as IFRS	<u><u>5.618.748</u></u>	<u><u>6.028.048</u></u>	<u><u>5.586.831</u></u>	<u><u>5.209.853</u></u>	<u><u>5.754.092</u></u>	<u><u>5.225.486</u></u>
Atribuído a:						
Controlador	1.186.657	1.253.458	1.274.073	1.061.965	1.340.760	1.050.413
Não controladores	4.432.091	4.774.590	4.312.758	4.147.888	4.413.332	4.175.073

Conciliação do lucro (prejuízo) do exercício

Nota	Em 31 de Março		Em 30 de Junho		Em 30 de Setembro	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
	3.4					
Lucro líquido (prejuízo) original conforme os BR GAAP	(1.422)	15.130	30.388	1.855	37.525	1.572
Participações minoritárias original conforme os BR GAAP	<u>134.607</u>	<u>41.275</u>	<u>266.924</u>	<u>(149.983)</u>	<u>409.676</u>	<u>(99.766)</u>
Lucro líquido (prejuízo) original conforme os BR GAAP	133.185	56.405	297.312	(148.128)	447.201	(98.194)
Ajustes:						
Consolidação TNL	13.490	(35.601)	(9.597)	(43.256)	738	(44.312)
Ações preferenciais resgatáveis	(8.666)	(6.219)	(14.697)	(12.763)	(19.430)	(17.623)
Ativos financeiros disponíveis para venda	(c) -	(253.075)	-	(253.063)	-	(253.061)
Combinação de negócios	(d) (95.027)	1.418.095	(198.276)	1.719.707	(300.077)	1.646.669
Diferimento do subsídio	(f) (3.909)	20.341	(697)	33.791	3.864	42.303
Diferimento da taxa Fistel	(f) 5.022	(1.353)	9.300	(11.148)	17.520	(8.049)
Reconhecimento de receita	(g) 282	17.309	(4.390)	14.088	(150)	16.232
Desmobilização de ativos	(h) (643)	1.843	(1.290)	1.560	(1.943)	1.275
Ágio TNCP	(j) 926	(1.667)	1.853	(3.334)	2.779	(5.000)
Ágio Oi	-	-	-	-	-	-
Baixa do diferido	(e) 5.072	5.073	10.144	10.183	15.216	15.256
Dividendo	(l) -	477	140	1.307	571	1.417

Notas Explicativas

Equivalência Patrimonial	(b)	(135)	(387)	(216)	(700)	(272)	(971)
Perda/ganho na var % de participação no capita da controlada		-	30	-	(97)	-	(25)
Propriedade de investimento e imobilizado		3.886	-	8.458	-	13.675	-
Tributos diferidos sobre a renda	(k)	<u>34.550</u>	<u>17.953</u>	<u>70.857</u>	<u>(71.415)</u>	<u>101.741</u>	<u>(36.868)</u>
		(45.152)	1.182.819	(128.411)	1.384.860	(165.768)	1.357.243
Atribuído a:							
Controlador		4.260	319.326	(25.934)	311.724	(18.701)	307.759
Não controladores		<u>(49.412)</u>	<u>863.493</u>	<u>(102.477)</u>	<u>1.073.136</u>	<u>(147.067)</u>	<u>1.049.484</u>
Patrimônio líquido conforme os CPCs e as IFRS		<u>88.033</u>	<u>1.239.224</u>	<u>168.901</u>	<u>1.236.732</u>	<u>281.433</u>	<u>1.259.049</u>
Atribuído a:							
Controlador		2.838	334.456	4.454	313.579	18.824	309.331
Não controladores		85.195	904.768	164.447	923.153	262.609	949.718

4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A Companhia elabora suas demonstrações financeiras consolidadas incluindo suas controladas diretas Iguatemi e La Fonte Telecom (consolidação integral), a qual inclui também as controladas indiretas em conjunto (consolidação proporcional) das companhias e percentuais de participação mencionadas na Nota 1.

5 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

Administração do risco financeiro

A Companhia e as suas controladas diretas e indiretas estão expostas a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. Determinadas controladas usam instrumentos financeiros derivativos para protegerem-se de certas exposições a estes riscos.

O gerenciamento de risco é realizado pela diretoria de tesouraria, de acordo com as políticas aprovadas pela administração.

A Política de Gestão de Riscos Financeiros da Oi ("Política") aprovada pelo seu Conselho de Administração formaliza a gestão de exposição a fatores de risco de mercado gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi. De acordo com a Política, os riscos de mercado são identificados com base nas características das operações financeiras contratadas e a contratar no ano fiscal em questão. Diversos cenários de cada um dos fatores de risco são então simulados através de modelos estatísticos, servindo de base para mensuração de impactos sobre o resultado financeiro do Grupo Oi. Com base em tal análise, a Diretoria acorda anualmente com o Conselho de Administração, a Diretriz de Risco a ser seguida em cada ano fiscal. A Diretriz de Risco é equivalente ao pior impacto esperado do resultado financeiro sobre o lucro líquido do

Notas Explicativas

Grupo, com 95% de confiança. Para o devido gerenciamento de riscos de acordo com a Diretriz de Risco, a área de tesouraria poderá contratar instrumentos de proteção, incluindo operações de derivativos como “swaps”, termo de moedas e opções. A Companhia e suas controladas não utilizam derivativos para outros fins.

Com a aprovação da Política, foi criado o Comitê de Gestão de Riscos Financeiros, atualmente composto pelo Diretor Presidente, Diretor de Finanças, Diretor de Desenvolvimento de Tecnologia e Estratégia, Diretor de Relacionamento com Clientes, Diretor de Relação com Investidores, Diretor Tributário e Diretor de Tesouraria do Grupo Oi. O Comitê se reúne mensalmente para supervisionar o enquadramento da Política. Bimestralmente, a Diretoria apresenta ao Conselho de Administração relatórios de acompanhamento da Política.

De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. Assim, podem existir instrumentos financeiros com garantias ou sem garantias, dependendo de aspectos circunstanciais ou legais.

(a) Valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.

O método utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos “*Swap e NDF*” foi o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento dos exercícios. O método utilizado para o cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos adotado para reconhecimento contábil relativos ao prêmio das opções foi o “*Black & Scholes*”.

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, multiplicado pelo número de títulos em circulação.

Para contratos em que as condições de contratação atuais são semelhantes àquelas em que os mesmos se originaram ou que não apresentam parâmetros para cotação ou contratação, os valores justos são semelhantes aos valores contábeis.

Apresentamos a seguir os principais instrumentos financeiros ativos e passivos:

Notas Explicativas

					2010				
					Controladora		Consolidado		
	Mensuração Contábil	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo				
Ativo									
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo	9	9	2.939.084	2.939.084				
Aplicações financeiras	Valor justo	-	-	487.769	487.769				
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	-	-	14.621	14.621				
Contas a receber	Custo amortizado	168	168	1.418.822	1.418.822				
Passivo									
Fornecedores	Custo amortizado	418	418	910.086	910.086				
Empréstimos, financiamentos e debêntures									
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo amortizado	335.705	335.705	8.355.721	8.334.151				
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	-	-	185.977	185.977				
Ações preferenciais resgatáveis (*)	Custo amortizado	-	-	288.563	288.563				
Dividendos/JCP	Custo amortizado	13.404	13.404	235.130	235.130				
Autorizações e concessões a pagar	Custo amortizado	-	-	464.686	464.686				
					2009				
					Controladora		Consolidado		
	Mensuração Contábil	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo				
Ativo									
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo	9	9	2.338.315	2.338.315				
Aplicações financeiras	Valor justo	-	-	404.693	404.693				
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	-	-	47.493	47.493				
Contas a receber	Custo amortizado	127	127	1.367.050	1.367.050				
Passivo									
Fornecedores	Custo amortizado	147	147	910.039	910.039				
Empréstimos, financiamentos e debêntures									
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo amortizado	313.085	313.085	8.040.910	8.108.124				
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	-	-	287.431	287.431				
Ações preferenciais resgatáveis (*)	Custo amortizado	-	-	272.470	272.470				
Dividendos/JCP	Custo amortizado	18.259	18.259	123.548	123.548				
Autorizações e concessões a pagar	Custo amortizado	-	-	400.426	400.426				

Notas Explicativas

	Mensuração Contábil	01/01/2009			
		Controladora		Consolidado	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo					
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo	9	9	2.631.440	2.631.440
Aplicações financeiras	Valor justo	-	-	271.275	271.275
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	-	-	23.276	23.276
Contas a receber	Custo amortizado	89	89	913.901	913.901
Ativo financeiro disponível para venda	Valor justo	-	-	467.450	467.450
Passivo					
Fornecedores	Custo amortizado	121	121	436.823	436.823
Empréstimos, financiamentos e debêntures					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo amortizado	281.537	281.537	5.992.988	5.992.988
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	-	-	131.228	131.228
Ações preferenciais resgatáveis (*)	Custo amortizado	-	-	248.764	248.764
Dividendos/JCP	Custo amortizado	19.902	19.902	142.248	142.248
Autorizações e concessões a pagar	Custo amortizado	-	-	255.894	255.894

(*) As ações preferenciais resgatáveis são em sua essência um empréstimo com o BNDES com taxas similares às dos demais contratos do BNDES e para os quais não se percebe mercado para avaliar esse instrumento financeiro a valor justo.

Hierarquia do valor justo

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço à um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho “*nonperformance risk*”, incluindo o próprio crédito da companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “*input*” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os “*inputs*” são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a companhia deve ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela companhia.

Notas Explicativas

Nível 2 — Os “*inputs*” são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “*inputs*” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “*inputs*” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os “*inputs*” inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses “*inputs*” representam as melhores estimativas da administração da companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, a Companhia e suas controladas mensuram seus equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, nossos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo em 31 de dezembro de 2010, de 2009 e em 1 de janeiro de 2009:

Descrição	2010	Consolidado		
		Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	2.939.084	-	2.939.084	-
Aplicações financeiras	487.769	-	487.769	-
Instrumentos financeiros derivativos	14.621	-	14.621	-
Total dos ativos	3.441.474	-	3.441.474	-
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	185.977	-	185.977	-
Total do passivo	185.977	-	185.977	-

Notas Explicativas

Descrição	2009	Consolidado		
		Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	2.338.315	-	2.338.315	-
Aplicações financeiras	404.693	-	404.693	-
Instrumentos financeiros derivativos	47.493	-	47.493	-
Total dos ativos	2.790.501	-	2.790.501	-
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	287.431	-	287.431	-
Total do passivo	287.431	-	287.431	-

Descrição	2008	Consolidado		
		Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	2.631.440	-	2.631.440	-
Aplicações financeiras	271.275	-	271.275	-
Instrumentos financeiros derivativos	23.276	-	23.276	-
Ativo financeiro disponível para venda	467.450	467.450	-	-
Total dos ativos	3.393.441	467.450	2.925.991	-
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	131.228	-	131.228	-
Total do passivo	131.228	-	131.228	-

Notas Explicativas

Determinação do valor justo

Na avaliação efetuada para fins de determinação do valor justo dos ativos e passivos mensurados pelo método de custo amortizado, não foi constatada a aplicabilidade deste ajuste, destacando-se as seguintes razões:

- Contas a receber: curtíssimo prazo de vencimento das faturas.
- Fornecedores: curto prazo para liquidação de todas as obrigações.
- Empréstimos e financiamentos: todas as transações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.
- Autorizações e concessões a pagar: todas as obrigações advindas das aquisições de autorizações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.

(b) Risco de taxa de câmbio

Companhia

O único instrumento derivativo contratado com instituição financeira no Brasil (swap de indexador – dólar norte americano x CDI) possuía valor nocional de R\$8.356, e foi liquidado em 1º abril de 2010 e teve como objetivo alterar de dólar norte-americano para CDI o indexador do financiamento obtido para capital de giro. O referido financiamento também foi liquidado em 2010.

Grupo de Telecomunicações

Ativos

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos em fundos de investimento, geridos exclusivamente para as controladas indiretas e aplicações em carteira própria.

O risco vinculado a esses ativos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam diminuir os saldos dos mesmos. Os ativos sujeitos a esse risco representam cerca de 14,23% do total das disponibilidades consolidadas que compreendem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Esses ativos estão assim representados no balanço:

	2010		2009		Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo						
Equivalentes de caixa	396.017	396.017	152.255	152.255	177.299	177.299
Aplicações financeiras	91.472	91.472	196	196	-	-

Notas Explicativas

Passivos

As controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos sujeitos a esse risco representam cerca de 22,3% (2009 – 17,0% e 01/01/2009 – 20%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos, desconsideradas as operações de proteção cambial contratadas. Para minimizar esse tipo de risco, a TNL tem contratado operações de proteção cambial junto a instituições financeiras. Da parcela da dívida em moeda estrangeira e cesta de Moedas do BNDES 91,0% (2009 – 95,0% e 01/01/2009 – 98%) está coberta por operações de proteção nas modalidades “swap” cambial, termo em moeda, opção em moeda e aplicações em moeda estrangeira. Os efeitos positivos ou negativos não realizados nas operações de proteção são mensurados a valor justo conforme descrito no item a) acima.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, foram registrados em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos os montantes apresentados abaixo (vide nota 9):

	Consolidado	
	2010	2009
Ganho/(perda) com “swap” cambial	(54.832)	(252.688)
Operações de termo e opção de moeda	(48.772)	(44.995)
	<u>(103.604)</u>	<u>(297.683)</u>

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos estão resumidos a seguir:

	Indexado	Venci- mento	Consolidado					
			Valor de referência (nacional)			Valores a (pagar)/ a receber		
			2010	2009	01/01/09	2010	2009	01/01/09
Contratos de “swap dólar/CDI”								
Posição ativa	CDI	abr/10	-	8.356	8.356	-	(136)	3.880
Posição passiva	US\$	abr/10		(8.356)	(8.356)	-	(1.085)	(517)
Valor líquido						-	(1.221)	3.363
Contratos de “swap crosscurrency”US\$/R\$								
(i)								
Posição ativa	US\$+ US\$ Libor 6M + 1,50% a 6,05%	jan/11 a ago/2019	729.302	828.232	277.999	633.701	700.726	285.348

Notas Explicativas

Posição passiva	70,40% a 110% CDI	jan/11 a ago/2019	(729.302)	(828.232)	(277.999)	(761.745)	(846.241)	(372.140)
Valor líquido						(128.044)	(145.515)	(86.792)
Contratos de “swap crosscurrency” Rne/R\$ (ii)								
Posição ativa	Iene+ Iene Libor 6M + 00,48% a 1,92%	jan/2011 a set/2017	77.581	186.648	49.554	71.534	151.508	68.495
Posição passiva	85,00% a 97% CDI	jan/11 a set/2017	(77.581)	(186.648)	(49.554)	(92.127)	(243.409)	(112.489)
Valor líquido						(20.593)	(91.901)	(43.994)
Contratos de “swap crosscurrency” Rne/US\$ (iii)								
Posição ativa	Iene Libor 6m + 1,25%	jan/11	2.281	14.301	15.995	1.094	2.182	26.304
Posição passiva	US Libor 6m + 3,59%	jan/11	(2.281)	(14.301)	(15.995)	(51)	(327)	(21.632)
Valor líquido						1.043	1.855	4.672
Contratos a termo de moeda								
Iene / US\$ (iv)								
Posição comprada (Iene)	cotação forward 92,35	jul/09			97.561			112.746
Posição vendida (US\$)		jul/09			(97.561)			(97.528)
Valor líquido								15.218

Contraparte:

(i) - ABN, BNP Paribas, Citibank, Deutsche, Itaú, JP Morgan, Merrill Lynch, Morgan Stanley, Santander, Standard, Votorantim

(ii) - JP Morgan, Morgan Stanley, Santander, Citibank

(iii) - Goldman Sachs

(iv) - Santander

A fim de garantir o cumprimento de obrigações financeiras de certas operações de “swap”, a controlada TMAR pode vir a ter que ceder títulos fiduciariamente às suas contrapartes. No encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a TMAR não possuía garantias depositadas a favor de suas contrapartes (2009 – R\$ 145.262) (valor não proporcionalizado).

Contratos de “cross currency swap” US\$/R\$

A TNL e suas controladas contrataram operações de “swap” cambial (“plain vanilla”) para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em dólar. Nestes contratos, a TNL possui posição ativa em dólar acrescida de taxa pré-fixada ou em dólar acrescida de LIBOR americana mais taxa pré-fixada e posição passiva em percentual do CDI. O principal risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está, portanto, na variação cambial do dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em dólar.

Notas Explicativas

Contratos de “cross currency swap” Iene/R\$

A TNL e suas controladas contrataram operações de “swap” cambial (“plain vanilla”) para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Iene. Nestes contratos, a TNL possui posição ativa em Iene acrescida de taxa pré-fixada ou em Iene acrescida de LIBOR japonesa mais taxa pré-fixada, enquanto a posição passiva é indexada a um percentual do CDI para todos os contratos. O risco mais significativo de perdas na ponta ativa destes instrumentos está, portanto, na variação cambial do Iene, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em Iene.

Contratos de “cross currency swap” Iene/US\$

A TNL contratou operações de “swap” cambial para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Iene. Nestes contratos, a TNL possui posição ativa em Iene acrescida de taxa LIBOR japonesa mais “spread” e posição passiva em Dólar acrescida da taxa LIBOR de Dólar mais “spread”. Os riscos de perdas na ponta ativa destes instrumentos estão, portanto, na variação cambial do Iene frente ao Dólar e na flutuação da LIBOR japonesa, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em Iene. O risco de perdas mais significativo na ponta passiva está na variação cambial do Dólar frente ao Real, porém estas possíveis perdas seriam compensadas pelos ganhos na ponta ativa de um dos “swaps” cambiais contratados no qual a TNL se encontra ativa em Dólar mais taxa pré-fixada e passiva em percentual do CDI.

Valores dos instrumentos financeiros derivativos NDF resumidos a seguir:

			Consolidado					
			Valor justo					
			Valor de referência (nominal)			Valores a (pagar)/a receber		
Indexador	Vencimento	Forward	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Contratos de "Non Deliverable Forward" US\$/R\$ (NDF) (i)								
	jan/11							
	a	1,705						
Posição ativa	US\$	out/11	a 1,8065	515.814	-	-	(20.426)	-

Contraparte:

(i) - Barclays, Banco Espírito Santo, BNP Paribas, Bradesco, BTG Pactual, Citibank, Deutsche, HSBC, ITAU BBA, JP Morgan, Merrill Lynch, Morgan Stanley, Santander, Votorantim

Contratos de NDF “Non Deliverable Forward” US\$/R\$

A TMAR contratou operações de compra de dólar futuro via instrumentos de NDF “Non Deliverable Forward” no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquela moeda, em face a exposição a sua exposição atual ao Dólar desconsiderando tais contratos. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim suas variações desfavoráveis.

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade de risco cambial

Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Administração estimou cenários de desvalorização do Real frente a outras moedas com base no Dólar (PTAX de venda) deste período. Para o cenário provável, foi utilizada a mesma taxa de Dólar de 31 de dezembro de 2010. A taxa provável foi então desvalorizada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Descrição	Taxa		Desvalorização
	2010	2009	
<i>Cenário Provável</i>			
Dólar	1,6662	1,7412	0%
Iene	0,020500	0,018832	0%
Cesta de Moedas	0,032718	0,033995	0%
Euro	2,2280		0%
<i>Cenário Possível</i>			
Dólar	2,0828	2,1765	25%
Iene	0,025625	0,02354	25%
Cesta de Moedas	0,040898	0,042494	25%
Euro	2,7850		25%
<i>Cenário Remoto</i>			
Dólar	2,4993	2,6118	50%
Iene	0,03075	0,028248	50%
Cesta de Moedas	0,049077	0,050993	50%
Euro	3,3420		50%

Em 31 de dezembro de 2010, a Administração estimou o fluxo futuro de pagamentos de juros e principal de suas dívidas vinculadas a taxas de câmbio com base nas taxas de juros vigentes na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e nas taxas de câmbio apresentadas acima, assumindo ainda, que todos os pagamentos de juros e principal seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente. O impacto das desvalorizações hipotéticas do Real frente a outras moedas pode ser mensurado pela diferença dos fluxos futuros dos cenários possível e remoto em relação ao cenário provável, onde não há estimativa de desvalorização. Cabe ressaltar que tal análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente dos passivos.

Fluxo Futuro de pagamentos

Descrição	Risco	Consolidado					
		2010					
		individual	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Maiores que 5 anos	Total
<i>Cenário Provável</i>							
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar		154.843	315.868	235.473	1.023.174	1.729.358
Derivativos (Posição líquida - USD)	Queda do Dólar		(572.751)	(155.043)	(145.120)	(338.489)	(1.211.4043)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar		(148.379)	-	-	-	(148.379)
Dívidas em Iene	Alta do Iene		41.716	46.107	45.315	44.522	177.660

Notas Explicativas

Derivativos (Posição Líquida - Iene)	Queda do Iene	(27.105)	(17.569)	(17.302)	(17.035)	(79.011)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	2.211	-	-	-	2.211
Dívidas em Euro	Alta do Euro	-	13.442	24.308	386.036	423.786
Caixa em Euro	Queda do Euro	<u>(359.684)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(359.684)</u>
Total vinculado a taxas de câmbio		(909.149)	202.805	142.674	1.098.208	534.538
Cenário Possível						
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	193.554	394.835	294.341	1.278.968	2.161.698
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(715.939)	(193.803)	(181.400)	(423.111)	(1.514.253)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(185.473)	-	-	-	(185.473)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	52.146	57.633	56.644	55.652	222.075
Derivativos (Posição Líquida - Iene)	Queda do Iene	(33.881)	(21.961)	(21.628)	(21.294)	(98.764)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	2.764	-	-	-	2.764
Dívidas em Euro	Alta do Euro	-	16.802	30.385	482.545	529.732
Caixa em Euro	Queda do Euro	<u>(449.605)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(449.605)</u>
Total vinculado a taxas de câmbio		(1.136.434)	253.506	178.342	1.372.760	668.174
Cenário Remoto						
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	232.265	473.802	353.210	1.534.761	2.594.038
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(859.127)	(232.564)	(217.680)	(507.734)	(1.817.105)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(222.568)	-	-	-	(222.568)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	62.575	69.160	67.972	66.783	266.490
Derivativos (Posição Líquida - Iene)	Queda do Iene	(40.657)	(26.354)	(25.953)	(25.553)	(118.517)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	3.317	-	-	-	3.317
Dívidas em Euro	Alta do Euro	-	20.163	36.462	579.054	635.679
Caixa em Euro	Queda do Euro	<u>(539.526)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(539.526)</u>
Total vinculado a taxas de câmbio		(1.363.721)	304.207	214.011	1.647.311	801.808
Impactos						
Cenário Possível - Cenário Provável		(227.287)	50.701	35.669	274.552	133.635
Dólar		(141.572)	40.206	22.589	171.171	92.394
Iene		3.653	7.134	7.003	6.872	24.662
Cesta		553	-	-	-	553
Euro		(89.921)	3.361	6.077	96.509	16.026
Cenário Remoto - Cenário Provável		(454.572)	101.402	71.337	549.103	267.271
Dólar		(283.143)	80.413	45.177	342.342	184.789
Iene		7.306	14.268	14.006	13.743	49.323
Cesta		1.105	-	-	-	1.105
Euro		(179.842)	6.721	12.154	193.018	32.051

O valor justo dos instrumentos passivos sujeitos a risco de taxa de câmbio sofreria os seguintes impactos nos cenários estimados:

Notas Explicativas

Impacto no valor justo dos instrumentos passivos		Consolidado
Descrição	Risco	Saldo em 2010
Cenário Provável		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	1.273.314
Derivativos (Posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(1.096.804)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(148.364)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	172.682
Derivativos (Posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(72.627)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	2.179
Dívidas em Euro	Alta do Dólar	365.989
Caixa em Euro	Queda do Euro	(359.684)
Total vinculado a taxas de câmbio		136.685
Cenário Possível		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	1.591.642
Derivativos (Posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(1.371.004)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(185.455)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	215.852
Derivativos (Posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(90.784)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	2.723
Dívidas em Euro	Alta do Euro	457.486
Caixa em Euro	Queda do Euro	(449.605)
Total vinculado a taxas de câmbio		170.855
Cenário Remoto		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	1.909.970
Derivativos (Posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(1.645.205)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(222.546)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	259.023
Derivativos (Posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(108.941)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	3.268
Dívidas em Euro	Alta da do Euro	548.983
Caixa em Euro	Queda do Euro	(539.526)
Total vinculado a taxas de câmbio		205.026
Impactos		
Cenário Possível - Cenário Provável		34.170
Dólar		7.036
Iene		25.013
Cesta		545
Euro		1.576
Cenário Remoto - Cenário Provável		68.341
Dólar		14.073
Iene		50.027
Cesta		1.089
Euro		3.152

Impacto no valor justo dos instrumentos passivos		Consolidado
Descrição	Risco	Saldo em 2009
Cenário Provável		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	821.725

Notas Explicativas

Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(697.437)
Caixa em Dólar (*)	Queda do Dólar	(152.168)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	221.794
Derivativos (Posição Líquida - Iene)	Queda do Iene	(153.686)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta	10.894
Total vinculado a taxas de câmbio		51.122
Cenário Possível		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	1.027.156
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(871.796)
Caixa em Dólar (*)	Queda do Dólar	(190.210)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	277.243
Derivativos (Posição Líquida - Iene)	Queda do Iene	(192.107)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta	13.617
Total vinculado a taxas de câmbio		63.903
Cenário Remoto		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	1.232.588
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(1.046.155)
Caixa em Dólar (*)	Queda do Dólar	(228.252)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	332.691
Derivativos (Posição Líquida - Iene)	Queda do Iene	(230.529)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta	16.341
Total vinculado a taxas de câmbio		76.684
Impactos		
Cenário Possível - Cenário Provável		12.781
Dólar		(6.970)
Iene		17.028
Cesta		2.723
Cenário Remoto - Cenário Provável		25.562
Dólar		(13.939)
Iene		34.054
Cesta		5.447

(c) Risco de taxa de juros

Ativos

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos em fundos de investimento, geridos exclusivamente para a Companhia e suas controladas, aplicações em carteira própria em títulos privados (CDB's pré e pós-fixados) emitidos por instituições financeiras de primeira linha, LFT's – Letras Financeiras do Tesouro, operações compromissadas, entre outras.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, conseqüentemente, na remuneração desses ativos.

Esses ativos estão assim representados no balanço:

Notas Explicativas

	Consolidado					
	2010		2009		01/01/2009	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo						
Equivalentes de caixa	2.472.051	2.472.051	2.147.094	2.147.094	2.444.477	2.444.477
Aplicações financeiras	396.297	396.297	404.497	404.497	271.275	271.275

Passivos

Companhia

O risco associado a taxa de juros é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações na taxa de juros CDI que aumentem as despesas financeiras relativas a financiamentos captados no mercado.

Iguatemi

O risco de taxa de juros da controlada Iguatemi decorre substancialmente de debêntures e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, descritos na Nota 21. Esses instrumentos financeiros são subordinados a taxas de juros vinculadas a indexadores, como TJLP e CDI, bem como saldo impostos e tributos a pagar, com juros à taxa SELIC e TJLP. O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas. A controlada Iguatemi e suas controladas não têm pactuado contratos de derivativos para fazer cobertura para esse risco por entender que o risco é mitigado pela existência de ativos indexados em CDI descritos na Nota 11.

La Fonte Telecom

A La Fonte Telecom possui empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na CDI. Do total desses empréstimos e financiamentos, 89% é representado por debêntures emitidas pela La Fonte Telecom, que são atualizadas por 110% da taxa correspondente à acumulação das taxas médias diárias do Certificado de Depósitos Interbancários – CDI. Essas debêntures foram integralmente liquidadas em março de 2011, conforme mencionado na Nota 33.

LF Tel

A LF Tel emitiu debêntures que são atualizadas pela variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA, acrescido de juros prefixados correspondentes a 5% a.a., base 252 dias úteis, desde a data da emissão até a data de seu efetivo pagamento em 30 de abril de 2020. O risco

Notas Explicativas

da LF Tel esta atrelado em perdas decorrentes de flutuações neste índice, que aumentem as suas despesas financeiras.

Grupo de Telecomunicações

As controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na TJLP, IPCA ou no CDI, no caso das dívidas expressas em Reais, da LIBOR no caso da dívida expressa em Dólares dos Estados Unidos da América, LIBOR japonesa no caso de parte da dívida expressa em Iene japonesa e das taxas de juros variáveis do BNDES no caso da dívida expressa em Cesta de Moedas do BNDES. De forma a reduzir a exposição à taxa LIBOR, as controladas possuem operações de “swap” que alteram as taxas de LIBOR para taxas fixas e CDI mais “spread” para percentual do CDI.

Em 31 de dezembro de 2010, aproximadamente 78,4% (2009 – 89% e 01/01/2009 – 95%) da dívida contratada, excluindo o saldo de ajuste proveniente das operações de derivativos, estava sujeita a taxas de juros flutuantes. Após as operações de derivativos, cerca de 83,1% (2009 – 98,0% e 01/01/2009 – 97%) estava sujeita a taxas de juros flutuantes. A exposição mais relevante a taxa de juros para os seus endividamentos após operações de “hedge” é o CDI. Portanto uma elevação sustentada desta taxa impactaria negativamente os pagamentos futuros de juros e ajustes de “hedge”. Porém, como o caixa das controladas está aplicado principalmente em títulos atrelados a variação do CDI, a exposição líquida ao CDI no circulante não constitui um risco material.

Em 31 de dezembro de 2010, foram registrados em resultado de operações de “hedge” (vide Nota 9) uma perda de R\$ 5.923 (2009 – uma perda de R\$ 7.136) no consolidado, provenientes das operações de “swap” taxa de juros.

		Consolidado						
		Valor de referência (nacional)			Valores a (pagar)/ a receber			
	Indexado	Venci	2010	2009	01/01/09	2010	2009	01/01/09
	r	mento						
Contratos de “swap” taxa US\$ LIBOR/Pré (i)								
	LIBOR							
	US\$ 3m a	jan/11						
	LIBOR							
	US\$ 6m +							
Posição ativa	2,50%	ago/19	94.619	126.464	106.725	94.049	126.712	104.668
		jan/11						
	US\$							
	3,62% a							
Posição passiva	5,04%	ago/19	(94.619)	(126.464)	(106.725)	(97.544)	(130.084)	(105.110)
Valor líquido						(3.495)	(3.372)	(442)
Contratos de “swap” taxa CDI+ “spread”/CDI (ii)								
	CDI +							
	0,55%	mar/1						
Posição ativa	103,80%	3	59.010	59.012	59.017	61.758	61.641	61.782
		mar/1						
Posição passiva	CDI	3	(59.010)	(59.012)	(59.017)	(61.597)	(61.422)	(61.760)
Valor líquido						161	219	22

Contraparte:

- (i) - Citibank S.A, NY (Goldman Sachs) e Itaú
(ii) - Citibank

Notas Explicativas

Contratos de “swap” taxa US\$ LIBOR/Pré

A TNL e suas controladas contrataram operações de “swap” de taxa de juros para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar com taxas flutuantes. Nestes contratos, a TNL e suas controladas possuem posição ativa em LIBOR de Dólar e posição passiva em taxa pré-fixada. O risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está, portanto, na flutuação da LIBOR de Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em Dólar, indexadas a LIBOR.

Contratos de “swap” taxa CDI+”Spread”/CDI

A controlada TMAR, contratou operação de “swap” de taxas de juros para proteger os pagamentos das debêntures contratadas em Reais com taxa do CDI mais “spread”. Neste contrato, a TMAR possui posição ativa em CDI mais “spread” e posição passiva em percentual do CDI.

Grupo de Contact Center e Cobrança

A CTX e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na TJLP. Não foram celebrados contratos de instrumentos financeiros derivativos para cobrir esses riscos, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar a eventual necessidade de contratação desses instrumentos.

Análise de sensibilidade de risco de taxa de juros

Companhia

A Companhia possui empréstimo junto ao Banco Bradesco com custo financeiro de 109,8% a.a. CDI, estimando seus custos financeiros com base nos cenários de variações da taxa CDI, utilizando os percentuais de 25% e 50% para os cenários possível e remoto, respectivamente, conforme abaixo:

	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
	R\$ Mil	CDI	R\$ Mil	CDI	R\$ Mil	CDI
Custo financeiro estimado para 2011	28.008	10,64%	35.010	13,30%	42.012	15,96%

LF Tel

A LF Tel possui debêntures com custo financeiro de IPCA + 5% a.a. A LF Tel estimou cenários de variações da taxa IPCA, utilizando os percentuais de 25% e 50% para os cenários possível e remoto, respectivamente, conforme abaixo:

Notas Explicativas

	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
	R\$ Mil	IPCA	R\$ Mil	IPCA	R\$ Mil	IPCA
Custo financeiro estimado para 2011	79.538	5,90%	99.473	7,39%	119.260	8,86%

Grupo de Telecomunicações

A TNL considera que o risco de variações nas taxas de juros advém do seu passivo vinculado à TJLP, à LIBOR (USD e JPY) e principalmente ao CDI. Sendo assim, o risco está associado à elevação dessas taxas.

Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Administração estimou cenários de variação nas taxas CDI, TJLP e LIBOR USD. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes neste período. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Cenários de Taxas de juros								
						2010		
Cenário provável			Cenário possível			Cenário remoto		
CDI	TJLP	USD LIBOR 6M	CDI	TJLP	USD LIBOR 6M	CDI	TJLP	USD LIBOR 6M
10,64%	6,0%	0,4559%	13,30%	7,5%	0,5699%	15,96%	9,0%	0,6839%

Cenários de Taxas de juros								
						2009		
Cenário provável			Cenário possível			Cenário remoto		
CDI	TJLP	USD LIBOR	CDI	TJLP	USD LIBOR	CDI	TJLP	USD LIBOR
8,55%	6,0%	0,42969%	10,68%	7,50%	0,53711%	12,83%	9,0%	0,64453%

Em 31 de dezembro de 2010, a Administração estimou o fluxo futuro de pagamentos de juros de suas dívidas vinculadas ao CDI, à TJLP e à LIBOR (USD) com base nas taxas de juros apresentadas acima, assumindo ainda, que todos os pagamentos de juros seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente. Não foram considerados fluxos de dívidas contratadas entre empresas do Grupo Oi.

O impacto das elevações hipotéticas nas taxas de juros pode ser mensurado pela diferença dos fluxos futuros dos cenários possível e remoto em relação ao cenário provável, onde não há estimativa de elevação.

Cabe ressaltar que tal análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos. O valor justo desses passivos, mantendo-se o risco de crédito da TNL inalterado, não seria impactado em caso de variações nas taxas de juros, tendo em vista que as taxas utilizadas para levar os fluxos a valor futuro seriam as mesmas que trariam os fluxos a valor presente.

Notas Explicativas

Adicionalmente, são mantidos equivalentes de caixa e aplicações financeiras em títulos pós-fixados que teriam um aumento de remuneração nos cenários possível e remoto, neutralizando parte do impacto das elevações das taxas de juros no fluxo de pagamentos das dívidas. Entretanto, por não ter uma previsibilidade de vencimentos equivalente a dos passivos financeiros, o impacto dos cenários sobre tais ativos não foi considerado. Os saldos de equivalentes de caixa e de aplicações financeiras estão apresentados na Nota 11.

Grupo de Contact Center e Cobrança

A CTX e suas controladas mantêm parte substancial da sua dívida e de seu caixa e equivalentes de caixa indexadas à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2010, de R\$ 14.911 no Consolidado, representada pelo valor do caixa e equivalentes de caixa, líquido de empréstimos e financiamentos e arrendamentos mercantis. A expectativa de mercado, conforme dados retirados no Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data base em 18 de março de 2011, indicavam uma taxa mediana (Top 5) efetiva da Selic estimada em 12,50%, cenário provável para o ano de 2011, ante a taxa efetiva de 10,75% verificada em 31 de dezembro de 2010. Adicionalmente, a CTX e suas controladas efetuaram testes de sensibilidade para cenários adversos, considerando deterioração da taxa em 25% ou 50% superiores ao cenário provável, conforme quadro abaixo:

Operação	Cenário provável	Cenário I deterioração de 25%	Cenário II deterioração de 50%
Taxa efetiva em 31 de dezembro de 2010	10,75%	10,75%	10,75%
Dívida líquida (i)	14.911	14.911	14.911
Taxa anual estimada do CDI	12,25%	15,31%	18,38%
Efeito anual do caixa líquido:			
Redução	-	680	1.137
Aumento	224	-	-

- (i) A dívida líquida considera o montante de R\$ 92.868 relativo à caixa e equivalentes de caixa e R\$106.803 relativos a empréstimos e financiamentos e R\$ 976 relativos a arrendamentos mercantis.

Fluxo de caixa de pagamento futuro:

Grupo de Telecomunicações

O quadro a seguir mostra o fluxo futuro de pagamento de juros por período:

No encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, não havia fluxos de pagamentos vinculados a TJLP,US LIBOR ou IENE LIBOR.

Notas Explicativas

Descrição	Risco Individual	2010				Total
		Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Maiores que 5 anos	
Cenário Provável						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	283.644	351.609	97.683	7.684	740.620
Derivativos (Posição líquida - CDI)	Alta do CDI	99.168	128.261	109.254	96.984	433.667
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	117.203	152.395	61.772	32.170	363.540
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	9.091	13.453	8.040	3.979	34.563
Derivativos (Posição líquida LIBOR)	Queda da US LIBOR	(6.956)	(10.119)	(5.921)	(2.841)	(25.837)
Dívidas em IENE LIBOR	Alta da IENE LIBOR	1.690	2.083	1.291	498	5.562
Derivativos (Posição líquida - LIBOR)	Queda da IENE LIBOR	(573)	(702)	(435)	(168)	(1.878)
Dívidas em IPCA	Alta do IPCA	50.026	93.643	85.099	58.484	287.252
Total vinculado a taxas de juros		553.293	730.623	356.783	196.790	1.837.489
Cenário Possível						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	334.072	429.474	119.127	9.340	892.013
Derivativos (Posição líquida - CDI)	Alta do CDI	112.118	157.694	135.596	120.685	526.093
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	149.669	216.387	99.224	70.580	535.860
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	11.595	17.548	10.491	5.208	44.842
Derivativos (Posição líquida - LIBOR)	Queda da US LIBOR	(8.871)	(13.197)	(7.724)	(3.716)	(33.508)
Dívidas em IENE LIBOR	Alta da IENE LIBOR	2.193	2.856	1.770	683	7.502
Derivativos (Posição líquida - LIBOR)	Queda da IENE LIBOR	(743)	(962)	(596)	(230)	(2.531)
Dívidas em IPCA	Alta do IPCA	53.496	98.983	88.303	59.552	300.334
Total vinculado a taxas de juros		653.529	908.783	446.191	262.102	2.270.605
Cenário Remoto						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	383.849	506.358	140.318	10.975	1.041.500
Derivativos (Posição líquida - CDI)	Alta do CDI	124.897	186.879	162.145	144.177	618.098
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	183.385	291.245	146.568	124.109	745.307
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	14.192	21.934	13.118	6.532	55.776
Derivativos (Posição líquida - LIBOR)	Queda da US LIBOR	(10.856)	(16.494)	(9.656)	(4.658)	(41.664)
Dívidas em IENE LIBOR	Alta da IENE LIBOR	2.727	3.731	2.313	892	9.663
Derivativos (Posição líquida - LIBOR)	Queda da IENE LIBOR	(924)	(1.256)	(778)	(300)	(3.258)
Dívidas em IPCA	Alta do IPCA	56.967	104.323	91.507	60.620	313.417
Total vinculado a taxas de juros		754.237	1.096.720	545.535	342.347	2.738.839
Impactos						
Cenário Possível - Cenário Provável		100.236	178.160	89.408	65.312	433.116

Notas Explicativas

CDI	63.378	107.299	47.787	25.357	243.821
TJLP	32.466	63.992	37.451	38.410	172.319
US LIBOR	589	1.017	648	354	2.608
IENE LIBOR	332	514	318	123	1.287
IPCA	3.471	5.340	3.204	1.068	13.083
Cenário Remoto - Cenário Provável	200.944	366.097	188.752	145.557	901.350
CDI	125.933	213.367	95.527	50.484	485.311
TJLP	66.182	138.850	84.795	91.939	381.766
US LIBOR	1.201	2.106	1.344	736	5.387
IENE LIBOR	686	1.094	678	261	2.719
IPCA	6.942	10.680	6.408	2.136	26.166

Grupo de Contact Center e Cobrança

A tabela abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro do Grupo de Contact Center e Cobrança com base nos pagamentos contratuais não descontados:

	31/12/2010			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos (excluindo arrendamento mercantil)	27.213	52.295	49.369	6.193
Arrendamento mercantil	976	-	-	-
Empréstimos e outros a pagar	18.982	-	-	-
	31/12/2009			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos (excluindo arrendamento mercantil)	18.180	31.725	11.631	-
Arrendamento mercantil	2.310	-	-	-
Empréstimos e outros a pagar	17.583	-	-	-
	01/01/2009			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos (excluindo arrendamento mercantil)	3.853	17.002	34.011	-
Arrendamento mercantil	3.672	1.639	631	-
Empréstimos e outros a pagar	17.541	-	-	-

(d) Risco de crédito

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes do Grupo de Telecomunicações e da Iguatemi e suas controladas não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas nas suas realizações.

Notas Explicativas

O risco de crédito em relação às contas a receber do Grupo de Contact Center e Cobrança é minimizado, substancialmente, em função do porte financeiro das empresas para as quais é prestado os serviços. Adicionalmente, monitora-se continuamente a posição de seus recebíveis, reavaliando, sempre que necessário, suas políticas de crédito, objetivando mitigar eventuais perdas. Sempre que necessário, constitui-se provisão para créditos de liquidação duvidosa para os clientes inadimplentes e aplica procedimentos de cobrança e negociação de créditos vencidos.

A Iguatemi e suas controladas consideram para avaliar a qualidade de créditos de potenciais clientes as seguintes premissas: o valor da garantia oferecida deve cobrir no mínimo 12 meses de custo ocupação (aluguel, somando encargos comuns e fundos de promoção multiplicado por 12), as garantias aceitas (imóvel, carta fiança, seguro, etc.), a idoneidade de pessoas físicas e jurídicas envolvidas na locação (sócios; fiadores; caucionantes) a utilização da empresa SERASA como referência para consultas.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os ratings publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes.

(e) Risco de liquidez

Os fluxos de caixa gerados a partir das operações e financiamentos com terceiros são utilizados para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede, pagar dividendos, dívidas e investir em novos negócios.

(f) Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplemento em alguns dos instrumentos de dívida da TNL e suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. A impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode impedir a capacidade de investir em seu negócio e de fazer dispêndios de capital necessários ou aconselháveis, o que pode reduzir as suas vendas futuras e afetar negativamente sua lucratividade. Além disso, os recursos necessários para cumprir com as obrigações de pagamento dos empréstimos tomados podem reduzir a quantia disponível para dispêndios de capital.

O risco de vencimento antecipado decorrentes do não cumprimento dos covenants financeiros atrelados as dívidas da Companhia e suas controladas estão detalhados na Nota 21, na seção "Covenants".

(g) Riscos contingenciais

Os riscos contingenciais são avaliados segundo hipóteses de exigibilidade e estão segregados entre provisões e passivos contingentes, conforme definições contidas no CPC 25 / IAS 37. Provisões são as contingências consideradas como de risco provável, reconhecidas no passivo, pois existe uma obrigação presente como resultado de evento passado, sendo provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação. Os detalhes desses riscos estão apresentados na Nota 25.

Notas Explicativas

(h) Risco de aspecto regulatório

Os riscos de aspecto regulatório dizem respeito à atividade do STFC, que representa o segmento mais expressivo exercido pelas controladas indiretas TMAR e BrT.

Embora a regulamentação dos serviços de telecomunicações em geral seja bastante abrangente, ela é ainda mais restritiva quando se trata dos serviços prestados no regime público, definido na LGT - Lei Geral das Telecomunicações, como é o caso do STFC. Em decorrência, grande parte dos riscos e obrigações regulatórias diz respeito a esse serviço, que tem grande relevância nas atividades da TNL.

Contratos de concessão

Estão em vigor contratos de concessão do STFC nas modalidades local e longa distância nacional, firmados pela TNL junto à ANATEL, com abrangência no período compreendido entre 1 de janeiro de 2006 e 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão, que prevêem revisões quinquenais, no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios do que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado, contendo ainda vários dispositivos de defesa dos interesses do consumidor, conforme percebido pelo órgão regulador. Entre outros pontos destacam-se:

- (i) O ônus da concessão definido como 2% da receita anual líquida de tributos, paga a cada biênio, a partir do exercício social de 2006, cujo primeiro pagamento ocorreu no dia 30 de abril de 2007. Tal método de cálculo, no que diz respeito à competência, corresponde a 1% da receita líquida de tributos de cada exercício social;

A imposição de metas de universalização que poderão ser revistas a cada cinco anos, na forma prevista nos referidos contratos de concessão. A imposição de novas metas que impliquem em ônus adicionais para a TNL deverá ser sempre acompanhada da indicação de fontes de financiamento correspondentes. Atualmente estão em discussão com a ANATEL as metas que serão imputadas para o período 2011 a 2015, cuja implementação deverá ocorrer a partir de maio de 2011. Essas metas deverão incorporar uma expansão na oferta de telefonia em áreas rurais e uma nova definição para o AICE – Acesso Individual Classe Especial, destinada exclusivamente aos usuários integrantes do cadastro de programas sociais do Governo Federal.

- (ii) A possibilidade do Órgão Regulador impor planos alternativos de oferta obrigatória;
- (iii) A introdução do direito do Órgão Regulador de intervir e modificar contratos da concessionária com terceiros;
- (iv) A inclusão dos bens da controladora, controlada, coligada e de terceiros, indispensáveis à concessão, como bens reversíveis; e
- (v) A criação de conselho de usuários em cada concessão.

As tarifas de uso de redes são definidas como um percentual da tarifa de público local e longa distância nacional, até a efetiva implantação de modelo de custos por serviço/modalidade, que deve ser desenvolvido a partir de 2011, conforme previsto no PGR – Plano Geral de Atualização da Regulamentação, com provável aplicação a partir de 2013.

Notas Explicativas

(i) Gestão de capital

A Companhia, como empresa de participação no capital de outras sociedades, administra sua estrutura de capital de acordo com as melhores praticas de mercado buscando o equilíbrio ótimo entre o endividamento financeiro e capital próprio (patrimônio líquido, lucros acumulados e reservas de lucros).

O objetivo da gestão de capital é assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o seu crescimento sustentado e o adequado retorno a seus acionistas.

A Companhia pode alterar sua estrutura de capital na medida do necessário para otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida, em vista das condições econômico-financeiras de mercado.

A Companhia e controladas administram sua estrutura de capital, a qual consiste em relação entre o endividamento financeiro e o capital próprio (patrimônio líquido, lucros acumulados e reservas de lucros) de acordo com melhores práticas de mercado.

O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado da empresa, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.

A Companhia e controladas poderão alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.

Os indicadores utilizados para mensurar a gestão da estrutura de capital da Companhia e controladas são: Dívida Total sobre o *EBITDA* (sigla em inglês que representa o lucro líquido antes dos juros (resultado financeiro), impostos, depreciações e amortizações), Dívida líquida (dívida total menos o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) sobre o *EBITDA*, índice de cobertura de juros e Relação Dívida sobre o Patrimônio líquido, conforme abaixo:

Dívida Bruta/*EBITDA*..... entre 2x e 3x
 Dívida Líquida/*EBITDA* entre 1,4 x e 2x
 Índice de cobertura de juros (*)..... maior que 4
 (*) Mede a capacidade da Companhia e controladas em cobrir suas obrigações futuras de juros.

6 RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Receita bruta de vendas e/ ou serviços	2.049	1.566	10.839.024	10.728.989
Deduções da receita bruta				
Tributos	(291)	(223)	(2.436.261)	(2.512.386)
Outras deduções	-	-	(1.233.126)	(1.022.427)
	(291)	(223)	(3.669.387)	(3.534.813)
Receita de vendas e/ ou serviços	1.758	1.343	7.169.637	7.194.176

Notas Explicativas

7 DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelas normas internacionais, apresenta, a seguir, o detalhamento das despesas por natureza:

Despesas por natureza	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Depreciação e amortização	1	7	1.450.778	1.622.968
Interconexão	-	-	1.108.188	1.150.755
Serviços de terceiros	900	604	1.078.915	1.078.612
Serviço de manutenção da rede	-	-	440.608	541.389
Pessoal	3.990	3.601	767.884	759.691
Aluguéis e seguros	17	15	355.722	367.774
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	204.219	289.533
Fistel	-	-	141.852	136.084
Publicidade e propaganda	-	-	117.308	139.840
Materiais	-	-	47.039	91.467
Taxa de Prorrogação do Contrato de Concessão – ANATEL	-	-	34.446	32.619
Custos de aparelhos e outros	-	-	32.611	85.175
Despesas com leasing	3.413	4.345	3.413	4.345
Transportes	3.684	2.269	4.724	2.989
Outros custos e despesas	1.417	685	120.725	51.575
	<u>13.422</u>	<u>11.526</u>	<u>5.908.432</u>	<u>6.354.816</u>

Classificadas como:	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	1.566	1.346	4.119.434	4.449.338
Comercialização de serviços	-	-	1.074.099	1.165.146
Gerais e administrativas	11.856	10.180	714.899	740.332
	<u>13.422</u>	<u>11.526</u>	<u>5.908.432</u>	<u>6.354.816</u>

8 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Outras receitas operacionais	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Aluguéis de infra-estrutura	-	-	71.004	73.853
Despesas recuperadas	-	-	98.242	87.783
Multas cobradas sobre contas vencidas	-	-	55.739	61.434

Notas Explicativas

Serviços técnicos administrativos	-	-	25.585	24.619
Ganho na alienação de ativo permanente	436	542	14.000	20.835
Dividendos Prescritos	-	-	7.492	15.142
Recuperação de despesas com fundos de pensões	-	-	1.362	8.847
Provisões/reversões para perdas em processos judiciais	-	-	4.090	3.452
Outras receitas	-	-	51.746	23.273
	<u>436</u>	<u>542</u>	<u>329.260</u>	<u>319.238</u>

Outras despesas operacionais	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Tributos	-	-	(168.393)	(193.004)
Provisões para fundos de pensão	-	-	(3.108)	(1.271)
Despesas com cobrança	-	-	(16.484)	(17.380)
Provisões/reversões para perdas em processos judiciais	(2.628)	(1.706)	(194.869)	(138.776)
Amortização do excesso pago na Concessão	-	-	(4.922)	(4.922)
Participação dos empregados no resultado	(490)	(586)	(77.801)	(35.581)
Perda na alienação de ativo permanente	-	-	(32.513)	(25.748)
Remunerações baseadas em ações	-	-	(3.895)	(9.061)
Descontos concedidos	-	-	(13.164)	(9.983)
Despesas com multas	-	-	(5.563)	(29.870)
Provisão para perda em investimentos e outras provisões	-	-	1.164	(33.184)
Outras despesas	85	169	(51.752)	(50.985)
	<u>(3.033)</u>	<u>(2.123)</u>	<u>(571.300)</u>	<u>(549.765)</u>

9 RESULTADO FINANCEIRO

Receitas financeiras	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Rendimentos de aplicações financeiras	-	-	286.658	232.714
Juros e variações monetárias e cambiais sobre outros ativos	1.553	2.329	161.539	132.905
Descontos financeiros obtidos	-	3	9.364	22.802
Juros e variações monetárias e cambiais sobre empréstimos a receber de empresas ligadas	11.758	8.727	20.424	22.770
Juros sobre debêntures	27.530	24.657	-	-
Dividendos recebidos	108	63	112	63
Recuperação de despesas	-	-	47.469	-
Outros	-	80	7.402	28.063
	<u>40.949</u>	<u>35.859</u>	<u>532.968</u>	<u>439.317</u>

Notas Explicativas

Despesas financeiras	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(28.115)	(25.962)	(460.629)	(476.854)
Operações de instrumentos financeiros derivativos	-	-	(109.527)	(304.819)
Juros e variações monetárias e cambiais sobre outros passivos	(28)	(47)	(109.063)	(136.464)
Atualização monetária de provisões para perdas em processos judiciais	-	-	(95.546)	(113.525)
Juros sobre debêntures	-	-	(286.282)	(210.391)
IRRF, IOF e PIS/COFINS sobre operações financeiras e encargos bancários	(1.756)	(1.571)	(80.217)	(57.305)
Juros, comissões e variações monetárias e cambiais sobre empréstimos a pagar a empresas ligadas	-	-	(3.545)	(4.531)
Refinanciamento fiscal	-	-	(18.513)	(2.415)
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros	(4.437)	(1.873)	42.548	320.385
Variação cambial de aplicações financeiras em moeda estrangeira	-	-	(7.160)	(44.160)
Atualização monetária sobre ações preferenciais resgatáveis	-	-	(15.333)	(10.726)
Dividendos fixos sobre ações preferenciais resgatáveis	-	-	(13.741)	(13.012)
Outros	(237)	(231)	(28.854)	(29.506)
	<u>(34.573)</u>	<u>(29.684)</u>	<u>(1.185.862)</u>	<u>(1.083.322)</u>

10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária combinada de 34%.

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Tributos Correntes				
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(2.909)	(2.754)	(191.773)	(235.429)
Tributos diferidos	-	-	169.824	118.921
	<u>(2.909)</u>	<u>(2.754)</u>	<u>(21.949)</u>	<u>(116.508)</u>

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Resultado antes dos impostos e das participações	9.076	186.065	366.271	1.179.106

Notas Explicativas

Resultado das empresas não sujeitas ao cálculo de IR/CSLL			611	(37)
Total do resultado tributável	9.076	186.065	366.882	1.179.069
IRPJ e CSLL sobre o resultado tributável (15%+10%+9%)	(3.086)	(63.262)	(124.741)	(400.884)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Efeito tributário sobre exclusões (adições) permanentes (ii)	(39)	(256)	14.294	352.951
Efeito tributário dos juros sobre o capital próprio	(5.934)	(5.406)	20.914	3.378
Exclusão (adição) permanente do resultado de equivalência patrimonial	5.767	65.163	(11.580)	62.645
Ativo fiscal diferido não constituído	2.943	3.311	(52.145)	(97.671)
Ativo fiscal diferido constituído em exercícios anteriores (iii)	-	-	57.741	6.980
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (i)	-	-	27.741	10.202
Compensação de prejuízos e base negativa de CS de controladas sem ativo diferido	-	-	6.883	4.229
Outros	(2.560)	(2.304)	38.944	(58.338)
Imposto de renda e contribuição social, de acordo com a demonstração do resultado	(2.909)	(2.754)	(21.949)	(116.508)
Alíquota efetiva	<u>-32,05%</u>	<u>-1,48%</u>	<u>5,98%</u>	<u>9,88%</u>

- (i) Refere-se ao lucro da exploração reconhecido no resultado pela aplicação da Lei nº 11.638/2007. O referido benefício fiscal é obtido após a obtenção de Laudo Constitutivo emitido pela SUDENE, depois de atendidas as exigências do referido órgão competente; entretanto, o laudo não prevê exigências adicionais cujo não cumprimento possa acarretar a perda do benefício fiscal antes do prazo final que se encerra em dezembro de 2013.
- (ii) Os principais itens de efeitos tributários de exclusão (adição) permanentes são: multas indedutíveis, ICMS, incentivos fiscais e patrocínios. Em 2009, no consolidado, o principal impacto refere-se ao efeito do registro do Ganho da aquisição do controle – BrT líquido, no montante de R\$ 1.207.361, Nota 1 (a).
- (iii) Refere-se basicamente ao novo “Business plan” das controladas TMAR, BrT e BrT Multimídia.

As Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2010 foram elaboradas considerando as melhores estimativas da administração e, no que se refere ao tratamento tributário, contemplam os procedimentos instituídos pelo RTT – Regime Tributário Transitório.

11 CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2010, 2009 e na data de transição de 1 de janeiro de 2009, são classificados como mantidos para negociação e são mensurados pelos respectivos valores justos.

Notas Explicativas

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Caixa e contas bancárias	9	9	9	126.809	77.270	39.103
Equivalentes de caixa	-	-	-	2.812.275	2.261.045	2.592.337
	<u>9</u>	<u>9</u>	<u>9</u>	<u>2.939.084</u>	<u>2.338.315</u>	<u>2.631.440</u>

	Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009
Fundos de investimentos exclusivos	1.862.367	1.452.018	1.989.833
CDB – Certificado de depósito bancário	496.902	632.985	574.318
Operações compromissadas	41.866	155.611	27.567
Títulos públicos	34.490	-	7
Títulos privados	359.684	-	-
Outros	16.966	20.431	612
Equivalentes de caixa	<u>2.812.275</u>	<u>2.261.045</u>	<u>2.592.337</u>

(b) Aplicações financeiras

	Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009
Fundos de investimentos exclusivos	400.203	310.264	230.540
Títulos públicos	-	23.443	40.402
Títulos privados	71.159	64.917	333
Outras aplicações	16.407	6.069	-
Aplicações financeiras e Títulos e valores mobiliários	<u>487.769</u>	<u>404.693</u>	<u>271.275</u>
Circulante	469.375	397.533	270.942
Não circulante	18.394	7.160	333

(c) Composição das carteiras dos fundos de investimentos exclusivos

Todos os fundos de investimento nos quais a TNL e suas controladas aplicam recursos são fundos exclusivos do grupo de telecomunicações, dos quais, em 31 de dezembro de 2010, a TNL possui aproximadamente 7% (2009 – 5% e 01/01/2009 – 4%), a TMAR 5% (2009 – 46% e 01/01/2009 –

Notas Explicativas

78%), a Oi 42% (2009 – 21% e 01/01/2009 – 18%), a BrT 29% (2009 – 13%) e as demais controladas 17% (2009 – 15%) de participação nas quotas destes fundos.

As carteiras dos fundos exclusivos são compostas pelos títulos demonstrados no quadro abaixo que apresenta os saldos consolidados dos fundos:

	Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009
Operações compromissadas	1.256.199	497.226	792.163
CDB – Certificado de depósito bancário	600.983	812.785	983.892
Time deposits	-	126.793	176.853
Títulos privados	410	9.255	-
Títulos públicos	711	5.747	34.212
Outros	4.064	212	2.713
	<u>1.862.367</u>	<u>1.452.018</u>	<u>1.989.833</u>
Títulos classificados em equivalentes de caixa			
Títulos públicos	296.710	296.412	228.687
Títulos privados	12.020	13.655	-
Bonds	47.929	197	218
Time Deposits	43.544	-	-
Debêntures	-	-	1.635
Títulos classificados em aplicações financeiras	<u>400.203</u>	<u>310.264</u>	<u>230.540</u>
Fundos de investimentos exclusivos	<u>2.262.570</u>	<u>1.762.282</u>	<u>2.220.373</u>

A TNL, direta e indiretamente, possui aplicações financeiras em fundos de investimentos exclusivos no Brasil e no exterior, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como “*benchmark*”, o CDI no Brasil e a LIBOR no Exterior.

12 CONTAS A RECEBER

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Serviços faturados	168	127	89	1.029.190	1.043.474	669.877
Serviços a faturar	-	-	-	435.748	427.416	231.757
Aluguéis a receber	-	-	-	69.747	43.411	40.399
Co-participação a receber	-	-	-	6.690	15.028	7.913
Aparelhos e acessórios vendidos	-	-	-	63.534	61.694	54.812
Venda de imóveis	-	-	-	24.891	1.291	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(210.978)	(225.264)	(90.857)
	<u>168</u>	<u>127</u>	<u>89</u>	<u>1.418.822</u>	<u>1.367.050</u>	<u>913.901</u>
Circulante	168	127	89	1.398.041	1.363.867	911.732
Não circulante	-	-	-	20.781	3.183	2.169

Notas Explicativas

A composição por idade dos valores a receber consolidado é apresentada a seguir:

	2010		2009		01/01/2009		Consolidado	
		%		%		%		%
A faturar	435.748	26,7%	427.416	26,8%	231.757	23,1%		
A vencer	632.949	38,8%	544.434	34,2%	379.340	37,8%		
A receber de outros provedores	149.736	9,2%	183.652	11,5%	122.126	12,2%		
Vencidas até 30 dias	174.372	10,7%	190.431	12,0%	114.547	11,4%		
Vencidas de 31 a 60 dias	57.576	3,5%	64.608	4,1%	39.778	4,0%		
Vencidas de 61 a 90 dias	35.843	2,2%	40.517	2,5%	24.462	2,4%		
Vencidas há mais de 90 dias	143.576	8,9%	141.256	8,9%	92.748	9,2%		
	<u>1.629.800</u>	<u>100%</u>	<u>1.592.314</u>	<u>100%</u>	<u>1.004.758</u>	<u>100%</u>		

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes das suas controladas são as seguintes:

	Consolidado
Saldo em 01/01/2009	(90.857)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(289.533)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa na aquisição da Invitel e BrT	(86.204)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	241.330
Saldo em 31/12/2009	<u>(225.264)</u>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(204.219)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	218.505
Saldo em 31/12/2010	<u>(210.978)</u>

13 TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

	Controladora			Consolidado		
	Ativo			Ativo		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Tributos correntes a recuperar						
CS a recuperar (i)	-	-	-	52.840	21.629	43.613
IR a recuperar (i)	-	-	-	122.037	50.620	103.745
Impostos retidos na fonte - IR/CS	-	413	-	84.539	49.400	52.447
Outros tributos correntes	-	-	-	2.142	1.047	838
	<u>-</u>	<u>413</u>	<u>-</u>	<u>261.558</u>	<u>122.696</u>	<u>200.643</u>

Notas Explicativas**Tributos diferidos a recuperar**

IR - sobre diferenças temporárias e créditos fiscais (ii)	-	-	-	755.342	577.718	370.586
CS sobre diferenças temporárias (ii)	-	-	-	47.191	193.228	126.653
IR sobre prejuízos fiscais (ii)	-	-	-	247.481	284.246	139.476
CS sobre base negativa (ii)	-	-	-	109.727	107.161	47.811
Provisão excesso business plan	-	-	-	(1.160)	(19.252)	-
Outros tributos diferidos (iii)	-	-	-	102.027	135.900	46.814
	-	-	-	<u>1.260.608</u>	<u>1.279.001</u>	<u>731.340</u>

Circulante	-	413	-	261.558	122.696	200.643
Não circulante	-	-	-	1.260.608	1.279.001	731.340

Adições temporárias por natureza:

Constituição de provisões diversas	-	-	-	7.262	36.195	16.016
Participação nos lucros	-	-	-	21.792	8.155	10.763
Provisão para cobertura insuficiência atuarial	-	-	-	48.519	50.510	-
Provisão para contingência	-	-	-	467.806	482.945	192.991
Provisão de crédito para liquidação duvidosa	-	-	-	129.851	119.820	71.338
Provisão para perdas	-	-	-	16.866	11.598	4.897
Variação cambial	-	-	-	13.662	2.955	49.251
Convergência ao IFRS - RTT:						
Subsídios	-	-	-	2.872	5.817	20.035
Fistel	-	-	-	6.519	12.233	13.831
Ativo diferido	-	-	-	13.304	19.959	26.629
Rolagem de minutos	-	-	-	9.989	9.743	11.352
Ágio Oi	-	-	-	5.092	2.960	4.004
ARO	-	-	-	3.813	7.948	6.553
TUP	-	-	-	1.826	4.506	7.840
Combinação de negócios	-	-	-	-	-	84.148
Outros	-	-	-	53.360	(4.398)	(22.409)
	-	-	-	<u>802.533</u>	<u>770.946</u>	<u>497.239</u>

Notas Explicativas

	Consolidado			Consolidado		
	Passivo			Passivo		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Tributos correntes a recolher						
IR a pagar	0	33	33	118.775	36.231	75.332
CS a pagar	808	710	-	54.353	19.364	33.418
Outros	85	1.659	112	10.706	6.684	7.693
Circulante	893	2.402	145	183.834	62.279	116.443
Tributos diferidos a recolher						
IR diferido	-	-	-	536.094	648.318	4.642
CS diferido	-	-	-	192.618	227.645	1.481
Não circulante	-	-	-	728.712	875.963	6.123
Adições temporárias por natureza:						
Convergência ao IFRS - RTT	-	-	-	10.324	4.987	3.374
Tributos diferidos sob combinação de negócios BrT (*)	-	-	-	714.568	867.061	-
Depreciação/Baixas CME Lei nº 8200/1991	-	-	-	3.156	3.483	2.317
Outras diferenças temporárias	-	-	-	664	432	432

(*) Compõe-se substancialmente dos efeitos tributários sobre os ajustes a valor justo dos ativos imobilizados e intangível reconhecidos na aquisição da BrT.

A Companhia e suas controladas possuem créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social a serem compensados com lucros tributários futuros, ambos no montante de R\$1.667.282 em 2010 (R\$1.317.074 em 2009). A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

A Companhia não registrou contabilmente o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre esses montantes, devido à falta de expectativas de realização dos mesmos, considerando o estágio atual de suas operações.

Antes da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 32 (Tributos sobre o Lucro), os montantes do imposto de renda e contribuição social diferidos eram classificados no ativo e no passivo circulantes e não circulantes, conforme a expectativa de realização. Com a adoção do CPC 32, o montante total do imposto de renda e contribuição social diferidos passou a ser classificado como ativo e passivo não circulantes, incluindo os tributos diferidos apurados na aplicação dos ajustes dos CPCs.

Notas Explicativas

- (i) Referem-se a pagamentos realizados, calculados com estimativas legais, que serão compensados com obrigações fiscais futuras.
- (ii) A TNL e suas controladas e a CTX e suas controladas registram seus créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias, dos prejuízos fiscais e da base negativa da contribuição social. Conforme estudo técnico aprovado pelos órgãos de suas administrações, submetido à aprovação do Conselho Fiscal, a geração de lucros tributáveis nos próximos dez anos, ajustados a valor presente será suficiente para absorver esses créditos tributários, como segue no quadro abaixo. A TNL e suas controladas e a CTX e suas controladas compensam seus prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, até o limite de 30% do lucro fiscal apurado, conforme legislação fiscal vigente. A Iguatemi registra seus créditos fiscais decorrentes exclusivamente de diferenças temporárias.
- (iii) Referem-se a compensações futuras de créditos fiscais não utilizados de imposto de renda e contribuição social.

Para a Companhia e as controladas diretas ou indiretas que não apresentaram, em 31 de dezembro de 2010, históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis suficientes nos próximos dez anos, os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social não foram reconhecidos na sua totalidade, bem como, os créditos tributários sobre diferenças temporárias.

A seguir estão apresentados os prazos de expectativa de realização dos ativos de tributos diferidos:

	<u>Consolidado</u>
Até 31 de dezembro de:	
2011	199.664
2012	118.374
2013	172.280
2014	184.081
2015	119.450
2016 a 2018	215.072
2019 a 2021	251.687
	<u>1.260.608</u>

14 OUTROS TRIBUTOS

	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>		
	<u>Ativo</u>			<u>Ativo</u>		
	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>01/01/2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>01/01/2009</u>
ICMS a recuperar (i)	-	-	-	276.197	327.859	187.332
PIS/COFINS	-	-	-	29.928	67.376	14.902

Notas Explicativas

Imposto retido na fonte	48	-	1.956	14.926	12.246	11.179
PAES a recuperar	-	-	-	2.214	2.214	2.214
Outros	551	1.883	257	10.893	12.659	6.774
	<u>599</u>	<u>1.883</u>	<u>2.213</u>	<u>334.158</u>	<u>422.354</u>	<u>222.401</u>
Circulante	599	1.883	567	234.988	248.585	143.741
Não circulante	-	-	1.646	99.170	173.769	78.660

	Consolidado		
	Passivo		
	2010	2009	01/01/2009
PIS/COFINS	264.706	156.864	27.544
ICMS	228.330	203.565	78.392
FUST/FUNTEL/Radio difusão	108.469	84.813	5.213
ICMS Convênio nº 69/1998	56.204	124.598	56.942
Imposto retido na fonte	31.260	3.202	3.751
Outros	25.945	37.519	4.282
	<u>714.914</u>	<u>610.561</u>	<u>176.124</u>
Circulante	381.934	317.284	117.241
Não circulante	332.980	293.277	58.883

- (i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

15 DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Cíveis	-	-	-	1.099.372	1.005.315	161.005
Tributários	1	2	2	382.369	354.394	219.127
Trabalhistas	2.860	849	837	316.390	254.863	114.557
Bloqueios judiciais	-	-	-	47.308	57.620	63.508
	<u>2.861</u>	<u>851</u>	<u>839</u>	<u>1.845.439</u>	<u>1.672.192</u>	<u>558.197</u>
Circulante	-	-	-	396.329	390.534	80.459
Não circulante	2.861	851	839	1.449.110	1.281.658	477.738

Notas Explicativas

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

16 DEMAIS ATIVOS

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	136.076	58.023	36.782
Adiantamento à FATL	-	-	-	39.832	45.253	51.022
Valores a receber	-	-	-	35.658	32.655	32.740
Publicidade e propaganda e patrocínio	-	-	-	31.189	31.783	9.822
Adiantamentos a empregados	7	-	-	16.024	14.557	8.838
Incentivos fiscais	-	-	-	11.474	13.942	13.943
Debêntures	11.371	16.796	17.166	11.371	16.796	17.166
Desapropriações a receber	-	-	-	1.402	1.373	1.819
Aluguel de postes	-	-	-	5.117	8.238	2
Tributos, taxas e contribuições	-	-	-	3.908	3.741	4.470
Seguros	-	-	-	2.452	3.547	362
Outros	496	90	26	24.878	29.006	27.055
	<u>11.874</u>	<u>16.886</u>	<u>17.192</u>	<u>319.381</u>	<u>258.914</u>	<u>204.021</u>
Circulante	503	90	26	224.882	154.367	88.312
Não circulante	11.371	16.796	17.166	94.499	104.547	115.709

Abreviatura:

FATL

- Fundação Atlântico de Seguridade Social

17 INVESTIMENTOS

(a) Investimentos em controladas

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Participações avaliadas a:						
Equivalência patrimonial	939.813	988.773	735.992	-	-	-
Custo de aquisição (i)	-	-	-	8.864	8.864	7.162
Incentivos fiscais, líquidos das provisões para perdas	-	-	-	3.009	3.010	3.548
Propriedade para investimento	-	-	-	1.399.973	1.109.326	975.436
Outros investimentos	979	978	978	1.417	1.143	3.053
	<u>940.792</u>	<u>989.751</u>	<u>736.970</u>	<u>1.413.263</u>	<u>1.122.343</u>	<u>989.199</u>

Notas Explicativas

- (i) Inclui no saldo consolidado, o investimento da TMAR na Hispamar Satélites S.A. (“Hispamar”) que tem como atividade principal a contratação de fabricação por terceiros, o lançamento e operação de satélites, bem como o uso e a comercialização da capacidade útil de satélites que ocupem as posições orbitais devidamente licenciadas nas diferentes bandas de frequência, a prestação de serviços de comunicação, especialmente via satélites, e demais serviços necessários ao desempenho de suas atividades sociais. O percentual de participação da TMAR é de 19,04%, não possuindo influência significativa na sua administração.

Resumo das movimentações dos saldos dos investimentos da Companhia

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 01/01/2009	736.970	13.763
Realização das perdas acumuladas em títulos disponíveis para venda – Nota 1(a)	37.742	-
Equivalência patrimonial	191.654	-
Aquisição de participações de acionistas não controladores nas OPAs de 23 de junho de 2009 – Nota 1(a)	(83.622)	-
Ganho de capital registrado na reorganização societária em 30 de setembro de 2009 – Nota 1(a)	35.319	-
Aquisição de participações de acionistas não controladores nas OPAs de 16 de janeiro de 2009 – Nota 1(c)	(4.727)	-
Ganho líquido de participação em controlada	92.492	-
Dividendos de controladas	(26.468)	-
Demais variações	10.391	(746)
Saldo em 2009	989.751	13.017
Equivalência patrimonial	18.340	-
Dividendos obrigatórios	(21.356)	-
Participação reflexa no ágio na aquisição de participações de acionistas não controladores	(38.939)	-
Demais variações	(7.004)	273
Saldo em 2010	940.792	13.290

Participações da Companhia avaliadas a equivalência patrimonial:

Controladas	Patrimônio líquido	Capital Social Integralizado	Lucro (prejuízo) líquido	Qtde. milhares de ações		Participação % no Capital		31/12/2010	
				Ordinárias	Preferenciais	Total	Votante	Investimento	Equivalência patrimonial
Iguatemi	1.488.101	823.859	151.547	41.954	-	52,9896	52,9896	788.539	80.240
La Fonte Telecom	190.592	226.047	(79.722)	269.674	161.942	79,3700	80,0990	151.274	(63.275)
								<u>939.813</u>	<u>16.965</u>

Notas Explicativas

Controladas	Patrimônio líquido	Capital Social Integralizado	Lucro (prejuízo) líquido	Qtde. milhares de ações		Participação % no Capital		Investimento	31/12/2009
				Ordinárias	Preferenciais	Total	Votante		Equivalência patrimonial
Iguatemi	1.380.294	818.125	86.434	41.954	-	52.9400	52.9400	730.728	45.758
La Fonte Telecom	325.032	226.047	183.779	269.674	161.942	79,3700	80,0990	257.978	145.865
LF Tel	435.452	309.741	198.870	-	110	0,0155	0,0000	67	31
								<u>988.773</u>	<u>191.624</u>

Controladas	Patrimônio líquido	Capital Social Integralizado	Qtde. milhares de ações		Participação % no Capital		Investimento	01/01/2009
			Ordinárias	Preferenciais	Total	Votante		
Iguatemi	944.891	420.230	41.954	-	64,6889	64,6889	611.240	
La Fonte Telecom	157.128	226.047	269.674	161.942	79,3700	80,0990	124.712	
LF Tel	255.387	309.741	-	110	0,0155	0,0000	40	
							<u>735.992</u>	

As principais rubricas contábeis das demonstrações financeiras consolidadas da Telemar, TNL, CTX e da Privatinvest, já proporcionalizadas e incluídas nas demonstrações financeiras da controlada indireta LF Tel, são:

	TELEMAR			TNL		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Ativo						
Ativo circulante	4.328.090	3.622.251	3.443.983	561.117	463.715	431.938
Não circulante						
Realizável a longo prazo	2.518.742	2.437.423	1.540.651	328.007	317.634	201.860
Demais não circulantes	7.877.395	8.492.475	3.166.057	1.012.377	1.091.943	393.200
	<u>14.724.227</u>	<u>14.552.149</u>	<u>8.150.691</u>	<u>1.901.501</u>	<u>1.873.292</u>	<u>1.026.998</u>
Passivo						
Circulante	3.815.928	3.593.764	1.818.674	488.820	462.552	231.754
Não circulante						
Participações dos acionistas não controladores	3.317.514	3.355.337	1.699.079	222.560	424.930	43.828
Patrimônio líquido	245.721	237.224	168.877	282.912	84.148	233.864
	<u>14.724.227</u>	<u>14.552.149</u>	<u>8.150.691</u>	<u>1.901.501</u>	<u>1.873.292</u>	<u>1.026.998</u>
	<u>2010</u>	<u>2009</u>		<u>2010</u>	<u>2009</u>	
Demonstrações dos resultados dos exercícios						
Receitas líquidas de serviços e produtos	5.696.891	5.796.888		709.333	759.340	

Notas Explicativas

Custo dos serviços e produtos	(3.225.200)	(3.576.757)	(400.360)	(467.242)
Despesas com vendas	(944.283)	(1.024.607)	(117.575)	(134.214)
Despesas administrativas	(541.071)	(594.851)	(67.128)	(77.647)
Despesas financeiras líquidas	(519.464)	(504.488)	(58.510)	(60.432)
Outras despesas/receitas operacionais líquidas	(206.252)	896.327	(25.681)	117.411
Provisão para imposto de renda e contribuição social	16.196	(63.404)	2.017	(8.304)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	<u>276.817</u>	<u>929.108</u>	<u>42.096</u>	<u>128.912</u>

	CTX			PRIVATINVEST		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Ativo						
Ativo circulante	141.945	118.943	108.996	238	369	484
Não circulante						
Realizável a longo prazo	52.013	29.735	21.384	-	-	-
Demais não circulantes	125.385	98.818	89.515	-	-	-
	<u>319.343</u>	<u>247.496</u>	<u>219.895</u>	<u>238</u>	<u>369</u>	<u>484</u>

Passivo						
Circulante	123.835	103.911	80.483	-	-	1
Não circulante	113.618	58.257	69.231	-	-	-
Participações dos acionistas não controladores	64.077	64.328	54.175	-	-	-
Patrimônio líquido	17.813	21.000	16.006	238	369	483
	<u>319.343</u>	<u>247.496</u>	<u>219.895</u>	<u>238</u>	<u>369</u>	<u>484</u>

	2010	2009	2010	2009
Demonstrações dos resultados dos exercícios				
Receitas líquidas de serviços	547.364	493.272	-	-
Custo dos serviços	(462.542)	(401.773)	-	-
Despesas com vendas	(6.158)	(6.325)	-	-
Despesas administrativas	(32.892)	(29.694)	(94)	(74)
Despesas financeiras líquidas	(1.129)	(4.337)	25	39
Outras despesas operacionais líquidas	(6.263)	(5.349)	(62)	(79)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(15.640)	(17.043)	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	<u>22.740</u>	<u>28.751</u>	<u>(131)</u>	<u>(114)</u>

Notas Explicativas**(b) Propriedade para investimentos****Ao custo**

	Vida útil remanescente em anos	Consolidado		
		2010	2009	01.01.2009
Custo	45 (*)	1.551.947	1.245.197	1.121.924
Depreciação acumulada		(207.312)	(191.822)	(202.822)
		<u>1.344.635</u>	<u>1.053.375</u>	<u>919.102</u>
Ágio por mais valia de ativos (**)				
Aquisição de 100% da SISP	45 (*)	28.811	28.811	28.811
Depreciação acumulada		(1.096)	(899)	(516)
		<u>27.715</u>	<u>27.912</u>	<u>28.295</u>
Aquisição de 100% da Solway	45 (*)	30.058	30.058	30.058
Depreciação acumulada		(2.435)	(2.019)	(2.019)
		<u>27.623</u>	<u>28.039</u>	<u>28.039</u>
		<u>1.399.973</u>	<u>1.109.326</u>	<u>975.436</u>

(*) A vida útil aplicada pela controlada Iguatemi até 31 de dezembro de 2009 era de 25 e 10 anos, respectivamente, para edifícios e instalações. A vida útil remanescente dos shoppings, estimada por peritos especializados e independentes, é de 45 anos em média e foi aplicada prospectivamente a partir de 1 de janeiro de 2010.

A vida útil dos demais itens foi determinada a partir do histórico e refletem a natureza dos bens e sua utilização pela controlada Iguatemi.

(**) Ágios pagos pela controlada Iguatemi nas aquisições das participações de 100% da SISP e da Solway (empresa incorporada pela Amuco em 2009) referentes à mais-valia do ativo, líquido de amortização.

Conforme mencionado na Nota 21 (a), a controlada Iguatemi obteve financiamento para a construção do SCIBRA e do SCIALPHA e capitalizará os encargos destes financiamentos até o início da operação dos empreendimentos. Até 31 de dezembro de 2010 a controlada Iguatemi capitalizou o montante de R\$12.383 (R\$714 em 2009).

A movimentação das propriedades para investimentos é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2009	1.109.326
Adições	310.010
Baixas	(2.121)
Depreciações	(17.242)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>1.399.973</u>

Notas Explicativas**18 IMOBILIZADO**

	Consolidado							
	2010			2009	01/01/2009	2010		2009
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Valor Residual	Valor Residual	Taxa anual de depreciação média (%)	Taxa anual de depreciação média (%)	
Equipamentos de transmissão e outros	5.756.612	(3.480.408)	2.276.204	2.432.238	965.933	10,87	12,50	
In fra-estrutura	4.842.542	(3.649.963)	1.192.579	1.250.078	937.921	8,02	12,00	
Equipamentos de comutação automática	2.893.556	(2.368.300)	525.256	592.360	307.652	11,23	20,00	
Obras em andamento	593.980	-	593.980	638.461	210.475	-	-	
Prédios	888.293	(500.003)	388.290	463.670	213.208	7,30	7,00	
Benfeitorias em propriedades de terceiros	64.859	(22.986)	41.873	38.962	30.338	10 a 20	10 a 20	
Outros ativos	<u>610.777</u>	<u>(419.462)</u>	<u>191.315</u>	<u>200.190</u>	<u>192.789</u>	12,35	15,00	
	<u>15.650.619</u>	<u>(10.441.122)</u>	<u>5.209.497</u>	<u>5.615.959</u>	<u>2.858.316</u>			

(*) Leva em consideração a nova vida útil econômica dos bens, conforme descrito abaixo em "Informações adicionais".

Resumo das movimentações dos saldos de imobilizado

Movimentação Líquida	Consolidado
Saldo em 01/01/2009	2.858.316
Adições	1.109.712
Aquisição do controle da BrT - Nota 1 (a)	2.889.139
Baixas	(27.689)
Transferência	(59.697)
Despesas de depreciação	(1.153.822)
Saldo em 31/12/2009	<u>5.615.959</u>
Adições	716.567
Baixas	(32.882)
Transferência	(93.860)
Despesas de depreciação	(996.287)
Saldo em 31/12/2010	<u>5.209.497</u>

(*) valor proporcional à participação detida pela Companhia nesta controlada indireta aplicada sobre o montante da rubrica Imobilizado apresentado na Nota 1(a).

Notas Explicativas

Informações adicionais (valores não proporcionalizados)

De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, todos os bens integrantes do patrimônio da TMAR e da BrT, que sejam indispensáveis à prestação de serviços autorizados nos referidos contratos, são denominados reversíveis e integram o custo da concessão. Esses bens são revertidos à ANATEL ao término dos Contratos de Concessão não renovados.

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo residual dos bens reversíveis da TMAR e BrT é de R\$ 928.850 (2009 - R\$ 5.465.020 e 01/01/2009 – R\$ 5.878.065) e da BrT é de R\$ 3.292.438 (2009 – R\$ 4.189.204), composto por bens e instalações em andamento, equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação. O saldo de bens reversíveis não inclui a mais valia da BrT.

Na controlada BrT, a alteração da vida útil dos bens do ativo imobilizado foi realizada a partir de 30 de setembro de 2009 e está em consonância com o Laudo de Avaliação, emitido por empresa especializada, no qual estão evidenciados os valores justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos na aquisição do controle da BrT Part, promovendo efeitos nas Demonstrações Financeiras da BrT a partir de 1 de outubro de 2009. Em dezembro de 2009 foi aprovado pelo Conselho de Administração da TNL e de suas controladas, o laudo de avaliação da vida útil econômica dos bens que compõem o ativo imobilizado. O resultado desta avaliação promoveu uma mudança na estimativa de vida útil econômica dos bens. Os efeitos refletidos através de uma redução nas despesas de depreciação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$ 1.186.063, se comparado com o mesmo período do ano de 2009.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foram capitalizados encargos financeiros e custos de transação às obras em andamento no montante de R\$ 203.967 (31/12/2009 – R\$ 172.013) nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Na análise dos valores recuperáveis dos bens integrantes do ativo imobilizado (teste de “*impairment*”), realizada no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foi verificada a necessidade de reconhecimento de provisão no montante de R\$ 21.318 para os equipamentos de comutação automática e transmissão - relacionada à rede TDMA da Amazônia.

Contrato de arrendamento mercantil operacional

Para os contratos de arrendamento mercantil cujos riscos e benefícios inerentes à propriedade dos ativos permanecem com o arrendador, as contraprestações mensais são apropriadas ao resultado do exercício no decorrer do prazo desses contratos (vide rubrica “Aluguéis e seguros” na Nota 7), totalizando R\$ 751 (2009 – R\$ 454) no consolidado. Todos os contratos de arrendamento mercantil operacional da TNL e de suas controladas são canceláveis.

Notas Explicativas**19 INTANGÍVEL**

	Consolidado					Taxa anual amortização %
	2010	2009	01/01/2009			
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual	Valor Residual	
Licenças regulatórias (i)	3.917.692	(633.577)	3.284.115	3.525.648	443.602	9
Sistemas de processamento de dados	793.430	(532.015)	261.415	257.173	147.390	20
Concessão (ii)	928.730	(290.284)	638.446	690.954	723.518	5,88
Goodwill (iii)	154.937	(17.436)	137.501	120.527	121.283	-
Marcas e patentes	26.843	(1.246)	25.597	26.957	1.654	-
Carteiras de clientes	83.383	(63.926)	19.457	52.811	-	40
Outros	78.835	(31.149)	47.686	31.469	5.429	20
	<u>5.983.850</u>	<u>(1.569.633)</u>	<u>4.414.217</u>	<u>4.705.539</u>	<u>1.442.876</u>	

Resumo das movimentações dos saldos de intangível

	Consolidado
	2010
Saldo em 01/01/2009	1.442.876
Adições	20.676
Aquisição do controle da BrT - Nota 1 (a)	3.616.831
Baixas	(100)
Transferências	62.478
Despesas de amortização	(437.222)
Saldo em 31/12/2009	<u>4.705.539</u>
Adições	39.533
Transferências	106.396
Despesas de amortização	(437.251)
Saldo em 31/12/2010	<u><u>4.414.217</u></u>

(*) valor proporcional à participação detida pela Companhia nesta controlada indireta aplicada sobre o montante da rubrica Ativos Intangíveis apresentado na Nota 1(a).

Notas Explicativas

(i) Licenças regulatórias

<u>Concessão / Autorização</u>	<u>Assinatura do termo</u>	<u>Prazo do termo</u>	<u>Custo de aquisição</u>
Radiofrequências e SMP Oi Região 1 (2G)	13/03/2001	13/03/2016	240.851
Radiofrequências e SMP Oi Região 1 (2G)	11/07/2003	13/03/2016	14.446
Radiofrequências e SMP Oi Região 1 (2G)	22/01/2004	13/03/2016	9.883
Radiofrequências e SMP Oi Região 3 (2G)	29/04/2008	11/12/2022	28.654
Radiofrequências e SMP Oi Região 1 (3G)	29/04/2008	13/03/2016	189.493
Radiofrequências e SMP Oi Região 3 - interior (2G)	08/09/2008	07/12/2022	27.717
Radiofrequências e SMP Oi	07/12/2007	07/12/2022	1.938
Concessão TV a cabo Way TV (Uberlândia)	06/11/1998	06/11/2013	854
Concessão TV a cabo Way TV (Belo Horizonte)	08/02/1999	08/02/2014	3.643
Concessão TV a cabo Way TV (Barbacena)	08/02/1999	08/02/2014	117
Concessão TV a cabo Way TV (Poços de Caldas)	08/02/1999	08/02/2014	379
Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 (2G)	18/12/2002	17/12/2017	41.854
Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 (2G)	03/05/2004	22/12/2017	6.256
Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 (3G)	29/04/2008	30/04/2023	106.707
Outras			60.849
Valor justo das licenças da BrT e BrT Celular (i)			3.133.775
SMP da Amazônia Celular (i)			50.276
Total			3.917.692

No grupo de licenças regulatórias a TNL também reconhece os montantes de R\$ 10.637.538, R\$ 3.700.943 e R\$ 230.030 (valores não proporcionalizados), referentes aos valores justos das licenças STFC da BrT e das autorizações SMP da BrT Celular e da Amazônia Celular (incorporada pela Oi), respectivamente, reconhecidas quando da combinação de negócios comentada no item (i) acima. O prazo final das licenças STFC dar-se-ão em 31 de dezembro de 2025 e das autorizações SMP da BrT Celular e da Amazônia Celular, em 30 de abril de 2023 e em 13 de março de 2016 respectivamente.

Para o exercício de 2010, a TNL realizou a análise do valor recuperável dos ativos de longo prazo utilizando como base projeções de fluxo de caixa descontados de 15 anos, prazo da concessão, no qual a TNL estima recuperar os valores contábeis dos ativos de longo prazo (imobilizados e intangíveis), aplicando a taxa média de crescimento de 5,13%, taxa de desconto de 9,22%. Os resultados dos testes não apuraram necessidade de registro de qualquer provisão.

(ii) Concessão

O excesso pago em relação aos ativos líquidos das controladas LF Tel, Telemar, TNL e TMAR, anteriormente classificada como ágio (aquisições anteriores à 01/01/2009), é classificado como intangível. Durante o exercício de 2001 a controlada TMAR implementou o Plano Geral de Metas de Universalização, estabelecida pela ANATEL, o que lhe assegurou, entre outros, o direito de prorrogação da concessão até dezembro de 2025. Com base nesse novo cenário a Administração decidiu adequar a amortização desse ágio até a data que expirará a concessão.

Notas Explicativas

(iii) Goodwill

LF Tel

Em 24 de abril de 2008 a LF Tel adquiriu 176.365.295 ações da CTX de propriedade da Lexpart pelo valor de R\$12.500, registrando um ágio no montante de R\$8.505, fundamentado na expectativa de rentabilidade do negócio em dez anos, o qual foi amortizado até 31 de dezembro de 2008, apresentando valor residual de R\$8.292. O saldo remanescente do ágio é submetido anualmente, ou quando houver indicativo de impairment, a teste de recuperação com base no CPC nº 1 (R). A LF Tel não registrou perdas nos exercícios apresentados, em função da adoção dessa prática contábil.

Grupo de Telecomunicações

A TNL e suas controladas possuem ágios na aquisição de investimentos fundamentados na expectativa de rentabilidade futura (“goodwill”) dos negócios adquiridos baseados em projeções de dez anos elaborados por empresas especializadas.

Em setembro de 2010 foram realizadas as análises anuais do valor recuperável, teste de (“impairment”), baseados em projeções de fluxo de caixa descontados de dez anos, prazo pelo qual a entidade estimava recuperar os investimentos quando da aquisição dos negócios, aplicando a taxa média de crescimento de 15,1% para TV a cabo e 38,9% para meios de pagamento e utilização de perpetuidade no último ano. Os resultados dos testes não apuraram perdas, conforme resumido no quadro abaixo:

<u>Unidade Geradora de Caixa (UGC)</u>	<u>Saldo dos ativos em 30/09/2010</u>	<u>Ágio (“goodwill”) alocado à UGC</u>	<u>Base para avaliação do valor recuperável</u>	<u>Valor em uso</u>
TV a cabo	17.962	8.238	26.200	28.594
Meios de pagamento	40.099	15.828	55.927	69.184
	<u>58.061</u>	<u>24.066</u>	<u>82.127</u>	<u>97.778</u>

Grupo de Contact Center e Cobrança

Em setembro de 2010, a Contax adquiriu o controle integral da Ability Comunicação Integrada Ltda. (“Contax Ability”), gerando um ágio no valor de R\$ 16.974, fundamentado no seu valor econômico, em função da estimativa de rentabilidade futura do negócio.

Outras informações

Em dezembro de 2009 foi aprovado pelo Conselho de Administração da TNL e de suas controladas, o laudo de avaliação da vida útil econômica dos itens que compõem o ativo intangível. O resultado desta avaliação não promoveu alteração na vida útil dos itens do ativo intangível.

Notas Explicativas

A Administração da CTX estimou a vida útil dos sistemas de processamento de dados em cinco anos, não promovendo alteração na vida útil desses ativos.

Na análise dos valores recuperáveis dos bens integrantes do ativo intangível (teste de “*impairment*”), realizada no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foi verificada a necessidade de reconhecimento de provisão no montante de R\$ 15.249 (valor não proporcionalizado) para parte dos softwares da Amazônia, correspondente à UGC telefonia móvel.

20 FORNECEDORES

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Fornecedores de:						
Materiais de infraestrutura e rede	-	-	-	324.838	355.888	149.781
Repasses (interconexão e cobilling)	-	-	-	214.742	185.991	131.528
Manutenção de planta	-	-	-	69.401	72.667	21.287
Comissões de vendas	-	-	-	66.215	46.376	28.435
Tecnologia da informação	-	-	-	42.508	31.719	14.186
Estoques de aparelhos e simcards	-	-	-	17.888	25.345	3.884
Serviços	-	-	-	10.244	10.379	5.293
Call center	-	-	-	6.568	5.938	19
Aluguel de postes e direito de passagem	-	-	-	2.777	1.519	1.225
Aluguel de URA e sites	-	-	-	1.590	1.260	619
Outros	418	147	121	153.315	172.957	80.566
	<u>418</u>	<u>147</u>	<u>121</u>	<u>910.086</u>	<u>910.039</u>	<u>436.823</u>

21 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (inclui debêntures)

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Financiamentos	276.341	235.879	203.441	5.632.607	5.225.238	4.093.358
Ações preferenciais resgatáveis	-	-	-	288.563	272.470	248.764
Juros provisionados e outros encargos sobre financiamentos	7.898	25.890	25.649	80.212	286.206	177.797
Arrendamento mercantil	-	-	-	1.160	4.946	10.730
Debêntures	17.346	17.346	17.346	2.495.630	2.379.899	1.650.913
Juros provisionados sobre debêntures	34.120	33.970	35.101	291.740	218.311	130.597
Subtotal	<u>335.705</u>	<u>313.085</u>	<u>281.537</u>	<u>8.789.912</u>	<u>8.387.070</u>	<u>6.312.159</u>

Notas Explicativas

Custo de transação	-	-	-	(145.628)	(73.690)	(70.407)
Total	<u>335.705</u>	<u>313.085</u>	<u>281.537</u>	<u>8.644.284</u>	<u>8.313.380</u>	<u>6.241.752</u>
Circulante	7.655	5.039	4.084	1.808.437	1.883.668	896.510
Não circulante	328.050	308.046	277.453	6.835.847	6.429.712	5.345.242

Empréstimos e financiamentos por natureza

	Controladora			Consolidado			Vencimento
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009	
BNDDES							
Ações preferenciais resgatáveis	-	-	-	288.563	272.470	248.764	
Moeda nacional	-	-	-	1.566.209	1.499.060	746.703	Jan/2011 a Dez/2018
Cesta de moedas, incluindo dólar	-	-	-	2.178	10.895	6.872	Jan/2011 a Abr/2011
Instituições financeiras							
Moeda nacional	284.239	261.769	229.090	2.313.377	2.949.263	2.634.935	Ago/2010 a Dez/2033
Moeda estrangeira	-	-	-	1.811.984	1.050.118	880.155	Jan/2010 a Abr/2019
Debêntures	51.466	51.316	52.447	2.787.371	2.598.210	1.781.510	Mar/2011 a Jul/2021
Empréstimos com pessoas ligadas	-	-	-	-	-	-	Abr/2010 a Fev/2012
Arrendamento mercantil	-	-	-	1.160	4.946	10.730	Jan/2010 a Fev/2012
Instituições não financeiras	-	-	-	19.070	2.108	2.490	
Subtotal	<u>335.705</u>	<u>313.085</u>	<u>281.537</u>	<u>8.789.912</u>	<u>8.387.070</u>	<u>6.312.159</u>	
Custo de transação	-	-	-	(145.628)	(73.690)	(70.407)	
Total	<u>335.705</u>	<u>313.085</u>	<u>281.537</u>	<u>8.644.284</u>	<u>8.313.380</u>	<u>6.241.752</u>	
Circulante	7.655	5.039	4.084	1.808.437	1.883.668	896.510	
Não circulante	328.050	308.046	277.453	6.835.847	6.429.712	5.345.242	

Custos de transações por natureza

	Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009
BNDDES			
Moeda nacional	2.434	2.480	2.891
Cesta de moedas, incluindo dólar	2	17	37
Instituições financeiras			
Moeda nacional	34.333	31.888	28.574
Moeda estrangeira	103.336	29.643	34.386

Notas Explicativas

Debêntures	5.523	9.662	4.519
Total	<u>145.628</u>	<u>73.690</u>	<u>70.407</u>
Circulante	24.824	22.137	20.659
Não circulante	120.804	51.553	49.748

Composição da dívida por moeda / indexador

	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>		
	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>01/01/2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>01/01/2009</u>
TJLP	-	-	-	1.484.002	1.437.768	738.998
CDI	284.239	261.769	229.090	3.983.027	4.833.650	3.815.607
Dólar Norte-Americano	-	-	-	1.315.409	864.948	588.105
Euro	-	-	-	365.988	-	-
Ienes	-	-	-	172.682	221.800	329.564
Reais	-	-	-	247.322	201.424	44.742
UMBNDDES - Cesta de moedas do BNDES	-	-	-	2.178	10.894	6.872
IPCA	-	-	-	1.167.838	765.270	735.825
IGP - DI	51.466	51.316	52.447	51.466	51.316	52.447
Custo de transação	-	-	-	<u>(145.628)</u>	<u>(73.690)</u>	<u>(70.407)</u>
	<u>335.705</u>	<u>313.085</u>	<u>281.537</u>	<u>8.644.284</u>	<u>8.313.380</u>	<u>6.241.752</u>

a) Descrição das principais captações de empréstimos e financiamentos**Financiamentos em moeda nacional****Companhia**

Em março de 2010, a Companhia celebrou com o Banco Alfa de Investimentos S.A. um contrato de abertura de crédito no valor de R\$7.000. Esse contrato de abertura de crédito prevê incidência de juros à taxa de 112,0% do CDI a.a., com vencimento do principal mais juros em 25 de fevereiro de 2011.

Em janeiro de 2008, a Companhia celebrou com o Banco Bradesco S.A. um contrato de abertura de crédito no valor de R\$200.000. Esse contrato de abertura de crédito prevê incidência de juros à taxa de 109,80% do CDI a.a., e tem como garantia ações de emissão da controlada indireta LF Tel S.A. O prazo total é de 7 anos, e amortização em três parcelas anuais e consecutivas, a partir de janeiro de 2013.

Iguatemi

Notas Explicativas

Em 9 de maio de 2006, a Iguatemi celebrou com o BNDES, por meio do Banco Santander Brasil S.A., contrato de abertura de crédito de R\$10.000. Com incidência de juros à taxa de 4,4% a 5,13% ao ano acima da TJLP. O prazo total é de 60 meses, com carência de seis meses e amortização em 54 parcelas. Os recursos provenientes desse contrato foram utilizados para a ampliação do SCISP.

A Iguatemi celebrou com o BNDES, por meio do Banco Alfa de Investimentos S.A., contrato de abertura de crédito de R\$10.000. Esse contrato de crédito prevê incidência de juros à taxa de 2,85% ao ano acima da TJLP e 0,23445% ao mês acima da TJLP, incluindo o “Del Credere” de 0,55% ao ano. O prazo total é de 60 meses, com carência de 12 meses e amortização em 48 parcelas. Os recursos provenientes desse contrato foram utilizados para a ampliação do empreendimento denominado MPSC (Fase III).

Em 8 de agosto de 2006, a Iguatemi celebrou com a Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF e o Banco Santander, na qualidade de credor, Escritura de Venda e Compra, Mútuo e Pacto Adjetivo de Alienação Fiduciária. Por meio do referido instrumento, a FUNCEF vendeu à Iguatemi: (i) a fração ideal de 8,6927% da Âncora nº 3; e (ii) a fração ideal de 3,775% dos demais imóveis, que compõem o empreendimento PBSC. Foi contratado com o Banco Santander financiamento no valor integral das aquisições. A amortização dos juros é mensal desde setembro de 2006, e o principal é amortizado em 96 parcelas mensais desde 8 de setembro de 2008.

Com o objetivo de construir o SCIFLA, a Iguatemi celebrou com o Banco Santander e a Encopar Engenharia, Construções e Participações Ltda., em 31 de agosto de 2006, financiamento de R\$18.000 liberado em duas parcelas. A amortização dos juros é mensal desde novembro de 2006, e o principal é amortizado em 96 parcelas mensais desde 27 de novembro de 2008.

Em 27 de outubro de 2006, a Iguatemi celebrou com a Fundação Sistel de Seguridade Social - SISTEL e o Banco Santander, na qualidade de credor, Escritura de Venda e Compra, Mútuo e Pacto Adjetivo de Alienação Fiduciária. Por meio do referido instrumento, a SISTEL vende à Iguatemi: (i) a fração ideal de 8,2484% da Âncora nº 3; e (ii) a fração ideal de 10% dos demais imóveis, que compõem o empreendimento PBSC. A Iguatemi contratou com o Banco Santander financiamento no valor integral da aquisição. A amortização dos juros é mensal desde novembro de 2006, e o principal é amortizado em 96 parcelas mensais desde 27 de novembro de 2008.

Com o objetivo de construir o SCIBRA, a Iguatemi celebrou um financiamento com o Banco Santander em 30 de dezembro de 2008, aditado em 25 de junho de 2009, no valor total de R\$97.519. Até 30 de dezembro de 2010, foram liberados R\$95.081. A amortização ocorrerá no prazo de 115 meses a partir de 25 de junho de 2010, através do Sistema de Amortização Constante - SAC.

Com o objetivo de construir o Shopping Iguatemi Alphaville, a SCIALPHA celebrou um financiamento com o Banco Bradesco S.A. em 25 de setembro de 2009, no valor total de R\$90.000. Até 31 de dezembro de 2010, foram liberados R\$68.702. A amortização ocorrerá no prazo de 90 meses a partir de 25 de abril de 2012, através do Sistema de Amortização Constante - SAC.

Em 6 de julho de 2010, a controlada indireta SCIALPHA contratou financiamento com o BNDES, no valor de R\$ 138.760, para a construção do Shopping Iguatemi Alphaville. O financiamento tem taxa de TJLP + 3,45% a.a., totalizando 9,45% a.a., sobre obra civil e instalações e de 4,5% a.a sobre equipamentos nacionais. A carência é de 24 meses após a data da assinatura com amortização de 60 meses. Até 31 de dezembro de 2010 tinham sido liberados R\$ 79.440. Conforme mencionado na Nota 1, o shopping Iguatemi Alphaville foi inaugurado em abril de 2011.

Notas Explicativas

Em 5 de outubro de 2010, a Iguatemi contratou financiamento com o BNDES, no valor de R\$ 89.798, para a construção do JK Iguatemi. O financiamento tem taxa de TJLP + 3,82% a.a., totalizando 9,82% a.a., sobre obra civil e instalações e de 5,5% a.a sobre equipamentos nacionais e TJLP sobre investimentos sociais. A carência é de 24 meses após a data da assinatura com amortização de 60 meses. Até 31 de dezembro de 2010 tinham sido liberados R\$ 19.930.

La Fonte Telecom

Em 26 de março de 2010, a La Fonte Telecom assinou contrato de abertura de crédito com o Banco Alfa de Investimentos S.A., no valor de R\$40 milhões, que foi integralmente liquidado no seu vencimento em 1º de abril de 2011. O custo financeiro é de 112,0% CDI/CETIP.

Em 17 de setembro de 2008, a La Fonte Telecom assinou contrato de financiamento denominado Cédula de Crédito Bancário Conta HOT nº 0264400791666 (“CCB”) junto ao Banco Itaú S.A., no valor original de R\$25 milhões. Em 23 de janeiro de 2009, através de aditamento, o limite foi aumentado para R\$30 milhões. O custo financeiro atual é de CDI + 2,25% a.a. Em março de 2010 foram amortizados R\$21 milhões, sendo seu saldo restante liquidado em maio de 2010.

Em 27 de abril de 2004, a La Fonte Telecom assinou contrato de financiamento junto ao Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., no valor de R\$19 milhões, com vencimento em 3 parcelas, tendo seu saldo integralmente liquidado em abril de 2010. O custo financeiro foi de 114% CDI.

Grupo de Telecomunicações (valores não proporcionalizados)

Em dezembro de 2010, a TMAR celebrou contrato de financiamento junto ao Banco da Amazônia (“BASA”) no montante de R\$ 220,7 milhões. Foi realizado um saque de R\$ 94,8 milhões em dezembro. O vencimento dos encargos financeiros será mensal, de fevereiro de 2011 até janeiro de 2028. O principal será pago em 168 parcelas mensais de fevereiro de 2014 até o vencimento em janeiro de 2028. Os juros pagos são remunerados a 10% a.a., com bônus de adimplência de 15%.

Em maio de 2010, a TNL realizou a emissão de R\$ 1.500 milhões em notas promissórias. Essa emissão foi coordenada pelo Banco Itaú BBA S.A. Ao todo, foram emitidas dez notas promissórias, em série única, com valor nominal de R\$ 150 milhões cada uma. A operação foi contratada ao custo de CDI + 1,15% a.a., por um prazo de até 90 dias, tendo sido liquidada em 19 de agosto de 2010. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R\$ 1.609 mil estão sendo reconhecidos como despesas de captação da TNL, conforme os prazos contratuais desta emissão.

Em dezembro de 2009, a TMAR, Oi, BrT e BrT Celular celebraram contratos de financiamento com o BNDES, no montante de R\$ 4.403 milhões, com o objetivo de financiar a expansão e melhoria da qualidade de rede e atendimento às obrigações regulatórias, programadas para o período compreendido entre 2009 e 2011. Estes contratos estão divididos em dois sub-créditos: (i) sub-crédito A, com remuneração pela TJLP acrescida de 3,95% a.a.; e, (ii) sub-crédito B, com remuneração fixa de 4,50% a.a.. Foi realizado um desembolso total de R\$ 1.500 milhões em dezembro de 2009 relativo a estes contratos de financiamento, e em junho de 2010 foram desembolsados R\$ 562 milhões (sendo R\$ 220 milhões para a TMAR e R\$ 342 milhões para a Oi) e em outubro de 2010 foram desembolsados R\$ 531 milhões (sendo R\$ 269 milhões para a BrT e R\$

Notas Explicativas

262 milhões para a BrT Celular). O vencimento dos encargos financeiros será trimestral até dezembro de 2011, passando a ser mensal para o período de janeiro de 2012 até dezembro de 2018. O principal deve ser pago em 84 parcelas mensais, de janeiro de 2012 até dezembro de 2018.

Em novembro de 2009, a TMAR contratou R\$ 2.000 milhões junto à Caixa Econômica Federal. O vencimento dos encargos financeiros será trimestral, de fevereiro de 2010 até novembro de 2011, e mensal de dezembro de 2011 até o vencimento em novembro de 2014. O principal será pago em 36 parcelas mensais de dezembro de 2011 até o vencimento em novembro de 2014. Os juros pagos são remunerados a 117,5% do CDI a.a.

Em fevereiro de 2009, a Oi celebrou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste (“BNB”) no montante de R\$ 370 milhões, com o objetivo de financiar a expansão e modernização da rede de telefonia móvel e implantação da rede de tecnologia 3G. Os saques, nos valores de R\$ 149 milhões, R\$ 149 milhões e R\$ 71 milhões, ocorreram em maio, agosto e novembro de 2009. O saldo devedor é atualizado por uma taxa fixa de 10% a.a., com bônus de adimplência de 15%. O vencimento dos encargos financeiros será trimestral até fevereiro de 2011, passando a ser mensal para o período de março de 2011 até fevereiro de 2019. O principal vencerá mensalmente a partir de março de 2011.

Em agosto de 2008, a TMAR realizou a emissão de R\$ 3.600 milhões em notas promissórias com vistas à futura aquisição do controle da BrT Part e da BrT e demais atos relacionados no Fato Relevante divulgado pela TNL em 25 de abril de 2008. Essa emissão foi coordenada pelos bancos: Banco Itaú BBA S.A. (coordenador líder), Banco Santander S.A., Banco Bradesco BBI S.A. e Banco ABN AMRO Real S.A. Os coordenadores contratados foram: Banco Safra de Investimento S.A., ING Bank N.V., Banco do Nordeste do Brasil S.A., Banco Alfa de Investimento S.A. e Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A. Ao todo, foram emitidas 144 notas promissórias, em série única, com valor nominal de R\$ 25 milhões cada uma. A operação foi contratada por um prazo de dois anos com um ano de carência para os juros e dois anos para o principal ao custo de CDI + 1,60% a.a. Esta operação foi liquidada em agosto de 2010.

Em maio de 2008, a TMAR captou R\$ 4.300 milhões junto ao Banco do Brasil em decorrência da aquisição de participação acionária na BrT Part e na BrT e demais atos relacionados no Fato Relevante divulgado pela TNL em 25 de abril de 2008. O vencimento dos encargos financeiros será semestral, de maio de 2010 até maio de 2016. O principal vencerá em sete prestações anuais a partir de maio de 2010. A operação foi contratada ao custo de CDI + 1,30% a.a.

Em fevereiro de 2008, a BrT Celular contratou financiamento junto ao BNDES de R\$ 259 milhões, com captação efetiva de R\$ 259 milhões, destinados à adequação da rede de telefonia celular e ao crescimento do tráfego, com a implementação de novos serviços de melhoria da qualidade no atendimento aos usuários. A remuneração está atrelada à variação da TJLP, acrescida de 3,52% a.a. O vencimento dos encargos financeiros foi trimestral até setembro de 2010, passando a ser mensal para o período de outubro de 2010 até setembro de 2017. A amortização foi definida em 84 parcelas mensais, que iniciarão em outubro de 2010, vencendo a última em 15 de setembro de 2017.

Em novembro de 2006, a TMAR celebrou contrato de financiamento com o BNDES com o objetivo de financiar a expansão e atualização tecnológica da rede de telecomunicação fixa da TMAR, programadas para o período entre 2006 e 2008. Este contrato está dividido em dois sub-créditos: (i) sub-crédito A, destina-se especialmente à aquisição de equipamentos nacionais e serviços associados, no valor de R\$ 1.771 milhões; e (ii) sub-crédito B, destina-se à aquisição de equipamentos de telecomunicações que cumpram o Processo Produtivo Básico (PPB), no valor de R\$ 200 milhões. Sobre o principal da dívida incidirão: (i) sub-crédito A, juros de 4,50% a.a. acima

Notas Explicativas

da TJLP; e (ii) sub-crédito B, juros de 2,50% a.a. acima da TJLP. O vencimento dos encargos financeiros foi trimestral até junho de 2009, passando a ser mensal para o período de julho de 2009 até junho de 2014. O principal do empréstimo deve ser pago em 60 parcelas mensais, que iniciaram em julho de 2009.

Em novembro de 2006 a BrT contratou financiamento junto ao BNDES, de R\$ 2.004 milhões, com captação efetiva de R\$ 2.055 milhões, remunerada pela TJLP acrescida de 4,3% a.a. O vencimento dos encargos financeiros foi trimestral até maio de 2009, passando a ser mensal para o período de junho de 2009 até maio de 2014. A amortização foi definida em 60 parcelas mensais, que iniciaram em junho de 2009, vencendo a última em 15 de maio de 2014.

Grupo de Contact Center e Cobrança (valores não proporcionalizados)

Em março de 2010, a Contax firmou um novo contrato de financiamento com o BNDES no montante de R\$ 323.552, dividido em dois subcréditos:

Subcrédito “A”, no montante de R\$ 281.455, destinado a investimentos para ampliação da capacidade instalada e modernização das instalações, implementação de programas de qualidade, capacitação de recursos humanos e investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento, no âmbito do Programa BNDES para o Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços de Tecnologia da Informação (BNDES PROSOFT); e

Subcrédito “B”, no montante de R\$ 42.097, destinado a investimentos para aquisição de máquinas e equipamentos nacionais, que se enquadrem nos critérios da Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME), necessários ao desenvolvimento do projeto.

Sobre o montante do principal do subcrédito “A” incidirão juros de 1,73% a.a. acrescidos da variação da TJLP acrescida de 1% a.a., enquanto sobre o subcrédito “B” incidirão juros de 4,5% a.a.

O principal da dívida será liquidado em 60 parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira parcela em 15 de outubro de 2011 e a última em 15 de setembro de 2016. O vencimento dos encargos financeiros será trimestral no período de março de 2010 a setembro de 2011, passando a ser mensal a partir de outubro de 2011.

Em garantia ao financiamento, a Contax oferece os direitos creditórios provenientes do Contrato de Prestação de Serviços firmado com a Oi Fixa, TNL PCS S/A (“Oi Móvel”) e a Telemar Internet Ltda.. Adicionalmente, deverá manter, durante a vigência do presente contrato, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“Índice”) igual ou maior que 1,65, sendo: a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida calculado pela divisão do Lucro Antes de Imposto de Renda, Juros, Depreciação e Amortização (LAJIDA), também conhecido como *Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization - EBITDA*, pelo Serviço da Dívida, em base semestral; e b) LAJIDA (*EBITDA*) equivale ao resultado operacional antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social e despesas com depreciação e amortização, no semestre; c) Serviço da Dívida equivale ao montante da dívida efetivamente pago aos credores a título de amortização de principal e juros, no semestre.

Em 31 de dezembro de 2010, a Contax revisou a cláusula restritiva referente a este contrato de financiamento, e concluiu que cumpria o referido Índice.

Notas Explicativas

Em 28 de maio de 2010 foram recebidas as primeiras liberações referentes a este contrato, sendo R\$70.364 referente ao subcrédito "A" e R\$ 10.524 referente ao subcrédito "B". Em 10 de dezembro de 2010 foram recebidas as segundas liberações referentes a este contrato, sendo R\$87.000 referente ao subcrédito "A" e R\$ 13.000 referente ao subcrédito "B".

Em março de 2010, a Contax celebrou contrato de financiamento com o BNB, no montante de R\$51.000, com o objetivo de financiar a implantação de uma nova unidade operacional em Recife (PE). O saldo devedor será atualizado por uma taxa fixa de 10% a.a., com bônus de adimplência de 15%. O vencimento dos encargos financeiros será trimestral até março de 2012, passando a ser mensal para o período de abril de 2012 até março de 2015. O principal deve ser pago em 36 parcelas mensais, de abril de 2012 até março de 2015. Contudo que cada parcela seja paga na data de vencimento, o empréstimo terá juros de 8,5% a.a., caso contrário, a taxa de juros passará a ser 10% a.a. Em 21 de setembro de 2010 foi recebida a primeira liberação referente a este contrato, no montante de R\$29.880. Em 15 de dezembro de 2010 foi recebida a segunda liberação referente a este contrato, no montante de R\$21.120.

Em agosto e novembro de 2008 e em março de 2010, a CTX contratou empréstimos na modalidade de capital de giro, com o Banco Itaú BBA e, em maio e novembro de 2009 e em maio de 2010, com o Banco Votorantim, os quais vêm sendo utilizados na aquisição de ações da Contax Participações, visando aumentar sua participação no capital de sua controlada. As operações contratadas, em reais, possuem as seguintes características: (i) a captação de agosto de 2008 pagará juros em parcelas semestrais a partir de agosto de 2009 a 2011, quando vence também o principal; (ii) a captação de novembro de 2008 terá três amortizações anuais de principal e juros em novembro de 2009, 2010 e 2011; (iii) a captação de maio de 2009 pagará juros e principal em cinco parcelas anuais, com vencimentos em maio de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014; e (iv) a captação de novembro de 2009 pagará juros e principal em cinco parcelas anuais, com vencimentos em novembro de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014; (v) a captação de março de 2010 pagará juros em seis parcelas semestrais e o principal em três parcelas anuais, com vencimentos em março de 2011, 2012 e 2013 e (vi) a captação de maio de 2010 pagará juros e principal em cinco parcelas anuais, com vencimentos em maio de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015. Esses empréstimos estão garantidos pelo penhor de ações de emissão da Contax Participações.

Em agosto de 2007, a Contax celebrou contrato de financiamento com o BNDES no montante de R\$216.514, visando financiar a expansão da capacidade instalada, a modernização das atuais instalações, a capacitação dos recursos humanos, a melhoria na qualidade dos serviços prestados, a produtividade e investimentos em ações de marketing. As liberações desse financiamento foram realizadas em cinco parcelas, sendo a primeira parcela liberada em outubro de 2007 e finalizando com a liberação da quinta e última parcela em novembro de 2008. O vencimento dos encargos financeiros era trimestral até 15 de setembro de 2009, passando a ser mensal para o período de 15 de outubro de 2009 até o vencimento final ou liquidação do contrato. O principal está sendo liquidado mensalmente desde 15 de outubro de 2009.

Financiamentos em moeda estrangeira

La Fonte Telecom

Em 27 de abril de 2004, a La Fonte Telecom assinou contrato de financiamento junto ao Banco ABN AMRO Real S.A., no valor de US\$3,7 milhões, com vencimento e liquidação final em abril de 2010. O custo financeiro foi de 7,4032 % a.a.

Notas Explicativas

Grupo de Telecomunicações (valores não proporcionalizados)

Em dezembro de 2010, a TMAR emitiu “*Senior Notes*” no valor de EUR 750 milhões (R\$ 1.687 milhões), com o objetivo de alongar o perfil e reduzir o custo da dívida da empresa, além de propósitos corporativos gerais. A operação tem juros de 5,125% a.a., com vencimento final em dezembro de 2017. Os encargos financeiros tem vencimento anual em dezembro, desde dezembro de 2011 até o vencimento. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R\$ 25.663 mil estão sendo reconhecidos como despesas de captação da TMAR, conforme os prazos contratuais desta emissão.

Em setembro de 2010, a TMAR emitiu “*Senior Notes*” no valor de US\$ 1.000 milhão (R\$ 1.707 milhões), com o objetivo de alongar o perfil e reduzir o custo da dívida da empresa, além de propósitos corporativos gerais. A operação tem juros de 5,5% a.a., com vencimento final em outubro de 2020. Os encargos financeiros tem vencimento semestral em abril e outubro, desde abril de 2011 até o vencimento. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R\$ 13.684 mil estão sendo reconhecidos como despesas de captação da TMAR, conforme os prazos contratuais desta emissão.

Após a emissão, a TMAR iniciou oferta de troca de “*Senior Notes*” emitidas em abril de 2009 por “*Senior Notes*” da emissão de 2010, a serem emitidas adicionalmente, de acordo com a adesão à oferta de troca. Em outubro de 2010, ocorreu o fechamento da oferta de troca, sendo o valor adicional de “*Senior Notes*” emitidos de USD 787 milhões.

A relação de troca entre as notas considerou preço de mercado das notas de 2009 e prêmio adicional àqueles que aderiram na fase inicial da oferta. Foi ofertado US\$ 1 de prêmio sobre a cotação do Bond vigente no momento da oferta de troca. Dessa forma, o valor total de “*Senior Notes*” emitido em setembro de 2010 é de US\$ 1.787 milhões, permanecendo um saldo em “*Senior Notes*” da emissão de abril de 2009 de US\$ 142 milhões.

Em abril de 2010 a TMAR assinou contrato de financiamento junto ao Credit Agricole tendo o ONDD – “*Office National Du Ducroire*” como “*export credit agency*”, no valor de US\$ 220 milhões, em dois “*tranches*” de US\$ 110 milhões. Foram desembolsados US\$ 46 milhões (R\$ 80 milhões) em julho de 2010, em relação à primeira tranche. O vencimento dos encargos financeiros da primeira “*tranche*” será semestral entre agosto de 2010 até agosto de 2019 e o principal da primeira “*tranche*” será pago em 17 prestações semestrais a partir de agosto de 2011. O vencimento dos encargos financeiros da segunda “*tranche*” será semestral entre agosto de 2011 até agosto de 2020 e o principal da primeira “*tranche*” será pago em 17 prestações semestrais a partir de agosto de 2012. O custo do financiamento é de LIBOR acrescida de “*spread*” ou sobretaxa de 1,40% a.a.

Em março de 2010 a TMAR assinou contrato de financiamento junto à Cisco Systems Capital no valor de US\$ 50 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos do ano corrente. Foram desembolsados US\$ 30 milhões (R\$ 53 milhões) em abril de 2010 e US\$ 20 milhões (R\$ 38 milhões) em maio de 2010. A operação tem juros de 5% a.a. O vencimento dos encargos financeiros será semestral, de setembro de 2010 até setembro de 2015, e o principal vencerá em dez prestações semestrais a partir de março de 2011.

Em outubro de 2009, a TMAR assinou contrato de financiamento junto ao China Development Bank, no valor de US\$ 500 milhões. Foram desembolsados US\$ 57 milhões (R\$ 104 milhões) em fevereiro de 2010 e US\$ 37 milhões (R\$ 69 milhões) em maio de 2010. O vencimento dos encargos financeiros será semestral entre abril de 2010 e outubro de 2016 e o principal vencerá em 11

Notas Explicativas

prestações a partir de abril de 2010. O custo financeiro é de LIBOR acrescido de “*spread*” ou sobretaxa de 2,5% a.a.

Em agosto de 2009, a TMAR assinou contrato de financiamento junto ao Finnish Export Credit, no valor de US\$ 500 milhões. Foram desembolsados US\$ 208 milhões (R\$ 378 milhões) em fevereiro de 2010 e US\$ 27 milhões (R\$ 51 milhões) em maio de 2010. Em fevereiro de 2010, a TMAR realizou o primeiro desembolso, no valor de US\$ 208 milhões (R\$ 378 milhões). O vencimento dos encargos financeiros será semestral entre fevereiro de 2010 e agosto de 2019 e o principal vencerá em 17 prestações semestrais a partir de agosto de 2011. O custo do financiamento é de LIBOR acrescida de “*spread*” ou sobretaxa de 1,70% a.a.

Em maio de 2009 a TMAR assinou contrato de financiamento junto à Cisco Systems Capital no valor de US\$ 50 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos do ano corrente. Foram desembolsados US\$ 26 milhões (R\$ 52 milhões) em junho de 2009 e US\$ 24 milhões (R\$ 41 milhões) em novembro de 2009. A operação tem juros de 5% a.a. O vencimento dos encargos financeiros será semestral, de novembro de 2009 até novembro de 2014, e o principal vencerá em dez prestações semestrais a partir de maio de 2010.

Em fevereiro de 2009, a TMAR assinou contrato de financiamento junto ao China Development Bank Corporation no valor de US\$ 300 milhões, com o objetivo de financiar parte dos investimentos do ano corrente. Os desembolsos serão feitos à medida que os investimentos forem ocorrendo durante o ano, foram desembolsados US\$ 68 milhões (R\$ 153 milhões) em março de 2009, US\$ 121 milhões (R\$ 236 milhões) em junho de 2009, US\$ 38 milhões (R\$ 74 milhões) em julho de 2009, US\$ 23 milhões (42 milhões) em fevereiro de 2010 e US\$ 29 milhões (R\$ 54 milhões) em maio de 2010. A operação foi contratada ao custo de LIBOR + 2,50% a.a. O vencimento dos encargos financeiros será semestral, de abril de 2009 até outubro de 2015, com um pagamento final em fevereiro de 2016, e o principal vencerá em 11 prestações semestrais a partir de abril de 2011 até outubro de 2015, com um pagamento final em fevereiro de 2016.

Em junho de 2008, a TMAR assinou contrato de financiamento junto ao Finnish Export Credit no valor de US\$ 300 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos daquele ano. Foram desembolsados US\$ 87 milhões (R\$ 140 milhões) em agosto de 2008, US\$ 105 milhões (R\$ 258 milhões) em dezembro de 2008, US\$ 63 milhões (R\$ 117 milhões) em agosto de 2009 e US\$ 45 milhões (R\$ 76 milhões) em outubro de 2009. A operação foi contratada ao custo de LIBOR + 1,07% a.a. O vencimento dos encargos financeiros será semestral, de dezembro de 2008 até dezembro de 2018, e o principal vencerá em 17 prestações anuais a partir de dezembro de 2010.

(b) Debêntures públicas e privadas

Iguatemi

Em 1º de junho de 2007, a controlada Iguatemi fez a primeira emissão, para distribuição pública (“Oferta”), em série única, de 20.000 debêntures nominativas, escriturais, quirografárias e não conversíveis em ações, com vencimento final em 1º de junho de 2014 e com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o valor total de R\$200.000 em 1º de junho de 2007.

A emissão das debêntures foi realizada com base nas deliberações das Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 16 de maio e 15 de junho de 2007.

Os recursos obtidos pela controlada Iguatemi com a oferta foram utilizados para financiar: (a) a

Notas Explicativas

expansão das operações dos shopping centers nos quais o Iguatemi é titular de participação; (b) a aquisição de maior participação; (c) a aquisição de participação em shopping centers de terceiros já existentes e em redes de menor porte; (d) a concepção, a incorporação e a administração de novos shopping centers; e (e) o refinanciamento de obrigações financeiras vincendas.

As debêntures foram objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme, nos termos do Contrato de Distribuição, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, não existindo reservas antecipadas nem lotes mínimos ou máximos, devendo a Oferta ser efetivada de acordo com o resultado do procedimento de “bookbuilding”.

As debêntures foram registradas para negociação no mercado secundário por meio do Sistema Nacional de Debêntures e do BOVESPA FIX.

O prazo das debêntures é de sete anos, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de junho de 2014, com carência de quatro anos para a amortização do principal, que ocorrerá em três parcelas anuais, iguais e sucessivas.

Sobre o saldo do valor nominal das debêntures, incidem apenas juros remuneratórios correspondentes a 104,5% do CDI, pagos semestralmente a partir da data de emissão, conforme aprovado em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 22 de abril de 2008. Em 1º de junho de 2008, data do primeiro vencimento das debêntures, os juros remuneratórios passaram a ser de 110% do CDI. Nessa mesma Assembleia Geral, foi autorizado o resgate antecipado facultativo pela controlada Iguatemi de quaisquer das debêntures, a qualquer tempo a partir de 180 dias contados da data de 1º de junho de 2008, mediante comunicação prévia de 30 dias. O primeiro pagamento dos juros ocorreu em 1º de dezembro de 2007 e o último na data de vencimento. O saldo dos juros provisionados, líquido de custos de transação, em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 1.747 (R\$ 1.316 em 31 de dezembro de 2009).

La Fonte Telecom

Em Assembléia Geral Extraordinária – AGE da La Fonte Telecom, realizada em 30 de setembro de 2008, foi aprovada a primeira emissão de 300 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor nominal unitário de R\$1 milhão, totalizando R\$300 milhões. Essas debêntures são nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas ou certificados, e foram emitidas para subscrição privada. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures é 1º de abril de 2008. A remuneração dessas debêntures é de 110% da taxa correspondente à acumulação das taxas médias diárias dos Depósitos Interbancários – DI's. A remuneração, bem como o valor nominal de cada debênture, com vencimento em 3 parcelas, devidas em 1º de abril de 2013, 2014 e 2015.

Essas debêntures serviram para liquidar parcialmente o adiantamento para futuro aumento de capital com a Companhia, no montante de R\$217 milhões, equivalente a 204 debêntures. Em 30 de novembro 2010, a Companhia subscreveu mais 44 debêntures pelo valor nominal R\$ 1.344, totalizando R\$59.142 para liquidar o adiantamento para futuro aumento de capital com a controlada no montante de R\$ 59.142. As demais 52 debêntures que permaneceram em tesouraria foram canceladas em janeiro de 2011.

Notas Explicativas

Em março de 2011 as debêntures cujos vencimentos eram em 1º de abril de 2013, 2014 e 2015, foram integralmente liquidadas.

LF Tel

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 15 de abril de 2008, foi aprovado o cancelamento da segunda emissão de debêntures, deliberada na AGE de 24 de maio de 2004, em todos os seus termos e condições, e aprovada a terceira emissão de 665.000 debêntures permutáveis, com garantia real, não conversíveis em ações, em quatro séries, no valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, totalizando R\$ 665.000. Essas debêntures são nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas ou certificados, e foram emitidas para subscrição privada, com a garantia real representada por penhor da totalidade: (i) das ações ordinárias de emissão da Telemar Participações S.A., de propriedade da LF Tel, inclusive as que vierem a ser por ela adquiridas; e (ii) das ações de emissão de sociedade detentora de ações da Telemar Participações S.A., e das ações alvo e ações alvo adicionais que vierem a ser adquiridas pela LF Tel, com os recursos do Contrato de Penhor celebrado com o Debenturista. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures é 15 de fevereiro de 2008, e foram emitidas em quatro séries, sendo: (i) a 1a. série composta de 365.000 debêntures; e (ii) a 2a., 3a., e 4a. séries compostas de 100.000 debêntures cada uma.

Em 2 de julho de 2008, em substituição à terceira emissão de debêntures, foi celebrado o Contrato de Debêntures do Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão Privada de Debêntures, para a emissão de 665.000 debêntures, com garantia real, não conversíveis em ações, em série única, no valor nominal de R\$ 1.000,00, totalizando R\$ 665.000. Essas debêntures são nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas ou certificados, e foram emitidas para subscrição privada, com garantia real representada por penhor da totalidade: (i) das ações ordinárias de emissão da Telemar Participações S.A., de propriedade da LF Tel, inclusive as que vierem a ser por ela adquiridas; e (ii) das ações que foram adquiridas no mercado, pela LF Tel, com os recursos provenientes da terceira emissão de debêntures. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures é 15 de fevereiro de 2008. As debêntures são atualizadas pela variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA, acrescido de juros prefixados correspondentes a 5% a.a., base 252 dias úteis, desde a data da emissão até a data de seu efetivo pagamento. O principal possui vencimento a partir de 30 de outubro de 2011 até 30 de abril de 2020. As debêntures possuem cláusula de Opção de Compra de ações adquiridas pela LF Tel no mercado (11.409.200 ações da TNLP4), que poderá ser exercida a qualquer tempo pelo Debenturista no prazo de até 147 (cento e quarenta e sete) meses contados da data da emissão, sem prejuízo do cronograma de resgate programado das debêntures associadas à Opção de Compra. O preço de exercício de cada opção será definido pelo quociente da divisão do valor nominal unitário de cada debênture, acrescido da atualização monetária, na data do exercício, pela quantidade de ações objeto de cada Opção de Compra.

Grupo de Telecomunicações (valores não proporcionalizados)

Em Assembleia Geral Ordinária - AGO, realizada em 8 de abril de 2008, foi aprovada a oitava emissão pública pela Telemar de 161.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, no valor nominal unitário de R\$ 10, totalizando R\$ 1.610.000. Essas debêntures foram integralmente colocadas no mercado em 4 de julho de 2008 pelo valor de R\$ 1.654.050.

As debêntures da 1ª série, totalizando 115.000 debêntures, serão amortizadas em cinco parcelas anuais e sucessivas, cada parcela no valor de R\$ 2 por debênture, ocorrendo o primeiro pagamento

Notas Explicativas

em 15 de abril de 2009 e o último no vencimento, em 15 de abril de 2013. A remuneração dessa 1ª série será de 1,40% a.a. acima da taxa DI, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de outubro de 2008 e o último no seu vencimento.

As debêntures da 2ª série, totalizando 46.000 debêntures serão amortizadas em duas parcelas anuais e sucessivas, cada parcela no valor de R\$ 5 por debênture, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de abril de 2014 e o último no vencimento, em 15 de abril de 2015. A remuneração dessa 2ª série será de 1,55% a.a. acima da taxa DI, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de outubro de 2008 e o último no seu vencimento.

Esta emissão possui avaliações trimestrais de razões financeiras da Telemar e avaliação anual de razões financeiras de sua controlada TNL, que vêm sendo regularmente cumpridas.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 16 de agosto de 2010 e Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de julho de 2010, foi aprovada a segunda emissão pública, pela TNL, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no mercado local, para distribuição com esforços restritos (conforme termos da instrução CVM nº 476) no valor de R\$ 1.500 milhões (valor unitário de R\$ 10 milhões), em série única. A data de emissão e subscrição da totalidade das notas foi 19 de agosto de 2010. As 150 debêntures têm vencimento em 15 de fevereiro de 2011 e remuneração de CDI + 1,10% a.a., com pagamento de juros e principal no vencimento final. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R\$ 1.660 mil estão sendo reconhecidos como despesas de captação da TNL, conforme os prazos contratuais desta emissão.

Em Assembleias Gerais Extraordinárias, realizadas em 30 de novembro de 2009 e 9 de março de 2010 e Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de março de 2010, foi aprovada a emissão pública, pela TMAR, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária no valor de R\$ 2.250 milhões, em duas séries de 225.000 debêntures e valor nominal unitário de R\$ 10.000,00. A data de emissão foi 15 de abril de 2010 e a colocação foi efetivada em maio de 2010 no valor total de R\$ 2.000 milhões. A primeira série de 175.397 debêntures tem vencimento em 15 de abril de 2014 e remuneração de CDI + 1,20% a.a., com pagamentos semestrais de juros e amortização do principal no vencimento final. A segunda série de 24.603 debêntures tem vencimento em 15 de abril de 2014 e remuneração de IPCA + 7,98%, com pagamentos anuais de juros sobre o principal atualizado e amortização do principal total no vencimento final. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R\$ 13.426 mil estão sendo reconhecidos como despesas de captação da TMAR, conforme os prazos contratuais desta emissão.

Em AGO – Assembleia Geral Ordinária, realizada em 23 de março de 2009, foi aprovada a emissão pública, pela TMAR, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária no valor de até R\$ 3.000 milhões. A data de emissão foi 6 de abril de 2009 e a colocação foi efetivada em maio de 2009 no valor total de R\$ 2.572 milhões (sendo R\$ 965 milhões para a 1ª série e R\$ 1.607 milhões para a 2ª série). O prazo de vencimento das debêntures de 1ª série é de dois anos, um mês e 24 dias e de 2ª série de três anos, a contar da data de emissão, remuneradas a 115% a.a. e a 120% a.a. da taxa de juros do CDI, respectivamente. Os juros, de ambas as séries, são amortizados junto com o principal no vencimento final. Em 18 de novembro de 2010 a TMAR exerceu o direito de resgatar antecipadamente a totalidade das debêntures da 1ª e 2ª séries.

Em AGO, realizada em 7 de março de 2006, foi aprovada a emissão pública, pela TMAR, de 216.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, no valor nominal unitário

Notas Explicativas

de R\$ 10, totalizando R\$ 2.160 milhões, sendo a data de emissão 1 de março de 2006 e a data da colocação 27 de março de 2006. O prazo de vencimento das debêntures de 1ª série é de cinco anos e de 2ª série de sete anos, a contar da data de emissão, remuneradas a 103% a.a. da taxa de juros do CDI e a taxa de juros do CDI acrescida de “spread” de 0,55% a.a., respectivamente. Os juros são amortizados semestralmente. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R\$ 13.075 mil estão sendo reconhecidos como despesas de captação da TMAR, conforme os prazos contratuais dessa emissão.

Em 1 de junho de 2006, a BrT realizou sua quarta emissão pública de 108.000 debêntures não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10, perfazendo o total de R\$ 1.080 milhão. O prazo de pagamento é de sete anos, vencendo em 1 de junho de 2013. A remuneração corresponde à Taxa DI capitalizada de um “spread” de 3,5% a.a. e sua periodicidade de pagamento é semestral. A amortização, que deverá contemplar indistintamente todas as debêntures, dar-se-á anualmente a partir de 1 de junho de 2011, em três parcelas de 33,3%, 33,3% e 33,4% do valor nominal unitário, respectivamente. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R\$ 4.087 mil estão sendo reconhecidos como despesas de captação da BrT, conforme os prazos contratuais desta emissão.

As debêntures emitidas pela TNL e suas controladas, não possuem cláusulas de repactuação.

(c) Ações preferenciais resgatáveis (valores não proporcionalizados)

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de abril de 2008 a Telemar aumentou o capital, mediante a emissão de 1.000.000 (um milhão) de novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1.239, 61 (um mil, duzentos e trinta e nove reais e sessenta e um centavos) por ação, perfazendo um total de R\$1.239.616. As ações preferenciais ora emitidas foram integralmente subscritas e integralizadas pelo acionista BNDES Participações S.A. – BNDESPAR.

As ações preferenciais gozam das seguintes preferências, direitos e vantagens:

- (i) Prioridade na distribuição de dividendo fixo, cumulativo, no valor em moeda corrente equivalente a 5% (cinco por cento) ao ano sobre o preço de emissão por ação corrigido monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou qualquer outro que venha a substituí-lo, ajustado, se for o caso, por eventuais bonificações, grupamentos e/ou desdobramentos de ações, a ser pago até o dia 30 de abril de cada exercício social, mesmo no exercício em que acontecer o resgate, sendo que, neste caso, o montante a ser distribuído calculado *pro rata die* até a data do efetivo resgate;
- (ii) Serão resgatáveis pelo valor correspondente a seu preço de emissão, reajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA a partir da data de integralização das ações até a data do efetivo resgate, e ajustado, se for o caso, por eventuais bonificações, grupamentos e/ou desdobramentos de ações, ou qualquer outro que venha a substituí-lo, observado as datas e as quantidades abaixo para tal resgate (“Resgate Programado”):

Notas Explicativas

Data de Resgate	Quantidade	% do total
30/04/2011	66.666	6,67%
30/10/2011	66.666	6,67%
30/04/2012	66.666	6,67%
30/10/2012	66.666	6,67%
30/04/2013	66.666	6,67%
30/10/2013	66.667	6,67%
30/04/2014	66.667	6,67%
30/10/2014	66.667	6,67%
30/04/2015	66.667	6,67%
30/10/2015	66.667	6,67%
30/04/2016	66.667	6,67%
30/10/2016	66.667	6,67%
30/04/2017	66.667	6,67%
30/10/2017	66.667	6,67%
30/04/2018	66.667	6,67%
Total	1.000.000	100%

- (iii) O pagamento do resgate das ações preferenciais poderá, a exclusivo critério de seus titulares, ser efetuado através de pagamento em ações (“Resgate em Ações”), mediante a entrega, pela Telemar, ao acionista que desejar resgatar suas ações, para cada ação preferencial de emissão da TNL objeto do resgate, de 12,243116 ações preferenciais classe “A” de emissão de Telemar Norte Leste S.A. (“Ações TMAR5”) de que a Telemar for titular, a partir do momento em que tais ações estiverem desoneradas, observado, entretanto, que a Telemar deverá obter a desoneração até as datas e nas quantidades mínimas previstas no cronograma constante da tabela abaixo:

Data Máxima	Quantidade mínima a estar desonerada
25/04/2011	1.224.311
25/10/2011	2.244.571
25/04/2012	3.468.882
25/10/2012	4.693.193
25/04/2013	6.121.556
25/10/2013	7.141.816
25/04/2014	8.162.076
25/10/2014	9.182.336
25/04/2015	10.202.596
25/10/2015	11.222.856
25/04/2016	12.243.116

Notas Explicativas

Após o recebimento de notificação do titular das ações preferenciais, a Telemar deverá, no prazo de até 15 (quinze) dias, tomar todas as providências necessárias para operacionalizar o Resgate em Ações, transferindo, para o titular das ações preferenciais, as Ações TMAR5 de sua titularidade na quantidade indicada na relação de troca prevista acima, procedendo ao imediato cancelamento das ações preferenciais objeto do resgate.

- (iv) Caso as Ações TMAR5 de titularidade da Telemar estejam oneradas ou gravadas no momento em que o acionista detentor das ações preferenciais notificar a Telemar para promover o Resgate em Ações, a Telemar deverá cientificar tal acionista dessa circunstância, e este a seu exclusivo critério poderá (i) optar por promover o Resgate em Ações sobre a quantidade de Ações TMAR5 eventualmente disponíveis, postergando a data do Resgate em Ações do saldo remanescente até a nova data que o acionista detentor das ações preferenciais estipular ou (ii) conceder à Telemar um prazo de no máximo 30 (trinta) dias para disponibilizar Ações TMAR5, livres e desembaraçadas, na quantidade necessária para promover integralmente o Resgate em Ações. Nas hipóteses acima, a Telemar deverá transferir ao acionista detentor das ações preferenciais, ainda, quando do efetivo resgate, quaisquer valores recebidos a título de dividendos ou juros sobre capital próprio atribuíveis às Ações TMAR5 cuja data de entrega tenha sido postergada pela não liberação pela Telemar dos gravames nos prazos previstos acima.
- (v) O pagamento do resgate das ações preferenciais poderá, a critério da Telemar, ser efetuado através de pagamento em ações, mediante a entrega, pela Telemar, ao acionista que desejar resgatar suas ações, de Ações TMAR5 de que a Telemar for titular, em qualquer tempo, na hipótese de (a) a média da cotação das Ações TMAR5 dos 40 pregões anteriores à data de notificação para resgate das ações preferenciais seja de, no mínimo, R\$ 141,75 (cento e quarenta e um reais e setenta e cinco centavos), corrigidos pelo IPCA a partir da data de emissão das ações preferenciais, e desde que nesse período as Ações TMAR5 não tenham passado a ser negociadas sem direito a dividendos (*ex-dividendos*); e (b) as Ações TMAR5 que deverão ser entregues ao detentor das ações preferenciais como pagamento do resgate estejam livres, desoneradas e sem qualquer gravame. Neste caso, para cada ação preferencial de emissão da Telemar que seja objeto do resgate, serão entregues 12,243116 Ações TMAR5 de que a Telemar for titular.
- (vi) Serão conversíveis em ações ordinárias, a qualquer tempo, à livre opção de seus titulares, reunidos em assembleia convocada para este fim, na hipótese de a Telemar com base na relação de 1 ação preferencial para 1.866,672409 ações ordinárias de emissão da Telemar, caso: (a) o Resgate Programado não tenha ocorrido, total ou parcialmente; (b) o Resgate em Ações não tenha ocorrido, total ou parcialmente; (c) o dividendo fixo das ações preferenciais não tenha sido pago; e (d) a Telemar descumpra a obrigação de depositar na conta vinculada a quantia destinada ao Fundo de Resgate, para o qual serão destinados os recursos financeiros recebidos a título de dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos de suas controladas. Neste caso, a relação de troca estabelecida será de 1.866,672409 ações ordinárias de emissão da Telemar para cada ação preferencial; e
- (vii) Não terão direito de voto nas deliberações da Assembleia Geral da Telemar.

A cada ação ordinária, nominativa e sem valor nominal, corresponde o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Notas Explicativas

Em virtude da adoção das normas internacionais de contabilidade, a Telemar reclassificou o montante das ações preferenciais resgatáveis do patrimônio líquido para o passivo e reconheceu a atualização monetária e os dividendos fixos no resultado do exercício na rubrica de despesas financeiras.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, o montante da dívida é de R\$1.432.212, sendo R\$260.814 reconhecido no passivo circulante e R\$1.232.398 no passivo não circulante.

De acordo com o prazo de programação da dívida, as parcelas de curto prazo serão liquidadas nos meses de abril e novembro de 2011.

Os dividendos fixos sobre as ações preferenciais resgatáveis referentes ao exercício de 2010, no valor de R\$71.105, serão pagos no mês de abril de 2011,

Conforme previsto no Artigo 40 do Estatuto Social da Telemar, foi destinada à reserva de fundo de resgate o montante que considera o valor a ser pago nos próximos 12 meses mais os valores de dividendos fixos pagos nos exercícios de 2009 e 2010.

(d) Garantias

Companhia

O empréstimo contratado pela Companhia junto ao Banco Bradesco S.A. possui como garantia as ações de emissão da controlada indireta LF Tel S.A.

A Companhia é avalista de sua controlada La Fonte Telecom no empréstimo contratado com o Banco Alfa de Investimentos S.A.

Iguatemi

Os contratos de abertura de crédito com o BNDES no valor total de R\$20.000 têm como garantia, promissórias avalizadas pela Companhia.

Em conjunto com o financiamento obtido em 8 agosto de 2006 com Banco Santander foi celebrado com o Banco Santander o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças, por meio do qual a Iguatemi cedeu fiduciariamente em garantia ao Banco Santander os direitos creditórios cabíveis em virtude de sua participação no PBSC, e que correspondem ao percentual de 4,718% dos valores líquidos distribuídos à Iguatemi mensalmente pela administradora do Condomínio Civil do Praia de Belas.

Como garantia do empréstimo obtido com Banco Santander em 31 de agosto de 2006, a Iguatemi alienou ao Banco Santander, em caráter fiduciário: (i) os imóveis objeto do financiamento (sua participação de 20%), bem como todas as benfeitorias e cessões que venham a ser acrescidos a estes; (ii) a fração ideal de 3,1% de cada um dos imóveis descritos no contrato, integrantes do Praia de Belas; e (iii) a cessão fiduciária dos créditos de que a Iguatemi é e será titular no empreendimento PBSC. A Iguatemi apresentou ao credor apólice de seguros relativa à cobertura de danos físicos sobre 100% do imóvel dado em garantia, cujo valor corresponde a R\$118.569 com

Notas Explicativas

vencimento em 28 de setembro de 2009, obrigando a Iguatemi a manter o seguro em vigor, no valor mínimo anteriormente mencionado, até que o financiamento seja integralmente quitado.

Em 27 de outubro de 2006, a Iguatemi celebrou com a Fundação Sistel de Seguridade Social - SISTEL e o Banco Santander, na qualidade de credor, Escritura de Venda e Compra, Mútuo e Pacto Adjetivo de Alienação Fiduciária. Por meio do referido instrumento, a SISTEL vende à Iguatemi: (i) a fração ideal de 8,2484% da Âncora nº 3; e (ii) a fração ideal de 10% dos demais imóveis, que compõem o empreendimento PBSC. A Iguatemi contratou com o Banco Santander financiamento no valor integral da aquisição.

Em contrapartida, pelo pagamento da dívida decorrente do financiamento com Banco Santander obtido em 27 de outubro de 2006, a Iguatemi celebrou com esta instituição financeira Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças, por meio do qual a Iguatemi cedeu fiduciariamente em garantia ao Banco Santander os direitos creditórios cabíveis em virtude de sua participação no PBSC, e que correspondem ao percentual de 4,718% dos valores líquidos distribuídos à Iguatemi mensalmente pela administradora do Condomínio Civil do Praia de Belas.

Para o empréstimo com o Banco Santander celebrado em 30 de dezembro de 2008, aditado em 25 de junho de 2009, a Iguatemi apresentou como garantia o imóvel denominado MPT-I, contemplando os conjuntos 41, 51, 61, 71, 81, 91, 101, 111, 121, 131, 141 e 151, e 45% das matrículas individualizadas dos imóveis que constituem o empreendimento denominado MPSC.

Para o empréstimo com o Banco Bradesco celebrado em 25 de setembro de 2009, a Iguatemi apresentou o imóvel denominado Condomínio Iguatemi Alphaville registrado na matrícula 138.678 do Registro e Imóveis de Barueri, que recai sobre o domínio útil do terreno urbano integrante do Quinhão 3 do Sítio Tamboré localizado em Barueri/SP constituídos pelos lotes 12.1, 12.2, 12.3 e 12.4 da quadra n.02 do arruamento denominado "Alphaville Centro Industrial e Empresarial".

LF Tel

As debêntures de emissão da LF Tel possuem garantia real representada por penhor da totalidade: (i) das ações ordinárias de emissão da Telemar Participações S.A., de sua propriedade, inclusive as que vierem a ser adquiridas; e (ii) das ações que foram adquiridas no mercado (11.409.200 ações da TNLP4), pela LF Tel, com os recursos provenientes da terceira emissão de debêntures.

Grupo de Telecomunicações (valores não proporcionalizados)

As debêntures de emissão da Telemar possuem garantia real, na forma do disposto no Artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, estando garantidas por penhor de ações de emissão da TNL e da TMAR, de titularidade da emissora.

Os financiamentos do BNDES possuem garantias em recebíveis da TMAR, da Oi, da BrT e BrT Celular e aval da controladora e das referidas companhias, no montante de R\$ 6.367.062. Os empréstimos do Banco do Nordeste do Brasil S.A. possuem garantias em recebíveis da TMAR e Oi e aval da TNL e TMAR, no montante de R\$ 455.945.

Notas Explicativas

Certos empréstimos e financiamentos da BrT e BrT Celular eram garantidos por cauções de direitos creditórios provenientes da prestação de serviços de telefonia fixa, aval e fiança da BrT e da BrT Part.

Após a incorporação da BrT Part pela BrT, os avais e fianças prestados pela empresa foram substituídos, mediante aprovação dos credores, por avais e fianças da TNL. A prestação de aval e garantias pela TNL foi devidamente aprovada pelo seu Conselho de Administração.

As debêntures de emissão da BrT possuía garantia fidejussória, por meio de fiança prestada pela BrT Part. Pela escritura de emissão, a BrT Part, na qualidade de interveniente garantidora, obrigava-se para com os titulares das debêntures como fiadora e principal pagadora, solidariamente responsável por todas as obrigações assumidas pela controlada, relacionadas às suas debêntures.

Após a incorporação da BrT Part pela BrT, os debenturistas da quinta emissão aprovaram a substituição da garantidora BrT Part pela TNL, no montante de R\$ 1.121.928. A garantia prestada pela TNL foi devidamente aprovada pelo seu Conselho de Administração.

Grupo de Contact Center e Cobrança (valores não proporcionalizados)

Os empréstimos obtidos pela CTX com os Bancos Itaú BBA e Votorantim estão garantidos pelo penhor das ações de emissão da Contax Participações

A Contax, no financiamento celebrado com o BNDES em agosto de 2007, por opção contratual, apresentou garantias através de fianças de instituições financeiras, não sendo neste caso, aplicáveis as estruturas de recebíveis e de cláusulas restritivas (*financial covenants*) em 31 de dezembro de 2010. Os custos relativos a essas fianças totalizaram R\$ 1.075 (R\$ 1.234 em 31 de dezembro 2009).

Em garantia ao financiamento obtido com o BNDES em março de 2010, a Contax oferece os direitos creditórios provenientes do Contrato de Prestação de Serviços firmado com a Oi Fixa, TNL PCS S/A (“Oi Móvel”) e a Telemar Internet Ltda.

(e) Arrendamento mercantil

As obrigações pelos contratos de arrendamento mercantil financeiro possuem prazo de pagamento que variam entre 12 e 60 meses e estão registradas pelo seu valor presente. Os encargos financeiros, que se referem, substancialmente, à variação do CDI, são registrados no resultado do exercício das controladas durante o prazo do arrendamento.

O valor presente dos pagamentos mínimos futuros está distribuído da seguinte maneira:

Arrendamento Mercantil	Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009
Até um ano	1.160	3.836	7.478
Mais de um ano e até cinco anos	-	1.110	3.252
	<u>1.160</u>	<u>4.946</u>	<u>10.730</u>

Notas Explicativas

(f) CRI - Certificados de Recebíveis Imobiliários (valores não proporcionalizados)

Em 10 de agosto de 2010, a TMAR e a sua controlada indireta BrT transferiram, através de integralização de capital, a propriedade de 162 imóveis bens reversíveis para sua subsidiária integral Copart 4, e a BrT transferiu a propriedade de 101 bens reversíveis imóveis para sua subsidiária integral Copart 5, respectivamente, cujo valor residual totaliza R\$ 385.507 (valor contábil). A integralização de capital foi efetuada nas Copart 4 e Copart 5 com base em laudo de avaliação de empresa especializada dos ativos a valor contábil. A TMAR e a BrT celebraram contratos de 12 anos de locação dos imóveis transferidos às suas controladas e ao final do contrato a propriedade dos referidos imóveis retorna para a TMAR e BrT.

As Copart 4 e Copart 5 cederam os direitos aos fluxos de recebíveis dos contratos de locação à BSCS - Brazillian Securities Companhia de Securitização, que emitiu os CRI's lastreados pelos recebíveis dos referidos contratos. Nesses contratos, a TNL e a BrT se comprometem a efetuar o pagamento dos alugueis a BSCS. Os CRI's foram adquiridos por diversas instituições financeiras no Brasil.

As Copart 4 e Copart 5 receberam o valor do fluxo dos alugueis adiantado no montante consolidado de R\$ 1.584.518, líquidos dos custos da transação (R\$ 33.297), decorrente do recebimento antecipado. Esse montante foi registrado como dívida obrigação no referido valor com prazo de vencimento de 12 anos. O custo da operação é de 102% do CDI.

Em conexão com a operação do CRI, em AGE realizada em 20 de outubro de 2010, foi aprovada a emissão privada pela TMAR de 999.295 (novecentos e noventa e nove mil, duzentos e noventa e cinco) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais), totalizando R\$ 999.295 mil, com prazo para subscrição de até três anos. Os recursos foram empregados nas necessidades de capital de giro da TNL, incluindo pagamento de dívidas de curto prazo. A assinatura da escritura foi em 10 de novembro de 2010 e a subscrição efetuada pela controlada Copart 4, no valor de R\$ 999.295 mil ocorreu no mesmo dia. O prazo final de vencimento das debêntures é 10 de junho de 2022, sem amortizações intermediárias. As debêntures são remuneradas por 103% do CDI-CETIP e os juros serão pagos semestralmente nos dias 10 de Maio e 10 de Novembro de cada ano, a partir de 10 de Maio de 2011 até 10 de Maio de 2022, com um pagamento final na data de vencimento da emissão em 10 de Junho de 2022.

Adicionalmente em AGE realizada em 9 de novembro de 2010, foi aprovada a emissão privada, pela TNL, de 47 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor nominal unitário de R\$ 10 milhões, totalizando R\$ 470 milhões, com prazo para subscrição de até três anos. Os recursos foram empregados para propósitos corporativos da TNL. A assinatura da escritura foi em 10 de novembro de 2010 e a subscrição efetuada pela controlada Copart 5, no valor de R\$ 470 milhões, ocorreu no mesmo dia. O prazo final de vencimento das debêntures é 10 de junho de 2022, sem amortizações intermediárias. As debêntures são remuneradas por 103% do CDI-CETIP e os juros serão pagos semestralmente, nos dias 10 de maio e 10 de novembro de cada ano, a partir de 10 de maio de 2011 até 10 de maio de 2022, com um pagamento final na data de vencimento da emissão em 10 de junho de 2022.

Os ativos e passivos das Copart 4 e Copart 5 encontram-se consolidados nos saldos das Demonstrações Financeiras das controladoras (TMAR e BrT), devido aos principais riscos e benefícios dessa transação permanecerem nas controladoras.

Notas Explicativas

(g) A dívida de longo prazo, líquida dos custos de captação, está programada para ser paga nos seguintes exercícios:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2012	-	1.071.459
2013	92.273	1.497.113
2014	92.273	1.418.014
2015	92.038	719.436
2016 em diante	51.466	2.129.825
	<u>328.050</u>	<u>6.835.847</u>

(h) Os custos de transação serão apropriados aos resultados dos exercícios subsequentes, como segue:

Cronograma de apropriação dos custos de transação ao resultado

	<u>Consolidado</u>
2011	24.824
2012	21.566
2013	19.432
2014	16.545
2015	14.793
2016 em diante	48.468
	<u>145.628</u>

(i) “Covenants”

Companhia

Os empréstimos da Companhia com o Banco Alfa Investimentos S.A. e com o Bradesco S.A. possuem cláusulas contratuais que prevêem o vencimento antecipado do saldo devedor estão abaixo sumarizadas:

- Inadimplemento de quaisquer obrigações da Companhia e seus avalistas;
- Ocorrência, na Companhia ou seus avalistas, de protestos de títulos de valor individual ou agregado superior a 10% do valor do saldo devedor do empréstimo;
- Existência de qualquer medida judicial, extrajudicial ou administrativa, que possa afetar o imóvel oferecido como garantia;

Notas Explicativas

- Não substituição de qualquer um dos avalistas que se encontrarem nas situações acima mencionadas.
- Alienação, transferência ou cessão, total ou parcial, de percentual igual ou superior a 20% de sua participação acionária na La Fonte Telecom S.A., LF Tel S.A. e Telemar Participações S.A.

Essas cláusulas contratuais foram cumpridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Iguatemi

Parte dos contratos de financiamento e debênture obtidos pela Iguatemi possuem cláusulas contratuais que determinam níveis máximos de endividamento e alavancagem, bem como níveis mínimos de cobertura de parcelas a vencer e manutenção de saldos mínimos recebíveis em uma conta corrente. Essas cláusulas contratuais foram cumpridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

LF Tel

Até a integral liquidação das debêntures, a LF Tel possui obrigações e restrições de natureza societária, contábil e financeira previstas na cláusula 8 do Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão Privada de Debêntures. Em 31 de dezembro de 2010 todas as obrigações foram atendidas. As principais são:

- incorrer em endividamento adicional;
- prestar garantias;
- dar bens em garantia;
- vender ou dispor de ativos; e
- fazer certas aquisições, fusões e reestruturações.

Grupo de Telecomunicações

A emissão de debêntures da Telemar exige cumprimento de índices financeiros que são apurados em bases trimestrais e anuais, conforme cláusula específica da escritura de emissão. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, todos os índices anuais foram cumpridos.

Os contratos de financiamentos com o BNDES, com outras instituições financeiras e as emissões de Debêntures, da TMAR, Oi, BrT e BrT Celular, exigem cumprimento de índices financeiros. Os índices financeiros nos contratos com o BNDES são apurados semestralmente, em junho e dezembro. Os demais são apurados trimestralmente.

No fechamento das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010 todos os índices foram cumpridos, à exceção do índice mencionado abaixo.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2010 a TMAR não cumpriu com o “*covenant*” do “*Debt Service coverage ratio*”, definido no contrato com o JBIC. No entanto, em 30 de novembro de 2010, a TMAR recebeu o “*waiver*” pela antecipação de não cumprimento do referido “*covenant*” para a apuração de 31 de dezembro de 2010.

A TMAR prevê que em 31 de março de 2011 volte a cumprir o “*covenant*” do “*Debt Service coverage*”, definido no contrato entre a TMAR e JBIC. Em paralelo a empresa já iniciou o processo de solicitação de alteração deste índice de forma a adequá-lo ao praticado pela empresa em contratos similares. Entretanto, não há garantias de sucesso para essa solicitação. Caso o credor não conceda o “*waiver*” em um eventual descumprimento futuro do referido “*covenant*”, a TMAR pretende exercer o seu direito de pré-pagar essa dívida. A TMAR entende que o referido pré-pagamento evitaria o desencadeamento de cláusulas de “*cross-default*” ou “*cross-acceleration*” contidas em outros contratos de dívida. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2010 desta parcela é de R\$ 604.292 (valor não proporcionalizado), classificado no passivo circulante.

Grupo de Contact Center e Cobrança

De acordo com cláusulas contratuais do financiamento da Contax obtido com o BNDES em março de 2010, a Contax deverá manter, durante a vigência do presente contrato, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“Índice”) igual ou maior que 1,65, sendo:

a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida calculado pela divisão do Lucro Antes de Imposto de Renda, Juros, Depreciação e Amortização (LAJIDA), também conhecido como Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization - EBITDA, pelo Serviço da Dívida, em base semestral;

b) LAJIDA (EBITDA) equivale ao resultado operacional antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social e despesas com depreciação e amortização, no semestre;

c) Serviço da Dívida equivale ao montante da dívida efetivamente pago aos credores a título de amortização de principal e juros, no semestre.

Em 31 de dezembro de 2010, a Contax revisou a cláusula restritiva referente a este contrato de financiamento, e concluiu que cumpria o referido Índice.

22 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009
Ativos			
Contratos de "swap" - cambial	10.537	45.258	8.036
Contratos de "swap" - taxa de juros	161	223	22
Contratos de "Non Deliverable Forward" - NDF	2.859	-	15.218
Contratos de Opção	1.064	2.012	-
	<u>14.621</u>	<u>47.493</u>	<u>23.276</u>
Circulante	9.573	23.583	16.033
Não circulante	5.048	23.910	7.243

Notas Explicativas

	Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009
Passivos			
Contratos de "swap" - cambial	159.196	284.060	130.814
Contratos de "swap" - taxa de juros	3.495	3.371	414
Contratos de "Non Deliverable Forward" - NDF	23.286	-	-
	<u>185.977</u>	<u>287.431</u>	<u>131.228</u>
Circulante	123.867	159.841	103.793
Não circulante	62.110	127.590	27.435

23 AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR

	Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009
Serviço Móvel Pessoal (i)	429.427	398.876	227.157
Concessões do STFC (ii)	34.447	-	25.487
Outras Autorizações (iii)	812	1.550	3.250
	<u>464.686</u>	<u>400.426</u>	<u>255.894</u>
Circulante	116.340	68.859	58.281
Não circulante	348.346	331.567	197.613

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de SMP e concessões de serviço STFC, obtidas através de leilões.

- (i) Os termos de autorização do Direito de Uso de radiofrequências nas faixas 3G para exploração de SMP nas áreas das Regiões I, II e III do PGA foram assinados em 29 de abril de 2008 pela Oi e BrT Celular, demandando um investimento total de R\$ 867.018 e R\$ 488.235 (valores não proporcionalizados), respectivamente. No ato da assinatura dos termos as referidas companhias desembolsaram 10% do valor ofertado. Sobre o saldo devedor incide a variação do IST, acrescido de juros de 1% a.m., conforme as regras previstas no edital de licitação, com vencimentos finais em 2016 e 2015, respectivamente.

As autorizações do SMP contratadas pela Oi e BrT Celular junto a ANATEL em 2003, 2004 e 2002, 2004, respectivamente, estão representadas pelos termos que totalizaram R\$ 331.433 (valores não proporcionalizados). Tais autorizações referem-se à exploração do SMP pelo período de 15 anos na mesma área de atuação em que as companhias possuem concessão para a telefonia fixa. Do valor contratado, 10% foram pagos no ato da assinatura contratual, sendo que o saldo restante foi integralmente reconhecido nos passivos das controladas para serem amortizados em parcelas anuais, iguais e sucessivas, com vencimentos previstos para o exercício de 2011 (saldo de uma parcela), e 2011 a 2012

Notas Explicativas

(saldo de duas parcelas), respectivamente, relacionados com os exercícios sociais em que os termos foram assinados. Sobre o saldo devedor incide a variação do IGP-DI, acrescida de 1% a.m.

Os termos de autorização do Direito de Uso de radiofrequências nas faixas de 2G (GSM) para exploração de SMP em São Paulo e aumento de banda em alguns estados da Região I do PGA (Amazonas, Amapá, Pará, Maranhão, Roraima, Bahia, Espírito Santo, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte) foram assinados em 7 de dezembro de 2007 pela Oi, demandando um investimento total de R\$ 131.106 (valor não proporcionalizado). Em 7 de dezembro de 2007, a Oi desembolsou 10% do valor ofertado e quitou os 90% restantes, sem correção, em 10 de setembro de 2008, conforme as regras previstas no edital de licitação.

- (ii) A concessão do STFC refere-se à provisão constituída pelas controladas TMAR e BrT de acordo com o regime de competência, tomando por base a aplicação de 1% sobre a receita líquida de tributos. De acordo com o contrato de concessão vigente, o pagamento em favor da ANATEL terá vencimento a cada biênio, definido para o mês de abril dos anos ímpares e será equivalente a 2% da receita líquida apurada no exercício imediatamente anterior.
- (iii) O valor de outras autorizações pertence à BrT Multimídia e se refere à outorga de autorização de uso de blocos de radiofrequência associada à exploração do serviço de comunicação multimídia. O valor contratado foi de R\$ 9.110 (valor não proporcionalizado) e sobre tal obrigação incide variação do IGP-DI acrescida de 1% a.m. A liquidação do saldo dessa obrigação ocorrerá em três parcelas anuais, iguais e sucessivas, sempre no mês de maio.

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

Até 31 de dezembro de:	<u>Consolidado</u>
2011	116.340
2012	74.916
2013	67.921
2014	68.212
2015	68.212
2016	68.212
2017	291
2018	291
2019	291
Total	<u><u>464.686</u></u>

24 PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL

PAES – REFIS II

A TNL e suas controladas TMAR, Oi e iG Brasil aderiram ao PAES – Parcelamento Especial (também conhecido como REFIS II – Programa de Refinanciamento Fiscal II), disciplinado pela

Notas Explicativas

Lei nº 10.684/2003, inscrevendo parte substancial dos débitos com a Fazenda Nacional e com o INSS vencidos até 28 de fevereiro de 2003.

Conforme previsto no art. 7º da referida Lei, as empresas são obrigadas a manter o pagamento regular das parcelas do PAES, podendo ser excluídas do programa caso atrasem esses pagamentos por três meses consecutivos ou seis meses alternados, o que primeiro ocorrer.

A RFB – Receita Federal do Brasil e a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional incluíram indevidamente diversos débitos da TNL, da TMAR e da Oi no PAES, de modo que o saldo dos referidos parcelamentos foi consolidado em valor superior àquele incluído pelas empresas.

As controladas TMAR e Oi optaram pela discussão judicial das diferenças apontadas pela RFB. No caso da Oi o parcelamento já se encontra liquidado, persistindo a discussão apenas para a TMAR.

Com a edição do novo parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009, os saldos de parcelamento da TNL e iG Brasil foram migrados, conforme abaixo, remanescendo apenas a TMAR ainda no PAES, cujo refinanciamento encontra-se pactuado em 120 meses.

Parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009

LF Tel

Em 30 de novembro de 2009, a LF Tel aderiu ao parcelamento de débitos perante a Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, no montante total de R\$ 1.628, tendo optado pelo pagamento desses débitos em 30 meses. Este montante permanece classificado como passivo circulante e não circulante.

As principais teses inseridas no programa foram:

- Reparcamentos de PIS e COFINS, anteriormente existentes.
- Valores relativos ao PIS e COFINS devidos s/ receita de juros sobre o capital próprio.

Grupo de Telecomunicações

A TNL e várias de suas controladas aderiram ao Novo Parcelamento de Débitos Tributários Federais, disciplinado pela Lei nº 11.941/2009, incluindo parte dos débitos com a Fazenda Nacional e com o INSS vencidos até 30 de novembro de 2008.

Conforme previsto no art. 1º, V, §9 da Lei, as empresas são obrigadas a manter o pagamento regular das parcelas do novo parcelamento, podendo ser excluídas do programa caso mantenham em aberto três parcelas, consecutivas ou não, ou de uma parcela, estando pagas todas as demais.

Os refinanciamentos foram pactuados em 180 meses. Conforme previsto na legislação de regência e nas Portarias que a disciplinaram, as empresas que aderiram ao programa passaram a fazer o recolhimento mínimo mensal das parcelas, uma vez que seu valor definitivo apenas será obtido após a consolidação dos débitos pela Receita Federal. Os pedidos de parcelamento foram formalizados entre os dias 11 de novembro e 30 de novembro de 2009. Com a adesão, os depósitos judiciais

Notas Explicativas

relacionados aos processos transferidos para o novo parcelamento serão convertidos, na forma da legislação aplicável, em renda para a União.

A TNL e suas controladas BrT e iG Brasil optaram por migrar os saldos dos parcelamentos especiais anteriores (REFIS e PAES) para o novo parcelamento. Para tanto, nos termos da Lei nº 11.941/2009, as empresas restabeleceram as respectivas dívidas nos montantes referentes ao momento anterior aos antigos parcelamentos e, posteriormente, aplicaram os redutores previstos na nova lei.

Em função do Novo Parcelamento foram inscritos R\$ 156.521 no consolidado, dos quais R\$ 93.982, já haviam sido provisionados em parcelamentos anteriores (REFIS e PAES), em “Outros Tributos” e em “Provisões”.

Os valores dos parcelamentos são compostos como segue:

	Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009
PAES	47.947	88.936	141.514
Parcelamento da Lei 11.941/2009	160.502	158.149	967
	<u>208.449</u>	<u>247.085</u>	<u>142.481</u>
Circulante	15.492	38.887	31.544
Não circulante	192.957	208.198	110.937

Os valores do PAES e do novo parcelamento instituído pela Lei 11.941/2009 segregados em principal, multas e juros são compostos como segue:

	Consolidado					
	2010			2009	01/01/2009	
	Principal	Multa	Juros	Total	Total	Total
PIS/COFINS	81.313	6.810	27.382	115.505	128.575	66.829
Imposto de renda	20.109	1.983	8.810	30.902	45.379	11.471
CPMF	11.672	1.162	4.066	16.900	26.160	31.011
IOF	12.759	1.318	5.608	19.685	21.253	24.334
INSS - SAT	3.207	963	3.655	7.825	11.548	4.069
Contribuição social	5.457	607	2.426	8.490	11.756	4.767
Outros	4.218	572	4.352	9.142	2.414	-
	<u>138.735</u>	<u>13.415</u>	<u>56.299</u>	<u>208.449</u>	<u>247.085</u>	<u>142.481</u>

Notas Explicativas

No período findo em 31 de dezembro de 2010, os pagamentos do REFIS e do Novo Parcelamento foram liquidados, sem atraso, nos montantes de R\$ 49.349 (2009 – R\$ 31.406) no consolidado, em consonância com a determinação da Instrução CVM nº 346/2000, que dispõe sobre a regularidade do pagamento como condição essencial para a manutenção das condições previstas no parcelamento.

Os valores do PAES são atualizados monetariamente pela variação da TJLP, e do Novo Parcelamento pela SELIC, tendo sido reconhecidos R\$ 18.514 (2009 – R\$ 2.415) no consolidado como “Despesas financeiras”, no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

Até 31 de dezembro de:	<u>Consolidado</u>
2011	15.492
2012	31.650
2013	20.078
2014	11.811
2015 a 2017	34.781
2018 a 2020	34.454
2021 a 2023	34.454
2024 e exercícios seguintes	25.729
	<u>208.449</u>

25 PROVISÕES

(a) Composição do saldo

	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>		
	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>01/01/2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Tributárias (vide item (d) (1))						
(i) ICMS	-	-	-	135.918	178.810	82.424
(ii) FUNTTEL	-	-	-	23.615	18.976	13.740
(iii) ISS	-	-	-	16.914	16.114	12.401
(iv) ILL INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	-	-	-	12.118	11.061	10.024
(v) FISTEL	-	-	-	3.550	2.961	6.579
(vi) PIS e COFINS	-	-	-	-	-	27.003
(vii) Demais ações	-	-	-	17.932	17.162	18.493
(viii) Demais ações	278	278	278	31.177	26.187	56.563
	<u>278</u>	<u>278</u>	<u>278</u>	<u>241.224</u>	<u>271.271</u>	<u>227.227</u>
Trabalhistas (vide item (d) (2))						
(i) Horas extras	-	-	-	133.913	84.232	45.996
(ii) Diferenças salariais	-	-	-	64.117	62.246	34.272

Notas Explicativas

(iii)	Adicionais diversos	-	-	-	45.119	44.165	14.658
(iv)	Indenizações	-	-	-	37.613	41.573	24.197
(vii)	Subsidiariedade	-	-	-	19.392	30.935	13.945
(viii)	Estabilidade/ Reintegração	-	-	-	17.468	16.537	-
(v)	Verbas rescisórias	-	-	-	24.183	21.259	9.019
(vi)	Complemento de aposentadoria	-	-	-	20.545	18.477	8.511
(x)	Multas trabalhistas	-	-	-	5.723	15.748	21.566
(xi)	Honorários advocatícios/periciais	-	-	-	2.586	11.049	10.829
(ix)	FGTS	-	-	-	8.544	10.712	3.857
(xii)	Vínculo empregatício	-	-	-	1.424	4.588	3.588
(xiii)	Demais ações	5.309	2.681	975	37.083	46.311	26.862
		<u>5.309</u>	<u>2.681</u>	<u>975</u>	<u>417.710</u>	<u>407.832</u>	<u>217.300</u>
	Cíveis (vide item (d) (3))						
(i)	Societário	-	-	-	528.026	534.129	-
(ii)	Estimativas ANATEL	-	-	-	106.093	77.879	76.840
(iii)	Multas ANATEL	-	-	-	76.683	79.908	19.555
(iv)	Juizados Especiais Cíveis	-	-	-	39.774	35.933	16.865
(v)	Caixa Econômica Federal	-	-	-	35.379	33.544	32.102
(vi)	Corella	-	-	-	10.228	9.476	8.864
(vii)	Nossa Caixa Nosso Banco	-	-	-	-	35.500	52.125
(viii)	Demais ações	-	-	-	138.492	166.630	62.522
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>934.675</u>	<u>972.999</u>	<u>268.873</u>
		<u>5.587</u>	<u>2.959</u>	<u>1.253</u>	<u>1.593.609</u>	<u>1.652.102</u>	<u>713.400</u>
	Circulante	-	-	-	369.934	331.335	74.285
	Não circulante	5.587	2.959	1.253	1.223.675	1.320.767	639.115

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, as provisões para perdas em processos judiciais são mensalmente atualizadas monetariamente.

(b) Detalhamento dos processos por natureza de risco (consolidado)

	2010			
	<u>Tributárias</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Provisões	241.224	417.710	934.675	1.593.609
Passivos contingentes	3.415.213	694.922	309.214	4.419.349
	2009			
	<u>Tributárias</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Provisões	271.271	407.832	972.999	1.652.102
Passivos contingentes	2.872.813	462.742	909.874	4.245.429

Notas Explicativas

	01/01/2009			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Provisões	227.227	217.300	268.873	713.400
Passivos contingentes	1.933.064	173.811	594.086	2.700.961

(c) Resumo das movimentações dos saldos de provisões para perdas em processos judiciais

	Consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 01/01/2009	227.227	217.300	268.873	713.400
Aquisição do controle da BrT (ii)	144.405	166.328	679.106	989.839
Adições, líquidas de reversões (i)	(25.988)	42.699	126.343	143.054
Baixas por pagamentos/ encerramentos	(104.255)	(72.126)	(131.335)	(307.716)
Atualização monetária (Nota 9)	29.882	53.631	30.012	113.525
Saldo em 31/12/2009	<u>271.271</u>	<u>407.832</u>	<u>972.999</u>	<u>1.652.102</u>
Adições, líquidas de reversões (i)	849	51.164	145.679	197.692
Baixas por pagamentos/ encerramentos	(56.979)	(82.580)	(212.172)	(351.731)
Atualização monetária (Nota 9)	26.083	41.294	28.169	95.546
Saldo em 31/12/2010	<u>241.224</u>	<u>417.710</u>	<u>934.675</u>	<u>1.593.609</u>

(i)

(ii) O total das adições líquidas de reversões, no valor de R\$ 197.692 (2009 – R\$ 143.054) é composto pelas despesas com provisões para perdas em processos judiciais no valor de R\$ 194.869 (2009 – R\$ 138.776) (vide Nota 8) e pelo valor provisionado referente ao questionamento relativo ao FUNTTEL, registrado em contas de resultado deste tributo, no valor total de R\$ 2.823 (2009 - R\$ 4.278).

(iii) Valor proporcional à participação detida pela Companhia nesta controlada indireta aplicada sobre o montante apresentado na rubrica Provisões para Contingências na Nota 1(a).

(d) Contingências provisionadas (consolidado) (valores não proporcionalizados)**(1) Tributárias:**

(i) ICMS - Refere-se à provisão considerada suficiente pela administração para fazer face a autuações fiscais diversas relacionadas à: (a) exigência de tributação de determinadas receitas pelo ICMS ao invés do ISS; (b) compensação e apropriação de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos, inclusive necessários à manutenção da rede e (c) autuações relacionadas a descumprimento de obrigações acessórias.

Notas Explicativas

A variação no saldo das contingências fiscais estaduais (débitos de ICMS), no comparativo entre 2010 e 2009, ocorreu em decorrência de: i) decisão administrativa irrecorrível favorável, no estado do Mato Grosso, em processo administrativo sobre crédito de ICMS na aquisição de energia elétrica e ii) pagamento, em anistia, de débitos de ICMS sobre serviços faturados e outras matérias no estado do Rio Grande do Sul, que resultou na reversão de R\$ 303.700 da provisão constituída para os débitos respectivos.

- (ii) FUNTTEL - A provisão é relativa à alteração introduzida quanto à forma de cálculo do FUST pela súmula 7 da ANATEL (que deixou de permitir a exclusão das despesas relativas a EILD e interconexão da base de cálculo, inclusive retroativamente).
- (iii) ISS – Representado principalmente pela seguinte provisão: A TMAR e a BrT mantêm provisões para autuações fiscais relacionadas a questionamentos acerca da incidência da tributação de ISS sobre diversos serviços, como alugueis de equipamentos, de valor agregado e técnicos e administrativos.
- (iv) ILL - A TMAR compensou o valor do ILL recolhido até o ano-calendário de 1992 com base em decisões do STF acerca da inconstitucionalidade do referido imposto. Entretanto, embora o mérito da discussão já esteja pacificado no âmbito dos tribunais superiores, uma provisão ainda é mantida tendo em vista que não existe decisão definitiva sobre os critérios de atualização daqueles créditos.
- (v) INSS – Provisão relacionada, substancialmente, a parcela de perda provável das discussões de responsabilidade solidária e verbas indenizatórias.
- (vi) FISTEL – Taxa de Fiscalização das Telecomunicações – A Amazônia (incorporada pela Oi) impetrou mandado de segurança questionando a responsabilidade pelo pagamento das taxas de fiscalização sobre as estações móveis que não são de sua titularidade, passando a provisionar e depositar judicialmente os valores referentes a TFF - Taxa de Fiscalização do Funcionamento e a TFI - Taxa de Fiscalização da Instalação. Em maio de 2009 ocorreu a homologação da desistência da ação e, conseqüentemente os valores depositados foram convertidos em renda da União, razão pela qual foi revertida a provisão respectiva.
- (vii) A Iguatemi é ré em autuações relacionadas com a falta de recolhimento das contribuições ao PIS e à Cofins sobre a receita de aluguel em períodos anteriores a 1998. Os assessores jurídicos classificam a probabilidade de perda como possível. Em 31 de dezembro de 2010, os valores montam a R\$14.578 (R\$13.964 em 2009) para a COFINS e R\$3.354 (R\$3.198 em 2009) para o PIS. O processo administrativo da COFINS foi julgado na 2ª Instância da esfera administrativa e a Receita perdeu o recurso. Os processos judiciais (execuções fiscais) do PIS e da COFINS estão em fase de instrução processual na 1ª Instância.
- (viii) Demais ações - Refere-se, substancialmente, a provisões para fazer face a autuações fiscais de IPTU, no valor de R\$ 10.462 (2009 – R\$ 10.462 e 01/01/2009 – R\$ 10.462), e a diversas autuações fiscais relacionadas à cobrança de imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$ 1.562 (2009 - R\$ 3.193 e 01/01/2009 – R\$ 9.447). Na Contax, o questionamento refere-se à dedução do custo do ISS sobre a base de calculo para apuração de PIS/Cofins, no montante de R\$ 12.625 (2009 – R\$ 8.457 e 01/01/2009 R\$ 4.188).

(2) **Trabalhistas:**

Notas Explicativas

- (i) Horas extras - Reclamações referentes a pedidos de recebimento de horas adicionais, trabalhadas além da jornada normal de trabalho.
- (ii) Diferenças salariais - Representadas, substancialmente, por verbas decorrentes de diferenças salariais entre empregados de equiparação salarial/reenquadramento, pleiteadas por aqueles que recebem menor remuneração a despeito da identidade de funções, associada a outros requisitos previstos na legislação aplicável.
- (iii) Adicionais diversos - Refletem, substancialmente, as expectativas de perda nas ações que dizem respeito à exigibilidade do pagamento de adicional de periculosidade para empregados que desempenham funções em um ambiente considerado perigoso, principalmente próximo às instalações de alta tensão.
- (iv) Indenizações - Correspondem a pedidos de ressarcimento ou compensação por danos ocorridos no curso do contrato de trabalho, decorrentes de razões diversas, entre as quais pode-se citar: acidente de trabalho, estabilidade provisória, danos morais, devolução de descontos em folha de pagamento, auxílio creche e produtividade previstos em acordo coletivo.
- (v) Verbas rescisórias - Valores devidos aos reclamantes decorrentes de verbas da rescisão do contrato de trabalho, tais como férias (proporcionais/vencidas), décimo terceiro salário, multa FGTS e outras, além do reflexo de outros pedidos que deveriam integrar o cálculo da rescisão.
- (vi) Complemento de aposentadoria - Reclamações referentes às diferenças devidas no plano de previdência privada dos ex-empregados, originadas pelo êxito na integração de outras verbas salariais devidas e não consideradas no cálculo do valor da aposentadoria.
- (vii) Subsidiariedade - Reclamações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas, por responsabilidade subsidiária pelos créditos porventura devidos e não liquidados pelas empresas terceirizadas, normalmente em decorrência do encerramento das atividades destas empresas.
- (viii) Estabilidade/reintegração – refere-se ao pleito decorrente de suposta inobservância de condição especial do empregado, garantidora da impossibilidade de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa;
- (ix) FGTS - Reclamações referentes às diferenças devidas quanto ao depósito do FGTS do reclamante e, ainda, diferenças oriundas dos expurgos inflacionários nas contas de FGTS em função das perdas monetárias geradas pelos Planos Econômicos das décadas de 80 e 90, bem como a consequente diferença no pagamento da multa de 40% do FGTS prevista nas demissões sem justa causa, provenientes desses mesmos expurgos.
- (x) Multas trabalhistas - Valores decorrentes do atraso ou não pagamento de determinadas verbas do contrato de trabalho, nos prazos previstos nas legislações vigentes e acordos e convenções coletivas.
- (xi) Honorários advocatícios/periciais - Parcelas pagas nos processos aos advogados que patrocinam os reclamantes, bem como os peritos nomeados pelo Juízo, quando faz-se necessário, para a instrução processual, de prova técnica pericial.

Notas Explicativas

- (xii) Vínculo empregatício - Reclamações de ex-empregados de empresas terceirizadas requerendo o reconhecimento do vínculo empregatício direto com a TNL e suas controladas, sob o fundamento de terceirização ilícita e/ou configuração dos elementos do vínculo, como subordinação direta.
- (xiii) Demais ações - Refere-se a questionamentos diversos relativos a pedidos de readmissão, participação nos resultados, integração de salário, entre outros.

(3) Cíveis:

- (i) Societário - Contratos de Participação Financeira – os contratos de participação financeira surgiram, regrados pelas portarias ministeriais: nº 415/1972, nº 1.181/1974, nº 1.361/1976, nº 881/1990, nº 86/1991 e nº 1.028/1996. O assinante participava financeiramente da empresa concessionária, integralizando determinada quantia que, inicialmente, era lançada como recurso capitalizável e, posteriormente, após aprovado aumento de capital pela Assembleia Geral de Acionistas, era lançada no patrimônio líquido da empresa, gerando assim, a emissão de ações. As demandas ajuizadas contra a antiga CRT, sociedade incorporada pela BrT discutem a forma utilizada para realizar a retribuição acionária em virtude dos acima mencionados contratos de participação financeira.

A Brt provisionava o risco de perda com relação a essas ações, considerando determinadas teses jurídicas. Ao longo do primeiro semestre de 2009, foram proferidas decisões nos tribunais de justiça as quais levaram a BrT a rever a avaliação de valor e grau de risco atribuído aos processos que discutem a matéria. A BrT, respeitando, por óbvio, as peculiaridades de cada decisão e apoiada na avaliação de seus consultores jurídicos internos e externos, alterou a sua estimativa sobre a probabilidade de perda de possível para provável. Durante o exercício de 2009, a Administração da BrT, apoiada em seus consultores jurídicos internos e externos, revisou o processo de mensuração da provisão para contingências relativas aos contratos de participação financeira. A referida revisão contemplou considerações adicionais correspondentes às datas e às teses que nortearam o trânsito em julgado de processos existentes, bem como a utilização de critérios estatísticos, para estimar o valor da provisão para contingências referentes aos processos mencionados. A BrT atualmente provisiona tais valores levando-se em conta, principalmente, (i) as referidas teses acima mencionadas, (ii) a quantidade de processos em aberto por tese e (iii) o valor médio das perdas históricas estratificado por cada tese (incluindo todos os custos processuais).

Ao final de 2010, foi divulgada notícia pelo site do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que o mesmo fixou critérios de indenização a ser adotado pela Brasil Telecom S.A, em benefício de acionistas da extinta Companhia Riograndense de Telecomunicações – CRT, na hipótese de não ser possível a emissão de ações complementares, eventualmente devidas, em razão de decisão condenatória proferida. De acordo com a referida notícia de julgamento, mas cuja decisão final ainda não se tornou definitiva, a eventual indenização (conversão da eventual obrigação em dinheiro) deve se basear: (i) na definição da quantidade de ações a que teria direito o reclamante, aferindo-se o capital investido pelo valor patrimonial da ação informado no balancete mensal da companhia na data da respectiva integralização, (ii) após apurada a referida quantidade passa-se à multiplicação do número de ações pelo valor de sua cotação na Bolsa de Valores, vigente no fechamento do pregão do dia do trânsito em julgado da decisão judicial, ocasião em que o reclamante passou a ter o direito às ações e a comercializá-las ou aliená-las e (iii) sobre o resultado obtido, deverão incidir correção monetária (IPC/INPC), a

Notas Explicativas

partir do pregão da Bolsa de Valores do dia do trânsito em julgado, e juros legais desde a citação. Quando houver sucessão, o valor de parâmetro será o das ações na Bolsa de Valores da companhia sucessora.

Com base nas informações atuais, a Companhia julga que sua estimativa não seria impactada materialmente em 31 de dezembro de 2010, caso tal metodologia já estivesse aprovada. Entretanto, eventuais mudanças poderão ocorrer, caso haja variação significativa nos itens acima, principalmente com relação a cotação de mercado das ações da BrT.

- (ii) Estimativas ANATEL – Refere-se, substancialmente, a descumprimento das obrigações de PGMU e PGMQ.
- (iii) Multas ANATEL – Refere-se, substancialmente, as provisões de PADO's – Procedimento de Apuração por Descumprimento de Obrigações, de PGMQ – Plano Geral de Metas de Qualidade e de RIQ – Regulamento de Indicadores de Qualidade.
- (iv) Juizados Especiais Cíveis - Questionamentos realizados por clientes cujos valores individuais de indenização não ultrapassam 40 salários mínimos.
- (v) Caixa Econômica - O Condomínio Shopping Center Iguatemi ajuizou ação em face da Caixa Econômica Federal - CEF, objetivando concessão de liminar e decisão judicial definitiva para expurgar do saldo devedor do mútuo o reajuste aplicado em 16/04/90 (84,32% - IPC de março/90), proceder ao recálculo do saldo do débito com a aplicação do BTNF vigente no dia do aniversário do contrato (7,10%) e apurar o valor das prestações vincendas. O processo está no Supremo Tribunal Federal aguardando julgamento.
- (vi) Corella - A Iguatemi é ré em ação ordinária que objetiva a aplicação de cláusula de recompra da participação do autor no SCIR, equivalente a 3,58% desse empreendimento. Os assessores jurídicos da controlada Iguatemi classificam a probabilidade de perda como possível. A ação, que poderá elevar a participação da Companhia no empreendimento, totaliza R\$10.228 em 31 de dezembro de 2010 (31.12.2009 - R\$9.476). O processo aguarda julgamento na 2ª Instância da esfera judicial.
- (vii) Nossa Caixa Nosso Banco - A Iguatemi discutiu judicialmente o saldo de financiamento imobiliário com a Nossa Caixa Nosso Banco no que se refere à atualização do financiamento pelo IPC/90, em virtude de contestação dos critérios utilizados no cálculo dos saldos devedores, estando pendente de julgamento o recurso especial desta. Em 31 de dezembro de 2009, a Iguatemi mantinha provisão no valor de R\$ 35.500 e depósito judicial no valor de R\$ 57.832 (desses, R\$ 22.332 foram reclassificados para a rubrica "Depósitos Judiciais"). Em 31 de dezembro de 2010, o processo foi extinto, através de acordo celebrado entre as partes, nos seguintes termos: (a) A NCNB levantou a quantia de R\$34.816 assim discriminados: R\$32.237, destinados à liquidação da dívida executada e R\$2.579, destinados ao pagamento dos honorários advocatícios aos patronos do exequente; (b) A Iguatemi ficou com o valor remanescente do depósito judicial no montante de R\$ 27.071, reclassificados para a rubrica de caixa e equivalentes de caixa O depósito judicial foi desbloqueado e o valor provisionado, revertido.
- (viii) Demais ações - Refere-se principalmente a diversas ações em curso abrangendo rescisão contratual, indenização de ex fornecedores e empreiteiras, basicamente, em virtude de ações judiciais em que empresas fornecedoras de equipamentos propuseram contra as controladas

Notas Explicativas

da TNL, a revisão de condições contratuais por superveniência de plano de estabilização econômica, bem como, litígios cujas principais naturezas referem-se a discussões de quebras contratuais, para os quais a Administração e seus consultores jurídicos atribuem prognósticos de perda provável, entre outros.

(d) Contingências não provisionadas

A Companhia e suas controladas também possuem diversos processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis na opinião de seus consultores jurídicos e para as quais não foram constituídas provisões para perdas em processos judiciais.

Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:

Tributárias

Companhia

A Companhia possui processos de natureza tributária, envolvendo “possível” risco de perda. Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 os valores estimados totalizavam R\$ 20.958 e R\$1.523.

Iguatemi

Em 31 de dezembro de 2010, a Iguatemi possui processos de natureza tributária, envolvendo “possível” risco de perda no montante estimado de R\$16.176 (R\$1.725 em 2009).

La Fonte Telecom

A La Fonte Telecom possui processos de natureza tributária, envolvendo “possível” risco de perda, relacionados a autuações em virtude de questionamentos quanto ao recolhimento de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 os valores estimados de perda totalizam R\$13.230 e R\$97.

LF Tel

A LF Tel possui processos de natureza tributária, envolvendo “possível” risco de perda, relacionados a autuações em virtude de questionamentos quanto ao recolhimento de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 os valores estimados de perda totalizam R\$7.873.

Grupo de Telecomunicações (valores não proporcionalizados)

ICMS - Autuações fiscais que alcançam o montante aproximado de R\$ 4.645.477(2009 – R\$ 4.121.978 e 01/01/2009 – R\$ 2.313.719). Dentre essas autuações, destacam-se dois objetos

Notas Explicativas

principais: a cobrança de ICMS sobre determinadas receitas de serviços já tributadas pelo ISS, ou que não compõem a base de cálculo do ICMS, e o aproveitamento de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos necessários à manutenção da rede.

Tributos municipais – Autuações referentes a tributos lançados pelas autoridades municipais, dentre os quais se destacam aquelas pertinentes a aluguel de equipamentos, serviços despertador, entre outros serviços de comunicação. O montante total envolvido é de aproximadamente R\$ 3.047.052 (2009 - R\$ 1.992.252 e 01/01/2009 R\$ 1.369.427), sendo que não estão provisionados por serem consideradas pelos advogados responsáveis com risco de perda possível, já que essas atividades não se enquadram na lista de incidência do ISS ou já são tributadas pelo ICMS. Ademais, fortalecendo os argumentos de defesa, o STF decidiu no último trimestre de 2001 que o ISS não deve incidir sobre locação de equipamentos, sendo que parte substancial dos valores autuados refere-se a esta modalidade de receita.

INSS - Processos no montante aproximado de R\$ 1.442.202 (2009 – R\$ 1.358.985 e 01/01/2009 – R\$ 945.271) relacionados, principalmente, à responsabilidade solidária, percentual aplicável de SAT - Seguro de Acidente de Trabalho e verbas passíveis de incidência de contribuição previdenciária. Dentre os quais destaca-se a cobrança efetuada a TMAR pelas autoridades previdenciárias (NFLD's de julho de 2005) que questiona a incidência de contribuição previdenciária sobre valores pagos a título de participação nos lucros e resultados, cujo pagamento foi realizado nos termos da Lei nº 10.101 e do art. 7º da Constituição Federal de 1988, não devendo integrar a base de cálculo da referida contribuição. O valor referente a esta autuação monta a R\$ 393.332 (2009 – R\$ 358.924 e 01/01/2009 – R\$ 325.035).

Tributos federais - As autuações de tributos federais são relativas, principalmente, a procedimentos de compensação e de denúncia espontânea realizados, bem como de glosas efetuadas na apuração dos tributos, no valor aproximado de R\$ 3.980.752 (2009 – R\$ 3.452.795 e 01/01/2009 – R\$ 2.106.546). A administração da TNL, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, considera como possíveis chances de perdas nesses processos, razão pela qual não constitui provisão para eventuais perdas.

Seguem abaixo relacionadas, demais cobranças efetuadas pelas autoridades federais:

- (i) IRPJ, CSLL, PIS e COFINS – Amortização do ágio – Autuação de julho de 2005 – Questionamento de R\$ 2.229.872 (2009 – R\$ 2.033.758 e 01/01/2009 – R\$ 1.842.683), substancialmente, relacionado à operação societária realizada pela TNL em 1998 que proporcionou a apropriação do ágio contábil apurado no leilão de privatização do Sistema Telebrás. A amortização do ágio e correspondente dedução para fins tributários estão previstas na Lei nº 9.532/1997, que, em seu art. 7º, autoriza que o produto da amortização do ágio seja computado no lucro real da TNL resultante de fusão, cisão ou incorporação, em que uma delas detenha investimentos na outra, adquiridos com ágio fundamentado na perspectiva de rentabilidade da investida. Há, portanto, previsão expressa na legislação federal vigente quanto à possibilidade de aproveitamento do ágio pago na aquisição de investimentos. Trata-se de operação usual no mercado e que obedeceu, inclusive, às prescrições da Instrução CVM nº 319/1999. A TNL conta com pareceres jurídicos de quatro renomados escritórios de advocacia tributária, confirmando a licitude dos procedimentos adotados na operação em questão.

A empresa obteve decisão de 1ª instância parcialmente favorável, reduzindo o valor da autuação em R\$ 579.075 (2009 – R\$ 528.418 e 01/01/2009 – R\$ 478.526) e, após apresentação do recurso cabível, aguarda decisão de 2ª instância administrativa, permanecendo como possível o montante de R\$ 1.650.797.

Notas Explicativas

- (ii) PIS e COFINS – Glosas indevidas – Em 30 de junho de 2006, a TMAR foi autuada pela SRF no montante de R\$ 919.544 (2009 – R\$ 838.520 e 01/01/2009 – R\$ 759.877), referente a diversas glosas de exclusões nas bases de cálculo da contribuição para o PIS e a COFINS; em razão da fiscalização não ter considerado as informações constantes nas obrigações acessórias retificadas pelo contribuinte (DCTF – Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais retificadoras) para a apuração dos valores devidos, e incorreções nos comparativos (PIS e COFINS apurado x DCTF's) por parte da fiscalização. A TMAR levantou os documentos comprobatórios para defesa da sua correta apuração e recolhimento e, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, avalia como possíveis às chances de perda nessa autuação.

Foi obtida decisão parcialmente favorável em primeira instância, ainda provisória, através da qual foi reduzido em, aproximadamente, R\$ 522.767 (2009 – R\$ 476.704 e 01/01/2009 – R\$ 431.995) o valor autuado, tendo sido interposto recurso em face da parcela desfavorável à TMAR. Tendo em vista que o valor reduzido é decorrente da identificação de erros cometidos, na avaliação dos advogados da TMAR, permanecendo possível a parcela restante de R\$ 396.777.

- (iii) Multa - IRRF Mútuo - Autuação de dezembro de 2007 – As autoridades fazendárias imputaram à TMAR multa no valor histórico de R\$ 230.816 (2009 – R\$ 214.790 e 01/01/2009 – R\$ 194.645) pela falta de retenção do IRRF devido (nos anos-calendário de 2002 e 2003) por ocasião dos rendimentos decorrentes dos contratos de mútuo celebrados com a controladora TNL.

A empresa obteve decisão de 1ª instância parcialmente favorável, reduzindo o valor da autuação em R\$ 89.272 (2009 - R\$ 81.406 e 01/01/2009 – R\$ 73.771) e, após apresentação do recurso cabível, aguarda decisão de 2ª instância administrativa, permanecendo como possível o montante de R\$ 141.544. Os assessores jurídicos da TMAR consideram que há bons argumentos para a defesa de seus interesses, uma vez que, além de parte dos valores terem sido alcançados pela decadência e serem de risco remoto de perda, a retenção de que se trata era dispensada pelo inciso II do art.77 da Lei nº 8.981/1995, que apenas veio a ser revogado pela Lei nº 10.833/2003.

Grupo de Contact Center e Cobrança (valores não proporcionalizados)

Em 31 de dezembro de 2010, a Contax Participações possui passivos contingentes fiscais e cíveis, atualizados com base na SELIC, nos montantes de R\$44.932 e R\$26.473, respectivamente (R\$ 37.704 e R\$ 5.007 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 36.681 e R\$ 581 em 1º de janeiro de 2009, respectivamente). Estes valores não estão provisionados em função da Contax Participações haver interposto recurso de defesa e ter se baseado na opinião de seus assessores legais externos que atribuem aos referidos processos probabilidade de perda possível ou remota.

Trabalhistas (valores não proporcionalizados)

Grupo de Telecomunicações

Notas Explicativas

Refere-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicional de periculosidade e responsabilidade solidária, dentre outros, no valor aproximado de R\$ 2.546.580 (2009 – R\$ 1.564.168 e 01/01/2009 – R\$ 394.877).

Grupo de Contact Center e Cobrança

Em 22 de janeiro de 2010, a Contax foi autuada pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) do Rio de Janeiro, no montante de R\$ 29.136. No auto de infração, que atinge o período de janeiro de 2001 a fevereiro de 2009, são exigidos os valores relativos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Lei nº 8.036/90) e a Contribuição Social (Lei Complementar nº 110/01) incidentes sobre os pagamentos em dinheiro, aos seus funcionários, do valor correspondente ao benefício indireto do vale transporte. A Contax impugnou administrativamente o auto de infração e atualmente aguarda julgamento.

Cíveis (valores não proporcionalizados)

Grupo de Telecomunicações

Refere-se a ações que não possuem nenhuma decisão judicial vinculada, cujos principais objetos estão associados a questionamentos em relação aos planos de expansão da rede, indenizações por danos morais e materiais, ações de cobrança, processos de licitação, entre outras. Esses questionamentos perfazem aproximadamente, R\$ 1.371.801 (2009 – R\$ 3.629.402 e 01/01/2009 – R\$ 2.705.027).

Esse valor está baseado, exclusivamente, nos montantes dos pedidos dos autores (normalmente superiores à realidade do mérito), não havendo até a presente data nenhuma decisão judicial final.

Os questionamentos acima mencionados incluem também determinadas disputas em aberto com promitentes assinantes e com cessionários de promitentes assinantes de seus serviços de telefonia fixa na Região I, que alegaram não cumprimento integral de determinados contratos de participação financeira anteriores à privatização (através das quais esses assinantes alegam ter direito a ações da TMAR). Tais processos envolvem, atualmente cerca de 45 mil contratos em disputa na esfera judicial. Uma vez que os processos relacionados aos referidos contratos encontram-se em fase de conhecimento não é praticável mensurar valores de eventuais desembolsos para tais processos. Consequentemente, baseada no parágrafo 91 da “CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as controladas não possuem estimativas de valores envolvidos a ser divulgada em suas demonstrações financeiras.

Em setembro de 2004, o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro promoveram uma ação civil pública contra a TNL, a TMAR, a Oi e a União, requerendo a anulação da transferência de controle acionário da Oi para a TMAR, bem como o pagamento de indenização por danos morais e materiais supostamente imputados aos acionistas minoritários e o mercado financeiro. A TNL e TMAR apresentaram suas defesas e aguardam a decisão judicial de primeira instância. A venda do controle acionário da Oi para a TMAR também é objeto de um processo administrativo instaurado pela CVM para apurar eventuais irregularidades na operação e de outras duas ações judiciais, movidas por dois acionistas minoritários, cujos pedidos foram julgados improcedentes em outubro de 2010 pela 1ª instância da justiça brasileira. Desta forma, os consultores jurídicos reavaliaram a probabilidade de perda como remota.

Notas Explicativas

Em julho de 2009, foi ajuizada uma ação civil coletiva contra TMAR pela União, Ministério Público Federal, Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, órgãos de Defesa ao Consumidor e diversos Procons Estaduais a título de reparação por supostos danos morais coletivos causados em razão de descumprimento das regras para fixar normas gerais sobre Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC). A TMAR apresentou a sua defesa, protocolada em 16 de setembro de 2009, e aguarda a decisão judicial de primeira instância.

A TNL está sujeita a procedimentos administrativos e investigações preliminares conduzidas pelo CADE referentes a potenciais violações da Lei 8.884/94 (Lei Antitruste). Essas investigações podem resultar em penalidades, incluindo multas. De acordo com a referida lei, as multas podem variar entre 1% e 30% da receita operacional bruta da TNL no exercício imediatamente anterior ao início do respectivo processo administrativo. A Administração considera o risco de ocorrência de multas em um ou mais processos é possível, e assim sendo a TNL não registrou qualquer provisão.

Grupo de Contact Center e Cobrança

Até 31 de dezembro de 2010, a Contax é parte em 18 (2009 – 90) ações cíveis, sendo que 16 (2009 – 89) destes possuem valores abaixo de R\$50. Existem apenas 2 (dois) casos cujo valor é superior a R\$50. Adicionalmente as ações cíveis previamente mencionadas, a Contax foi multada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT), por quebra de obrigações contratuais. As multas totalizam R\$2.645 mil por alegada violação de confidencialidade de mensagens telefônicas; falha em não transferir linhas telefônicas reservadas (0800); e falha em não atender integralmente as ligações telefônicas. Apesar de a Contax Participações possuir fortes fundamentos jurídicos para contestar a equidade de tais multas, a Contax provisionou o valor de R\$441 até 31 de dezembro de 2010 (R\$441 até 31 de dezembro de 2009).

(f) Contingências ativas (valores não proporcionalizados)

A seguir estão apresentadas as demandas judiciais de ordem tributária, através das quais a BrT reivindica a recuperação de tributos pagos.

PIS/COFINS - Refere-se a questionamento judicial sobre a aplicação da Lei nº 9.718/1998, que ampliou a base de cálculo do PIS e da COFINS. O período abrangido pela Lei foi de fevereiro de 1999 a novembro de 2002 para o PIS e fevereiro de 1999 a janeiro de 2004 para a COFINS. Em novembro de 2005, o STF concluiu o julgamento de alguns processos que tratam do tema e considerou inconstitucional a majoração da base de cálculo introduzida pela referida Lei. Parte das ações da TMAR e das empresas concessionárias do STFC da Região II do Plano de Outorgas, incorporadas pela BrT em fevereiro de 2000, transitaram em julgado no decorrer de 2006, no que se refere ao alargamento da base de cálculo da COFINS. São aguardados os julgamentos dos demais processos das demais empresas incorporadas, cuja avaliação de êxito dos assessores jurídicos da TNL, na entrada futura de recursos, está considerada como provável. O montante atribuído a esses processos, que representam uma contingência ativa consolidada não reconhecida contabilmente, é de R\$20.271. (2009 – R\$ 19.015 e 01/01/2009 – R\$ 18.843).

(g) Garantias (valores não proporcionalizados)

A TNL e suas controladas possuem contratos de carta de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor histórico total de fianças contratadas e

Notas Explicativas

vigentes na data do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 corresponde a R\$ 6.555.789 (2009 - R\$ 6.421.660). Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

26 DEMAIS OBRIGAÇÕES

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Adiantamentos de clientes	-	-	-	70.781	64.566	466
Receitas a apropriar	-	-	-	149.593	145.324	104.017
Provisão de desmobilização de ativos	-	-	-	44.104	25.437	18.633
Valores a pagar - Grupamento de ações	-	-	-	48.102	48.136	40.402
Valores consorciáveis	-	-	-	35.734	13.294	3.966
Repasse acionistas	-	-	-	6.020	3.728	3.846
Outros	103	56	86	109.456	77.578	73.345
	<u>103</u>	<u>56</u>	<u>86</u>	<u>463.790</u>	<u>378.063</u>	<u>244.675</u>
Circulante	103	56	86	306.411	279.010	192.513
Não circulante	-	-	-	157.379	99.053	52.162

27 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social em até 1.460.000.000 ações sem valor nominal, sendo 488.000.000 ações ordinárias e 972.000.000 ações preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração.

O capital subscrito e integralizado estava assim representado por 963.938.751 ações sem valor nominal, sendo 385.822.906 ações ordinárias e 578.115.845 ações preferenciais.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de abril de 2010 foi aprovado o aumento de capital social no valor de R\$ 219.463, mediante a capitalização parcial da reserva de retenção de lucros, passando o capital social de R\$ 564.541 para R\$ 784.004 sem emissões de novas ações.

(b) Ações em tesouraria

A Companhia possui, para permanência em tesouraria, 49.476 ações ordinárias e 6.098.900 ações preferenciais de sua própria emissão, no montante de R\$ 3.615, o qual está apresentado na coluna de "Ações em tesouraria" na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Notas Explicativas

(c) Reservas de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício e não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social.

Retenção de lucros e lucros a realizar

Reserva de lucros a realizar: é composta pelo montante de R\$ 75.323 relacionada ao ganho de capital gerado na Oferta Pública de Ações – OPA de 30% de participação no capital da Iguatemi, reconhecido pela Companhia por meio de equivalência patrimonial realizada em 2007 e pelo ganho gerado na Oferta Pública de distribuição primária de 14.400.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão também da Iguatemi, em Oferta Publica de Ações - OPA realizada em outubro e novembro de 2009.

Reserva de retenção de lucros: é composta pelo montante de R\$ 64.594 relacionada a retenção de lucros para investimento e reforço do capital de giro da Companhia e de suas controladas.

Reserva de investimentos

A reserva de investimentos é constituída até 70% do lucro líquido do período após a destinação da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios. A reserva de investimentos terá seu valor limitado a 100% (cem por cento) do capital social somado à reserva de correção monetária do capital social realizado e destina-se à aplicação em investimentos votados à consecução do objeto social da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 é composto pelo resultado das diferenças apuradas na adoção das novas práticas contábeis (CPC's) no montante de R\$ 88.903.

Reserva de opções de ações

Representa a constituição reflexa da reserva de opções de ações originalmente constituída nas controladas direta e indireta Iguatemi, LF Tel, Telemar, TNL, TMAR e na CTX. Essa reserva foi constituída utilizando o mesmo percentual de participação no capital das controladas, aplicado nas movimentações ocorridas desde 1º de janeiro de 2009.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, o saldo desta reserva é de R\$ 9.851 (R\$ 9.371 em 2009 e 01/01/2009 – R\$ 4.366).

As informações sobre o Plano de Opção de Compra de Ações, as premissas utilizadas para determinar o valor justo das opções e os valores registrados no resultado neste período das mencionadas controladas, encontram-se detalhados na Nota 28 (c).

(d) Dividendos

Notas Explicativas

O dividendo obrigatório é equivalente a um percentual determinado do lucro líquido da Companhia, ajustado conforme a Lei das Sociedades por Ações. Nos termos do Estatuto Social atualmente em vigor, pelo menos 40% do lucro líquido realizado, apurado no exercício social, deverá ser distribuído como dividendo obrigatório.

Dividendos propostos a serem aprovados em Assembléia Geral de Acionistas

Cálculo do dividendo mínimo obrigatório	2010
Lucro líquido do exercício	6.167
(-) Reserva legal	(308)
Base dos dividendos	<u>5.859</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 40%	<u>2.343</u>
Dividendos propostos	<u>2.343</u>

- Movimentação da Reserva de Lucros a Realizar

	2010
Saldo em 31 de dezembro de 2009	83.418
Total da realização da reserva por recebimento de dividendos	<u>(10.438)</u>
	72.980
Total da realização da reserva por recebimento de dividendos	<u>10.438</u>
(-) Transferência para dividendos propostos a título de realização da reserva	<u>(8.095)</u>
Constituição da reserva de lucros a realizar	2.343
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u><u>75.323</u></u>

(e) Outros ajustes diretamente ao patrimônio líquido

(e.1) Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações

Nessa rubrica são reconhecidas as mudanças na participação relativa da controladora sobre controladas que não resultam em perda de controle, ou seja, transações de capital (transações com sócios, na qualidade de proprietários), conforme previsto no pronunciamento ICPC 09 - *Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial*.

Notas Explicativas

Os montantes apresentados referem-se a transações das controladas, cujo reflexo foi reconhecido pela Companhia em seu patrimônio líquido.

(e.2) Outros resultados abrangentes

Nessa rubrica são reconhecidos itens de receita, despesa, ajustes de reclassificação e os efeitos tributários relativos a esses componentes, não reconhecidos nas demonstrações do resultado. Os montantes apresentados referem-se a transações das controladas, cujo reflexo foi reconhecido pela Companhia em seu patrimônio líquido.

O presente formulário de DFP apresenta no balanço patrimonial apenas a rubrica de “Ajuste de avaliação patrimonial” - patrimônio líquido (e não apresenta a rubrica “Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações”) e a demonstração das mutações do patrimônio líquido apresenta apenas a rubrica “Outros resultados abrangentes” (não apresentando a rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”, tampouco a rubrica “Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações”). Conseqüentemente, os efeitos discutidos nos itens (e.1) acima são apresentados na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial” no balanço patrimonial – patrimônio líquido e os itens (e.1) e (e.2) acima, são apresentados de forma agregada na rubrica “Outros resultados abrangentes” na demonstração das mutações do patrimônio líquido”.

(f) Lucro por ação

Lucro básico:

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

Lucro básico

	2010	2009
Lucro atribuído aos acionistas da Companhia	6.167	183.311
Lucro alocado às ações ordinárias	2.484	73.833
Lucro alocado às ações preferenciais	3.683	109.478
Média ponderada das ações em circulação (em milhares de ações)		
Ações ordinárias	385.773	385.773
Ações preferenciais	572.017	572.017
	Centavos por ação	
Lucro por ação:	2010	2009
Ações ordinárias	0,0064	0,1914
Ações preferenciais	0,0064	0,1914

Notas Explicativas

Lucro Diluído

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora ajustado pelos seguintes eventos:

- (i) após o ajuste do resultado de equivalência da controlada direta Iguatemi, considerando o seu plano de opções de ações;
- (ii) após o ajuste do resultado de equivalência da controlada direta La Fonte Telecom, considerando o plano de opções de ações da controlada indireta TNL; e
- (iii) diluição da participação indireta da Companhia na TMAR e na LF Tel, por conta de eventual exercício de opção de conversão das ações de direito do BNDES.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, os ajustes decorrentes do item (iii) acima, geram um efeito anti-dilutivo; portanto não considerado no cálculo abaixo.

Lucro diluído

	2010	2009
Lucro atribuído aos acionistas da Companhia	6.167	183.311
Impacto dilutivo sobre a equivalência da Iguatemi	(845)	(482)
Impacto dilutivo sobre a equivalência da LF Tel, TNL e TMAR	(587)	(100.334)
	4.735	82.495
Lucro alocado às ações ordinárias	1.907	33.227
Lucro alocado às ações preferenciais	2.828	49.268
Média ponderada das ações em circulação (em milhares de ações)		
Ações ordinárias	385.773	385.773
Ações preferenciais	572.017	572.017
		Centavos por ação
Lucro por ação:	2010	2009
Ações ordinárias	0,0049	0,0861
Ações preferenciais	0,0049	0,0861

28 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

(a) Fundos de pensão

A Telemar e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria (“Fundos de Pensão”) a seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 31 de dezembro de 2010.

Notas Explicativas

<u>Planos de benefícios</u>	<u>Empresas patrocinadoras</u>	<u>Gestor</u>
PBS-A	TNL, TMAR, e BrT	Sistel
PAMA	TNL, TMAR, e BrT	Sistel
PBS-Telemar	TNL e TMAR	FATL
TelemarPrev	TNL, TMAR, BrT, Oi e Oi Internet	FATL
PBS-TNCP	Oi	Sistel
CELPREV	Oi	Sistel
TCSPREV	BrT, BrT Celular, VANT, BrT Multimídia, BrT CS, iG e BrTI	FATL
BrTPREV	BrT, BrT Celular, BrT Multimídia, BrT CS, iG e BrTI	FATL
Fundador / Alternativo	BrT, BrT Celular, BrT Multimídia, BrT CS, iG e BrTI	FATL
PAMEC	BrT	BrT

Sistel – Fundação Sistel de Seguridade Social

FATL – Fundação Atlântico de Seguridade Social

A Telemar, é patrocinadora do plano de benefícios TelemarPrev.

A TNL, para efeitos de fundos de pensão citada nesta nota, também poderá estar denominada como “Patrocinadora”.

Em 1 de janeiro de 2010 os planos de benefícios de previdência complementar, que até então estavam sob administração da Fundação 14 de Previdência Privada e Fundação BrTPREV, foram transferidos para administração da FATL.

Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, as avaliações atuariais foram realizadas pela Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Os estatutos sociais prevêem a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuência da PREVIC, no que cabe aos planos específicos.

Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio. A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos.

Para os planos que apresentam situação atuarial superavitária são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras.

Provisões para fundos de pensão

Referem-se ao reconhecimento do déficit atuarial dos planos de benefício definido, conforme demonstração a seguir (os valores de 2008 não estão sendo apresentados, tendo em vista que a BrT, patrocinadora dos planos, foi adquirida somente durante o exercício de 2009).

Notas Explicativas

	2010	2009
Planos BrTPREV e fundador/Alternativo	142.129	147.969
Plano PAMEC	654	592
Total	<u>142.783</u>	<u>148.561</u>
Circulante	17.034	22.847
Não circulante	125.749	125.714

Ativo constituído para compensação de contribuições patronais futuras

Ativo reconhecido junto ao Plano TCSPREV, referente a: (i) contribuições da patrocinadora sem direito de resgate pelos participantes que se desligaram do Plano; e (ii) parte do superávit do Plano, atribuído à patrocinadora.

O ativo reconhecido se destina à compensação de contribuições patronais futuras. Sua composição está apresentada a seguir:

	2010	2009
Plano TCSPREV	20.243	29.786
Total	<u>20.243</u>	<u>29.786</u>
Não circulante	20.243	29.786

Características dos planos de previdência complementar patrocinados

1) SISTEL

A SISTEL é uma entidade de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não-lucrativos, constituída em novembro de 1977, e tem por objetivo, instituir planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou assemelhados da previdência oficial, aos empregados e seus familiares vinculados às patrocinadoras da SISTEL.

Planos

(i) PBS-A

O plano de benefício definido, mantido solidariamente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinado aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em 31 de janeiro de 2000.

As contribuições ao PBS-A estão condicionadas à apuração de déficit acumulado. Em 31 de dezembro de 2009, data da última avaliação atuarial, este plano apresentou situação superavitária.

Notas Explicativas

(ii) PAMA

O plano de assistência médica ao aposentado e o PCE - Plano de Coberturas Especiais, ambos de contribuição definida, mantidos solidariamente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinado aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em 31 de dezembro de 2000, aos assistidos do Grupo PBS-TCS, incorporado em 31 de dezembro de 2001 ao TCSPREV (plano atualmente administrado pela FATL) e aos assistidos dos planos de benefícios definidos PBS's patrocinados por outras empresas, junto à SISTEL e outras fundações.

Conforme avaliação jurídica e atuarial, a responsabilidade da Patrocinadora está exclusivamente limitada a contribuições futuras. Nos períodos de março a julho de 2004, de dezembro de 2005 a abril de 2006 e de junho a novembro de 2008, ocorreu a migração opcional incentivada dos aposentados e pensionistas usuários do PAMA, para novas condições de cobertura (PCE). A opção dos participantes pela migração resultou em contribuição dos mesmos para o PAMA/PCE.

As contribuições para este plano correspondem a 1,5% sobre a folha salarial dos participantes ativos vinculados aos planos PBS, segregados e patrocinados pelas diversas empresas patrocinadoras. No caso da BrT, o PBS-TCS foi incorporado ao plano TCSPREV em 31 de dezembro de 2001, passando a constituir um grupo interno do mesmo. Pela utilização de recursos do PAMA, os participantes compartilham com uma parcela de seus custos individuais utilizados do plano. Também são realizadas contribuições pelos aposentados e pensionistas usuários que migraram para o PAMA/PCE. Para as patrocinadoras, a opção dos participantes em migrar para o PAMA/PCE não altera a contribuição patronal de 1,5% mencionada.

(iii) PBS-TNCP

Plano de benefício definido, que além do benefício da suplementação fornece assistência médica (PAMA) aos empregados aposentados e a seus dependentes, a custo compartilhado. As contribuições para os planos PBS-TNCP e PAMA são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é de 13,5% sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano, dos quais 12% são destinados ao custeio do plano PBS-TNCP.

O benefício de pensão é definido como a diferença entre 90% do salário médio dos últimos 36 meses, atualizado até a data da aposentadoria, e o valor da previdência pago pelo INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social.

O PBS-TNCP encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde abril de 2004.

(iv) CELPREV

Em 2004 a Amazônia (incorporada pela Oi em março de 2009) obteve aprovação da PREVIC para criação de um novo Plano de Pensão. O novo plano, denominado CeIPrev Amazônia, ("CELPREV") foi oferecido aos funcionários que não participavam do PBS-TNCP, sendo também oferecido aos novos profissionais admitidos pela controlada. Aos participantes do PBS-TNCP foi oferecida e incentivada a migração dos benefícios e recursos para o CELPREV.

Notas Explicativas

O participante pode fazer três tipos de contribuições ao CELPREV, sendo: (i) contribuição normal básica: percentual variável de 0% a 2% do seu salário-de-participação; (ii) contribuição normal adicional: percentual variável de 0% a 6% da parcela do seu salário-de-participação que for maior que uma Unidade de Referência Padrão do Plano; e (iii) contribuição voluntária: percentual livremente escolhido pelo participante e aplicado sobre seu salário-de-participação.

A patrocinadora pode fazer quatro tipos de contribuições, sendo: (i) contribuição normal básica: contribuição igual à contribuição normal básica do participante, deduzida a contribuição para o custeio do benefício de auxílio-doença e aquela destinada ao custeio das despesas administrativas; (ii) contribuição normal adicional: igual à contribuição normal adicional do participante, descontada a despesa administrativa; (iii) contribuição eventual: efetuada de modo voluntário e com frequência determinada pela patrocinadora; e (iv) contribuição especial: contribuição destinada exclusivamente aos funcionários da patrocinadora que não pertencem ao PBS e que ingressaram no prazo de 90 dias da data de início de vigência do CELPREV.

2) FATL

A FATL, entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada e multiplano, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios previdenciários para os empregados e dirigentes de suas patrocinadoras.

Os planos PBS-Telemar e TelemarPrev foram implementados em setembro de 2000 ainda sob a administração da SISTEL. Conforme facultado pelo art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, o Conselho Deliberativo da SISTEL protocolou em outubro de 2004 o pedido de transferência da administração dos planos PBS-Telemar e TelemarPrev para a FATL. A FATL foi constituída pela TMAR, e foi autorizada pela PREVIC em 12 de janeiro de 2005, a iniciar suas atividades. Em 28 de fevereiro de 2005, foi concluído o processo de transferência da administração dos planos de benefícios PBS-Telemar e TelemarPrev da SISTEL para a FATL.

Planos

(i) PBS-Telemar

Plano de benefício definido, encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde a criação do TelemarPrev, em setembro de 2000, tendo migrado cerca de 96% dos antigos participantes para o TelemarPrev.

A contribuição dos participantes ativos do plano PBS-Telemar corresponde ao somatório de: (i) percentual de 0,5% a 1,5% incidente sobre o salário-de-participação (de acordo com a idade do participante); (ii) 1% incidente sobre o salário-de-participação que ultrapassar a metade da Unidade Padrão e (iii) 11% incidente sobre o salário-de-participação que ultrapassar a Unidade Padrão. A contribuição das patrocinadoras equivale a 9,5% sobre a folha de salário dos empregados participantes ativos do plano, dos quais 8% são destinados ao plano PBS-Telemar e 1,5% ao PAMA e ao PAMA/PCE, este último no caso de participantes migrados. O regime financeiro de determinação do custeio do plano é o de capitalização.

Notas Explicativas

(ii) **TelemarPrev**

Plano de contribuição definida, passou a ser patrocinado pela BrT em 2010.

Os benefícios assegurados pelo plano aos participantes classificam-se em: (i) benefícios de risco - suplementações e (ii) benefícios programáveis - rendas.

A contribuição normal do participante é composta de duas parcelas: (i) básica - equivalente a 2% do salário de participação, e (ii) padrão - equivalente a 3% incidentes sobre a diferença positiva entre o total do salário de participação e a parcela previdenciária. A contribuição extraordinária adicional do participante é de caráter facultativo, em percentual que represente múltiplos de 0,5% do salário de participação, e por prazo não inferior a seis meses.

Contribuições extraordinárias eventuais do participante, também em caráter facultativo, não poderão ser inferiores a 5% do teto do salário de participação.

O regulamento do plano estabelece a paridade de contribuição entre participantes e patrocinadoras, até o limite de 8% do salário de participação, observando que a patrocinadora não é obrigada a acompanhar as contribuições extraordinárias feitas pelo participante. O regime financeiro de determinação do custeio do plano é o de capitalização.

(iii) **TCSPREV**

Plano de contribuição definida e benefícios saldados lançado em 28 de fevereiro de 2000. Em 31 de dezembro de 2001 ocorreu a fusão de todos os planos previdenciários patrocinados, na época, junto à SISTEL, com aprovação em caráter excepcional e precário pela PREVIC, do documento encaminhado àquele Órgão, face à necessidade de ajustes no regulamento. Desta forma, o TCSPREV é constituído por grupos de contribuição definida, de benefício salgado e de benefício definido. Os planos que se agregaram ao TCSPREV foram o PBS-TCS, PBT-BrT, Convênio de Administração BrT e Termo de Relação Contratual Atípica, sendo mantidas as condições estabelecidas nos planos de origem.

Em 18 de setembro de 2008 foi publicada no DOU, a Portaria PREVIC/MPS nº 2.521/2008, que aprovou o novo regulamento do plano, reconhecendo de caráter pleno o que havia sido aprovado na condição de excepcional e precário em 31 de dezembro de 2001. O novo regulamento contempla também a adequação necessária para atender aos aspectos atualmente exigidos pela legislação da previdência complementar.

Em março de 2003 o Plano TCSPREV deixou de ser oferecido aos novos contratados das patrocinadoras. Porém, no que se refere ao grupo de contribuição definida, este plano voltou a ser oferecido a partir de março de 2005.

As contribuições para este plano, por grupo de participantes, são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil, obedecendo ao regime de capitalização para a determinação do custeio. Atualmente, apenas para os grupos internos PBS-TCS (benefício definido) e TCSPREV (contribuição definida) existem contribuições dos participantes e da patrocinadora. No grupo TCSPREV, os valores contribuídos são creditados em contas individuais de cada participante, de forma paritária entre o empregado e a patrocinadora, cujos percentuais de contribuição básica variam de 3% a 8% do salário de participação, conforme a idade do participante. Opcionalmente o participante pode efetuar aportes adicionais para o plano, porém, sem a paridade da patrocinadora. No grupo PBS-TCS, a contribuição

Notas Explicativas

da patrocinadora corresponde a 12% sobre a folha de salários dos participantes do grupo, enquanto que a do empregado varia de acordo com a idade, tempo de serviço e salário, podendo também pagar uma “jóia” dependendo da idade que ingressou no plano. Exceto para os participantes autopatrocinados e em diferimento de benefício, as patrocinadoras são responsáveis pelo custeio de todas as despesas administrativas e benefícios de risco.

Através da Portaria nº 2.792/2009, a PREVIC autorizou a transferência de gerenciamento do plano de benefícios TCSPREV para a FATL.

(iv) PAMEC-BrT – Plano assistencial administrado pela BrT

Plano de benefício definido, destinado à assistência médica dos aposentados e pensionistas vinculados ao TCSPREV que é administrado pela FATL.

As contribuições para o PAMEC-BrT foram pagas integralmente em julho de 1998, através de dotação única. Todavia, como este plano passou a ser administrado pela TNL, após a transferência da administração pela Fundação 14 em novembro de 2007, não há patrimônio constituído para cobrir os gastos correntes, estando a obrigação atuarial integralmente reconhecida no passivo da BrT.

(v) BrTPREV

Plano de contribuição definida e benefícios saldados, lançado em outubro de 2002, destinado à concessão de benefícios previdenciários suplementares aos da previdência oficial e que atendia inicialmente apenas aos empregados vinculados à filial Rio Grande do Sul. Este plano passou a ser oferecido também aos novos empregados da TNL e de suas controladas durante o período de março de 2003 a fevereiro de 2005, quando foi suspenso o oferecimento do mesmo, sendo um plano fechado ao ingresso de novos participantes.

As contribuições para este plano são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil, obedecendo ao regime de capitalização para a determinação do custeio. Os valores contribuídos são creditados em contas individuais de cada participante, de forma paritária entre o empregado e a patrocinadora, cujos percentuais de contribuição básica variam de 3% a 8% do salário de participação, conforme a idade do participante. Opcionalmente o participante pode fazer aportes adicionais para o plano, porém, sem a paridade da patrocinadora. Exceto para os participantes autopatrocinados e em diferimento de benefício, as patrocinadoras são responsáveis pelo custeio de todas as despesas administrativas e benefícios de risco.

(vi) Fundador/Alternativo

Plano de benefício definido, destinado à concessão de benefícios previdenciários suplementares aos da previdência oficial, fechado ao ingresso de novos participantes, originado da incorporação do plano Fundador-BrT pelo plano Alternativo-BrT, conforme a Portaria PREVIC nº 2.627/2008, constituindo-se em um plano único, sem alteração de regras para os participantes e assistidos, passando a denominar-se plano Fundador/Alternativo.

A contribuição normal da patrocinadora para este plano é paritária à contribuição normal do participante, cujas taxas são variáveis conforme a idade, tempo de serviço e salário. Para os participantes vinculados às regras do antigo Plano Alternativo-BrT, as contribuições estão limitadas

Notas Explicativas

a três vezes o teto de benefício do INSS e o participante também paga uma “jóia”, dependendo da idade que ingressou no plano.

Insuficiência atuarial dos planos

A reserva matemática a amortizar, referente ao valor atual da contribuição suplementar da TNL, face à insuficiência atuarial dos planos administrados pela BrTPREV, teve o prazo máximo de liquidação estabelecido em 20 anos, contados a partir de janeiro de 2002, conforme o Ofício nº 66/PREVIC/GAB/COA, de 25 de janeiro de 2002, da PREVIC. Desse prazo máximo determinado restam 11 anos para a quitação total.

Através da Portaria nº 2.792/2009, a PREVIC autorizou a transferência de gerenciamento dos planos de benefícios da Fundação BrTPREV para a FATL.

O plano Fundador/Alternativo está com suas contribuições suspensas judicialmente.

Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social (FATL)

A seguir estão apresentados os dados dos planos de previdência privada patrocinados que mantêm obrigações de benefício definido

Conciliação dos ativos e passivos (valores não proporcionalizados):

	2010			
	TelemarPrev	PBS-Telemar	BrTPREV, Alternativo e Fundador	TCSPREV
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	1.890.956	200.094	1.698.979	353.990
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	414.028	7.780	45.345	66.693
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	2.304.984	207.874	1.744.324	420.683
Valor justo dos ativos do plano	(2.931.733)	(272.648)	(1.104.844)	(1.242.078)
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido	(626.749)	(64.774)	639.480	(821.395)
Ganhos atuariais não reconhecidos			10.825	11.362
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	626.749	64.774		717.414
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido reconhecido (i)	-	-	650.305	(92.619)

	2009			
	TelemarPrev	PBS-Telemar	BrTPREV, Alternativo e Fundador	TCSPREV
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	1.547.053	188.168	1.520.800	313.600
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	459.783	-	74.332	80.773
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	2.006.836	188.168	1.595.132	394.373
Valor justo dos ativos do plano	(2.674.550)	(253.488)	(937.590)	(1.112.181)
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido	(667.714)	(65.320)	657.542	(717.808)

Notas Explicativas

Ganhos atuariais não reconhecidos	-	-	19.464	12.484
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	667.714	65.320	-	569.047
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido reconhecido (i)	-	-	677.006	(136.277)

	01/01/2009	
	TelemarPrev	PBS-Telemar
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	1.309.566	171.879
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	516.560	-
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	1.826.126	171.879
Valor justo dos ativos do plano	(2.342.647)	(239.577)
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido	(516.521)	(67.698)
Ganhos atuariais não reconhecidos		
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	516.521	67.698
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido reconhecido (i)	-	-

(i) O valor disponível é determinado para abatimento de contribuições futuras de acordo com as disposições legais aplicáveis e o regulamento do plano de benefícios. O valor do ativo vinculado ao Plano TCSPREV reconhecido nas demonstrações financeiras da TNL, no valor de R\$ 92.619 (2009 - R\$ 136.277) (valores não proporcionalizados), não ultrapassa o valor presente das contribuições futuras.

Movimentação do passivo/(ativo) atuarial líquido (valores não proporcionalizados):

	2010			
	Telemar Prev	PBS-Telemar	BrIPREV, Alternativo e Fundador	TCS PREV
Vlr. presente da obrigação atuarial no início do exercício	2.006.758	188.168	1.595.132	394.373
Custo dos juros	221.357	20.580	173.808	42.047
Custo do serviço corrente	10.041	138	4.486	1.973
Benefícios pagos líquidos	(143.688)	(15.781)	(135.297)	(26.849)
Contribuições de participantes vertidas no ano	-	64	23	-
(Ganho) ou perda atuarial sobre a obrigação atuarial	210.516	14.705	106.172	9.139
Vlr. presente da obrigação atuarial no final do exercício	2.304.984	207.874	1.744.324	420.683
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	2.674.406	253.488	937.590	1.112.181
Rendimentos dos ativos do plano	401.015	26.948	203.989	156.727
Contribuições normais recebidas pelo plano	-	134	23	19
Patrocinadora	-	69	-	19
Participantes	-	65	23	-
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano	-	7.859	-	-
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora	-	-	98.539	-
Pagamento de benefícios	(143.688)	(15.781)	(135.297)	(26.849)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	2.931.733	272.648	1.104.844	1.242.078
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	(626.749)	(64.774)	639.480	(821.395)
Ganhos atuariais não reconhecidos			10.825	11.362
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	626.749	64.774		717.414
Valor não registrado devido ao limite sobre benefício definido	-	-	-	-
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido reconhecido	-	-	650.305	(92.619)

Notas Explicativas

	2009			
	Telemar Prev	PBS- Telemar	BrTPREV, Alternativo e Fundador	TCS PREV
Vlr. presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.826.126	171.879	1.609.079	412.193
Custo dos juros	208.604	19.765	166.307	43.024
Custo do serviço corrente	13.754	108	4.020	2.428
Benefícios pagos líquidos	(133.336)	(15.486)	(127.637)	(26.039)
Contribuições de participantes vertidas no ano	3	94	86	-
Obrigações - (G)/P	91.607	-	-	-
(Ganho) ou perda atuarial sobre a obrigação atuarial	-	11.808	(56.723)	(37.233)
Vlr. presente da obrigação atuarial no final do exercício	2.006.758	188.168	1.595.132	394.373
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	2.342.647	239.577	855.792	822.778
Rendimentos dos ativos do plano	465.092	27.309	68.428	314.759
Contribuições normais recebidas pelo plano	3	186	1.149	1.066
Patrocinadora	-	92	1.063	683
Participantes	3	94	86	383
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano	-	1.902	-	-
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora	-	-	139.858	-
Pagamento de benefícios	(133.336)	(15.486)	(127.637)	(26.422)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	2.674.406	253.488	937.590	1.112.181
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	(667.648)	(65.320)	657.542	(717.808)
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	-	65.320	-	569.047
Ganhos atuariais não reconhecidos	667.648	-	19.464	12.484
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido reconhecido	-	-	677.006	(136.277)

Despesa reconhecida na demonstração de resultados (valores não proporcionalizados):

	BrTPREV, Alternativo e Fundador		TCSPREV	
	2010	2009	2010	2009
Custo do serviço corrente	4.486	4.020	1.973	2.428
Contribuições dos participantes	(23)	(86)	-	(383)
Custo dos juros	173.808	166.307	-	-
Rendimento dos ativos do plano	(203.989)	(68.428)	-	-
Perdas (Ganhos) atuariais reconhecidos	106.172	(56.723)	-	-
Total da despesa reconhecida	80.454	45.090	1.973	2.045

Notas Explicativas

(i) A TNL apresentou no exercício de 2010 uma redução do superávit do plano TCSPREV, proveniente de redução na base de participantes do plano e mudanças de algumas premissas, reconhecendo desta forma R\$ 43.658 (valor não proporcionalizado), em outras receitas operacionais. Em 2009 foram reconhecidas receitas no montante de R\$ 55.024, sendo R\$ 40.479 registrados em outras receitas operacionais e R\$ 14.545 (valores não proporcionalizados), registrados como receitas financeiras.

Principais premissas atuariais utilizadas:

As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos dos planos TelemarPREV, PBS-Telemar, BrTPREV, Alternativo e Fundador e TCSPREV foram as seguintes:

	2010			
	Telemar Prev	PBS-Telemar	BrIPREV, Alternativo e Fundador	TCSPREV
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	10,77%	10,77%	10,77%	10,77%
Taxa estimada de inflação	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	Por Patrocinadora	7,63%	7,95%	7,94%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de rendimento total esperada sobre os ativos do plano	10,95%	10,95%	10,95% (Fundador e Alternativo) e (BrTPREV)	10,95%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss 5% a.a.; nula a partir dos 50 anos de idade e para o Benefício Saldado	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Taxa de rotatividade		Nula	15% a.a	15% a.a

	2009			
	Telemar Prev	PBS-Telemar	BrIPREV, Alternativo e Fundador	TCSPREV
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	11,40%	11,40%	11,40%	11,40%
Taxa estimada de inflação	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	7,63%	7,63%	7,63%	7,63%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de rendimento total esperada sobre os ativos do plano	10,96%	10,95%	11,61% (Fundador e Alternativo) e 11,68% (BrTPREV)	12,09%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs

Notas Explicativas

Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Taxa de rotatividade	1,5% a.a.; nula a partir dos 50 anos de idade e para o Benefício Saldado	Nula	1,5% a.a.; nula a partir dos 50 anos de idade e para o Benefício Saldado	1,5% a.a.; nula a partir dos 50 anos de idade e para o Benefício Saldado

Informações adicionais – 2010

- a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2010.
b) Os dados cadastrais utilizados são de 30 de setembro de 2010, projetados para 31 de dezembro de 2010.

Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social (SISTEL e PAMEC) (valores não proporcionalizados)

Conciliação dos ativos e passivos:

	2010			
	<u>PBS-A</u>	<u>PAMEC</u>	<u>PBS-TNCP</u>	<u>CELPREV</u>
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	3.400.770	3.569	20.447	172
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	3.400.770	3.569	20.447	172
Valor justo dos ativos do plano	(5.679.562)	-	(40.053)	(1.357)
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido (i)	(2.278.792)	3.569	(19.606)	(1.185)
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	2.278.792	-	19.606	1.157
Ganhos/perdas atuariais não reconhecidas	-	(568)	-	28
(=) Passivo atuarial reconhecido	-	3.001	-	-
	2009			
	<u>PBS-A</u>	<u>PAMEC</u>	<u>PBS-TNCP</u>	<u>CELPREV</u>
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	2.950.336	3.054	16.603	-
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	-	-	2.328	220
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	2.950.336	3.054	18.931	220
Valor justo dos ativos do plano	(4.602.138)	-	(29.733)	(1.230)
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido (i)	(1.651.802)	3.054	(10.802)	(1.010)
Efeito do limite do parágrafo 58(b) (incluindo as recomendações do IFRIC 14)	-	-	-	-
Ganhos/perdas atuariais não reconhecidas	1.651.802	(347)	10.802	1.010
(=) Passivo atuarial reconhecido	-	2.707	-	-

Notas Explicativas

	01/01/2009		
	PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	2.279.093	12.397	-
Obrigações atuariais com benefícios a conceder		4.238	190
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	2.279.093	16.635	190
Valor justo dos ativos do plano	(3.779.550)	(34.558)	(902)
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido (i)	(1.500.457)	(17.923)	(712)
Efeito do limite do parágrafo 58(b) (incluindo as recomendações do IFRIC 14)	1.500.457	17.923	712
(=) Passivo atuarial reconhecido	-	-	-

(i) No caso do ativo atuarial líquido do Plano PBS-A não há reconhecimento contábil na Patrocinadora. Tal plano é composto na sua totalidade por participantes assistidos, inexistindo, portanto, contribuições futuras que pudessem ser compensadas com o superávit existente.

Movimentação do passivo/(ativo) atuarial líquido (valores não proporcionalizados):

	2010			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CEL PREV
Valor. presente da obrigação atuarial no início do exercício	2.950.336	3.054	18.931	220
Custo dos juros	436.235	340	2.082	24
Custo do serviço corrente	-	-	73	17
Benefícios pagos líquidos	(304.951)	(88)	(1.426)	-
Contribuições de participantes vertidas no ano			34	8
Transferência das obrigações da AMC	-	-	-	-
(Ganho) ou perda atuarial sobre a obrigação atuarial	319.150	263	753	(97)
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	3.400.770	3.569	20.447	172
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	4.602.138	-	29.733	1.230
Rendimentos (perdas) dos ativos do plano	1.382.375	-	11.694	100
Contribuições Normais Recebidas pelo Plano	-	88	52	27
Patrocinadora	-	88	18	19
Participantes	-	-	34	8
Pagamento de benefícios	(304.951)	(88)	(1.426)	-
Ativos do plano transferidos para a patrocinadora				
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	5.679.562	-	40.053	1.357
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	(2.278.792)	3.569	(19.606)	(1.185)
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	2.278.792	-	19.606	1.157

Notas Explicativas

Ganhos atuariais não reconhecidos		(568)		28
Valor não registrado devido ao limite sobre benefício definido	-	-	-	-
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido reconhecido	-	3.001	-	-

	2009			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CEL PREV
Valor. presente da obrigação atuarial no início do exercício	2.946.795	2.504	16.635	190
Custo dos juros	332.123	264	1.904	22
Custo do serviço corrente	-	-	49	15
Benefícios pagos líquidos	(267.835)	(61)	(1.229)	8
Contribuições de participantes vertidas no ano				
Transferência das obrigações da AMC	1.786	-	-	-
(Ganho) ou perda atuarial sobre a obrigação atuarial	(62.533)	347	1.572	(15)
Valor. presente da obrigação atuarial no final do exercício	2.950.336	3.054	18.931	220
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	4.785.233	-	34.558	902
Rendimentos (perdas) dos ativos do plano	81.954	-	(3.623)	300
Contribuições Normais Recebidas pelo Plano				
Patrocinadora	-	62	70	28
Participantes	-	62	27	20
Pagamento de benefícios	(267.835)	(62)	(1.272)	-
Ativos do plano transferidos para a patrocinadora	2.786	-	-	-
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	4.602.138	-	29.733	1.230
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	(1.651.802)	3.054	(10.802)	(1.010)
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	1.651.802	-	10.802	1.010
Ganhos atuariais não reconhecidos	-	(347)	-	-
Valor não registrado devido ao limite sobre benefício definido	-	-	-	-
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido reconhecido	-	2.707	-	-

Despesas reconhecidas na demonstração de resultados:**PAMEC**

	2010	2009
Custo dos juros	74	58
Perdas (ganhos) atuariais reconhecidos	57	76
Total da despesa reconhecida	131	134

Notas Explicativas

Principais premissas atuariais utilizadas

As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos dos planos, PBS-A, PAMEC, PBS-TNCP e CELPREV foram as seguintes:

	2010			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	10,77%	10,70%	11,40%	11,40%
Taxa estimada de inflação	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	N/A	N/A	4,50%	6,59%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	N/A	4,50%	4,50%
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	7,64%	N/A	N/A
Taxa de rendimento total esperada sobre os ativos do plano	9,76%	N/A	10,41%	10,78%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 Zimmermann	AT-2000	AT-2000 Zimmermann	AT-2000 Zimmermann
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Nichzugs	N/A	Nichzugs	Nichzugs
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	N/A	Winklevoss	Winklevoss
Idade de início dos benefícios	N/A	N/A	N/A	55 anos
			Nula	1,5% a.a; nula a partir dos 50 anos de idade para o benefício saldaado
Taxa de rotatividade	Nula	Nula		
N/A = Não Aplicável				

	2009			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	11,40%	11,40%	11,40%	11,40%
Taxa estimada de inflação	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	N/A	7,64%	4,50%	6,59%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	4,5%	4,50%	4,50%
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	7,61%	N/A	N/A
Taxa de rendimento total esperada sobre os ativos do plano	9,76%	N/A	10,41%	10,78%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000 segregada por sexo	AT-2000 segregada por sexo
Tábua biométrica de entrada em invalidez	N/A	N/A	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs

Notas Explicativas

Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	N/A	Winklevoss	Winklevoss
Idade de início dos benefícios	N/A	N/A	N/A	N/A
				1,5% a.a; nula a partir dos 50 anos de idade para o benefício saldato
Taxa de rotatividade	Nula	Nula	Nula	

Informações adicionais – 2010

- a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2010.
b) Os dados cadastrais utilizados para o PBS-A e PAMEC são de 31 de agosto de 2010, projetados para 31 de dezembro de 2010.

Os valores acima não consideram os ativos e passivos do plano PAMA, pelo fato de ser multipatrocinado e semelhante aos planos de "contribuição definida" (o pagamento dos benefícios está limitado ao montante das contribuições recebidas pelo plano), não existindo quaisquer obrigações além dos saldos existentes.

Política de investimentos dos planos

A estratégia de investimento dos planos de pensão está descrita em sua política de investimento, a qual é aprovada anualmente pelo conselho deliberativo dos fundos patrocinados. Ela define que as decisões de investimento devem considerar: (i) a preservação do capital; (ii) a diversificação das aplicações; (iii) a tolerância a riscos segundo premissas conservadoras; (iv) a taxa esperada de retorno em função da exigibilidade atuarial; (v) a compatibilidade entre liquidez do investimento e o fluxo de caixa dos planos e (vi) custos razoáveis de administração. Ela também define as faixas de volume para os diferentes tipos de investimento permitidos para os fundos de pensão, as quais são: renda fixa nacional, renda variável nacional, empréstimos a participantes e investimentos imobiliários. Na carteira de renda fixa somente são permitidos títulos com baixo risco de crédito. Instrumentos derivativos só são permitidos para fins de proteção. Empréstimos estão restritos a determinados limites de crédito. A alocação tática é decidida pelo comitê de investimento, composto pelos executivos dos planos de pensão, gerente de investimento e um membro designado pelo conselho de liberativo. A execução é efetuada pelo departamento financeiro.

Os limites médios estabelecidos para os diferentes tipos de investimentos permitidos para os fundos de pensão são os seguintes:

	<u>PBS- Telemar</u>	<u>Telemar Prev</u>	<u>CEL PREV</u>	<u>PBS- TNCP</u>	<u>BrTPREV, Alternativo e Fundador</u>	<u>TCS PREV</u>	<u>PBS-A</u>
Renda fixa	100%	100%	76%	85%	100%	100%	75%
Renda variável	25%	25%	20%	12%	25%	25%	9%
Investimentos estruturados	10%	10%	2%	2%	10%	10%	11%
Imóveis	2%	2%	-	-	2%	2%	4%
Empréstimos a participantes	2%	2%	2%	1%	2%	2%	1%

A alocação dos ativos dos planos em 31 de dezembro de 2010 está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

	<u>PBS- Telemar</u>	<u>Telemar Prev</u>	<u>CEL PREV</u>	<u>PBS- TNCP</u>	<u>BrTPREV, Alternativo e Fundador</u>	<u>TCS PREV</u>	<u>PBS-A</u>
Renda fixa	84%	84%	81%	89%	84%	84%	75%
Renda variável	13%	13%	17%	10%	12%	12%	9%
Investimentos estruturados	2%	2%	-	-	2%	2%	11%
Imóveis	1%	1%	-	-	1%	1%	4%
Empréstimos a participantes	-	-	2%	1%	1%	1%	1%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

(b) Participações dos empregados nos lucros

Companhia

A Companhia possui plano de bonificação, atrelado ao cumprimento de metas orçamentárias e operacionais aos empregados elegíveis. Os pagamentos são feitos anualmente, parte mediante depósito em conta de previdência privada.

Iguatemi

A Iguatemi possui plano de bonificação, atrelado ao cumprimento de metas orçamentárias e operacionais aos empregados elegíveis. Os pagamentos são feitos anualmente, parte mediante depósito em conta de previdência privada.

Grupo de Telecomunicações

O plano de participação nos lucros foi instituído em 1999 como forma de incentivar os empregados a alcançar as metas individuais e corporativas, melhorando o retorno dos acionistas. O plano entra em vigor quando são atingidas as seguintes metas:

- Cumprimento de metas de valor adicionado econômico (indicadores de lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização, além de indicadores de valor econômico adicionado); e
- Indicadores operacionais, qualidade e mercado.

As diferenças entre os valores provisionados e os apresentados nas demonstrações de resultado, referem-se a reversões ou complementos das estimativas do ano anterior quando do pagamento efetivo.

Grupo de Contact Center e Cobrança

A Contax possui um programa de participação nos resultados para todos os seus funcionários, conforme contrato firmado com a Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações (FITTEL). Este programa de participação nos resultados é baseado no

Notas Explicativas

estabelecimento de crescimento dos ganhos operacionais e de desempenho individual, com participação de todos os funcionários.

(c) Planos de remuneração baseada em ações (valores não proporcionalizados)

Iguatemi

Em 22 de março de 2007, foi homologado o plano de opção de aquisição de ações (“Plano”) para funcionários pré-selecionados. O Plano é administrado pelo Conselho de Administração, que se reúne periodicamente, revisando os termos, os funcionários a serem beneficiados e o preço pelo qual as ações serão adquiridas.

As opções de compra de ações do Programa de Opção de Compra de Ações (“Programa 2007”) poderão ser exercidas em cinco lotes anuais iguais, cada qual equivalente a 20% do total das opções concedidas, a partir da data da assinatura dos contratos de opção por um prazo de 7 anos a contar da data de assinatura do respectivo contrato. O preço de exercício das opções de compra de ações para o Programa 2007, na data de outorga, é de R\$27,00 por ação, correspondente ao preço de emissão da ação na oferta pública inicial de nossas ações na BM&FBOVESPA, ao qual foi aplicado um desconto de 10%, nos termos do Programa 2007.

Em 18 de março de 2008 foi estabelecido o programa de 2008. As opções de compra de ações do Programa de Opção de Compra de Ações (“Programa 2008”) poderão ser exercidas em cinco lotes anuais iguais, cada qual equivalente a 20% do total das opções concedidas, a partir de um ano da data da assinatura dos contratos de opção por um prazo de 7 anos a contar da data de assinatura do respectivo contrato. O preço de exercício das opções de compra de ações para o Programa 2008 é de R\$27,56 por ação, correspondente ao preço médio de nossas ações nos últimos 30 pregões da BM&FBOVESPA anteriores à data de aprovação do Programa 2008.

Na hipótese do término da relação de emprego, os direitos às opções de compra já adquiridos poderão ser exercidos em até 90 dias.

Em 11 de agosto de 2010, o Conselho de Administração aprovou a recompra de até 1.545.480 ações em circulação da Iguatemi que deverão ser mantidas em tesouraria para fazer frente ao Plano. O prazo de recompra é de 365 dias contados a partir daquela data.

Em atendimento ao CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações e em conexão com o CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09), a Iguatemi reconheceu nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010 os valores referentes aos instrumentos patrimoniais concedidos aos empregados de R\$1.077 (R\$ 973 em 31 de dezembro de 2009), levando em consideração o prazo de maturidade e utilizando o método “Black-Scholes”.

Os detalhes do valor justo e das premissas assumidas são como segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Quantidade de opções de compra de ações no fim do exercício	844.000	902.000
Valor justo - R\$	36,12	36,12
Cotação da ação - R\$	34,00	34,00
Preço de exercício - R\$ (i)	29,15	29,15
Dividendo	5%	5%

Notas Explicativas

Taxa de juros livre de risco	9,87%	9,87%
Volatilidade (ii)	34,39%	34,39%

- (i) Preço de exercício definido no contrato e quando o beneficiário fizer jus será atualizado pelo IPC (Índice de preço ao consumidor) até a data do exercício.
- (ii) A volatilidade foi determinada com base no preço de fechamento diário do período pós-abertura de capital.

Movimentação do Plano:

	Quantidade	
	2010	2009
Saldo em 31 de dezembro de 2009	902.000	955.000
Opções concedidas	100.000	-
Opções exercidas	(107.000)	-
Opções canceladas	<u>(51.000)</u>	<u>(53.000)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>844.000</u>	<u>902.000</u>

Grupo de Telecomunicações

(i) Plano de outorga de opções de ações da TNL

A AGE realizada em 11 de abril de 2007, aprovou o Plano de Opção de Compra de Ações, constante do site da TNL (www.oi.com.br/ri) e disponível na página da CVM (www.cvm.gov.br), atribui ao Conselho de Administração a gestão do referido Plano, ou por opção deste, deliberar a gestão a um Comitê formado por três membros do Conselho de Administração, sendo pelo menos um deles membro efetivo. Em reunião realizada em 12 de abril de 2007, o Conselho de Administração elegeu os membros do Comitê Gestor do Plano de Opção de Compra de Ações para atribuir ao Comitê poderes de estabelecer periodicamente os Programas de Opção de Compra de Ações.

Os beneficiários do Programa de Opção de Compra de Ações de 2007 fazem jus a uma outorga total correspondente de até 1,31% do capital social subscrito e integralizado da TNL, perfazendo uma reserva de 5.120 mil ações ordinárias (TNLP3). O programa é oferecido aos administradores da TNL, TMAR e Oi.

O preço de concessão foi baseado na média ponderada da cotação na BOVESPA nos 30 dias imediatamente anteriores à data da concessão, e será atualizado de acordo com a variação do IGP-M.

Em reunião do Comitê Gestor do Plano de Opção de Compra de Ações, realizada em 18 de setembro de 2008, foi deliberado aditar o Programa de Opção de Compra de Ações da TNL, aprovado em 12 de abril de 2007, e outorgar aos beneficiários também a opção de compra de 2.713 mil ações preferenciais (TNLP4) da TNL, total correspondente a 0,68% do capital social subscrito e integralizado, ao preço de exercício de R\$ 27,31. As opções começaram a ser exercidas desde a data de sua outorga, condicionando o exercício das opções preferenciais ao exercício das opções ordinárias. As demais condições do Programa de Opções de Compra de Ações de 2007 não foram alteradas e continuam vigentes.

Notas Explicativas

Os quadros a seguir resumem as operações efetuadas com as ações ordinárias e preferenciais até 31 de dezembro de 2010.

Ações ordinárias – TNLP3	Em Reais			
	Quantidade em milhares de ações	Preço na data da concessão	Preço da concessão	
			2010	2009
Concedidas em abril de 2007	5.120	50,98	65,27	58,63
Opções exercidas	(214)			
Opções canceladas	<u>(1.720)</u>			
Opções em vigor em 31 de dezembro de 2010	<u>3.186</u>			

Ações preferenciais – TNLP4	Em Reais			
	Quantidade em milhares de ações	Preço na data da concessão	Preço da concessão	
			2010	2009
Concedidas em setembro de 2008	2.714	27,31	30,21	27,14
Opções exercidas	(309)			
Opções canceladas	<u>(702)</u>			
Opções em vigor em 31 de dezembro de 2010	<u>1.703</u>			

Ações ordinárias – TNLP3	Em Reais			
	Quantidade em milhares de ações	Preço na data da concessão	Preço da concessão	
			2010	2009
Concedidas em março de 2010	702	32,56	35,27	-
Opções exercidas	(6)			
Opções canceladas	<u></u>			
Opções em vigor em 31 de dezembro de 2010	<u>696</u>			

Ações preferenciais – TNLP4	Em Reais			
	Quantidade em milhares de ações	Preço na data da concessão	Preço da concessão	
			2010	2009

Notas Explicativas

Concedidas em março de 2010	371	27,32	29,59	-
Opções exercidas				
Opções canceladas				
Opções em vigor em 31 de dezembro de 2010	<u>371</u>			

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foram exercidas 12.722 opções de ações ordinárias (31/12/2009 – 201.679) e 96.164 (31/12/2009 – 212.931) em opções de ações preferenciais, tendo sido a operação liquidada mediante a transferência das ações em tesouraria da TNL aos beneficiários do plano.

As tabelas a seguir demonstram a posição das opções de compra das ações ordinárias e preferenciais em vigor em 31 de dezembro de 2010:

Faixa de preço de exercício na data da concessão	Opções em vigor			Opções exercíveis	
	Quantidade em milhares de ações	Prazo remanescente (em meses)	Preço de exercício	Quantidade em milhares de ações	Preço de exercício
R\$ 20,00 a 29,99	371	76	29,59	371	29,59
R\$ 30,00 a 39,99	696	76	35,27	696	35,27
R\$ 30,00 a 39,99	1.703	52	30,21	1.703	30,21
R\$ 60,00 a 70,00	3.186	52	65,27	3.186	65,27

Concessão	Lote	Exercício a partir de	Outorga	Preço de exercício atualizado (em Reais)	Opções (em milhares de ações)
			Prazo limite para exercício		
Ordinárias	25%	12/04/2008	12/04/2012	65,27	722
	25%	12/04/2009	12/04/2013	65,27	808
	25%	12/04/2010	12/04/2014	65,27	822
	25%	12/04/2011	12/04/2015	65,27	834

Concessão	Lote	Exercício a partir de	Outorga	Preço de exercício atualizado (em Reais)	Opções (em milhares de ações)
			Prazo limite para exercício		
Preferenciais	25%	18/09/2008	12/04/2012	30,21	377
	25%	12/04/2009	12/04/2013	30,21	442
	25%	12/04/2010	12/04/2014	30,21	442
	25%	12/04/2011	12/04/2015	30,21	442

Notas Explicativas

	Concessão	Lote	Exercício a partir de	Outorga	Preço de exercício atualizado (em Reais)	Opções (em milhares de ações)
				Prazo limite para exercício		
Ordinárias	15/03/2010	25%	12/04/2010	12/04/2014	35,27	171
		25%	12/04/2011	12/04/2015	35,27	175
		25%	12/04/2012	12/04/2016	35,27	175
		25%	12/04/2013	12/04/2017	35,27	175

	Concessão	Lote	Exercício a partir de	Outorga	Preço de exercício atualizado (em Reais)	Opções (em milhares de ações)
				Prazo limite para exercício		
Preferenciais	15/03/2010	25%	12/04/2010	12/04/2014	29,59	92
		25%	12/04/2011	12/04/2015	29,59	93
		25%	12/04/2012	12/04/2016	29,59	93
		25%	12/04/2013	12/04/2017	29,59	93

O valor justo das opções outorgadas estimado na data de outorga utilizou o modelo de precificação de opções "Black&Scholes" com as seguintes premissas:

	12/04/2007 (TNPL3)				18/09/2008 (TNPL4)			
	1º lote	2º lote	3º lote	4º lote	1º lote	2º lote	3º lote	4º lote
Ativo-lastro	67,03	67,03	67,03	67,03	27,51	27,51	27,51	27,51
Preço de exercício	50,98	50,98	50,98	50,98	27,31	27,31	27,31	27,31
Volatilidade esperada	54,10%	46,33%	44,36%	46,70%	0,00%	46,84%	41,08%	41,08%
Taxa de juros livre de riscos	2,43%	1,34%	0,97%	0,78%	0,00%	1,26%	0,85%	0,72%
Vida esperada (em anos)	1	2	3	4	1	2	3	3
Rendimento de dividendos	11,54%	11,34%	11,19%	11,10%	0,00%	13,84%	14,79%	15,07%
Valor justo na data de outorga	24,22	28,93	33,07	37,43	0,20	4,77	7,99	10,75

	15/03/2010 (TNLP3)				15/03/2010 (TNLP4)			
	1º lote	2º lote	3º lote	4º lote	1º lote	2º lote	3º lote	4º lote
Ativo-lastro	39,79	39,79	39,79	39,79	33,45	33,45	33,45	33,45
Preço de exercício	32,56	32,56	32,56	32,56	27,32	27,32	27,32	27,32
Volatilidade esperada	80,00%	87,00%	94,00%	103,00%	80,00%	87,00%	94,00%	103,00%
Taxa de juros livre de riscos	1,74%	0,96%	0,70%	0,56%	1,74%	0,96%	0,70%	0,56%
Vida esperada (em anos)	1	2	3	4	1	2	3	4
Rendimento de dividendos	12,01%	11,79%	11,64%	11,54%	12,01%	11,79%	11,64%	11,54%
Valor justo na data de outorga	8,19	18,43	23,80	28,16	6,93	15,74	20,17	23,79

Notas Explicativas

(ii) Planos de outorga de opções de ações assumidos na aquisição do controle da BrT

Plano aprovado em 28 de abril de 2000

Os direitos adquiridos através de instrumentos de outorgas de opções de compra de ações sob a vigência deste plano anteriormente aprovado continuam válidos e eficazes, segundo os respectivos termos pactuados, não podendo ser estabelecidas novas outorgas através deste plano.

Na data do encerramento exercício findo em 31 de dezembro de 2010, havia opções exercíveis em circulação conforme descrito no programa abaixo:

Programa B

As opções garantidas por este plano caracterizam-se como opções liquidadas em ações.

O preço de exercício foi fixado pelo comitê gestor, com base no preço de mercado da ação na data de outorga da opção e será corrigido monetariamente pelo IGP-M entre a data de assinatura dos contratos e a data de pagamento da opção exercida.

O quadro a seguir resume as operações efetuadas com as ações preferenciais até 31 de dezembro de 2010.

	Quantidade em milhares de ações	Preço na data da concessão	Em Reais	
			Preço da concessão	
			2010	2009
Saldo no início do exercício	31.643	18,87	20,83	18,87
Opções canceladas	(9.676)	-	-	-
Opções em vigor em 31 de dezembro de 2010	21.967	-	-	-

A tabela a seguir demonstra a posição das opções de compra das ações preferenciais em vigor em 31 de dezembro de 2010:

Faixa de preço de exercício na data da concessão	Opções em vigor			Opções exercíveis	
	Quantidade em milhares de ações	Prazo remanescente (em meses)	Preço de exercício	Quantidade em milhares de ações	Preço de exercício
R\$ 10,00 - 19,99	21.967	12	20,83	21.967	20,83

A aquisição do direito ao exercício das opções ocorrerá da forma e prazos apresentados a seguir:

Notas Explicativas

Concessão		Outorga			Preço de exercício atualizado (em Reais)	Opções (Em milhares de ações)
		Lote	Exercício a partir de	Prazo limite para exercício		
3ª	22/12/04	33%	22/12/2005	31/12/2011	20,83	7.322
		33%	22/12/2006	31/12/2011	20,83	7.322
		34%	22/12/2007	31/12/2011	20,83	7.323

O valor justo das opções outorgadas estimado na data de outorga utilizou o modelo de precificação de opções “*Black&Scholes*” com as seguintes premissas:

	<u>21/12/2004</u>
Ativo-lastro	13,64
Preço de exercício	17,30
Volatilidade esperada	38,2%
Taxa de juros livre de riscos	8,4%
Vida esperada (em anos)	2
Rendimento de dividendos	3,10%
Valor justo na data de outorga	2,76

Em razão dos contratos de remunerações baseadas em ações preverem a liquidação das opções apenas mediante a transferência de titularidade de ações (“*equity-settled*”), as apropriações do valor justo das opções de ações da TNL e BrT são efetuadas linearmente dentro do prazo de vencimento das opções. As parcelas correspondentes aos beneficiários da TNL, TMAR, Oi e BrT, são contabilizadas, nestas Companhias, no resultado do exercício em contrapartida do patrimônio líquido, em conformidade com os requerimentos da Deliberação CVM nº 562/2008, que corrobora o Pronunciamento Técnico CPC nº 10 (Remunerações Baseadas em Ações).

Plano aprovado em 6 de novembro de 2007

Este plano autorizava a outorga de opções, permitindo aos participantes do plano, sob certas condições, a oportunidade de adquirir ou subscrever, no futuro, a um valor pré-estabelecido, ações integrantes de uma cesta de ações definidas como UP, a qual englobava ações preferenciais da TNL e ações ordinárias e preferenciais da BrT Part. O valor correspondente ao número de UP’s concedidas não poderia exceder o limite máximo de 10% do valor patrimonial das ações de cada espécie de ação da TNL.

Os programas de outorgas de opções de compras de ações vinculados ao referido plano continham cláusulas que previam a antecipação dos vencimentos das opções, no caso de alteração do controle acionário direto ou indireto da TNL. Com a efetivação da troca de controle, em 8 de janeiro de 2009, as opções de ações dos programas foram integralmente exercidas. O Programa 1, totalizando 2.817.324 UP’s foi liquidado ao valor total de R\$ 17.855. O Programa 2, referente à outorga realizada em 1 de julho de 2008, contendo 701.601 UP’s foi liquidado ao valor total de R\$ 4.446.

Foram exercidas 646.585 UP’s do Programa 2, referente à outorga realizada em 1 de julho de 2007, liquidadas mediante: (i) entrega de ações preferenciais mantidas em tesouraria pela TNL, ao preço de exercício total de R\$ 3.572 e valor de custo de R\$ 2.487; e (ii) entrega de ações ordinárias e preferenciais da Controladora ao preço de exercício total de R\$ 13.733 e valor de mercado de R\$ 17.108, acrescidas da importância R\$ 130.

Notas Explicativas

Grupo de Contact Center e Cobrança

As opções de compra de ações da Contax têm como objetivo a outorga de opção para subscrição de ações ordinárias, escriturais, de emissão da Contax Participações, em favor dos administradores e funcionários beneficiários com a finalidade de retê-los (ou mantê-los) e incentivá-los a contribuir em prol dos interesses da Contax Participações. Para terem direito às opções de compra de ações, os beneficiários devem concluir de um a quatro anos de serviço (períodos de aquisição de direito).

Os planos constituem negócio oneroso de natureza exclusivamente civil e não criam qualquer obrigação de natureza trabalhista ou previdenciária entre a Contax Participações e os Outorgados, sejam eles empregados ou não.

Os membros do Comitê do Plano de Opção para Subscrição de Ações reúnem-se para, dentro das bases gerais do Plano, indicar os administradores, funcionários e prestadores de serviço que serão contemplados, a quantidade total de opções a ser distribuída, bem como o preço de aquisição de cada ação objeto das opções. Estão habilitados a participar dos planos, a critério do Comitê de Remuneração, administradores, empregados, e pessoas naturais que prestem serviços à Contax Participações ou a sociedades sob seu controle.

(i) Programa 2007

O Plano de Opção de Compra de Ações, aprovado pela Assembleia Geral Ordinária de 16 de abril de 2007, foi estabelecido em conformidade com o Art. 169, § 3º, da Lei nº 6.404/76. O plano, cuja gestão compete ao Comitê Gestor definido pelo Conselho de Administração e formado por membros do mesmo, objetiva atrair executivos para a Contax Participações, além de reter e assegurar o estreito alinhamento entre os interesses da Administração e de seus acionistas.

O Programa de Opção de Compra de Ações iniciado em 2007 (“Programa 2007”), concede aos executivos beneficiários, um total correspondente a até 1,9% do capital social subscrito e integralizado, representando 350.000 ações ordinárias concedidas no âmbito do Programa 2007. As opções são exercíveis a partir de 1º de outubro de 2007, em 4 (quatro) lotes anuais iguais. Em decorrência do grupamento e simultâneo desdobramento das ações realizado em 18 de janeiro de 2010, o Programa 2007 passou a ser representado por 1.400.000 ações ordinárias.

Em 4 de setembro de 2009, foram aprovadas pelo Comitê Gestor as seguintes modificações no formato do Programa 2007, mantendo as condições já disciplinadas: (i) ajustar o número de opções outorgadas aos executivos beneficiários do Programa 2007 em virtude do grupamento das ações da Contax Participações, na proporção de 20 ações para 1 ação, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 17 de outubro de 2007; (ii) ajustar o preço de exercício das opções de R\$ 51,20 para R\$ 45,00; (iii) alterar o índice de correção do preço de exercício das opções do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a ser aplicado sobre o preço de exercício dos próximos lotes anuais do Programa 2007; (iv) determinar a extinção da obrigação de destinar um valor mínimo do bônus anual para adquirir ações decorrentes de opções, cujo prazo inicial de carência já tenha decorrido.

As modificações acima descritas serão aplicáveis para os lotes a partir do segundo, tendo ou não decorridos os respectivos prazos iniciais de carência dos correspondentes lotes anuais.

Abaixo estão sendo apresentadas as principais características de cada lote por outorga deste plano:

Notas Explicativas

Programa 2007	Quantidade de opções	Data da outorga/ alteração	Data do vesting (exercíveis)	Data de vencimento	Preço de exercício (*)	Consolidado
						Valor justo na data da outorga (*)
<u>1ª outorga:</u>						
Lote 1	87.500	16/04/07	abr/07	01/10/2014	51,20	14,13
Lote 2	87.500	16/04/07	out/08	01/10/2014	45,00	37,31
Lote 3	87.500	16/04/07	out/09	01/10/2014	45,00	37,31
Lote 4	87.500	16/04/07	out/10	01/10/2014	45,00	37,31
Total de opções	350.000					

(*) Na data de outorga do plano, com relação ao 1º lote e na data da alteração do plano para os demais lotes

(ii) Programa 2010

Em Reunião do Comitê Gestor do Plano de Opção de Compra de Ações, foi aprovada a criação de um Programa de Opção de Compra de Ações da Contax Participações para o ano de 2010 (“Programa 2010”), na forma do Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano”), nos termos do Art. 168, § 3º, da Lei nº 6.404/76, que prevê que a Contax Participações, dentro do limite de capital autorizado, e de acordo com Plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgue opção de compra de ações a seus administradores ou funcionários. A gestão do Programa 2010 compete ao Comitê Gestor, definido pelo Conselho de Administração, e formado por membros do mesmo.

O Programa 2010 objetiva atrair executivos para a Contax Participações, visando obter um maior alinhamento dos interesses dos executivos com os interesses dos acionistas, além do compartilhamento dos riscos do mercado de capitais.

O Programa 2010 concede aos beneficiários um volume global equivalente a 3,1% do capital social total da Contax Participações, a época da aprovação, correspondendo a 2.244.611 ações ordinárias.

A opção poderá ser exercida pelos executivos beneficiários em 4 (quatro) lotes anuais iguais (“lotes anuais”), cada qual correspondendo a 25% do total da opção concedida, conforme definido nos contratos. A opção referente ao primeiro lote anual poderá ser exercida a partir de 1º de outubro de 2010, sendo que as demais opções poderão ser exercidas, anualmente e sucessivamente, a partir de 1º de outubro de 2011.

O preço de exercício das opções será de R\$25,00 por ação, correspondendo ao valor médio das ações dos últimos 30 pregões na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BVMF”), ao qual foi aplicado, conforme autorizado pelo Plano, um desconto de 15%. O preço de exercício das opções referentes aos lotes anuais será corrigido com base no IPCA.

Abaixo estão sendo apresentadas as principais características de cada lote por outorga deste plano:

Notas Explicativas

Programa 2010	Quantidade de opções	Data da outorga/ alteração	Data do vesting (exercíveis)	Data de vencimento	Controladora e Consolidado	
					Preço de exercício	Valor justo na data da outorga
<u>1ª outorga:</u>						
Lote 1	185.000	31/08/2010	out/10	out/18	25,00	6,84
Lote 2	185.000	31/08/2010	out/11	out/18	25,00	8,19
Lote 3	185.000	31/08/2010	out/12	out/18	25,00	9,23
Lote 4	185.000	31/08/2010	out/13	out/18	25,00	9,88
	<u>740.000</u>					
<u>2ª outorga:</u>						
Lote 1	12.500	01/12/2010	dez/10	out/18	27,29	4,46
Lote 2	12.500	01/12/2010	out/11	out/18	27,29	6,99
Lote 3	12.500	01/12/2010	out/12	out/18	27,29	8,79
Lote 4	12.500	01/12/2010	out/13	out/18	27,29	9,84
	<u>50.000</u>					

(iii) Precificação dos planos

As opções foram precificadas de acordo com o modelo de precificação *Black & Scholes*.

No caso do Programa 2007, o valor justo das opções foi recalculado em 04 de setembro de 2009, data das alterações acima descritas e estão demonstradas no quadro abaixo referentes aos lotes 2, 3 e 4 do respectivo plano.

Dados inseridos no modelo:	Programa 2007		Programa 2010	
	1ª outorga		1ª outorga	2ª outorga
	1º lote (antes da modificação)	2º e 4º lotes (após modificação)		
Preço da ação na data da outorga	64,00	79,00	32,40	31,50
Preço de exercício	51,20	45,00	25,00	27,29
Duração da opção	1 a 4 anos	1 a 4 anos	até 8 anos	até 8 anos
Taxa de retorno livre de risco	11,08%	11,07%	11,19%	9,13%
Taxa de rendimento (dividendos)	1,40%	1,50%	6%	6%
Volatilidade esperada	19,64%	17,59%	38,44%	45,26%
Valores justos das opções (média ponderada)	14,13	37,31	8,54	7,52

A tabela a seguir concilia as opções de compra de ações em aberto no início e fim dos exercícios reportados.

Notas Explicativas

	2010		2009	
	Preço de exercício médio ponderado (em R\$)	Quantidade de opções (em milhares)	Preço de exercício médio ponderado (em R\$)	Quantidade de opções (em milhares)
Em 1º de janeiro		1.364.068		1.364.068
Concedidas	8,47	790.000		
Exercidas	11,93	(962.200)		
Vencidas		-		
Em 31 de dezembro		1.191.868		

Das 1.191.868 opções em aberto em 31 de dezembro de 2010, 599.368 eram exercíveis nesta data. Em 31 de dezembro de 2009, das 1.364.068 opções em aberto, 1.014.068 eram exercíveis nesta data.

(iv) Opções de compras exercidas nos exercícios reportados

As seguintes opções de compra foram exercidas durante os exercícios reportados:

	2010			2009		
	Quantidade exercida (em milhares)	Data do exercício	Preço da ação na data de exercício	Quantidade exercida (em milhares)	Data do exercício	Preço da ação na data de exercício
Programa 2007 - 1ª outorga	774.700	08/03/2010	28,50	35.932	18/10/2007	18,15
	111.919	15/03/2010	31,40			
	6.081	19/03/2010	31,49			
	4.700	04/06/2010	28,50			
	10.800	11/06/2010	29,50			
	4.000	17/06/2010	30,40			
	25.000	12/11/2010	32,02			
	25.000	30/11/2010	32,50			
	962.200					

Durante o exercício de 2010, não foram exercidas opções de compra pelos beneficiários do Programa 2010.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foi reconhecida despesa no resultado do exercício do Plano de Opções de Compra das Ações, no montante de R\$ 3.694 (2009 – R\$ 8.590). O saldo da conta de Reserva reflexa de opções de ações no patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 8.939 (2009 – R\$ 8.320).

Notas Explicativas

Presumindo-se a não pactuação de outros contratos de remuneração baseada em ações, a TNL deverá registrar, até o final do período de aquisição de direitos (“*vesting period*”) dos atuais contratos, despesas no montante de R\$ 4.668 no consolidado.

29 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Companhia utiliza as informações por segmento de negócio para a tomada de decisões. Os segmentos de negócios estão identificados através da natureza dos serviços, e no caso dos serviços de telecomunicações, também pela tecnologia empregada. Os segmentos divulgados estão resumidos a seguir:

- Telefonia Fixa /Dados: Oferece basicamente serviços de transmissão de voz local, de longa distância e comunicação de dados.
- Telefonia móvel: Oferece principalmente serviços de voz móvel, comunicação de dados 3G e serviços adicionais, que incluem serviços de mensagens e interatividade.
- Prestação de serviços de tele atendimento em geral (Contax e Contax Argentina)
- Prestação de serviços de tecnologia da informação em geral e informática (TODO); e
- Prestação de serviços de agenciamento de publicidade e propaganda (Ability)

Os demais segmentos operacionais incluem, substancialmente, serviços de TV por assinatura, provedor de internet, meios de pagamentos.

O desempenho de cada segmento é extraído dos registros contábeis da Companhia e suas controladas e estão segregados conforme abaixo:

Notas Explicativas

	Setor de Telecomunicações						Setor de Contact Center e Cobrança						Setor de Shopping Center		Eliminações	
	Telefonia Fixa/Dados		Telefonia Móvel		Todos os outros segmentos (b) (*)		Serviços de atendimento em geral		Serviços de TI e emergência informática		Serviços de agenciamento de publicidade e propaganda		Shopping Center	Shopping Center		
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009		
Receitas	4.951.409	5.228.599	2.185.745	1.922.602	228.627	204.404	541.439	494.119	21.876	12.316	7.644	-	263.579	217.420	(1.032.441)	(8.000)
Custos dos Serviços Prestados	(3.237.021)	(3.457.369)	(1.191.951)	(1.227.408)	(117.350)	(123.521)	(462.954)	(403.279)	(19.039)	(11.048)	(4.004)	-	(69.928)	(70.874)	984.378	8.000
Intercâmbio	(1.343.210)	(1.314.355)	(482.985)	(450.206)	-	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-	717.959	0
Depreciação e Amortização	(961.091)	(1.026.385)	(302.855)	(362.170)	(2.874)	6.867	-	-	-	-	-	-	-	-	(37.812)	0
Serviço de manutenção de rede	(395.981)	(510.769)	(60.063)	(44.318)	(467)	(106)	-	-	-	-	-	-	-	-	15.872	1
Alugueis e Seguros	(279.512)	(291.627)	(139.252)	(114.921)	(14.734)	(33.430)	-	-	-	-	-	-	-	-	155.996	1
Custos de aparelhos e acessórios	(111)	-	(39.210)	(83.800)	(3.327)	(3.137)	-	-	-	-	-	-	-	-	10.037	1
Outros custos e despesas	(257.146)	(314.063)	(167.066)	(171.993)	(95.948)	(93.714)	(462.954)	(403.279)	(19.039)	(11.048)	(4.004)	-	(69.928)	(70.874)	122.326	1
Lucro Bruto	1.714.388	1.771.230	993.794	695.194	111.277	80.883	78.485	90.840	2.837	1.268	3.640	-	193.651	146.546	(48.063)	(0)
Recargas (despesas) operacionais																
Comercialização de Serviços	(643.731)	(702.786)	(433.065)	(482.945)	(86.311)	(76.144)	(5.975)	(6.326)	(150)	-	(41)	-			95.174	1
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(137.639)	(209.049)	(63.054)	(64.361)	(13.245)	(11.754)	-	-	-	-	-	-	-	-	(51)	1
Comissão de vendas	(76.324)	(77.296)	(191.471)	(177.979)	(10.870)	(7.129)	-	-	-	-	-	-	-	-	4.880	1
Pagamento cobrança	(108.863)	(108.395)	(23.292)	(20.866)	(3.719)	(4.402)	-	-	-	-	-	-	-	-	924	1
Publicidade e Propaganda	(51.983)	(50.321)	(61.273)	(86.377)	(11.291)	(10.041)	-	-	-	-	-	-	-	-	7.239	1
Outros serviços de terceiros	(32.120)	(39.507)	(10.570)	(26.042)	(5.427)	(9.869)	-	-	-	-	-	-	-	-	3.389	1
Outros custos e despesas	(236.802)	(217.818)	(83.405)	(107.320)	(41.759)	(32.940)	(5.975)	(6.326)	(150)	-	(41)	-	-	-	78.793	1
Gerais e Administrativas	(439.404)	(493.275)	(132.004)	(136.437)	(47.651)	(50.178)	(26.501)	(24.245)	(2.157)	(2.077)	(2.745)	-	(55.912)	(27.116)	7.579	(0)
Outras receitas operacionais (despesas) líquidas	(156.263)	(98.004)	8.171	3.730	(7.866)	(33.825)	(6.165)	(5.302)	(40)	(12)	22	-	26.757	(930)	(53.863)	(0)
Ganho na aquisição de controle de BT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Perdas com ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	245.560	269.908	73.415	75.189	14.612	5.996	4.270	3.500	-	-	-	-	33.343	5.010	(42.479)	0
Outras despesas operacionais	(401.822)	(367.912)	(65.244)	(71.459)	(22.478)	(39.821)	(10.435)	(8.802)	(40)	(12)	22	-	(6.586)	(5.940)	(11.384)	0
Resultado Financeiro	(559.228)	(592.308)	57.515	45.949	(76.759)	(15.637)	(2.130)	(4.601)	154	49	(13)	-	8.822	(7.022)	(1.670)	(0)
Recargas Financeiras	353.298	265.016	159.728	116.033	53.053	117.264	4.711	4.564	241	65	17	-	62.932	35.116	(172.546)	(1)

Outros Segmentos	Internet		TV		Meios de pagamento	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Receita de clientes externos	103.084	103.329	40.496	18.911	5.361	6.037
Receita de juros	4.120	3.155	275	162	873	4.539
Despesa de juros	550	9.848	1.466	1.198	3.543	5.890
Depreciação e amortização	4.319	4.744	2.571	2.862	3.440	3.531
Prejuízo líquido	-	6.456	18.080	11.453	15.399	21.072
Lucro líquido	16.130	-	-	-	-	-
Ativos	139.837	166.906	68.079	34.463	60.081	76.358
Passivos	36.375	82.802	64.320	36.039	52.205	106.842

Notas Explicativas

O segmento de telefonia fixa/dados opera em países estrangeiros através de um sistema de cabos submarinos de fibra ótica, com pontos de conexão nos Estados Unidos, Ilhas Bermudas e Venezuela, permitindo o tráfego de dados através de pacotes de serviços integrados, oferecidos a clientes corporativos nacionais e internacionais. O segmento de teleatendimento em geral opera na Argentina, através de uma subsidiária, atendendo os clientes deste local.

Na apresentação com base em segmentos geográficos, a receita do segmento é baseada na localização geográfica do país onde os serviços são prestados. Os ativos não circulantes do segmento são baseados na localização geográfica dos ativos.

Por não serem relevantes, as receitas e ativos provenientes de operações em países estrangeiros estão sendo divulgadas em conjunto.

	Receitas de clientes externos		Ativos não circulantes	
	2010	2009	2010	2009
No país sede da entidade	7.155.630	7.181.387	14.088.033	14.490.386
Em países estrangeiros	14.007	12.789	30.362	25.031
Total	<u>7.169.637</u>	<u>7.194.176</u>	<u>14.118.395</u>	<u>14.515.417</u>

	rios	atuais	2010	2009	01/01/09	2010	2009	01/01/09
Saldos								
Ativo não circulante								
Créditos com partes relacionadas								
	100% CDI							
Sociedade Fiduciária Brasileira	CETIP a.a.	95.515	93.026	90.052	101.397	148.255	140.261	
	100% CDI							
JP Sul Participações Rep. Coml	CETIP a.a.	355	308	237	355	308	237	
	100% CDI							
Itatinga Soc Coml Indl Agrícola	CETIP a.a.	435	397	346	3.340	3.043	2.755	
South Mall (atual razão social de	Taxa Pré							
Goiti Negócios e Participações Ltda)	: 12% a.a.	-	-	-	5.552	4.949	4.412	
Iguatemi x Outras		-	-	-	2.921	12.007	5.125	
		96.305	93.731	90.635	113.565	168.562	152.790	
Adiantamentos para futuro aumento de capital								
La Fonte Telecom		-	63.492	45.945	-	-	-	
		-	63.492	45.945	-	-	-	
Debêntures a receber								
La Fonte Telecom		336.747	250.074	225.418	-	-	-	
Iguatemi (Previ Banej I e Previ Banej II)		40.095	34.521	35.281	-	-	-	
		376.842	284.595	260.699	-	-	-	
		473.147	441.818	397.279	113.565	168.562	152.790	
Passivo circulante								
Créditos com partes relacionadas								
Outras pessoas ligadas		1.468	-	-	-	-	171	
		1.468	-	-	-	-	171	
Passivo não circulante								
Exigível a longo prazo								
Adiantamentos para futuro aumento de capital								
Outras pessoas ligadas		3.903	3.645	1.793	3.903	3.645	1.793	
		3.903	3.645	1.793	3.903	3.645	1.793	
Créditos com partes relacionadas								
Outras pessoas ligadas		-	-	-	-	-	606	
		-	-	-	-	-	606	
		3.903	3.645	1.793	3.903	3.645	2.399	
		5.371	3.645	1.793	3.903	3.645	2.570	

Notas Explicativas

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>01/01/09</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>01/01/09</u>
Resultado do período						
Transações						
Receitas (despesas) financeiras						
Sociedade Fiduciária Brasileira	8.736	8.666	9.913	14.053	13.638	14.947
Itatinga Soc. Ind., Com. e Agrícola S.A.	39	35	48	297	273	313
JP Sul Participações Rep. Coml	35	26	137	35	26	137
Iguatemi (Previ Banej II e Previ Banej II)	5.572	(761)	3.179	-	-	-
South Mall (atual razão social de Goiti Negócios e Participações Ltda)	-	-	-	603	537	480
Anwold Malls Corporation	-	-	-	172	(734)	(4.454)
Debentures a receber La Fonte Telecom S.A	42.672	24.657	7.947	-	-	-
	<u>57.054</u>	<u>32.623</u>	<u>21.224</u>	<u>15.160</u>	<u>13.741</u>	<u>11.423</u>

Plano de amortização

A Sociedade Fiduciária Brasileira Serviços, Negociações e Participações Ltda. ("SFB") juntamente com a Companhia, revisou o plano ("plano") elaborado em 2005 que tratava especificamente da liquidação de valores entre as empresas do Grupo, que previa a liquidação de 77% até o final de 2008, sendo realizado o total de 65%.

A revisão do "plano" pelas partes deve-se fundamentalmente pela nova realidade de investimentos, principalmente decorrentes da reestruturação societária realizada na Telemar e da aquisição da BrT pela Oi.

Tais investimentos e as futuras amortizações dos novos compromissos financeiros irão afetar o volume de distribuição dos dividendos nos próximos anos, o que acarretará uma redução dos dividendos que a SFB irá receber. Diante dessa nova realidade, a Companhia e a SFB revisaram as condições atuais dos contratos e acordaram o prazo para amortização nos próximos oito anos.

As fontes de recursos previstas no "plano" são:

- (i) recursos próprios da SFB, que representarão cerca de 2/3 dos recursos a serem aplicados na quitação de tais obrigações;
- (ii) dividendos que a SFB irá receber da Companhia quando o fluxo retornar à sua normalidade;
- (iii) dividendos que outros acionistas da Companhia pertencentes ao Grupo Jereissati receberão e que aportarão à SFB.

Os dividendos referidos nos itens (ii) e (iii) acima, estão fundamentalmente baseados nas distribuições das controladas operacionais (direta ou indireta) da Companhia.

Notas Explicativas

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Benefícios de curto prazo	2.607	2.675	25.970	27.900
Benefício de rescisão de contrato de trabalho	-	-	-	330
Remuneração com base em ações (i)	-	-	2.906	6.905
	2.607	2.675	28.876	35.135

(i) Os programas de outorgas de opções de compras de ações vinculados ao plano da controlada BrT continham cláusulas que previam a antecipação dos vencimentos das opções, no caso de alteração do controle acionário direto ou indireto. Com a efetivação da troca de controle, em 8 de janeiro de 2009 (Nota 1(a)), as opções de ações dos programas foram integralmente exercidas, vide Nota 28.

(c) Garantias (valores não proporcionalizados)

Iguatemi

Em 30 de setembro de 2009, o Conselho de Administração da Iguatemi aprovou a outorga de fiança em favor de sua controlada SCIAAlpha Participações Ltda., visando à garantia de financiamento a ser contraído com o Banco Bradesco S.A., no âmbito do Instrumento Particular de Abertura de Crédito com Garantia Hipotecária e Outras Avenças, no valor de R\$90.000, com taxa de juros de Taxa Referencial - TR mais 10,5% ao ano.

A Iguatemi é fiadora de sua controlada SCIAAlpha Participações Ltda. em seguro garantia (modalidade garantia imobiliária) por ela contratado com a J. Malucelli Seguradora S.A., cuja beneficiária é a São Paulo Wellness S.A., pelo período compreendido entre 15 de maio de 2008 e 29 de abril de 2011, até o valor de aproximadamente R\$31.000. Para o período de 2 de outubro de 2010 a 29 de abril de 2011, a importância assegurada é de aproximadamente R\$15.447. Esse seguro garante a indenização à São Paulo Wellness S.A. pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento da SCIAAlpha Participações Ltda. em relação às obrigações de entrega das unidades permutadas assumidas no memorando de entendimentos celebrado em 21 de maio de 2007.

Grupo de Telecomunicações

A TNL é avalista das controladas TMAR, Oi, BrT e BrT Celular em financiamentos obtidos junto ao BNDES e demais empréstimos, bem como, presta garantia fidejussória por meio de fiança das

Notas Explicativas

debêntures públicas da 5ª emissão da BrT. A TNL registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a título de comissão pelo aval concedido, receitas no montante de R\$ 48.983 (2009 – R\$ 71.218).

Além das garantias em empréstimos bancários, a TNL concedeu garantias em processos judiciais da TMAR mediante autorização de bloqueio de parte de suas ações preferenciais nominativas classe “A” de emissão da própria TMAR. Pela concessão da garantia, a TNL recebe da TMAR o montante equivalente a 1,5% a.a. calculado sobre o valor garantido nesses processos judiciais. A TNL registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a título de comissão pela garantia concedida, receitas no montante de R\$ 6.656 (2009 – R\$ 6.656).

(d) Contrato de financiamento (valor não proporcionalizado)

Em março de 2010, a CTX e um dos ex-diretores da Contax Participações celebraram um contrato de empréstimo, negociado somente pelo ex-diretor, sem envolvimento da Contax Participações. O referido empréstimo, no montante de R\$15.769, tem data de vencimento no dia 30 de março de 2011, sem incidência de juros.

31 SEGUROS (VALORES NÃO PROPORCIONALIZADOS)

Iguatemi

A Iguatemi tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações (não revisado pelos auditores independentes).

As coberturas foram contratadas por montantes, descritos a seguir, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2010, a Iguatemi e seus empreendimentos apresentavam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

a) Seguro de riscos nomeados

A Iguatemi tem um seguro de riscos nomeados que abrange os usuais riscos que podem impactar suas atividades. Contratado com a Allianz Seguros S.A (60%) e Itaú Seguros S.A. (40%), a apólice prevê o limite máximo para a indenização de: (i) R\$200.000 relativos aos danos materiais; e (ii) R\$ 139.488 relativos aos lucros cessantes. O período de cobertura estende-se até 28 de setembro de 2011.

Locais Segurados	Danos Materiais	Lucros Cessantes
Shopping Center Praia de Belas	146.607	41.021
Shopping Center Iguatemi São Paulo	165.677	139.488
Shopping Center Iguatemi São Carlos	42.868	7.814
Shopping Center Iguatemi Rio de Janeiro	118.853	25.448
Shopping Center Iguatemi Porto Alegre	138.563	77.863
Shopping Center Iguatemi Campinas	194.753	76.441
Power Center Campinas	36.313	2.878
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.	84.814	-
Shopping Center Iguatemi Florianópolis	97.132	27.342

Notas Explicativas

Market Place Shopping Center	126.451	37.678
Market Place Tower I	60.000	13.864
Market Place Tower II	60.000	11.694
Shopping Center Galeria	63.000	15.636
Shopping Center Iguatemi Brasília	194.700	40.158

b) Seguro de responsabilidade civil geral

A Iguatemi tem um seguro de responsabilidade civil geral que abrange os riscos usuais aplicáveis às suas atividades. Contratado com a Allianz Seguros S.A, tal apólice refere-se às quantias pelas quais a Iguatemi possa vir a ser responsável civilmente, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo de modo expresso pela seguradora, no que diz respeito às reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais, causados a terceiros. O período de cobertura do seguro de responsabilidade civil geral estende-se até 28 de setembro de 2011.

A importância segurada terá o valor máximo de indenização de R\$ 8 milhões e pode ser dividida em: (i) shopping centers; (ii) objetos pessoais de empregados (sublimite de R\$40); (iii) responsabilidade civil do empregador; (iv) riscos contingentes de veículos; (v) danos ao conteúdo das lojas; (vi) falha profissional da área médica (sublimite de R\$800); (vii) responsabilidade civil de garagista: incêndio/roubo de veículo para locais que não possuem sistema de Valet e incêndio/roubo/colisão para os locais que possuem sistema de Valet (sublimite de R\$250); e (viii) danos morais para todas as coberturas.

Grupo de Telecomunicações

Durante o período de concessão, compete à concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme os prazos previstos: seguro do tipo "todos os riscos" para danos materiais relativos a propriedade que cobre todos os ativos seguráveis que pertencem à concessão, seguro de preservação de condições econômicas para continuidade da exploração do serviço e seguro garantia do cumprimento das obrigações relativas à qualidade e à universalização, de acordo com as disposições constantes na Cláusula XXIV dos Contratos de Concessão.

Os ativos e responsabilidades de valores relevantes e/ou alto risco estão cobertos por seguros. A TNL e suas controladas mantêm seguro garantindo cobertura para danos materiais, perda de receitas decorrentes desses danos (lucros cessantes), entre outros. A sua Administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas nos Contratos de Concessão.

As apólices de seguros propiciam as seguintes coberturas, segundo os riscos e a natureza dos bens em 31 de dezembro de 2010:

Modalidade de seguro	Consolidado	
	2010	2009
Riscos operacionais e lucros cessantes	800.000	800.000
Incêndio – estoques	100.000	60.000
Responsabilidade civil - terceiros (*)	333.240	348.240

Notas Explicativas

Garantia de concessão – TMAR	25.560	25.389
Garantia de concessão - BrT	7.480	98.291
Roubo - estoques	20.000	30.000
Responsabilidade civil - geral	15.000	15.000
Responsabilidade civil - veículos	3.000	3.000

(*) conforme cotação do câmbio do dia 31 de dezembro de 2010 (ptax) - US\$ 1,6662

Grupo de Contact Center e Cobrança

Possui um programa corporativo de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o porte de suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros, garantindo a integridade patrimonial e a continuidade operacional da Contax Participações. Todas as apólices de seguro do Grupo são renováveis automaticamente.

Em 31 de dezembro de 2010, a Contax Participações possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros, proporcionando as seguintes coberturas, de acordo com os riscos e a natureza dos ativos:

<u>Ramos</u>	<u>Importâncias seguradas</u>	<u>Vencimento</u>
Responsabilidade civil de diretores e administradores (i)	166.540	13.01.2011
Incêndio de bens do imobilizado	97.000	15.06.2011
Lucros cessantes	47.556	15.06.2011
Responsabilidade civil geral	10.000	15.06.2011

(i) Limite máximo de garantia estipulado em US\$ 100 milhões.

32 OUTRAS INFORMAÇÕES

Grupo de Telecomunicações

(a) Acordo Oi, Banco do Brasil e Cielo

Conforme Fato Relevante divulgado ao mercado, em 29 de setembro de 2010, a Oi assinou Acordo de Parceria Comercial com o Banco do Brasil S.A e Acordo de Investimentos Cielo S.A., os quais descrevemos abaixo:

(i) A TMAR, BrT, TNL PCS S.A. (“TNL PCS”), 14 Brasil Telecom Celular S.A., Paggo Administradora de Crédito Ltda. (“Paggo Administradora”), Way TV Belo Horizonte S.A. (em conjunto, “Oi”) e o Banco do Brasil S.A. celebram Acordo de Parceria Comercial com o objetivo de estabelecer parceria negocial para emissão de cartões de crédito “co-branded” e pré-pagos, além de

Notas Explicativas

outros meios de pagamento no formato tradicional ou que utilizem a tecnologia “*Mobile Payment*” para a base de clientes atual e futura da Oi.

(ii) TNL PCS, Paggo Acquirer Gestão de Meios de Pagamento Ltda. (“Paggo Acquirer”, sociedade controlada pela TNL PCS), Cielo e CieloPar Participações Ltda. (“CieloPar”, sociedade controlada pela Cielo) celebraram Acordo de Investimento, com o objetivo de regular a participação da Paggo Acquirer e da CieloPar em uma nova sociedade denominada Paggo Soluções de Meios de Pagamento S.A. (“Paggo Soluções”). A Paggo Acquirer e a CieloPar deterão, cada uma, 50% do capital social da Paggo Soluções.

A Paggo Soluções (a) será dedicada à condução de atividades de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações comerciais com a tecnologia de “*Mobile Payment*” originadas ou concluídas em dispositivos de telefonia celular; e (b) promoverá o credenciamento dos atuais e de novos lojistas à sua rede de adquirência de transações originadas em dispositivos de telefonia celular, por meio dos relacionamentos já mantidos pela Cielo e pela Paggo Acquirer em todo território nacional.

As operações acima serão apresentadas às autoridades brasileiras de defesa da concorrência (CADE, SDE - Secretaria de Direito Econômico e SEAE - Secretaria de Acompanhamento econômico) nos termos e prazos previstos na legislação em vigor.

As companhias esperam que essas operações sejam implementadas no prazo aproximado de seis meses a contar da data de assinatura.

(b) PGMU – Plano Geral de Metas de Universalização

Em 3 de setembro de 2010, a ANATEL publicou uma Consulta Pública com propostas de alterações ao PGMU, encerrada em 22 de setembro de 2010, que visa alterar as exigências requeridas para expansão de “Backhaul” e de telefonia pública do PGMU. A proposta prevê a utilização de projeções baseadas no crescimento de demanda desses serviços.

A aprovação do Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU III) esta programada para o dia 2 de maio de 2011 e atualmente a Anatel, o Ministério das Comunicações e as Concessionárias de Telefonia Fixa estão negociando as propostas de alterações, seus custos e as respectivas fontes de financiamento. A Administração está avaliando os efeitos dessas alterações e não pode assegurar que, se adotadas, essas medidas não necessitarão de investimentos relevantes e adicionais.

33 EVENTOS SUBSEQUENTES

33.1 Aliança industrial entre Portugal Telecom, as controladas da Companhia e demais acionistas do Grupo Oi

Em 25 de janeiro de 2011, a Portugal Telecom, Portugal Telecom SGPS S.A. - SGPS e sua controlada Bratel Brasil S.A. – Bratel celebraram com a La Fonte Telecom, através de sua subsidiária integral EDSP 75 Participações S.A. (“EDSP75”) e com os demais acionistas diretos e indiretos, componentes do bloco de controle da Telemar Participações S.A. – Telemar, LF Tel, AG Telecom Participações – AG, Fundação Atlântico de Seguridade Social – FATL, BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ, Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros e Fundação dos Economistas Federais –

Notas Explicativas

Funcef, os instrumentos contratuais necessários à implementação da aliança industrial entre a Portugal Telecom, SGPS, La Fonte Telecom e suas controladas diretas e indiretas.

A Aliança Industrial terá por fim o desenvolvimento de um projeto de telecomunicações de projeção global que permita a cooperação em diversas áreas buscando, dentre outros, partilhar das melhores práticas, alcançar benefícios de escala, potencializar iniciativas de pesquisa e desenvolvimento, desenvolver tecnologias, ampliar a presença internacional das Partes, notadamente na América Latina e África, diversificar os serviços, maximizar sinergias e reduzir custos buscando sempre a oferta de melhores serviços e atendimento aos clientes de ambos os grupos e a criação de valor para os seus acionistas.

Nos termos dos instrumentos contratuais celebrados, através do Contrato de Compra e Venda de Ações e Contrato de Subscrição e Integralização de Ações da EDSP75, firmados entre a Portugal Telecom e a La Fonte Telecom, a Portugal Telecom através de sua controlada Bratel Brasil S.A., adquiriu ações de emissão da EDSP75, por subscrição e compra e venda, e passou a deter uma participação direta de 35% do capital social votante da EDSP75.

Em AGE da EDSP75 realizada em 28 de março de 2011 foi aprovada a emissão, para subscrição privada, de 291.226.681 (duzentos e noventa e um milhões, duzentos e vinte e seis mil, seiscentos e oitenta e uma) novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 4,70423923 (quatro reais e fração reais) por cada nova ação ordinária, para integralização em moeda corrente nacional, pela Bratel Brasil S.A., totalizando R\$ 1.369.999.976,13 (um bilhão, trezentos e sessenta e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e setenta e seis reais e treze centavos), sendo parte do preço de emissão, no valor de R\$ 25.611.533,19 (vinte e cinco milhões, seiscentos e onze mil, quinhentos e trinta e três reais e dezenove centavos) destinado à conta de capital e o saldo no valor de R\$ 1.344.388.442,94 (um bilhão, trezentos e quarenta e quatro milhões, trezentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e noventa e quatro centavos) destinado à conta de reserva de capital, em ágio na subscrição de ações.

Nesta mesma data, através do Instrumento Particular de Compra e Venda, a La Fonte Telecom alienou para a Bratel Brasil S.A., controlada da Portugal Telecom, 45.096.035 (quarenta e cinco milhões, noventa e seis mil e trinta e cinco) ações ordinárias de emissão da EDSP75, totalizando R\$ 212.142.540,57.

Em decorrência da aquisição de participação da EDSP75 pela Bratel Brasil S.A. controlada da Portugal Telecom, foi celebrado Acordo de Acionistas entre a La Fonte Telecom, EDSP75, Bratel Brasil S.A. e a Portugal Telecom, que regularão a relação das partes na qualidade de acionistas da EDSP75 e, indiretamente, das controladas indiretas.

Em AGE da LF Tel realizada em 31 de março de 2011 foi aprovada a emissão, para subscrição privada, de 255.236.728 (duzentos e cinquenta e cinco milhões, duzentos e trinta e seis mil, setecentas e vinte e oito) novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 3,212692448 (três reais e fração reais) por cada nova ação ordinária, fixado de acordo com os parâmetros do artigo 170, § 1º, da Lei nº 6.404/76, totalizando R\$ 820.000.010,97 (oitocentos e vinte milhões, dez reais e noventa e sete centavos), integralizados neste ato pela EDSP 75 Participações S.A., em moeda corrente nacional, sendo parte do preço de emissão, no valor de R\$ 75.438.801,10 (setenta e cinco milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, oitocentos e um reais e dez centavos) destinado à conta de capital e o saldo no valor de R\$ 744.561.209,87 (setecentos e quarenta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e um mil,

Notas Explicativas

duzentos e nove reais e oitenta e sete centavos) destinado à conta de reserva de capital, em ágio na subscrição de ações.

Telemar

Nos termos dos instrumentos contratuais celebrados, a Portugal Telecom adquiriu ações de emissão da Telemar, representativas de 12,07% de seu capital social:

- (i) por compra e venda de ações e direitos de subscrição acordada com BNDESPAR, Previ, Petros e Funcef; e
- (ii) por subscrição, em aumento de capital a ser subscrito também pela Companhia, AG e FATL, no valor total de aproximadamente R\$ 761 milhões, mediante a emissão de aproximadamente 187 milhões de novas ações ordinárias a serem emitidas pela Telemar.

Aumento do Capital Social da Telemar

Em AGE realizada em 18 de março de 2011, foi aprovada a emissão, para subscrição privada, de 186.664.449 (cento e oitenta e seis milhões, seiscentas e sessenta e quatro mil, quatrocentas e quarenta e nove) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Telemar, pelo preço de emissão de R\$ 4,07780554 (quatro reais e fração) por cada ação, fixado de acordo com os parâmetros do artigo 170, § 1º, da Lei nº 6.404/76, totalizando R\$ 761.181, para integralização em moeda corrente nacional, sendo parte do preço de emissão, no valor de R\$ 122.612, destinado à conta de capital e o saldo, no valor de R\$ 638.569, destinado à conta de reserva de capital, em ágio na subscrição de ações.

Somente os acionistas da Telemar, a LF Tel, AG Telecom Participações S.A. (“AG Telecom”), Luxemburgo Participações S.A. (“AG”) e Fundação Atlântico de Seguridade Social (“FASS”) manifestaram interesse em subscrever as novas ações emitidas em decorrência do Aumento de Capital, tendo todos os demais acionistas presentes cedido expressamente o direito de preferência que lhes caberia à subscrição das novas ações à Bratel Brasil S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2277, 15º andar, 1503, sala 02, CEP 01452-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.956.126/0001-13 (“Bratel”).

O capital social da Telemar, após as deliberações em AGE, fica assim constituído: R\$ 1.921.140, dividido em 2.923.544.867 (dois bilhões, novecentos e vinte e três milhões, quinhentas e quarenta e quatro mil, oitocentas e sessenta e sete) ações ordinárias e 1.000.000 (um milhão) de ações preferenciais resgatáveis, sendo ambas as espécies de ação nominativas e sem valor nominal.

Após a concretização das operações de compra e venda e subscrição, o capital social da Telemar ficou assim dividido entre seus acionistas:

Acionistas	Número de ações ordinárias	Número de ações referenciais	Participação no capital total
LF Tel	565.880.372	-	19,35%
AG e Luxemburgo	565.880.372	-	19,35%
BNDESPAR	381.551.841	1.000.000	13,08%

Notas Explicativas

Portugal Telecom	352.856.590	-	12,07%
FATL	336.439.733	-	11,50%
Previ	283.380.453	-	9,69%
Petros	218.777.747	-	7,48%
Funcef	218.777.747	-	7,48%
Outros	12	-	0,00%
Total	2.923.544.867	1.000.000	100,00%

Em decorrência da aquisição pela Portugal Telecom de participação no capital social da Telemar, foram celebrados aditamentos aos Acordos de Acionistas da Telemar, com o objetivo de incluir a Portugal Telecom como parte, de forma a garantir todos os direitos até então detidos pelo BNDESPAR, Previ, Petros e Funcef.

TNL e TMAR

Com o objetivo de assegurar o fortalecimento da TMAR, face às oportunidades existentes no setor de Telecom no Brasil, assim como propiciar a redução de sua dívida líquida, a sua expansão internacional, bem como seu desenvolvimento operacional, foram deliberados aumentos de capital na TNL e na TMAR, aprovados pelos respectivos Conselhos de Administração em 17 de fevereiro de 2011, conforme divulgado através de Aviso aos Acionistas em 21 de fevereiro de 2011.

A Portugal Telecom firmou com a Telemar e a TNL compromisso de compra e venda de ações preferenciais e/ou ordinárias de emissão da TNL e/ou da TMAR, por meio do qual adquiriu ações com o objetivo de alcançar a participação direta e indireta de pelo menos 22,38%.

Em 25 de março de 2011 a TNL divulgou, através de Aviso aos Acionistas, que, uma vez encerrado o prazo de exercício do direito de preferência e de pedido firme de subscrição de sobras, foram subscritas 56.417.086 novas ações ordinárias e 28.409.175 novas ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 38,55 por cada ação ordinária e R\$ 28,27 por cada ação preferencial, totalizando R\$ 2.978.006.

Em 25 de março de 2011 a TMAR divulgou, através de Aviso aos Acionistas, que, uma vez encerrado o prazo de exercício do direito de preferência e de pedido firme de subscrição de sobras, foram subscritas 46.969.121 novas ações ordinárias e 58.696.856 novas ações preferenciais classe A, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 63,71 por ação ordinária e de R\$ 50,71 por ação preferencial classe A, totalizando até R\$ 5.968.920.

Em 28 de março de 2011, os Conselhos de Administração, da TNL e da TMAR, homologaram os aumentos de capital supracitados.

Devido à homologação parcial do aumento de capital, o capital social da TNL passa a ser de R\$ 7.254.682, dividido em 187.028.818 ações ordinárias e 289.632.638 ações preferenciais. Encerrada a apuração e subscrição das sobras, a Telemar, em conjunto com a sua controlada Valverde Participações S.A., subscreveu um valor total de R\$ 2.961.181, correspondente a 56.061.772 ações ordinárias e 28.298.549 ações preferenciais.

Notas Explicativas

Já o capital social da TMAR, devido à homologação parcial do aumento de capital, passa a ser de R\$ 11.631.326, dividido em 154.032.214 ações ordinárias, 189.400.783 ações preferenciais classe "A" e 1.063.967 ações preferenciais classe "B".

Do aumento de capital da TNL, a Telemar, em conjunto com a sua controlada Valverde Participações S.A., subscreveu um valor total de R\$ 2.961.181, correspondente a 56.061.772 ações ordinárias e 28.298.549 ações preferenciais.

Com o encerramento da subscrição de ações relativas ao aumento de capital da TNL, a Bratel Brasil S.A., controlada da Portugal Telecom SGPS, S.A. adquiriu 20.752.270 ações ordinárias e 28.298.549 ações preferenciais de emissão da TNL, pelo preço unitário equivalente ao preço de emissão fixado para o aumento de capital da TNL, no valor total de R\$ 1.600.000.

No que se refere ao aumento de capital da TMAR, encerrada a apuração e subscrição das sobras, a TNL subscreveu um valor total de R\$ 4.624.840, correspondente a 46.743.149 ações ordinárias e 32.475.534 ações preferenciais classe "A". Além disso, a Luxemburgo Participações S.A. subscreveu um valor total de R\$ 570.000, correspondente a 11.240.386 ações preferenciais classe "A", tendo a LF Tel também subscrito R\$ 570.000, correspondente a 11.240.386 ações preferenciais classe "A".

Com o encerramento da subscrição, a Bratel Brasil S.A., controlada da Portugal Telecom SGPS, S.A. adquiriu 32.475.534 ações preferenciais classe "A" de emissão da TMAR, pelo preço unitário equivalente ao preço de emissão fixado para o aumento de capital da TMAR, no valor total de R\$ 1.646.834.

Com a aquisição de ações da TMAR, da TNL, da Telemar, da PASA Participações S.A. e EDSP75 Participações S.A., a participação direta e indireta da Portugal Telecom na TMAR, em bases totalmente diluídas, passou a ser de 25,28% do capital total. A conclusão das aquisições das ações ora divulgadas foi realizada até o dia 1º de abril de 2011.

A referida participação da Portugal Telecom na TMAR é resultado de: (1) uma participação direta de 35% na EDSP75; (2) uma participação direta de 35% no capital da AG Telecom Participações S.A.; (3) uma participação direta de 12,07% no capital da Telemar; (4) uma participação direta de 10,49% no capital da TNL (excluídas as ações em tesouraria), e (5) uma participação direta de 9,43% no capital da TMAR (excluídas as ações em tesouraria).

As composições do capital social de TNL e TMAR, após os aumentos de capital, estão descritas nas tabelas abaixo. Informações completas sobre as composições acionárias das companhias estarão disponíveis no Formulário de Referência no site da CVM dentro do prazo previsto na regulamentação aplicável.

TNL:

Acionista	Ações ON	% ON	Ações PN	% PN	Total	% Total
Telemar Participações	103.813.689	55,51%	-	-	103.813.689	21,78%
PREVI	6.857.087	3,67%	11.730.869	4,05%	18.587.956	3,90%
LF Tel	-	-	11.412.900	3,94%	11.412.900	2,39%

Notas Explicativas

Lu xemburgo Participações	-	-	11.412.700	3,94%	11.412.700	2,39%
Bratel Brasil S.A. (controlada da Portugal Telecom SGPS, S.A.)	20.752.270	11,10%	28.298.549	9,77%	49.050.819	10,29%
Tesouraria	3.020.880	1,62%	6.166.566	2,13%	9.187.446	1,93%
Outros	52.584.892	28,12%	220.611.054	76,17%	273.195.946	57,31%
Total	187.028.818	100,00%	289.632.638	100,00%	476.661.456	100,00%

TMAR:

Acionista	Ações ON	% ON	Ações PN	% PN	Total	% Total
Tele Norte Leste Participações	150.971.022	98,01%	91.250.247	47,91%	242.221.269	70,31%
Telemar Participações	-	-	13.079.176	6,87%	13.079.176	3,80%
Bratel Brasil (controlada da Portugal Telecom SGPS, S.A.)	-	-	32.475.534	17,05%	32.475.534	9,43%
LF Tel	-	-	11.240.386	5,90%	11.240.386	3,26%
Lu xemburgo Participações S.A.	-	-	11.240.386	5,90%	11.240.386	3,26%
Outros	3.061.191	1,99%	30.738.889	16,14%	33.800.080	9,81%
Ações em tesouraria	1	-	440.132	0,23%	440.133	0,13%
Total	154.032.214	100,0%	190.464.750	100,00%	344.496.964	100,00%

Após a conclusão dessas etapas da Aliança Industrial, a Oi buscará adquirir até 10% das ações representativas do capital social da Portugal Telecom, observando-se as condições de mercado e a legislação portuguesa aplicável. Em 15 de março de 2011, a TMAR informou através de Comunicado ao Mercado, em consonância com o Fato Relevante de 25 de janeiro de 2011, que celebrou com o Barclays Bank PLC (“Barclays”) um contrato pelo qual o Barclays deverá transferir à TMAR, até o dia 4 de abril de 2011, um lote composto por até 26.895.360 ações ordinárias da Portugal Telecom representativas de 3% do seu capital social. A Oi envidará seus melhores esforços para eleger tantos membros do Conselho de Administração da Portugal Telecom quanto possíveis, proporcionalmente à sua participação no capital social daquela companhia, observadas a legislação aplicável e o Estatuto Social da Portugal Telecom. Em 04 de março de 2011, a TMAR deu início ao

Notas Explicativas

processo de aquisição de participação nos termos com o Barclays. Em 30 de março de 2011, o Barclays transferiu à TMAR 26.895.360 ações que representam 3% do capital social da Portugal Telecom. Até 31 de março de 2011 a TMAR havia desembolsado R\$ 584.538, somados os custos da transação e impostos. Dentro do escopo do contrato e sujeito a determinadas condições de mercado, o Barclays poderá entregar ações adicionais para empresa, sem necessidade de novos desembolsos de caixa. A TMAR, em continuidade ao processo de aquisição de 10% de participação na Portugal Telecom, celebrou em 19 de abril de 2011 contrato junto ao Citibank para a compra de 35.860.500 ações correspondentes a 4% do capital social da Portugal Telecom, tendo sido pago o valor de €290.829 (R\$ 656.109).

Aquisição da companhia Valverde Participações S.A.

Em 03 de março de 2011, a Telemar adquiriu a empresa Valverde Participações S.A “Valverde”, sociedade por ações, cujo objeto social principal é a participação em outras sociedades. A Valverde possui um capital social subscrito e integralizado de 800 ações ordinárias, e foi adquirida pelo valor de R\$800,00 (oitocentos reais).

A Valverde possui sede na Praia de Botafogo, 300 11º andar, sala 1101 (parte), Botafogo – Rio de Janeiro.

A Valverde, subsidiária integral da Telemar, realizou AGE em 18 de março de 2011, para aprovar o aumento do capital social para R\$680.500 (seiscentos e oitenta milhões e quinhentos mil reais) mediante a emissão de 849.200 (oitocentas e quarenta e nove milhões e duzentas mil) ações ordinárias e 150.000 (cento e cinquenta mil) ações preferenciais, sendo todas as ações nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas pela Telemar e integralizadas no prazo de até 15 dias, após sua subscrição.

Emissão de Debêntures públicas com esforços restritos de colocação

Em AGE realizada em 15 de março de 2011, foi aprovada, pela Telemar, a 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 5 séries, da espécie com garantia real, no valor principal de até R\$180.000, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos do Art. 52 e seguintes da Lei das S.A. e demais disposições legais aplicáveis, incluindo a Instrução Normativa da CVM no. 476 de 16 de janeiro de 2009.

A garantia real das debêntures será representada pela alienação fiduciária da totalidade das ações ordinárias e preferenciais de qualquer emissão da Valverde.

A emissão das debêntures será realizada em 5 séries, sendo a data da emissão em 31 de março de 2011, sendo que cada uma das séries compreenderá valor unitário distinto, sendo emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados e serão escrituradas junto ao banco mandatário da emissão (Banco Votorantim S.A.).

Cada série de debêntures terá vencimento diferenciado, sendo: a 1ª em 31 de março de 2015, a 2ª em 31 de março de 2016, a 3ª em 31 de março de 2017, a 4ª em 31 de março de 2018 e a 5ª em 31 de março de 2009.

As debêntures farão jus a uma remuneração pré-fixada equivalente a 11,3568% ao ano, calculada de forma linear com base em um ano de 365 dias, incidente sobre o valor nominal unitário das

Notas Explicativas

debêntures, desde a data efetiva da integralização das debêntures, até a data do pagamento pela emissora.

Grupo de Contact Center e Cobrança

Em 25 de janeiro de 2011, as administrações da Contax e da Mobitel S.A., entidade controlada pela Portugal Telecom, SGPS, (“Dedic”) e sua controlada GPTI Tecnologia da Informação S.A. (“GPTI” ou, em conjunto com a Dedic, “Dedic GPTI”), tendo em vista atuarem no mesmo segmento de negócio, existindo complementaridade entre suas atividades, bases de clientes e serviços ofertados, resolveram propor aos seus acionistas, sujeito a determinadas condições, a integração de suas atividades objetivando o fortalecimento de suas posições de mercado.

Incorporação de Ações da Dedic pela Contax

Foi celebrado Acordo de Incorporação de Ações da Dedic pela Contax, que prevê, sujeito a determinadas condições, a convocação de assembléias gerais das empresas para deliberar sobre a incorporação, pela Contax, das ações de emissão da Dedic, com o conseqüente aumento de capital da Contax. O valor do aumento de capital na Contax será determinado com base no valor patrimonial contábil das ações de emissão da Dedic, conforme laudo de avaliação a ser elaborado oportunamente (“Incorporação de Ações Dedic”). Como resultado da Incorporação de Ações Dedic, a Contax emitirá novas ações ordinárias e preferenciais que serão recebidas pelos atuais acionistas da Dedic em substituição às ações da Dedic por eles então detidas.

A Administração da Contax contratou parecer de fidedignidade (“*fairness opinion*”), elaborado de forma independente pelo Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”). De acordo com os valores indicados no referido parecer preparado pelo BTG Pactual, foi indicada uma faixa de relação de troca entre 0,0342 e 0,0417 ação ordinária e entre 0,0343 e 0,0418 ação preferencial de emissão da Contax para cada ação de emissão da Dedic.

Com base na faixa de relação de troca indicada, as administrações de Contax e Dedic indicaram uma relação de troca de 0,0362 ação ordinária e 0,0363 ação preferencial de emissão da Contax para cada ação de emissão da Dedic. Esta relação de troca será ajustada em razão de eventual declaração de dividendos, bem como em razão da assunção de dívidas pelas companhias.

A despeito da relação de troca indicada pelas administrações e não obstante a Incorporação de Ações Dedic não envolver controlador e controlada, os administradores das Companhias e da Dedic, em atendimento ao Parecer de Orientação CVM nº 35/08, constituirão oportunamente um comitê independente (“Comitê Especial Independente”), para todos os fins e nos termos do referido Parecer. O Comitê Especial Independente contará com um assessor financeiro próprio para avaliar as condições da Incorporação de Ações Dedic.

A Incorporação de Ações Dedic está sujeita à aprovação da operação pelas assembléias gerais de acionistas de Dedic e Contax, sem prejuízo da manifestação do Comitê Especial Independente.

Compra e Venda de Ações de Emissão da CTX

Na mesma data, a LF Tel e os demais acionistas da CTX, AG Telecom Participações S.A. (“AG Telecom”), e Fundação Atlântico de Seguridade Social (“FASS”), e a Portugal Telecom SGPS e

Notas Explicativas

Portugal Telecom Brasil S.A. (em conjunto “Portugal Telecom”) obtiveram os entendimentos para se associarem como acionistas da CTX, em operações que resultarão na aquisição da totalidade das ações atualmente detidas por BNDES Participações S.A. - BNDESPAR (“BNDESPAR”), Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI (“PREVI”), Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS (“PETROS”) e Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF (“FUNCEF”), conforme descrito a seguir.

Através dos Contratos de Compra e Venda de ações de emissão da CTX celebrados nesta data, entre a LF Tel e AG Telecom, de um lado, e PREVI, PETROS e FUNCEF, de outro; entre Portugal Telecom, de um lado, e BNDESPAR, de outro e entre Portugal Telecom, de um lado, e PREVI, PETROS e FUNCEF, de outro (“Contratos de Compra e Venda”), sujeito a determinadas condições:

(i) a LF Tel e AG Telecom adquirirão parte da participação detida por PREVI, PETROS e FUNCEF na CTX; e

(ii) a Portugal Telecom adquirirá a totalidade da participação detida pelo BNDESPAR, além do restante da participação detida por PREVI, PETROS e FUNCEF na CTX.

Com a conclusão das operações previstas nos Contratos de Compra e Venda, a LF Tel e AG Telecom passarão a deter uma participação de 36,80% cada uma no capital social da CTX, e a Portugal Telecom tornar-se-á titular direta de ações representativas de 16,21% do capital social da CTX.

Na mesma data também foi celebrado Acordo de Acionistas entre a LF Tel, AG Telecom, Portugal Telecom e FASS (“Acordo de Acionistas”), em substituição aos acordos em vigor, que regulará a sua relação na qualidade de acionistas da CTX. O novo Acordo de Acionistas terá sua eficácia suspensa até a efetiva aquisição das ações da CTX pela Portugal Telecom.

Aquisição pela CTX de parte das ações de emissão da Contax detidas pela Portugal Telecom / Aumento de Capital da CTX.

Conforme Contrato de Compra e Venda de ações celebrado na presente data, sujeito a determinadas condições, incluindo a aprovação da Incorporação de Ações Dedic, a CTX adquirirá parte das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Contax recebidas pela Portugal Telecom como resultado da Incorporação de Ações Dedic (“Aquisição das Ações da Contax”). Adicionalmente, foi celebrado também na presente data o Contrato de Subscrição de Ações da CTX, através do qual a LF Tel, Portugal Telecom, AG Telecom, e FASS se comprometeram, sujeito a determinadas condições, a aprovar o aumento de capital da CTX, a ser subscrito pela Portugal Telecom e pela FASS.

Em razão da Aquisição das Ações da Contax e do Aumento de Capital CTX, e considerando a relação de troca proposta pelas administrações de Contax e Dedic e sujeita à análise, avaliação e deliberação pelo Comitê Especial Independente, a Portugal Telecom poderá passar a deter uma participação direta de 19,90% do capital social da CTX e direta e indiretamente de 19,52% no capital social da Contax, sendo certo que a FASS manterá sua participação direta de 10,18% do capital social da CTX e indireta de 3,48% no capital social da Contax.

Composição Acionária após Operações descritas acima

Após a conclusão das operações societárias descritas anteriormente, estima-se que a estrutura acionária da CTX e da Contax passe a ser conforme segue:

Notas Explicativas

(i) Posição Acionária Estimada da CTX após conclusão das operações acima descritas:

Acionista	ONs	% ONs
LF Tel	1.137.460.810	34,96
AG Telecom	784.730.222	24,12
Lu xemburgo Participações	352.730.588	10,84
FASS	331.151.534	10,18
Portugal Telecom	647.451.385	19,9
Conselheiros	10	-
TOTAL	3.253.524.549	100

(ii) Posição Acionária Estimada da Contax Participações (em milhares de ações) após conclusão das operações acima descritas:

Acionista	ONs	% ONs	PNs	% PNs	Total
CTX Participações S.A.	17.871	72,70%	4.136	10,40%	22.007
Portugal Telecom	0.000	0,00%	2.782	7,00%	2.782
Ações em circulação	6.695	27,30%	32.800	82,60%	39.495
TOTAL	24.566	100,00%	39.718	100,00%	64.284

33.2. Emissão de debêntures

33.2.1. Emissão de debêntures da controlada Iguatemi

A Iguatemi concluiu, em 14 de março de 2011, a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações. A emissão das debêntures e a oferta são realizadas com base na deliberação da Reunião do Conselho de Administração realizada em 1º de fevereiro de 2011. As debêntures representam a 2ª emissão da Iguatemi. O valor total emitido corresponde a R\$ 330 milhões, com a emissão de 33.000 debêntures ao valor nominal de R\$10 cada, em série única, com prazo de 5 anos e amortização de 50% em março de 2015 e 50% em março de 2016, com taxa de CDI + 1,35% a.a.

33.2.2 Emissão de Debêntures privadas para realização do plano de investimentos na região da Amazônia Legal

Em AGE, realizada em 18 de fevereiro de 2011, foi aprovada a emissão privada, pela TMAR, de 446.481 (quatrocentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e um) debêntures conversíveis em ações preferenciais classe A (TMAR5), em série única, no valor nominal unitário de R\$ 1.000 (um mil reais), totalizando R\$ 446.481. As debêntures privadas serão remuneradas por TJLP + 1,65% a.a. com prazo de 240 meses.

A emissão decorre de uma obrigatoriedade para contratação de financiamento junto ao Banco da Amazônia (“BASA”), mediante a utilização de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (“FDA”), para realização do plano de investimentos na região da Amazônia Legal. O projeto objetiva promover a modernização e melhoria da atual rede de comunicação da TMAR,

Notas Explicativas

atendendo a novos municípios, ampliando a capacidade nas regiões onde hoje há cobertura, assim como a evolução da rede existente.

33.3. Passivo contingente

No trimestre findo em 31 de março de 2011, a controlada conjunta indireta, BrT e suas controladas, concluíram o processo de padronização da metodologia de cálculo das provisões para contingências trabalhistas, alinhando seus procedimentos ao praticado pela TMAR. Como consequência, a BrT reconheceu efeitos no resultado consolidado de R\$ 53.074 (valor não proporcionalizado), contabilizado como outras despesas operacionais na conta “provisões/reversões” e R\$ 63.566 (valor não proporcionalizado), contabilizado como despesas financeiras na conta “atualização monetária de provisões”.

33.4. Hedge accounting

A partir de 1 de janeiro de 2011, a controlada indireta, TMAR, passou a adotar o uso da contabilidade de “*hedge*” para os instrumentos financeiros derivativos. A adoção desta prática objetiva a redução da volatilidade do resultado reconhecido devido à variação do valor justo destes instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros derivativos designados para a contabilidade de “*hedge*” são submetidos a testes periódicos de efetividade prospectiva e retrospectiva utilizando metodologia de compensação monetária (“*dollar offset*”).

Os derivativos contratados e designados para contabilidade de “*hedge*” são formalmente identificados por meio de documentação na designação inicial, elaboradas de acordo com os requisitos do CPC 38 (IAS 39). Foram designados para contabilidade de “*hedge*” os instrumentos financeiros derivativos classificados como “*hedge*” de fluxo de caixa.

A parcela eficaz, conforme definido no CPC 38 (IAS 39), é registrada em conta do patrimônio líquido, denominada “Outros resultados abrangentes”, líquida de impostos, e é reclassificada para resultado financeiro com base na taxa efetiva. A parcela ineficaz, mensurada após testes de efetividade realizados trimestralmente, é registrada no resultado financeiro no mesmo período em que ocorre.

As variações no valor justo de instrumentos financeiros derivativos não designados para fins de contabilidade de “*hedge*” são contabilizadas como receitas e/ou despesas financeiras no resultado do período em que ocorrem.

Será terminada a relação de “*hedge*” e a designação removida quando:

(i) O contrato do instrumento financeiro derivativo for exercido, terminado ou liquidado, ou se a controlada TMAR remover voluntariamente a designação, obedecendo os critérios estabelecidos pelo CPC 38 (IAS 39). Caso o objeto de “*hedge*” continue existindo, os saldos acumulados em outros resultados abrangentes referentes às variações do valor justo do instrumento financeiro derivativo são apropriados ao resultado do exercício no qual as despesas de juros e variações cambiais do objeto de “*hedge*” são apropriadas.

(ii) A dívida for pré-paga ou extinta. Neste caso, o saldo acumulado em outros resultados abrangentes é imediatamente apropriado às receitas e/ou despesas financeiras no resultado do período no qual a designação for desfeita.

Notas Explicativas

33.5 Empréstimos, financiamentos e debêntures

33.5.1. Liquidação antecipada de empréstimos e financiamentos

A TNL efetuou a liquidação antecipada em abril de 2011 do contrato de financiamento captado em novembro de 2009, no montante de R\$ 2.000 milhões (valor não proporcionalizado) junto à Caixa Econômica Federal. O vencimento dos encargos financeiros era trimestral, de fevereiro de 2010 até novembro de 2011, e passaria a ser mensal a partir de dezembro de 2011 e assim permaneceria até o vencimento em novembro de 2014. O principal seria pago em 36 parcelas mensais de dezembro de 2011 até o vencimento em novembro de 2014. Os juros pagos eram remunerados a 117,5% do CDI a.a.

33.5.3. Liquidação antecipada de debêntures

A La Fonte Telecom efetuou a liquidação antecipada em março de 2011, das debêntures emitidas em 1 de abril de 2008 e integralizadas pela Companhia, no montante aproximado de R\$ 345 milhões. A remuneração, bem como o valor nominal de cada debênture, previa vencimento em 3 parcelas, devidas em 1 de abril de 2013, 2014 e 2015.

33.5.4. Novas linhas de crédito

33.5.4.1 Novos créditos bancários da Iguatemi

Em 16 de fevereiro de 2011 a Iguatemi assinou Cédula de Crédito Bancário de Abertura de Crédito para Construção de Empreendimento Imobiliário com Garantia Hipotecária e Outras Avenças para financiamento da expansão do Shopping Galleria no valor de R\$13.000. A tomadora do financiamento é a controlada indireta Iguatemi Empresa de Shopping Centers e a Interviente Hipotecante a controlada indireta EDR47 Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda, que cedeu em garantia 15,61% de sua fração ideal do Shopping Galleria. O prazo total do financiamento é de 120 meses e a taxa contratada TR+10% a.a. As liberações ocorrerão mensalmente até a inauguração do Shopping, conforme cronograma de execução da obra.

Entre 1º de janeiro de 2011 a 17 de março de 2011 ocorreram liberações dos financiamentos já contratados, conforme cronograma de execução das obras. Ao todo foram liberados R\$72.800, com destaque para as primeiras liberações do Contrato de Crédito Imobiliário firmado com o Banco Itaú para financiamento do Shopping JK Iguatemi na ordem de R\$39.500. As demais liberações referem-se aos financiamentos cujas liberações iniciais já ocorreram em 2010, tais como BNDES Shopping Iguatemi Alphaville (R\$ 10.600), BNDES Shopping JK Iguatemi (R\$9.500), Crédito Imobiliário firmado com o Banco Bradesco para construção do Shopping Iguatemi Alphaville (R\$10.800) e saldo final do Crédito Imobiliário firmado com Banco Santander para construção do Shopping Iguatemi Brasília (R\$2.400).

33.5.4.2. Novas linhas de crédito da TNL

Em abril de 2011 a TNL assinou contrato de linha de crédito junto ao China Development Bank, no valor de US\$ 500 milhões (valor não proporcionalizado) e poderá ser usada para o refinanciamento de dívidas. A operação tem juros de Libor + 2,30% a.a.. O vencimento dos encargos financeiros

Notas Explicativas

será semestral e o principal vencerá em 5 (cinco) prestações semestrais escalonadas a partir de janeiro de 2012 .

33.6 Programa de refinanciamento fiscal – REFIS e outros

No trimestre findo em 31 de março de 2011 a TNL e controladas revisaram o cálculo da estimativa de atualização monetária sobre depósitos judiciais, resultando em uma reversão na conta Juros e variações monetárias sobre outros ativos referente à atualização monetária no montante de R\$ 198 milhões (valor não proporcionalizado). Em 31 de março de 2011, os depósitos judiciais são no montante de R\$ 8.686.440 (valor não proporcionalizado). Em razão da revisão da avaliação da probabilidade de perdas em disputas judiciais relacionadas a tributos incluídos em programas de refinanciamento, a TNL e controladas reconheceram na rubrica Juros e variações monetárias sobre outros ativos receita no montante de R\$ 97 milhões (valor não proporcionalizado) e em juros e variações monetárias sobre outros passivos despesa no montante de R\$ 317 milhões (valor não proporcionalizado).

33.7 Opção de compra

Em 30 de março de 2011, o executivo beneficiário da controlada indireta, Contax Participações, liquidou o Empréstimo celebrado com a controlada direta CTX em 22 de março de 2010, mediante a compensação com as obrigações de igual valor da CTX, correspondentes ao preço de aquisição de 733.600 ações nominativas e sem valor nominal de emissão da Contax Participações, mencionado na nota explicativa nº 1. Nos termos das cláusulas do Contrato de Compra, a CTX enviou ao executivo beneficiário uma Notificação de Exercício de Opção de Compra de Ações, liquidando o preço das ações mediante compensação com a obrigações do executivo beneficiário decorrentes do contrato de mútuo ora firmado.

33.8 Acordo Oi. Banco do Brasil e Cielo

Em 28 de fevereiro de 2011, a controlada indireta da TNL, Paggo Acquirer, alienou 50% do investimento mantido na Paggo Soluções para a CieloPar. Os valores dos ativos e dos passivos cedidos na operação estão resumidos a seguir (valores não proporcionalizados):

Paggo Soluções

Caixa e equivalentes de caixa	17
Contas a receber	4.313
Imobilizado e intangível	52.216
Fornecedores	(4.888)
Outros ativos e passivos	566
Perda na alienação do investimento	(5.224)
Preço de venda liquidado em caixa	47.000
Caixa alienado da Paggo Soluções	(17)
Caixa recebido pela venda de 50% da Paggo Soluções, líquido do caixa alienado	46.983

Notas Explicativas

33.9. Aquisições efetuadas pela controlada Iguatemi e inaugurações

A Iguatemi anunciou, em 3 de janeiro de 2011, a aquisição de 3,41% de participação no Shopping Esplanada, em Sorocaba, interior de São Paulo. Desta forma, a Iguatemi, que adquiriu 29,73% do shopping Esplanada em 2007, passa a ser detentora de 33,14% do empreendimento com esta nova aquisição. O valor total da operação é de R\$11.800.

A Iguatemi anunciou, em 12 de janeiro de 2011, a compra de um terreno de 50,2 mil m², por R\$ 30 milhões, anexo ao terreno comprado em 2008, na cidade de Votorantim, na divisa com Sorocaba. Juntos, os terrenos totalizam 95,2 mil m², com um potencial construtivo de três vezes a área do terreno. Simultaneamente, a Iguatemi, anunciou um novo projeto de greenfield neste terreno: um shopping de 57.600 m² de ABL, cuja obra ocorrerá em duas fases. Adicionalmente, serão construídas quatro torres comerciais no terreno até 2019, totalizando aproximadamente 60 mil m² de ABL. A Iguatemi inicialmente pretende permutar as torres por um VGV (valor geral de venda) estimado de até R\$80.000 (a valor da data do anúncio), fazendo com que a TIR do projeto suba de 16,2% para 18,2%.

No dia 28 de abril de 2011 foi inaugurado o Iguatemi Alphaville. A Iguatemi possui 78% do empreendimento e é a administradora do shopping. O investimento total do projeto, líquido de lvas, foi de R\$ 180,8 milhões.

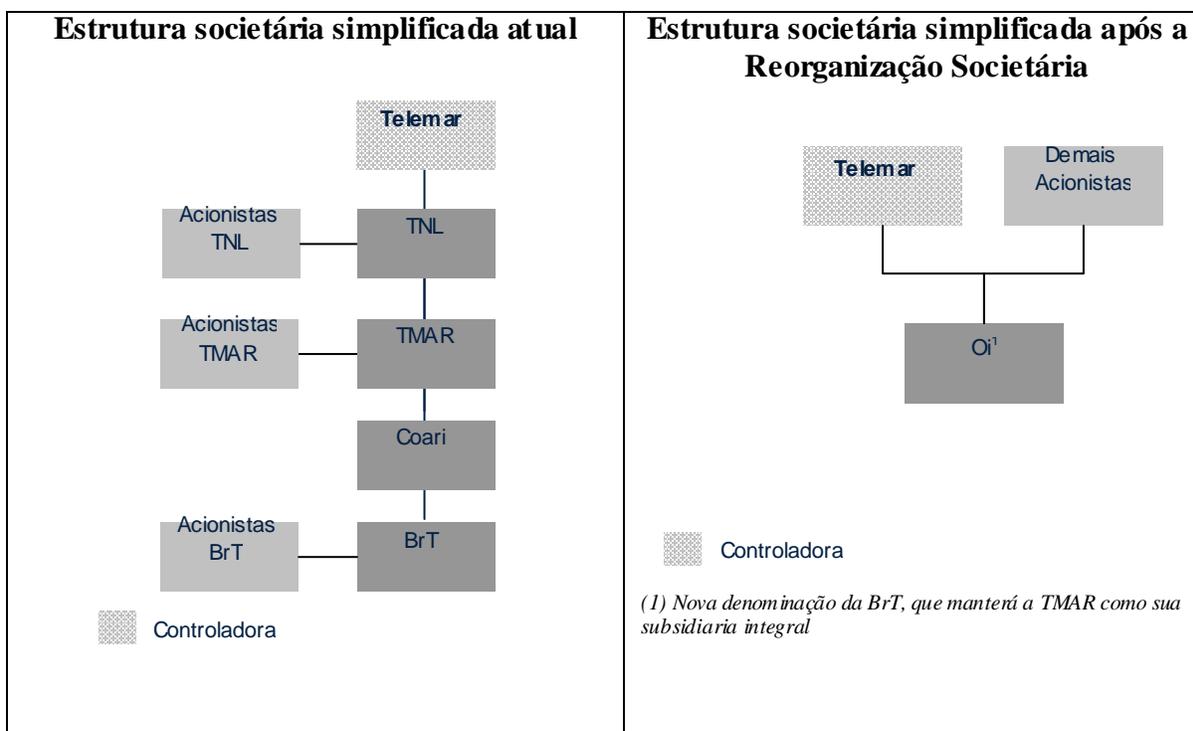
33.10 Reorganização societária do Grupo de Telecomunicações

Em reunião prévia de acionistas ocorrida em 24 de maio de 2011, nos termos do seu Acordo de Acionistas, foi aprovada a orientação às administrações da Telemar e de suas controladas: TNL, TMAR, Coari e BrT (denominadas em conjunto “Companhias Oi”) para que conduzam os estudos e adotem os procedimentos pertinentes visando uma reorganização societária das Companhias Oi (a “Reorganização Societária”).

A Reorganização Societária pretendida compreenderia conjuntamente a incorporação de ações da TMAR pela Coari e as incorporações da Coari e da TNL pela BrT, companhia esta que concentrará todas as participações acionárias atuais nas Companhias Oi e será a única das Companhias Oi listada em bolsa de valores, passando a ser denominada Oi S.A.

O organograma simplificado a seguir demonstra a estrutura societária atual e a estrutura após a implementação da Reorganização Societária:

Notas Explicativas



A decisão de dar início aos procedimentos visando à Reorganização Societária levou em consideração os fatos e premissas abaixo indicados.

1. Reorganização Societária e seus objetivos

A Reorganização Societária tem por objetivo simplificar de forma definitiva a estrutura societária e a governança das Companhias Oi, eliminando custos operacionais e administrativos e aumentando a liquidez para todos os acionistas. A Reorganização Societária contemplada pela Telemar pressupõe a incorporação de ações da TMAR pela Coari e incorporações de ambas Coari e TNL pela BrT na mesma data, conjunta e indissociada uma da outra, de modo que a implementação de cada uma dessas operações será condicionada à aprovação da outra.

A manutenção do controle acionário da Oi S.A. exclusivamente pela Telemar é condição para a aprovação da Reorganização Societária, cumprindo, assim, suas obrigações legais e regulatórias perante a Anatel. A Telemar e seus acionistas diretos ou indiretos implementarão as medidas necessárias para a manutenção do controle e o cumprimento de tais obrigações, incluindo, potencialmente, a permuta de ações preferenciais que detém por ações ordinárias de titularidade de seus acionistas diretos ou indiretos.

2. Benefícios da Reorganização Societária

Estima-se que a Reorganização Societária resultará em criação de valor para os acionistas através de, dentre outros fatores:

- Simplificação da estrutura acionária das Companhias Oi;

Notas Explicativas

- Unificação das bases acionárias das Companhias Oi atualmente divididas em 3 companhias abertas e 7 diferentes classes e espécies de ações negociadas, em uma única empresa com 2 espécies diferentes de ações negociadas;
- Aumento significativo de liquidez das ações, devido à concentração de acionistas em uma única companhia, cujas ações ordinárias e preferenciais serão negociadas na BM&FBovespa e na New York Stock Exchange (NYSE), mediante programa de ADR;
- Unificação dos balanços das Companhias Oi, após a conclusão da Reorganização Societária, de forma a permitir a definição de uma política de dividendos de longo prazo; e
- Redução dos custos operacionais, administrativos e financeiros com a racionalização e unificação da administração geral dos negócios, a otimização de sua estrutura de capital, a maximização da capacidade de captação de recursos e o acesso ao mercado de capitais.

3. Principais Passos da Reorganização Societária

3.1 Incorporação de ações da TMAR pela Coari

A incorporação de ações da TMAR pela Coari, atualmente subsidiária integral daquela, tornará a TMAR uma subsidiária integral da Coari, migrando-se toda a base acionária da TMAR para a Coari. Em decorrência da incorporação de ações, a TNL deterá o controle direto da Coari e esta deterá a totalidade das ações da TMAR e o controle da BrT. Tendo em vista que a TMAR é a única acionista da Coari, a proposta parte do pressuposto de que a relação de troca será de 1 ação ordinária da TMAR para 1 ação ordinária da Coari e de 1 ação preferencial classe A ou classe B da TMAR para 1 ação preferencial da Coari. Observadas as disposições do art. 137 da Lei das S.A., aos acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais classe A e classe B da TMAR dissidentes da deliberação que aprovar a incorporação será garantido o direito de retirar-se da TMAR, o qual será efetuado, nos termos do estatuto social da TMAR, por valor econômico a ser calculado na forma da Lei das S.A.

3.2 Incorporação da Coari pela BrT

A incorporação da Coari pela BrT resultará na extinção da Coari, na forma do art. 227 da Lei das S.A., com a sucessão pela BrT em todo o seu patrimônio e na migração de sua base acionária para a BrT. Aos acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais da Coari dissidentes da deliberação que aprovar a incorporação será garantido o direito de retirar-se da Coari, observadas as disposições do art. 137 da Lei das S.A., pelo respectivo valor patrimonial.

3.3 Incorporação da TNL pela BrT

A incorporação da TNL pela BrT, também na forma do art. 227 da Lei das S.A., resultará na extinção da TNL, com a incorporação de seu patrimônio pela BrT e na migração de seus acionistas para a BrT. Aos acionistas titulares de ações ordinárias da TNL dissidentes da deliberação que aprovar a incorporação será garantido o direito de retirar-se da TNL, observadas as disposições do art. 137 da Lei das S.A., pelo respectivo valor patrimonial. Os acionistas titulares de ações preferenciais da TNL não terão direito de retirada, uma vez que tais ações possuem liquidez e dispersão no mercado, na forma prevista na Lei das S.A.

3.4 Bonificação e Resgate de Ações da BrT Pré-incorporações

Quando da assembleia geral extraordinária da BrT que aprovar as incorporações da Coari e da TNL, será proposta a bonificação em ações resgatáveis de emissão da BrT a serem atribuídas exclusivamente aos acionistas da BrT anteriores à incorporação, as quais serão imediatamente

Notas Explicativas

resgatadas em dinheiro, pelo valor total de R\$ 1,5 bilhão (“Bonificação”) (valor não proporcionalizado), a ser pago proporcionalmente à participação de cada acionista no capital social. O valor das ações resgatadas acima será deduzido no cálculo das relações de substituição que vier a ser deliberado.

4. Comitês Especiais Independentes e Relações de Substituição

TNL, TMAR e BrT constituirão comitês especiais independentes, na forma e para todos os fins previstos no Parecer de Orientação CVM nº 35 (“Parecer nº 35”). A Coari não instalará seu próprio comitê especial independente uma vez que TMAR é sua única acionista.

Os comitês especiais independentes negociarão as condições da operação e submeterão suas recomendações aos Conselhos de Administração das Companhias Oi. No caso de aprovação, por parte dos Conselhos de Administração das Companhias Oi, dos termos negociados pelos comitês independentes, as administrações das Companhias Oi deverão contratar os laudos de avaliação necessários, firmar a documentação pertinente, nomeadamente o protocolo e justificação, e convocar as assembleias gerais extraordinárias que deverão deliberar a respeito da Reorganização Societária.

Visando assegurar a adequada informação ao mercado, mas sem com isso limitar a atuação dos comitês especiais independentes, que livremente conduzirão a negociação das relações de substituição e submeterão suas conclusões aos administradores das Companhias Oi, a Telemar informa que, tendo em vista que 3 (três) das companhias envolvidas na Reorganização Societária têm suas ações negociadas em bolsa de valores e possuem acionistas distintos, entende que as cotações de mercado das ações dessas companhias desde o encerramento dos aumentos de capital da TNL e da TMAR em 29 de março de 2011 e até 24 de maio de 2011 representam um parâmetro adequado para a determinação das relações de substituição aplicáveis à Reorganização Societária, por ser objetivamente verificável e representar o julgamento coletivo a respeito do valor das ações.

Para fins meramente informáticos, sem prejuízo do fato de que as relações de substituição serão objeto de negociação pelos comitês independentes, as médias das cotações ponderadas por volume desde o dia 29 de março de 2011, deduzidas pela previsão de Bonificação, levariam às seguintes relações de substituição:

Relação de substituição	Média ponderada por volume deduzida pela Bonificação ¹	
	de	Desde o encerramento do Aumento de Capital ²
TNLP3 / BRTO3		2,3794
TNLP4 / BRTO4		2,1772
TNLP4 / BRTO3		1,8420
TMAR3 / BRTO3		4,7954
TMAR5 / BRTO4 ³		4,5044
TMAR5 / BRTO3 ³		3,8109

(1) Inclui volume de ADRs. (2) Desde 29/03/2011. (3) Assume-se que as relações de troca envolvendo TMAR6 serão idênticas às relações de troca envolvendo a TMAR5. Fonte: Economática

Adicionalmente, para facilitar a comparação com as cotações de mercado atuais, que não refletem a Bonificação, a tabela abaixo apresenta as mesmas relações de substituição informativas da tabela anterior sem considerar a dedução pela Bonificação:

Notas Explicativas

Relação de substituição	Média ponderada por volume sem dedução pela Bonificação ¹	
	de	Desde o encerramento do Aumento de Capital ²
TNLP3 / BRTO3		2,0290
TNLP4 / BRTO4		1,8081
TNLP4 / BRTO3		1,5707
TMAR3 / BRTO3		4,0892
TMAR5 / BRTO4 ³		3,7408
TMAR5 / BRTO3 ³		3,2497

(1) Inclui volume de ADRs. (2) Desde 29/03/2011. (3) Assume-se que as relações de troca envolvendo TMAR6 serão idênticas às relações de troca envolvendo a TMAR5. Fonte: *Economática*

Pretende-se que a Reorganização Societária seja realizada respeitando-se prioritariamente as espécies de ações atualmente detidas por cada acionista, de sorte que (a) os titulares de ações ordinárias de cada companhia incorporada recebam, em substituição às ações que possuíam, ações ordinárias da companhia incorporadora e, (b) os titulares de ações preferenciais de cada companhia incorporada recebam prioritariamente, em substituição às ações que possuíam, ações preferenciais da companhia incorporadora. Entretanto, de modo a respeitar o limite legal de divisão do capital social entre ações com e sem direito a voto (i.e. mínimo de 1/3 de ações com direito a voto e máximo de 2/3 de ações sem direito a voto), os titulares de ações preferenciais da TMAR e da TNL também receberão, em substituição, ações ordinárias da Oi S.A. A quantidade de ações ordinárias e preferenciais dependerá da estrutura de capital das companhias na ocasião e das relações de substituição finais.

Conforme é comum em operações similares, os valores que vierem a ser recomendados pelos comitês especiais independentes para o cálculo das relações de substituição serão ajustados por eventuais grupamentos, bonificações, desdobramentos, dividendos, juros sobre capital próprio, resgates, aumentos ou redução de capital, anunciados entre a data considerada na fixação daqueles valores e a efetivação das incorporações.

5. Aprovações e outras Informações sobre a Reorganização Societária

Além das aprovações societárias pertinentes, a Reorganização Societária está sujeita à anuência da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

Tendo em vista que as ações de BrT e da TNL possuem registro junto à *Securities and Exchange Commission* norte-americana (“SEC”), a Reorganização Societária estará sujeita ao registro de ações a serem emitidas pela Oi S.A. junto à SEC, nos termos do *U.S. Securities Act of 1933*.

A Reorganização Societária também será submetida à anuência de certos credores e debenturistas, nos termos dos respectivos instrumentos de dívida, não estando, contudo, condicionada à concordância destes.

As demais condições da Reorganização Societária, na forma exigida pela Instrução CVM nº 319/99, serão divulgadas na forma de Fato Relevante após a aprovação das operações pelas administrações das companhias, inclusive a avaliação do valor econômico da TMAR, o patrimônio líquido das sociedades envolvidas a preço de mercado e as relações de substituição considerando tal patrimônio líquido, para fins do art. 264 da LSA.

Notas Explicativas

A Reorganização Societária poderá, ainda, contemplar operações intermediárias entre as Companhias Oi, porém sem efeitos para fins da relação de substituição ou de diluição dos acionistas das Companhias Oi.

Nos termos do art. 137, §1º da Lei das S.A., os acionistas dissidentes terão direito de retirada, o qual será exercível em relação às ações de que sejam titulares ininterruptamente desde o encerramento do pregão do dia 23 de maio de 2011 até a data do efetivo exercício do direito de retirada. As ações adquiridas a partir do dia 24 de maio de 2011 não conferirão ao seu titular direito de retirada com relação à Reorganização Societária.

Com a conclusão da Reorganização Societária, as bases acionárias das Companhias Oi serão unificadas na Oi S.A., que terá suas ações ordinárias e preferenciais negociadas na BM&FBOVESPA e na Bolsa de Nova Iorque sob novos códigos, ainda a serem definidos.

6. Cronograma Previsto

Estima-se que as assembleias gerais da BrT, da Coari, da TMAR e da TNL que deliberarão sobre as operações acima descritas sejam convocadas para se realizar em aproximadamente 180 dias contados desta data, a depender de diversos fatores, inclusive do prazo que os comitês especiais independentes entendam necessário para realizar o seu ofício. Além disso, estima-se que as ações ordinárias e preferenciais da Oi S.A. passarão a ser negociadas, já sob seu novo código, em aproximadamente 40 dias após a data das assembleias que deliberarem sobre as incorporações.

34 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

O Conselho de Administração da Companhia, em 31 de maio de 2011, examinou e autorizou a divulgação das presentes Demonstrações Financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, bem como o encaminhamento para deliberação em Assembleia de Acionistas.

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Diretores e Conselho de Administração da
Jereissati Participações S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Jereissati Participações S.A. e controladas ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Jereissati Participações S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Jereissati Participações S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as IFRSs emitidas pelo IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia essas práticas diferem das IFRSs, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRSs seria custo ou valor justo.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 30, em 31 de dezembro de 2010 a Companhia e suas controladas possuem valores a receber de empresa ligada nos montantes de R\$95.515 mil na Companhia e R\$101.397 mil no consolidado, registrados no ativo não circulante, cuja realização dependerá da concretização do plano de negócio elaborado pela sua Administração.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação

suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação de tais demonstrações. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Saldos de abertura do balanço patrimonial

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, preparadas de acordo com as práticas contábeis vigentes naquela data, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer, sem ressalvas, em 8 de abril de 2009. Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.4, os balanços patrimoniais individual e consolidado de transição em 1º de janeiro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram preparados com base nessas demonstrações financeiras auditadas e foram ajustados para refletir os efeitos da adoção das novas práticas contábeis. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2010, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa nº 3.4 que foram efetuados para preparar o balanço patrimonial de transição em 1º de janeiro de 2009. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2008 e, portanto, não expressamos opinião nem nenhuma forma de asseguarção sobre as demonstrações financeiras de 2008 tomadas em conjunto.

São Paulo, 31 de maio de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Antonio Brandão Simurro
Auditores Independentes
Contador
CRC nº 2 SP 011609/O-8
nº 1 RJ 052000/O-0 "S" SP

Marco

CRC

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS

Os diretores estatutários da Jereissati Participações S.A. declaram, para fins do disposto nos incisos IV e V, § 1º do art. 25 da Instrução CVM n.º 480/09, que, dentro de suas respectivas áreas de competência, reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras findas em 31/12/10, bem como com as opiniões expressas no parecer emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre essas demonstrações.

São Paulo, 30 de maio de 2011.

Carlos Francisco Ribeiro Jereissati
Diretor Presidente

Erika Jereissati Zullo
Diretor Gerente

Sidnei Nunes
Diretor Gerente

Roberto Schneider
Diretor Gerente

Aparecido Carlos Correia Galdino
Diretor Gerente e Diretor de Relação com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS

Os diretores estatutários da Jereissati Participações S.A. declaram, para fins do disposto nos incisos IV e V, § 1º do art. 25 da Instrução CVM n.º 480/09, que, dentro de suas respectivas áreas de competência, reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras findas em 31/12/10, bem como com as opiniões expressas no parecer emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre essas demonstrações.

São Paulo, 30 de maio de 2011.

Carlos Francisco Ribeiro Jereissati
Diretor Presidente

Erika Jereissati Zullo
Diretor Gerente

Sidnei Nunes
Diretor Gerente

Roberto Schneider
Diretor Gerente

Aparecido Carlos Correia Galdino
Diretor Gerente e Diretor de Relação com Investidores

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
0	